



**RELATÓRIO
E CONTAS**

2019

Fotografia de capa



EDIFÍCIO D. CARLOS I, EM LISBOA

Para o promotor imobiliário REFORMOSA, concluiu-se durante o ano de 2019 o emblemático Edifício D. Carlos I, no cruzamento da Av. D. Carlos I com a Rua D. Luís I em Lisboa, que resulta de uma profunda reconversão de um edifício de escritórios do século XX num empreendimento habitacional de elevada qualidade e conforto, com um total de 52 apartamentos.

RELATÓRIO E CONTAS

2019

Índice

006	Identificação da Sociedade
007	Introdução
009	Relatório de Gestão do Conselho de Administração
010	I. O Grupo Teixeira Duarte em 2019
011	I.1 Perfil
020	I.2 Destaques
033	I.3 Principais Indicadores
038	II. Análise aos Setores de Atividade
040	II.1 Construção
054	II.2 Concessões e Serviços
062	II.3 Imobiliária
066	II.4 Hotelaria
070	II.5 Distribuição
074	II.6 Automóvel
077	III. Informação Não Financeira
114	IV. Perspetivas de Evolução Futura
115	V. Proposta de Aplicação de Resultados
116	VI. Anexo ao Relatório de Gestão do Conselho de Administração
121	Relatório Sobre o Governo da Sociedade 2019
169	Demonstrações Financeiras Individuais 2019
201	Demonstrações Financeiras Consolidadas 2019
271	Relatórios, Pareceres e Certificações dos Órgãos de Fiscalização 2019

Identificação da Sociedade

Teixeira Duarte, S.A.

Sede: Lagoas Park, Edifício 2 – 2740-265 Porto Salvo

Capital Social: € 210.000.000

Número Único de Pessoa Coletiva e de Matrícula na Conservatória
do Registo Comercial de Cascais (Oeiras) 509 234 526

INTRODUÇÃO

O Relatório Consolidado de Gestão

O Conselho de Administração da "Teixeira Duarte, S.A." (TD,SA), no cumprimento das disposições legais e regulamentares que regem as sociedades com o capital aberto ao investimento do público, apresenta o seu Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2019.

O presente Relatório analisará de forma consolidada a atividade desenvolvida pelas participadas da TD,SA e abordará também alguns aspetos sobre a Sociedade a título individual, nomeadamente no que respeita à proposta de aplicação de resultados, assumindo-se deste modo a opção prevista no Artigo 508.º-C, n.º 6 do Código das Sociedades Comerciais, de apresentar um relatório único.

Nesta exposição ter-se-á em conta que cada uma dessas participadas dispõe de órgãos de gestão próprios, que tratam igualmente de disponibilizar a respetiva informação pertinente, pelo que aqui serão feitas somente algumas referências com o propósito de configurar uma perspetiva de conjunto.

A este documento são anexados, nos termos da legislação aplicável, mapas com as diversas informações relativas às participações sociais no capital da TD,SA (nomeadamente de acordo com o disposto no artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais e no Regulamento da CMVM n.º 5/2008, já na sua versão alterada pelo Regulamento n.º 7/2018).

Reporte de Informação Não Financeira

Em cumprimento da legislação aplicável (Decreto-Lei nº 89/2017, de 28 de julho), é incluído um capítulo autónomo no âmbito do Relatório de Gestão, para prestar reporte de "Informação Não Financeira".

Relatório do Governo da Sociedade

Apresenta-se também neste conjunto o relatório detalhado sobre a estrutura e as práticas de governo societário em 2019 (elaborado em conformidade com o artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários e com o Regulamento da CMVM n.º 4/2013), tomando por base o Código do Governo das Sociedades do Instituto Português de Corporate Governance (IPCG), em vigor desde dia 1 de janeiro de 2018.

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Para além disso, consideram-se aqui também integradas as demonstrações financeiras individuais e consolidadas com os respetivos anexos, as primeiras elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) e as segundas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas na União Europeia, bem como os respetivos Relatórios e Pareceres dos Órgãos de Fiscalização, as Certificações Legais das Contas e Relatório de Auditoria produzidos por auditor registado na Comissão de Mercado de Valores Mobiliários.

Declaração de Conformidade

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do Artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, os signatários declaram que, tanto quanto seja do seu conhecimento, o Relatório de Gestão, as contas anuais e os demais documentos de prestação de contas anexos foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da TD,SA e das sociedades incluídas no seu perímetro de consolidação, bem como que tais documentos expõem fielmente as respetivas evoluções dos negócios, dos desempenhos e das posições de cada uma dessas entidades, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que as mesmas se deparam.

Complementarmente a esta declaração, designadamente ao descrito na última frase, cumpre referir que, tanto o Conselho de Administração da TD,SA como os das demais entidades do Grupo Teixeira Duarte estão a acompanhar o desenvolvimento da situação de pandemia Covid-19, atuando em conformidade com as recomendações emitidas pela Organização Mundial de Saúde e pelas entidades públicas responsáveis pela área da saúde nos respetivos países em que as empresas do Grupo operam.

Neste enquadramento têm sido tomadas medidas de contingência e de prevenção para cumprimento das orientações daquelas entidades e para mitigação e contenção do risco de saúde pública, equilibrando esse desígnio com as diligências necessárias à salvaguarda da continuidade do negócio e do impacto que o mesmo tem em todos os seus *stakeholders*.

Por último, refira-se a este propósito que pela natureza direta e indireta dos possíveis impactos desta situação, bem como pela imprevisibilidade da sua dimensão e duração, não é possível a este Conselho de Administração descrever todos os riscos que possam daqui resultar.



Construção da Nova Sede Social do Gulf Bank Algeria
ALGER - ARGÉLIA

Teixeira Duarte

Relatório e Contas 2019

Relatório de Gestão do Conselho de Administração 2019

I. O GRUPO TEIXEIRA DUARTE EM 2019

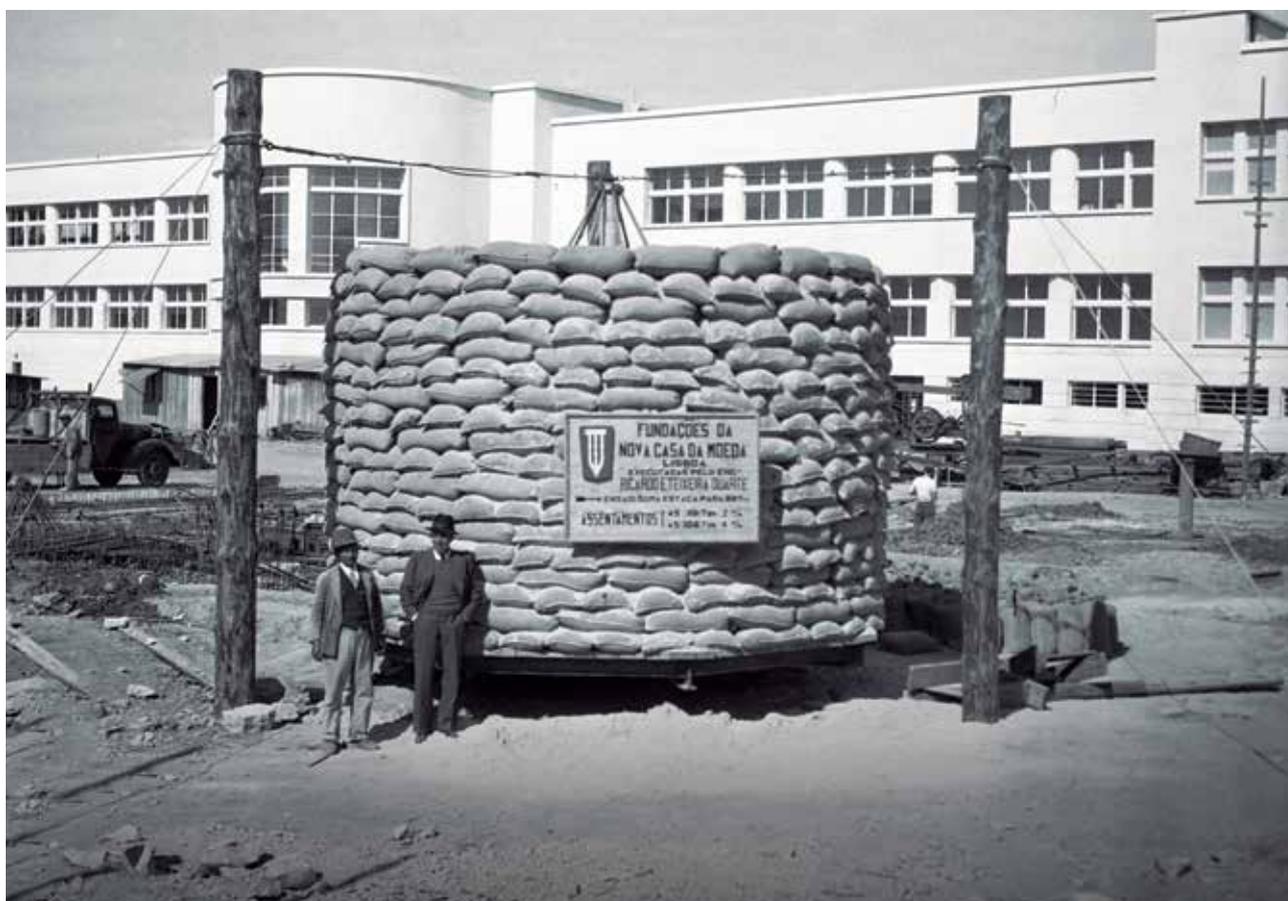
UM GRUPO PORTUGUÊS FUNDADO NUMA CASA DE ENGENHARIA

Teixeira Duarte é a identidade de um Grupo empresarial que se apresenta através daquela que é a sua imagem de marca: um Grupo português fundado numa Casa de Engenharia – algo

inerente à sua génese e ao seu fundador – que, com espírito empreendedor e apoio nos seus recursos humanos e meios técnicos, estendeu, desde há décadas, a sua atuação a outros setores e mercados com uma identidade vivida e defendida por todos ao longo de quase cem anos de atividade.

O Senhor Eng.º Ricardo Esquível Teixeira Duarte, iniciou a atividade do Grupo Teixeira Duarte em 1921, tendo a sociedade hoje denominada "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." sido também por ele constituída em 1934 e passando mais tarde a assumir o papel de entidade de topo do Grupo – o que aconteceu até 2010 –, tendo passado a sociedade anónima e aberto o seu capital aos trabalhadores em 1987 e passado a ser cotada na então Bolsa de Valores de Lisboa, em 1998.

A "Teixeira Duarte, S.A.", constituída em 2009, adquiriu em 2010 e no âmbito de Oferta Pública de Troca, a totalidade do capital social da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." e passou a ser a sociedade cotada de topo do Grupo Teixeira Duarte, hoje composto por um conjunto de entidades que integram o seu perímetro de consolidação.



I.1 PERFIL

11.000
COLABORADORES

MAIS DE
175 EMPRESAS

SETORES DE ATIVIDADE

CONSTRUÇÃO
DESDE 1921

**CONCESSÕES
E SERVIÇOS**
DESDE 1984

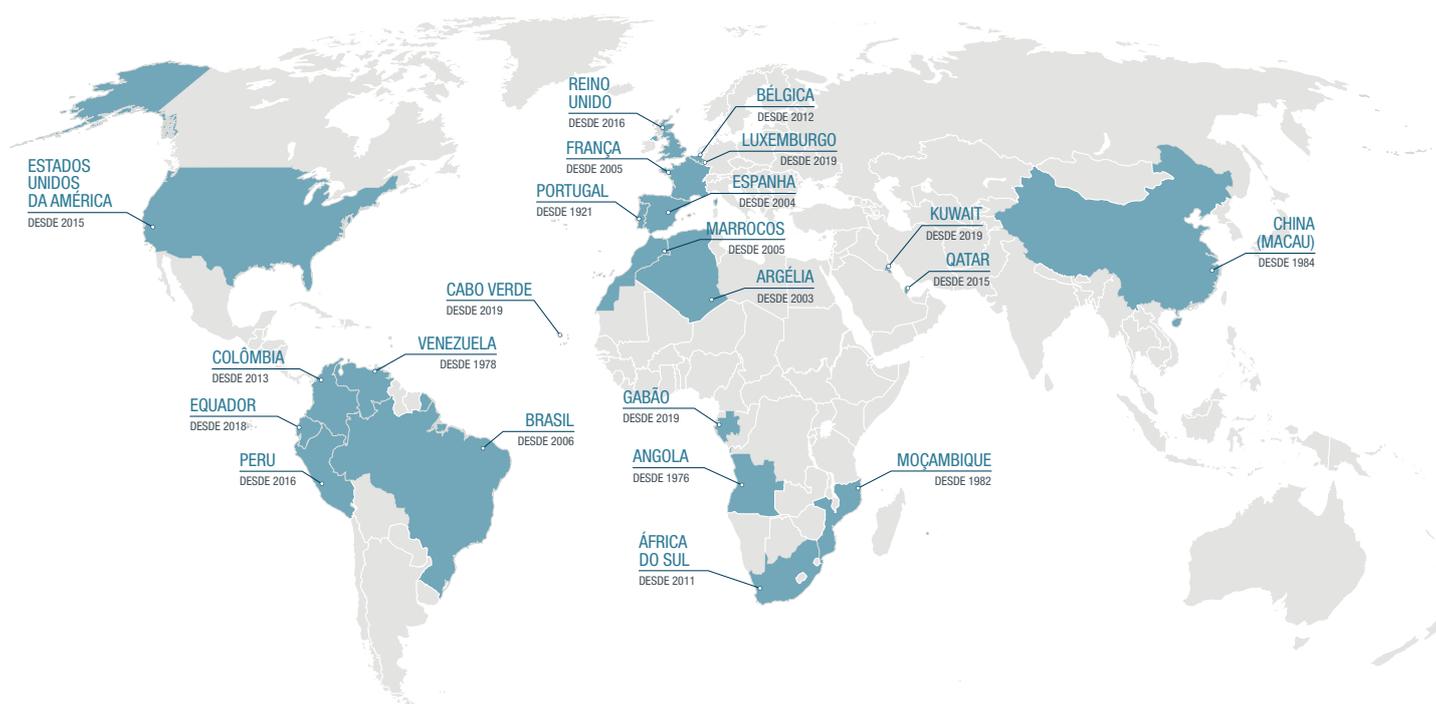
IMOBILIÁRIA
DESDE 1973

HOTELARIA
DESDE 1992

DISTRIBUIÇÃO
DESDE 1996

AUTOMÓVEL
DESDE 1991

22 PAÍSES
4 CONTINENTES



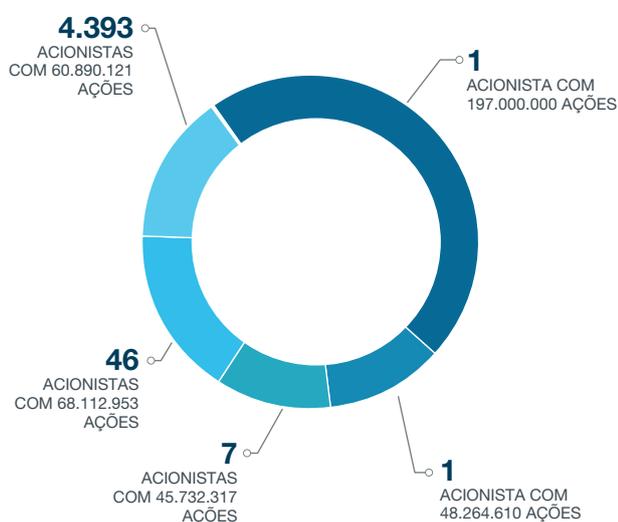


EDP – Central de Carrapateiro – Beneficiação dos Equipamentos da Eclusa de Navegação
CARRAPATEIRO - PORTUGAL

ACIONISTAS

A "Teixeira Duarte, S.A." está cotada na Euronext Lisbon desde 2010 e, já desde então, com base acionista maioritária da família Teixeira Duarte, nomeadamente através da "Teixeira Duarte – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.".

Em 31 de dezembro de 2019 o capital da "Teixeira Duarte, S.A." estava distribuído por 4.448 acionistas da seguinte forma:



Distribuição das ações que representam o capital social da TD,SA no final do exercício de 2019, distribuídas por um total de 4.448 acionistas.

MODELO SOCIETÁRIO

A sociedade cotada de topo do Grupo Teixeira Duarte segue o modelo societário designado comumente como modelo monista: tendo um único órgão de gestão (o Conselho de Administração), atualmente com cinco membros e (desde 2008) dois órgãos de fiscalização: Um Conselho Fiscal (com três membros) e uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas. É, pois, essa a estrutura dos órgãos sociais da "Teixeira Duarte, S.A.", cujos membros são os seguintes:

Mesa da Assembleia Geral:

Presidente
José Luciano Vaz Marcos

Vice-Presidente
José Mário Ferreira de Almeida

Secretário
José Pedro Poiares Cobra Ferreira

Conselho de Administração:

Presidente
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte

Administradores
Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte
Carlos Gomes Baptista
Maria da Conceição Maia Teixeira Duarte
Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo

Conselho Fiscal:

Presidente
Óscar Manuel Machado de Figueiredo

Vogais
Ana Cristina Louro Ribeiro Doutor Simões
João Salvador dos Santos Matias

Suplente
Rui Pedro Ferreira de Almeida

Revisor Oficial de Contas:

"Moore Stephens & Associados, SROC S.A."
representada por Dr. António Gonçalves Monteiro

Secretário da Sociedade:

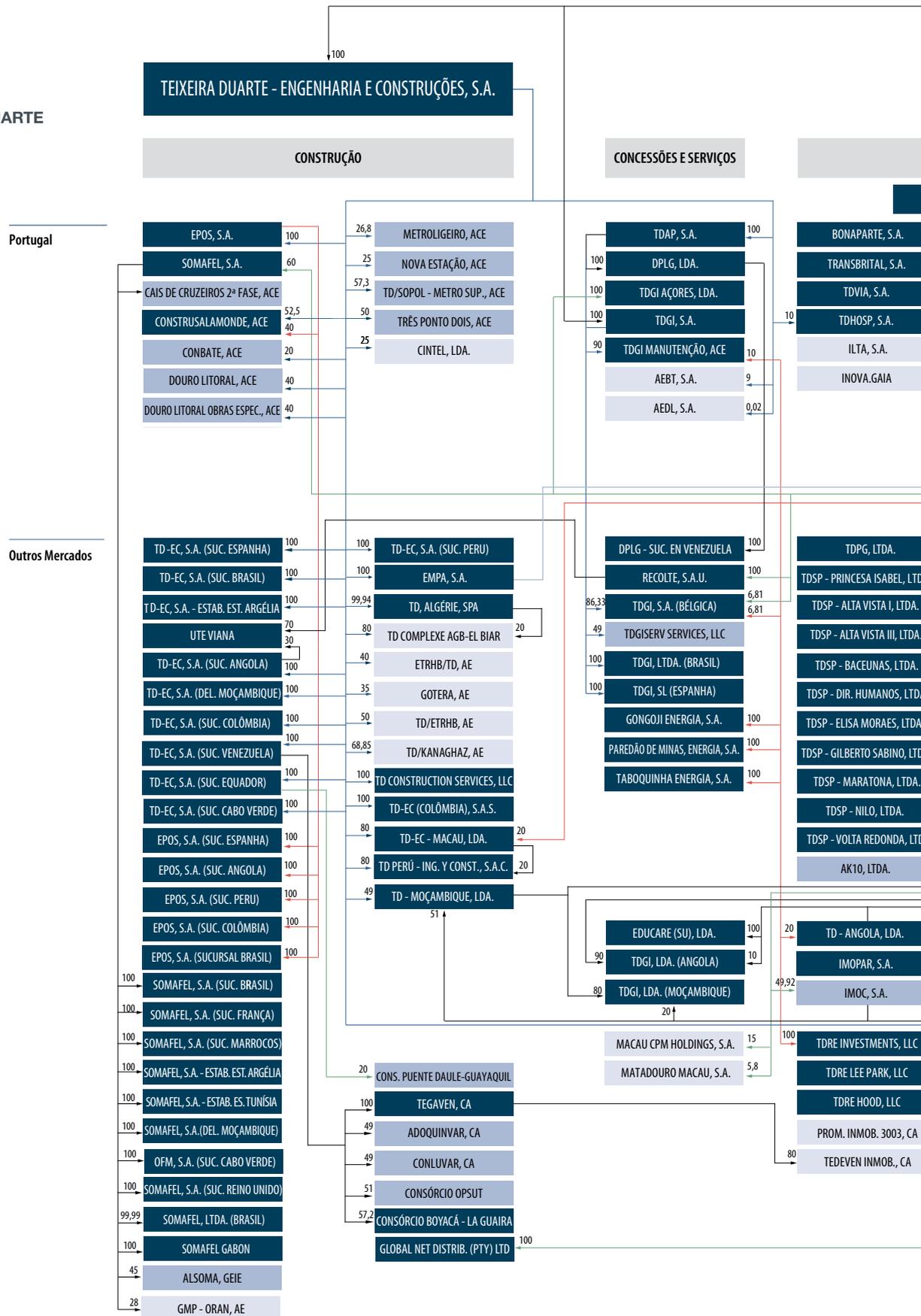
Efetivo
José Pedro Poiares Cobra Ferreira

Suplente
Filipe Manuel Cavaco Bismarck

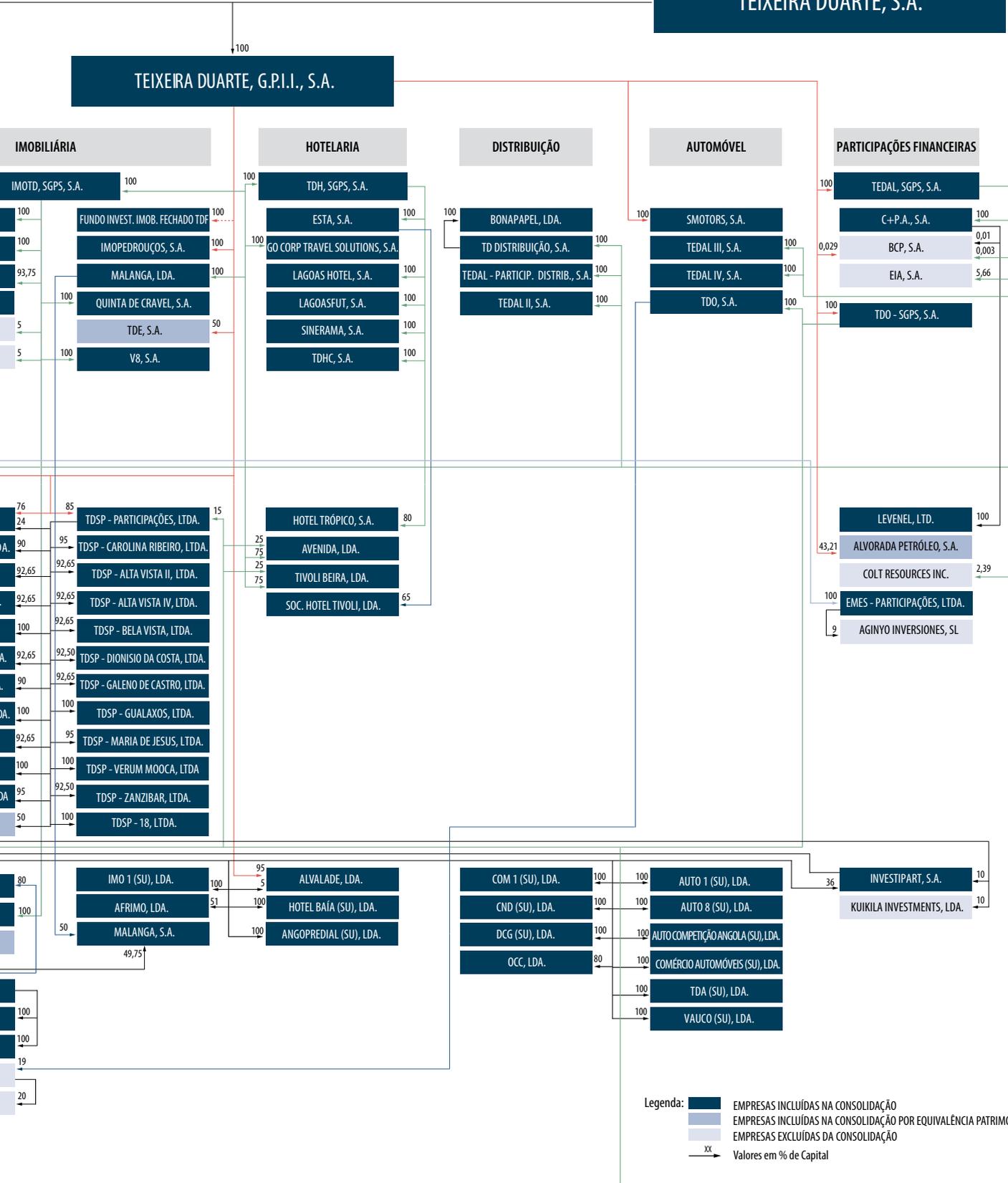
Representante para as Relações com o Mercado:

José Pedro Poiares Cobra Ferreira

**GRUPO TEIXEIRA DUARTE
2019**



TEIXEIRA DUARTE, S.A.



MODELO ORGANIZACIONAL

Para além dos órgãos sociais da "Teixeira Duarte, S.A." destacam-se os Conselhos de Administração da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." e da "Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.", a primeira no setor da Construção e a segunda para os setores das Concessões e Serviços, Imobiliária, Hotelaria, Distribuição e Automóvel.

Seguem-se os órgãos de gestão das demais entidades integradas no perímetro de consolidação da "Teixeira Duarte, S.A." e a estrutura organizativa da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." que, sendo a principal sociedade integrada no Grupo, desenvolve a sua atividade em diferentes Áreas de Negócio do Setor da Construção, que dividem as valências de produção e são essenciais na formação de quadros dirigentes e no acompanhamento da sua carreira, dispondo essa participada também de um conjunto de Estruturas de Apoio específicas para este setor da Construção, em particular nas áreas das Cofragens e Pré-Esforço, de Gestão do Equipamento e da Logística das Propostas e de um Laboratório de Materiais.

Também integradas na "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." existem outras duas Estruturas que embora mais focadas para a atividade da Construção, apoiam também outros setores do Grupo na vertente dos Sistemas de Gestão e Tecnologia e dos Aprovisionamentos.

Para além de todas aquelas estruturas mais diretamente ligadas aos Setores de Atividade do Grupo, existe um conjunto de estruturas com especiais responsabilidades de apoio transversal às atuações desenvolvidas, que constituem a denominada Área Corporativa.

Assim, destacados nas diversas entidades que constituem o Grupo Teixeira Duarte, existem vários colaboradores qualificados como pertencentes à Alta Direção que são responsáveis por diferentes sociedades, setores, áreas de negócio, ou outras estruturas organizativas, os quais se apresentam identificados no organograma que se segue:

ORGANOGRAMA TEIXEIRA DUARTE

ÁREA CORPORATIVA

Auditoria Interna
Mário Faria

Contabilidade
Alexandre de Jesus
Sérgio Castro

Finanças
Sérgio Pereira

Jurídicos
Maria António Ambrósio

Recursos Humanos
Isabel Amador

Societário e Corporativo
José Pedro Cobra Ferreira

Sustentabilidade
Erica Torres Silva

Tecnologias de Informação
Rui Pedroso
Rui Miranda

SETORES DE ATIVIDADE

Construção

Geotecnia e Reabilitação

Obras Marítimas
Hélder Matos
João Pedro Lopes
António Diniz
Pinto Guedes
Projetos
Laura Esteves

Edificações

Carlos Timóteo
Fernando Martins
Luís Mendonça
Luís Santos
Carlos Guedes
Luís Carreira
Pedro Nunes
Pedro Ferreira

Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.

Conselho de Administração

Manuel Maria Teixeira Duarte
Viana de Lemos
Pedro Costa
Sérgio Pereira
Paulo Serradas

Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.

Conselho de Administração

Manuel Maria Teixeira Duarte
Diogo Rebelo
Viana de Lemos
Luís Vicente
Sérgio Pereira
Rogério Fonseca

Infraestruturas

Rosa Saraiva
Gustavo Lebreiro
Amílcar Teresinho

Metalomecânica

Henrique Nicolau

Obras Subterrâneas

Dias de Carvalho
Carlos Russo

Obras Ferroviárias

Rui Costa

Cofragens e Pré-Esforço

Caetano Machado

Aprovisionamentos

Rosa Almeida

Gestão de Equipamento

Rodrigo Ouro

Sistemas de Gestão e Tecnologia

Inovação

Ivo Rosa
Rita Moura

Logística das Propostas

Mário Baptista

Concessões e Serviços

Facilities Management

Rodolfo Valentim
Mariana Coimbra

Educação

Diogo Rebelo

Imobiliária

Alfredo Silva
Guilherme Silva

Hotelaria

Luís Vicente
Cláudia Bazílio

Distribuição

Diogo Rebelo
Hugo Santos

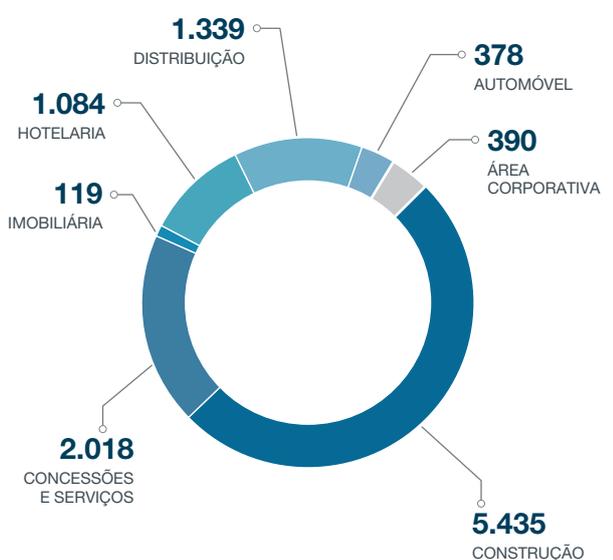
Automóvel

Pedro Medo

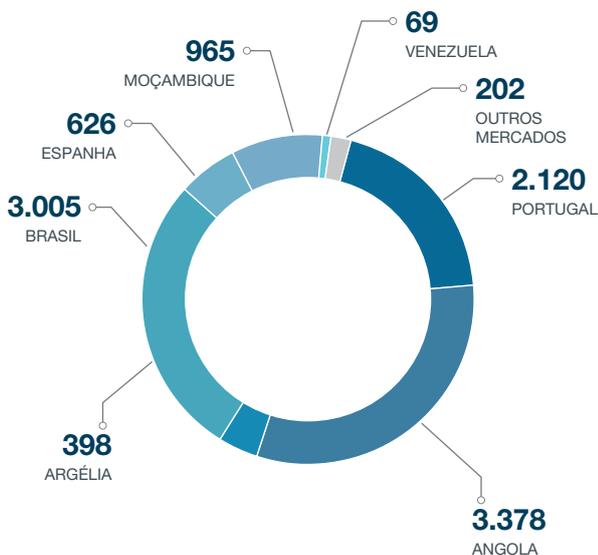
COLABORADORES

Os colaboradores são o núcleo central da atividade de todas as empresas do Grupo Teixeira Duarte e o seu maior ativo.

Em 31 de dezembro de 2019 os 10.763 colaboradores estavam distribuídos pelos seguintes setores e mercados:



Distribuição de Colaboradores por Setor de Atividade



Distribuição de Colaboradores por Mercado

MISSÃO E VALORES

A conduta dos colaboradores das empresas do Grupo Teixeira Duarte tem sido norteada ao longo de cerca de cem anos de história por uma ética que é motivo de orgulho e de incentivo para o crescimento do mesmo. O núcleo central dessa ética assenta na sua missão e valores, que de seguida se enunciam:

A MISSÃO

FAZER, CONTRIBUINDO PARA A CONSTRUÇÃO DE UM MUNDO MELHOR

Define o que move os seus Colaboradores no dia-a-dia, e constitui o objetivo partilhado por todos independentemente da sua área de atuação, geografia, ou equipa de trabalho.

“Fazer”, porque se pretende sempre fazer acontecer.

“Contribuindo”, porque devemos ter a noção que ninguém faz nada sozinho.

Para a “Construção”, da qual somos parte.

De “um mundo melhor”, que é o objetivo que todos partilhamos dentro e fora da Teixeira Duarte.

OS VALORES

Os Valores são o modo como se deve agir para alcançar esse objetivo e caracterizam o envolvimento da Empresa com todas as partes relacionadas. São eles:

ENGENHO

Valor baseado na origem e designio da Teixeira Duarte: "Uma casa de Engenharia", onde, a partir da investigação e domínio dos princípios da ciência, se inova e se desenvolvem conhecimentos e técnicas para aplicar, com eficiência e o mínimo de desperdício, na resolução de questões práticas, formando, incentivando e confiando nas pessoas “da casa”.

VERDADE

Consiste na reta apreciação dos factos, expondo as coisas tais como são, com boa-fé e rigor, assumindo os erros e as limitações tal como os sucessos e as capacidades e reportando sempre de forma transparente e adequada aos âmbitos de atuação e responsabilidades da Empresa.

COMPROMISSO

Corresponde à forma responsável e empenhada com que se aceitam os desafios e as responsabilidades, assente na importância da “Palavra dada” e no cumprimento de todas as obrigações, tanto para com terceiros como na lealdade e cumplicidade para com os próprios colegas e para com a Empresa em si, com respeito pelo próximo, pela dignidade de toda a pessoa humana e pela sustentabilidade da comunidade.

CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA DO GRUPO TEIXEIRA DUARTE

A "Teixeira Duarte, S.A." tem em vigor um “Código de Ética e Conduta do Grupo Teixeira Duarte”, que foi adotado pelas entidades integradas no Grupo e que é de cumprimento obrigatório por todos os colaboradores.

Neste documento consagram-se e desenvolvem-se os valores e a missão da Teixeira Duarte, definindo ética e conduta, determinando o âmbito de aplicação do documento e estabelecendo, com o aludido carácter obrigatório (I) as Regras Gerais de Conduta tendentes ao cumprimento da lei, ao respeito pela pessoa humana e pela comunidade, ao respeito pelo ambiente e ao cumprimento das regras internas; (II) as regras de conduta aplicáveis na relação entre colaboradores e a empresa; e (III) as regras de conduta entre colaboradores e terceiros, designadamente as autoridades públicas, os clientes e fornecedores e a concorrência, neste último capítulo se incluindo temas como a independência e colaboração com as autoridades públicas, medidas preventivas ao branqueamento de capitais, de financiamento de terrorismo, de conflitos de interesse e de corrupção.

Para além do próprio sistema de monitorização do cumprimento do mencionado Código, existe um sistema de *compliance* no âmbito do Grupo com vista a salvaguardar o cumprimento dos normativos aplicáveis ao desenvolvimento da atividade das empresas do Grupo Teixeira Duarte, incluindo o aludido Código de Ética.

I.2 DESTAQUES

À semelhança do reportado no ano anterior, entendeu-se adequado destacar no início do Relatório de Gestão os mais significativos factos relacionados com o exercício de 2019:

BOM DESEMPENHO DO SETOR DA CONSTRUÇÃO

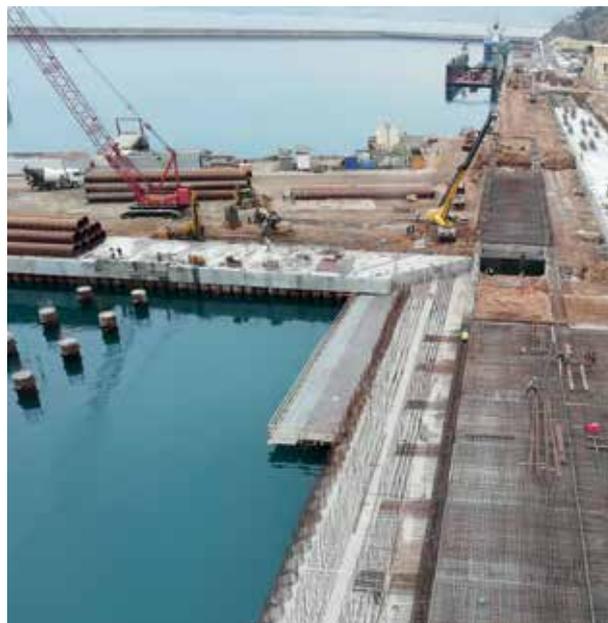


O Volume de Negócios da Construção aumentou 7,9% face ao período homólogo de 2018.

Portugal registou um aumento de 19,9% face a 2018, tendo os mercados externos, na sua globalidade, tido um incremento de 3,3% em relação ao ano passado.

O EBITDA na Construção registou um acréscimo de 85,3% face ao exercício anterior, tendo atingido 91.705 milhares de euros, fruto de um bom desempenho operacional das obras, conjugado com um maior controlo de custos e adequação das estruturas.

BASE NAVAL DE MERS-EL-KEBIR, NA ARGÉLIA



Em 2019 iniciaram-se os trabalhos de uma importante obra marítima de prazo plurianual na base Naval de Mers-EL-Kebir, com o valor total da empreitada de 136 milhões de euros.

A empreitada em regime de concepção/construção visa dotar a Base Naval de uma infraestrutura moderna dedicada à manutenção e reparação de embarcações até 9.000 ton.

A intervenção compreenderá as áreas para implantação do elevador e do transfere de navios (cerca de 135m de extensão), 4 vias de estacionamento e um caminho de rolamento para operação de 2 gruas de 40ton de capacidade e proporcionará a realização de trabalhos a executar por equipas das diferentes valias do Grupo Teixeira Duarte neste setor da Construção.

RESTAURAÇÃO DA PONTE HERCÍLIO LUZ, EM FLORIANÓPOLIS, NO BRASIL



Através da Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A. deu-se seguimento, em 2019, a empreitada dos “Serviços de Recuperação Estrutural e Restauração da Ponte Hercílio Luz”, em Florianópolis, no Estado de Santa Catarina, para DEINFRA – Departamento de Infraestruturas do Governo de Santa Catarina e que envolveu um trabalho conjunto das equipas da Geotecnia e Fundações e de Metalomecânica.

A contratação da obra por ajuste direto, em 10 de março de 2016, pelo valor de 262,9 Milhões de Reais, foi outorgada após a conclusão, dentro dos prazos, de dois anteriores contratos emergênciais – também por ajuste direto – que permitiram executar as estruturas de sustentação inferiores e que demonstraram a capacidade técnica e operacional da Teixeira Duarte junto do cliente e da opinião pública.

A Ponte Hercílio Luz é a maior obra de arte suspensa do Brasil e único exemplar no mundo com sistema de suspensão com barras de olhal, numa extensão total de cerca de 820 metros, tendo o vão central um comprimento de 340 metros, apoiado em dois pilares principais com 75 metros de altura e viadutos de acesso com 259 e 221 metros, cada.

Devido a problemas estruturais, esta infraestrutura – concluída em 1926 e elevada a Património Histórico, Artístico e Arquitectónico do Brasil em 1997 – encontrava-se interdita ao tráfego rodoviário desde 1982 e vedada totalmente ao tráfego de peões, desde 1991, devido a risco de ruína.

Em 30 de dezembro de 2019 a Ponte Hercílio Luz foi de novo integrada no sistema viário e no programa de mobilidade urbana de Florianópolis e devolvida aos Santacarinenses, que ansiavam pela utilização desta infraestrutura.

PORTO DE NACALA, MOÇAMBIQUE



A Teixeira Duarte prosseguiu a realização dos trabalhos marítimos para a *“Construction of Port Facilities for Nacala Port Development Project Phase I & II”*, em Nacala, concretizados no âmbito da subempreitada para o consórcio japonês *“Penta Ocean/Toa”*.

A obra implica a reconstrução do cais (400 m de extensão) e a construção de parques de contentores, via-férrea, edifícios e múltiplas infra-estruturas, num prazo estimado de 36 meses, ascendendo o preço previsto a um valor correspondente a 105,2 milhões de euros, sendo que à participada *“Teixeira Duarte - Engenharia e Construções (Moçambique), Lda.”*, que lidera o consórcio responsável pela subempreitada, cabem-lhe 50% deste valor.

HOSPITAL CUF TEJO, PORTUGAL



Em 2019 prosseguiram os trabalhos relativos à empreitada de execução de estruturas, instalações especiais, acabamentos e arranjos exteriores do Hospital CUF Tejo, em Alcântara, Lisboa, cuja conclusão está prevista para este ano e com o valor global estimado de 63,9 milhões de euros.

Trata-se de uma obra realizada para a “IMOHEALTH - Investimentos Imobiliários Unipessoal, Lda.”, entidade do Grupo José de Mello cuja gestão de topo contribuiu de forma determinante para o sucesso da empreitada.

A infraestrutura de elevada qualidade foi desenhada de raiz para combater e tratar as doenças do futuro (oncologia, neurociências, cardiovascular, pulmão, ORL e oftalmologia), bem como dar resposta às situações clínicas mais complexas, caracteriza-se por um hospital polivalente de elevada diferenciação, que integra 11 salas de bloco, 200 camas de internamento, 14 camas de UCIP e mais de 60 gabinetes de exames e tratamentos.

HOSPITAL CUF SINTRA, PORTUGAL



Também para o Grupo José de Mello, mas associado a uma outra entidade, a “SIMPLYGREEN – Investimentos Imobiliários, S.A.”, deu-se continuidade em 2019 à empreitada de construção de estruturas, instalações especiais, acabamentos e arranjos exteriores do Hospital CUF Sintra, com valor global estimado de 18,0 milhões de euros.

Suprindo uma carência que se verifica no concelho de Sintra ao nível das infraestruturas de saúde, o hospital irá disponibilizar 40 gabinetes de consulta, 15 salas de exames, 3 salas de bloco e 60 camas de internamento.

Fruto de uma abertura faseada já prevista desde o início do Projeto, foi possível concluir em Maio de 2019 a 1ª fase do Hospital, que de imediato viabilizou a entrada em serviço do Atendimento Permanente, Consultas, Imagiologia e Exames Especiais.

CENTRO HOSPITALAR DE TALATONA, EM ANGOLA



Em Novembro de 2019 concluiu-se a empreitada de conceção-construção da arquitetura e instalações especiais do Edifício 1, a estrutura e alvenarias dos Edifícios 2 e 3, arranjos exteriores e central técnica do Centro Hospitalar de Talatona, para a “CSE Talatona, Lda.”, em Talatona, Luanda Sul. A conclusão do Edifício 1, com uma área bruta de construção de 7.500 m², assinala a abertura de mais uma importante infraestrutura dentro deste Centro Hospitalar, que passa a disponibilizar um centro de imagiologia, laboratório, urgências, 14 gabinetes de consulta e 48 camas de internamento.

Alcança-se, desta forma, mais um importante patamar do que se pretende que venha a ser um hospital de referência em Angola, com uma alargada oferta de serviços e capacitada de resposta aos casos clínicos mais complexos, cuja conceção foi da responsabilidade da Teixeira Duarte.

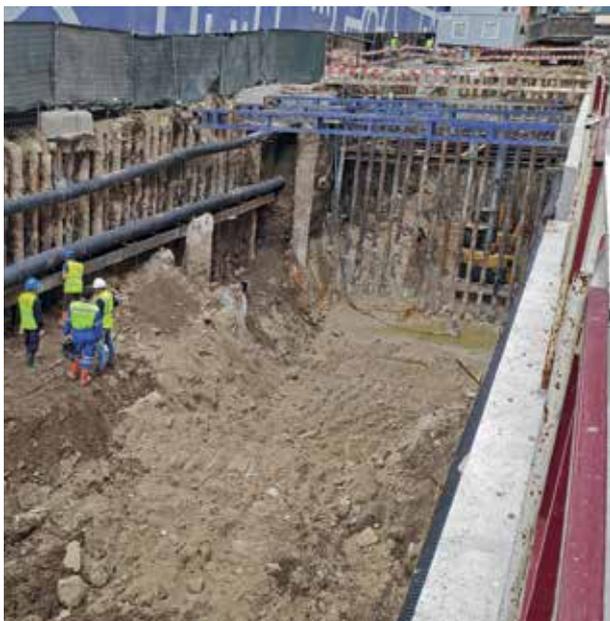
AEROPORTO DE SALVADOR, NO BRASIL



Foi concluída em Novembro de 2019 para a “Concessionária do Aeroporto de Salvador, S.A.” – empresa do Grupo Vinci Airports, a empreitada para a execução do “Contrato de engenharia, fornecimento e construção para a expansão do aeroporto de Salvador, em regime de empreitada integral, na modalidade EPC (Engineering, Procurement and Construction) turn-key” pelo valor global de 193 milhões de Reais.

A obra, realizada em consórcio e na qual a “Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.” foi líder com 32,9%, concretizou um ambicioso plano de renovação e expansão do aeroporto, que irá potenciar o desenvolvimento da região e melhorar a qualidade dos serviços prestados por esta infraestrutura.

TUNEL DE ACESSO AO MERCADO DO BOLHÃO, PORTO, PORTUGAL



Em 2019 iniciaram-se os trabalhos da empreitada, adjudicada à Teixeira Duarte, para realização do “Túnel Urbano que Liga a Rua do Ateneu Comercial do Porto à Rua Alexandre Braga”, pelo valor de 4,4 milhões de euros para a GOPorto (Gestão e Obras do Porto EM).

Esta empreitada, que corresponde à execução de um túnel de acesso ao Mercado do Bolhão, tem uma elevada complexidade técnica e está inserida numa zona histórica da cidade do Porto, cujo traçado atravessa edifícios centenários, que implica uma rigorosa monitorização da evolução dos trabalhos.

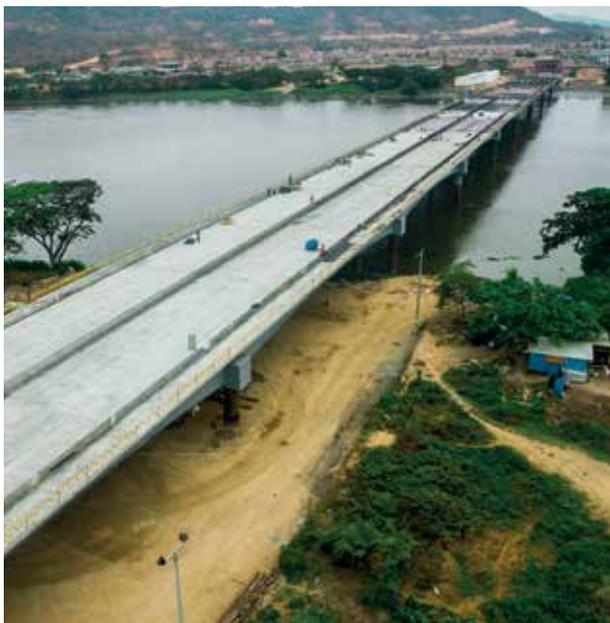
RODOVIA BR-116/BA



O consórcio integrado pela sua participada indireta a 100% “EMPA, S.A. Serviços de Engenharia” prosseguiu, para o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, os trabalhos no âmbito do contrato para “Elaboração dos projetos básico e executivo de engenharia e execução das obras de duplicação, implantação de vias laterais, adequação de capacidade, restauração com melhoramentos e obras de artes especiais, na rodovia BR-116/BA, Lote 06”, executados entre o km 387,41 e o km 427,75, totalizando 40,34 km de extensão.

A obra está prevista concluir no primeiro semestre de 2023 e tem o valor contratado correspondente atualmente a cerca de 55 milhões de euros, dos quais a “EMPA, S.A. Serviços de Engenharia” tem uma participação de 45%.

PONTE DAULE-GUAYAQUIL



O consórcio liderado pela Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A. prosseguiu no Equador, a execução da “Construcción del Puente Daule-Guayaquil, incluye accesos y pasos elevados en Av. Leon Febres Cordero y en Av. Narcisa de Jesus Martillo Morán”, em concretização do contrato celebrado com “los Gobiernos Autónomos Descentralizados Municipales de Guayaquil y Daule”. A empreitada tem o valor correspondente a 53 milhões de euros estando o final da obra previsto para o segundo semestre de 2020.

AUMENTO DO DESEMPENHO DE OBRAS SUBTERRÂNEAS NO EXTERIOR



O aumento da atividade no mercado externo da EPOS – Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A. resulta, principalmente, do arranque da atividade no Brasil ao abrigo do contrato de cinco anos para uma importante obra mineira na Mina de Cuiabá, para a “Anglo Gold Ashanti” – terceiro maior produtor de ouro do mundo –, mas também pela contratualização da primeira obra de Engenharia Civil na Colômbia, conseguida na sequência de uma intensa atuação comercial nos últimos anos neste país, bem como pelo crescimento em Espanha (fundamentalmente na mina de Aguas Teñidas) e o bom desempenho na obra do metro de Lima, no Perú.

OBRAS FERROVIÁRIAS EM PORTUGAL



A SOMAFEL, S.A. aumentou significativamente o volume de negócios em Portugal, destacando-se a este propósito a celebração, com a IP-Infraestruturas de Portugal, de um novo contrato e o início dos respetivos trabalhos, para a Prestação de Serviços de Manutenção de Via e Catenária dos Lotes 1 e 2, em regime de Agrupamento Complementar de Empresas, com duração mínima de 36 meses, e que abrange aproximadamente 70% da Rede Ferroviária Nacional.

CONCESSÕES E SERVIÇOS: CRESCIMENTO NO FACILITIES MANAGEMENT E SAÍDA DA ÁREA DO MEIO AMBIENTE



As áreas de negócio de maior dimensão neste Setor do Grupo vinham sendo a de *Facilities Management* e a de Meio Ambiente, sendo que, no ano de 2019, se destaca:

O continuado crescimento da TDGI, com bons desempenhos nos vários mercados externos em que opera – e que permitem, muitas vezes, potenciar a empresa junto de grandes multinacionais – e o reforço conseguido em Portugal, que representa mais de 60% da atividade da TDGI.

A celebração, em 19 de setembro de 2019, de um acordo ao abrigo do qual está em curso a cessão da posição contratual da "RECOLTE - Servicios y Medioambiente, S.A.U" em todos os Contratos Administrativos e Privados na Área do Meio Ambiente, em Espanha e que se traduzirá na saída da Teixeira Duarte desta área de negócio.

BOM NÍVEL DE ATIVIDADE NO SETOR IMOBILIÁRIO EM PORTUGAL



Bom nível de atividade no setor imobiliário em Portugal, quer no desenvolvimento urbanístico dos projetos em carteira, quer no desempenho comercial dos empreendimentos do Grupo, realçando-se:

- O início do desenvolvimento de um projeto constituído por diversos edifícios de escritórios, habitação e comércio, integrados num grande parque verde, em Oeiras, num modelo que se pretende que seja uma referência internacional de inovação e sustentabilidade. Para a concretização deste projeto, a Teixeira Duarte estabeleceu uma parceria com a “CSCEC – China Construction Portugal, S.A.”, através da alienação de 50% do capital da sociedade veículo, destinada especificamente à promoção deste projeto;
- A continuação, a bom ritmo, da construção do empreendimento “One Living”, em Cascais e início das obras de escavação e contenção periférica do empreendimento “Fábrica 1921”, localizado em Benfica, Lisboa;
- O excelente desempenho comercial relativamente a estes projetos, relativamente aos quais foram celebrados, até 31 de dezembro de 2019, contratos-promessa de compra e venda no montante global de 165 milhões de euros.

CRESCIMENTO DO SETOR DA HOTELARIA



O Grupo aumentou a sua atividade em todos os três mercados em que opera no setor da Hotelaria – Portugal, Angola e Moçambique – e melhorou o EBITDA total em 25%.

CRESCIMENTO DO NÚMERO DE CLIENTES E DE VENDAS NO SETOR DISTRIBUIÇÃO EM ANGOLA



Em Angola, onde o Grupo opera no Retalho Alimentar através da insígnia Maxi, verificou-se um crescimento do número de clientes e de vendas em Kwanza, revelador do ajuste do modelo de negócio ao perfil de clientes e da boa receptividade da população aos produtos, espaços e serviços providenciados.

RETOMA DE IMPORTAÇÕES NO MERCADO AUTOMÓVEL ANGOLANO



Em Angola, onde o Grupo atua no setor automóvel nos segmentos de ligeiros, pesados, motociclos e equipamentos, retomaram-se de forma regular a importação de veículos e peças, permitindo o incremento da atividade de 16% face a 2018 e o alcance de uma quota de mercado de 25% no segmento de veículos ligeiros.

ADEQUAÇÃO DA ESTRUTURA



Durante o ano de 2019 concretizaram-se diversas medidas que vinham sendo implementadas com todas as estruturas organizacionais do Grupo, tendo-se ajustado algumas dessas equipas no sentido de uma maior eficiência e produtividade, o que se refletiu na redução de custos de estrutura recorrentes.

Do mesmo modo, promoveu-se a implementação de novos processos com vista a maior eficiência e o recurso a novas tecnologias para procedimentos e execução de tarefas de forma mais otimizada, juntamente com a promoção de maior autonomia e rejuvenescimento das equipas.

Garantindo a eficácia dos serviços prestados pelas estruturas e melhorando a eficiência, otimizam-se os recursos e reduzem-se custos, permitindo que a Teixeira Duarte esteja hoje com melhor capacidade de atuação e de rentabilização das diferentes atuações tanto operacionais como corporativas.

MELHORIA DOS NÍVEIS DE LIQUIDEZ E REDUÇÃO DE ENDIVIDAMENTO EM PORTUGAL



A melhoria da convertibilidade das divisas com que as empresas do Grupo operam permitiu o significativo incremento dos níveis de liquidez em Portugal, facto que assume também especial relevância neste período de pandemia COVID-19 perante o qual a Teixeira Duarte assume o desígnio de cumprir diligências necessárias à salvaguarda da continuidade do negócio e do impacto que o mesmo tem em todos os seus *stakeholders*.

Em paralelo, regista-se também como positivo a redução do endividamento bruto de 47 milhões de euros em Portugal, valor superior ao total da redução do Grupo, a propósito do que se entende adequado relevar o apoio do Banco Comercial Português, S.A., Caixa Geral de Depósitos, S.A. e Novo Banco, S.A. na gestão deste processo.

ASSEMBLEIA GERAL ANUAL



Na reunião da Assembleia Geral Anual de 27 de maio de 2019, foram aprovadas todas as propostas submetidas a deliberação, nomeadamente a de aprovação dos documentos de prestação de contas consolidadas e individuais, a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração, a proposta referente à apreciação da administração e fiscalização da Sociedade, a proposta relativa à Declaração sobre política de remuneração dos membros dos respetivos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade e a proposta de aquisição e alienação de ações próprias, também apresentada pelo Conselho de Administração.

Foi também aprovada a proposta apresentada para eleição da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas para o quadriénio 2019/2022 e a proposta para a eleição dos membros da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, bem como os membros da Comissão de Remunerações a que se refere o Artigo 11.º do Pacto Social para o quadriénio 2019/2022.

Conforme proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração, os resultados líquidos individuais da TD,SA apurados no exercício de 2018, positivos no montante de 4.671.723,84€ (quatro milhões seiscentos e setenta e um mil setecentos e vinte e três euros e oitenta e quatro cêntimos) foram retidos para reforço das outras reservas.

EVOLUÇÃO DA COTAÇÃO DA AÇÃO



Evolução da Cotação da Ação da Teixeira Duarte, S.A. entre 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2019

Durante o ano de 2019, as ações sofreram uma valorização de 14% subindo de 0,135€ em 31 de dezembro de 2018, para 0,154€ em 31 de dezembro de 2019.

No que se refere à liquidez e volume de negócios executados neste exercício, foram transacionadas em Bolsa 169.397.259 ações, com um volume de negócios no montante de 22.424.301€, sendo que em 2018 haviam sido transacionadas 65.413.800 ações, com um volume de negócios no montante de 15.431.049€

No gráfico verifica-se a evolução da cotação das ações durante o exercício de 2019.

Em 31 de dezembro de 2019, a cotação era de 0,154€ e, na data de hoje, 24 de abril de 2020, é de 0,1165€.

DIA DA EMPRESA



No dia 15 de outubro – data de aniversário do fundador da Empresa, o Senhor Eng.º Ricardo Esquível Teixeira Duarte – a Teixeira Duarte celebrou o seu Dia da Empresa e prestou homenagem aos 42 colaboradores que em 2019 completaram 30 anos de serviço na Teixeira Duarte.

Depois de uma missa de ação de Graças na Igreja Matriz de Porto Salvo, de agradecimento e por intenção do fundador e de todos os colaboradores já falecidos, seguiu-se um jantar no Centro de Congressos do Lagoas Park Hotel, no qual a Administração e a Alta Direção da Empresa receberam os mencionados colaboradores homenageados e outros convidados.

PROGRAMA TODOS DAMOS



O Programa TODOS DAMOS é um projeto preparado para as empresas do Grupo Teixeira Duarte que visa apoiar pessoas, através do cofinanciamento a instituições de cariz social que os seus próprios colaboradores apoiem diretamente, numa união de esforços entre as Empresas do Grupo e os respetivos colaboradores, sinal de uma Responsabilidade Social que promove o bem-estar das Pessoas.

A candidatura ao TODOS DAMOS dá aos colaboradores a possibilidade de reforçarem o seu apoio a instituições sedeadas no mesmo país em que estão as empresas às quais se encontram vinculados, juntando ao valor dos seus donativos duas vezes a quantia com a qual contribuem diretamente.

Embora este tema seja depois mais desenvolvido no capítulo do “Relato de Informação não Financeira”, realça-se aqui o facto de na edição de 2019 se ter alcançado um aumento do número de candidaturas, de instituições apoiadas e de empresas envolvidas, bem como do valor global dos apoios concedidos – que entre colaboradores e empresas atingiu os 107.415,00€, distribuídos por diferentes países e entidades, destacando-se uma iniciativa de apoio aos colaboradores que em Moçambique foram afetados pelo Ciclone IDAI.

I.3. PRINCIPAIS INDICADORES

PROVEITOS OPERACIONAIS **1.049 M€**

VOLUME DE NEGÓCIOS **877 M€**

EBITDA **190 M€**
Margem de 22%

RESULTADO LÍQUIDO **14 M€**
Atribuível a detentores de capital

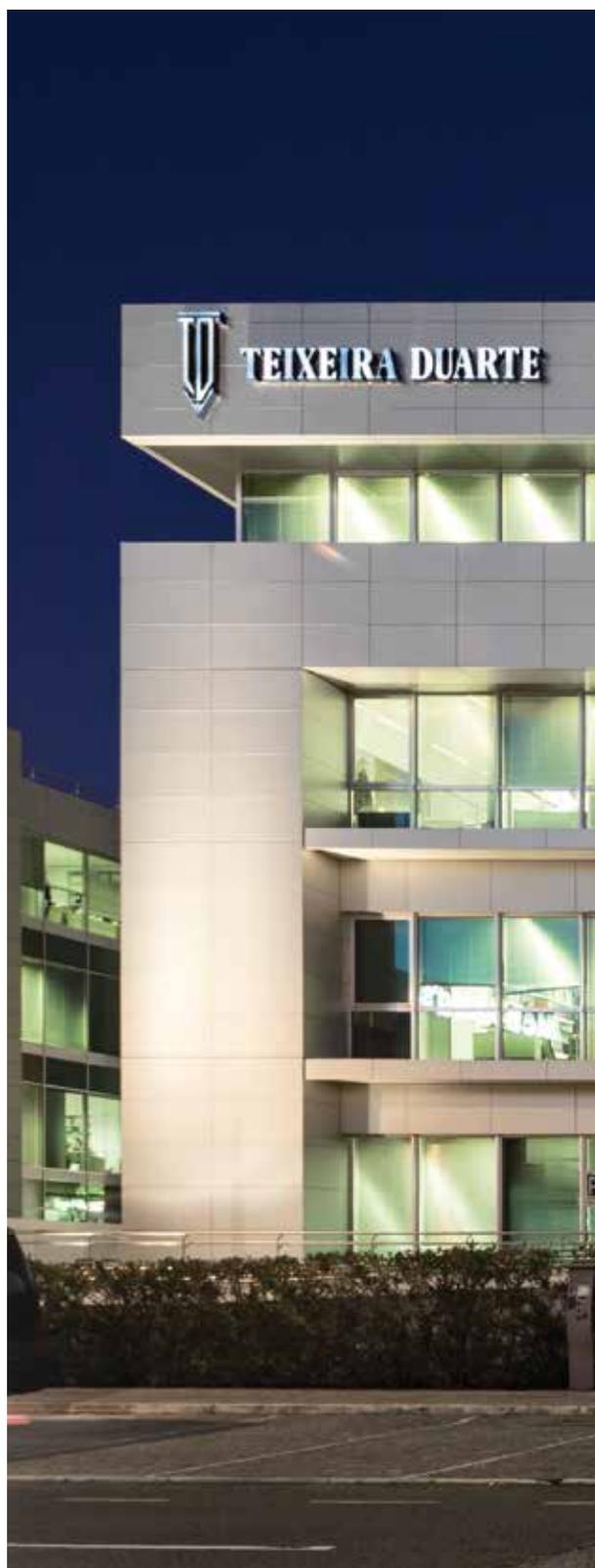
DÍVIDA LÍQUIDA **718 M€**
Rácio Dívida Líquida / EBITDA de 3,8x

AUTONOMIA FINANCEIRA **18 %**

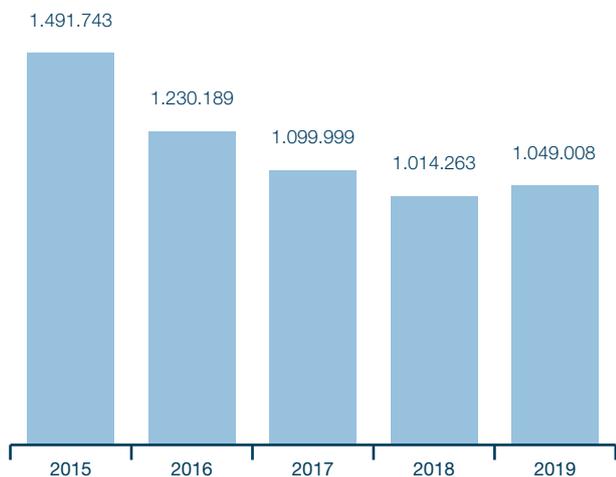
CARTEIRA DE ENCOMENDAS **1.468 M€**
Para o setor da Construção

	2019	2018	Var. %
Proveitos operacionais	1.049.008	1.014.263	3,4%
Custos operacionais	(858.973)	(871.582)	1,4%
EBITDA	190.035	142.681	33,2%
Amortizações e depreciações	(57.713)	(43.546)	32,5%
Provisões e perdas por imparidade	(1.872)	(15.258)	(87,7%)
EBIT	130.450	83.877	55,5%
Resultados Financeiros	(86.488)	(54.702)	58,1%
Resultados antes de impostos	43.962	29.175	50,7%
Imposto sobre o rendimento	(27.292)	(19.679)	38,7%
Resultado líquido	16.670	9.496	75,5%
Atribuível a:			
Detentores de capital	14.414	11.127	29,5%
Interesses não controlados	2.256	(1.631)	-

(Valores em milhares de euros)



APRECIAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

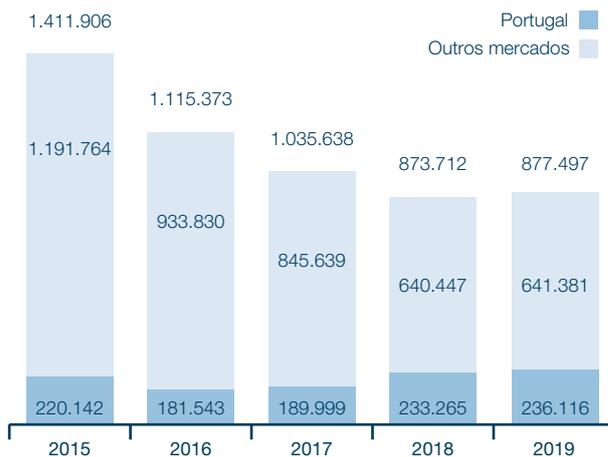


Evolução dos Proveitos Operacionais (valores em milhares de Euros)

Os **Proveitos Operacionais**, alterando a tendência dos últimos anos, aumentaram 3,4% face a 2018, atingindo 1.049.008 milhões de euros, dos quais 30% resultaram das operações em Portugal, onde se destacam as subidas nos setores da Construção e das Concessões e Serviços.

Analisando este indicador por mercados, de referir o decréscimo em Portugal de 2,1%, enquanto os mercados externos, na sua globalidade, aumentaram 6% face a período homólogo.

O **Volume de Negócios** atingiu o montante de 877.497 milhares de euros, o que representa um ligeiro incremento de 0,4% face a 2018.

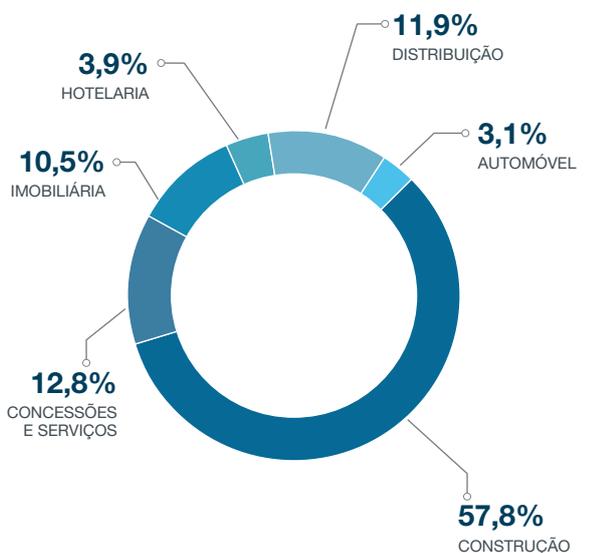


Evolução do Volume de Negócios (valores em milhares de Euros)

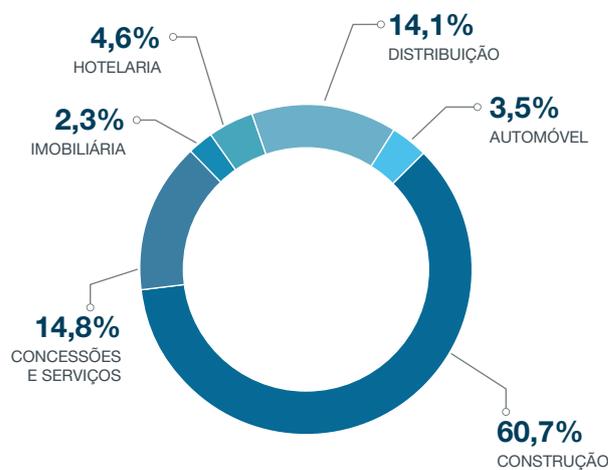
Portugal registou um aumento de 1,2% do volume de negócios, enquanto que, os mercados externos, na generalidade aumentaram, com exceção dos mercados Angolano e Argelino que diminuíram 19,7% e 12,2%, respetivamente.

Neste contexto, os mercados externos que representavam 73,3% do volume de negócios do Grupo em 2018, passaram a representar 73,1% do volume de negócios do Grupo Teixeira Duarte.

Neste indicador, o bom desempenho dos setores da Construção, Concessões e Serviços e Hotelaria compensaram as diminuições registadas na Imobiliária e na Distribuição.

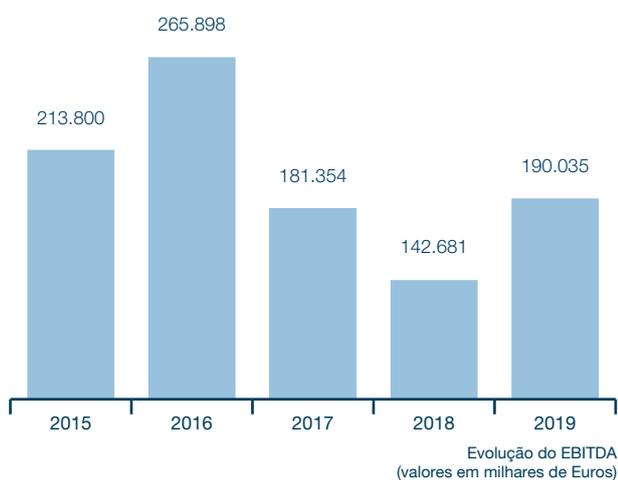


Proveitos Operacionais por Setor de Atividade



Volume de Negócios por Setor de Atividade

O EBITDA registou um aumento de 33,2% face ao ano anterior, atingindo 190.035 milhares de euros.



Este indicador foi influenciado por alguns factos que nos cumpre destacar:

- Alienação de 50% participada “TDE – Empreendimentos Imobiliários, S.A.”, com ganhos de 22.196 milhares de euros;
- Diferenças de câmbio operacionais, com impacto positivo de 55.378 milhares de euros;
- Impacto positivo decorrente da aplicação da IFRS 16 de 10.601 milhares de euros;
- Imparidades líquidas de inventários de 10.362 milhares de euros – que no ano anterior haviam sido de 1.906 milhares de euros.

EBITDA por Atividade	2019	2018	Var. %
Construção (*)	91.705	49.478	85,3%
Concessões e Serviços (*)	7.321	14.618	(49,9%)
Imobiliária	56.356	54.902	2,6%
Hotelaria	15.492	12.428	24,7%
Distribuição	12.432	10.235	21,5%
Automóvel	10.375	10.379	(0,0%)
Não afectos a segmentos	(3.636)	(9.684)	62,5%
Eliminações	(10)	325	s.s.
Total	190.035	142.681	33,2%

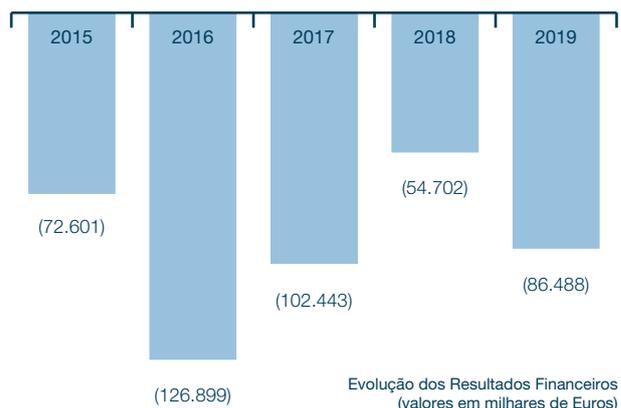
(Valores em milhares de euros)
(*) valores 2018 reclassificados

A Margem EBITDA / Volume de Negócios registou um aumento face ao ano anterior, passando de 16,3% para 21,7% em 2019.

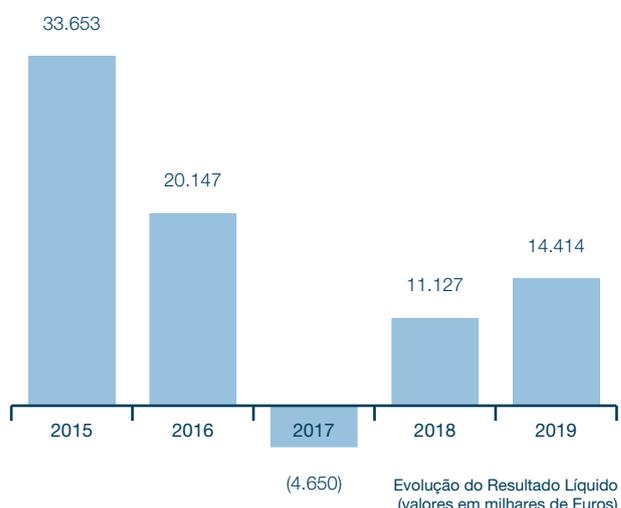
Os Resultados Financeiros foram negativos em 86.488 milhares de euros, que comparam com 54.702 milhares de euros face ao exercício de 2018, piorando 31.786 milhares de euros.

Para esta quebra, destacamos as seguintes variações:

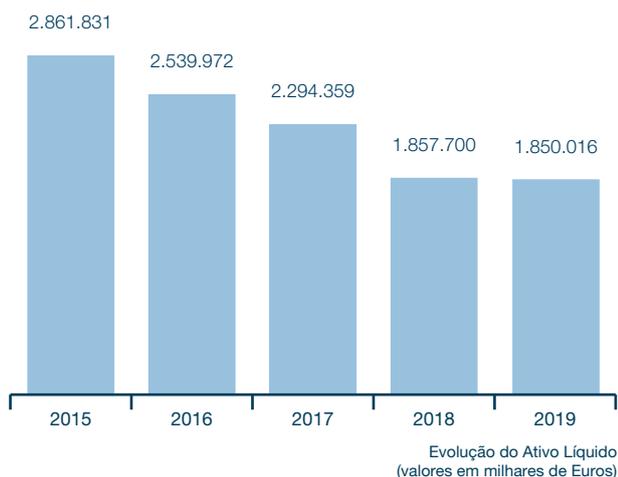
- Variação negativa de 38.353 milhares de euros da posição monetária líquida decorrente da IAS 29 – Economias Hiperinflacionárias;
- Variação negativa de 19.206 milhares de euros dos ganhos com alienações de ativos financeiros obtidos em 2018;
- Variação positiva de 21.215 milhares de euros de diferenças de câmbio financeiras desfavoráveis, que atingiram 46.957 milhares de euros, que compara com 68.172 milhares de euros em 2018;
- Variação positiva de 2.474 milhares de euros de juros suportados.



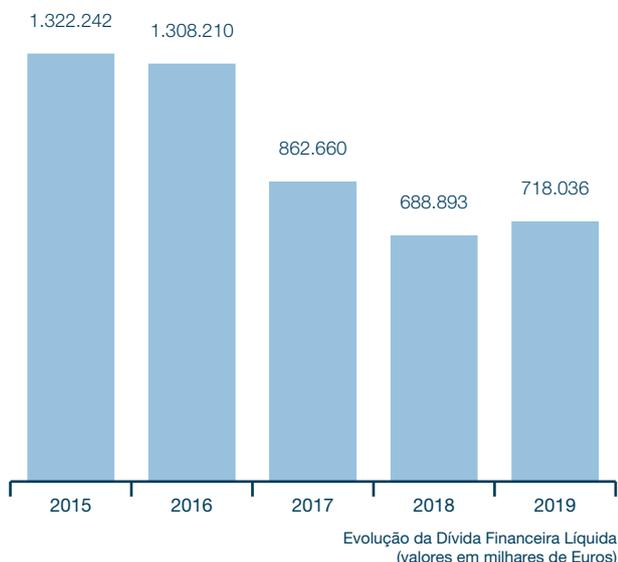
Os Resultados Líquidos Atribuíveis a Detentores de Capital foram positivos em 14.414 milhares de euros, refletindo um acréscimo de 29,5% face ao exercício de 2018.



O **Total do Ativo** fixou-se em 1.850.016 milhares de euros, o que representa uma diminuição de 0,4% face a 31 de dezembro de 2018.



A **Dívida Financeira Líquida** fixou-se no montante de 718.036 milhares de euros no final de 2019.



(*) – Inclui a rubrica de caixa e equivalentes de caixa no montante de 135.380 milhares de euros.

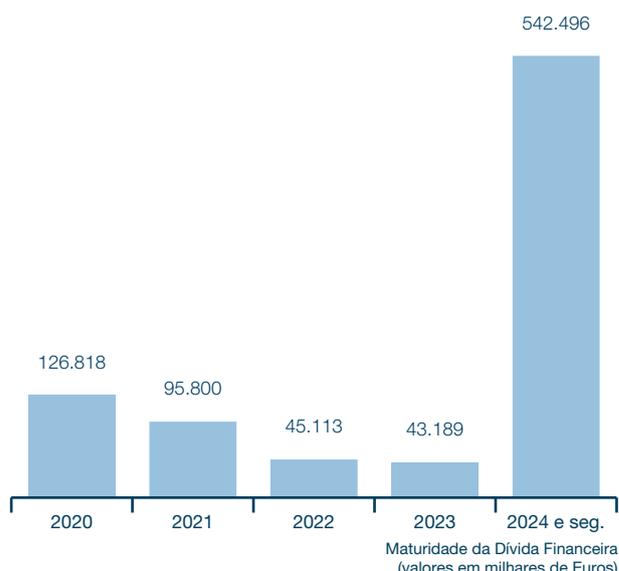
(**) – Inclui o montante de responsabilidades com locações de 37.740 milhares de euros.

(***) – Não inclui a dívida financeira líquida dos ativos detidos para venda.

Decorrente da aplicação da IFRS 16 em 2019, a dívida financeira líquida aumentou 37.740 milhares de euros. Desconsiderando este efeito, a dívida financeira líquida teria registado uma diminuição de 8.597 milhares de euros.

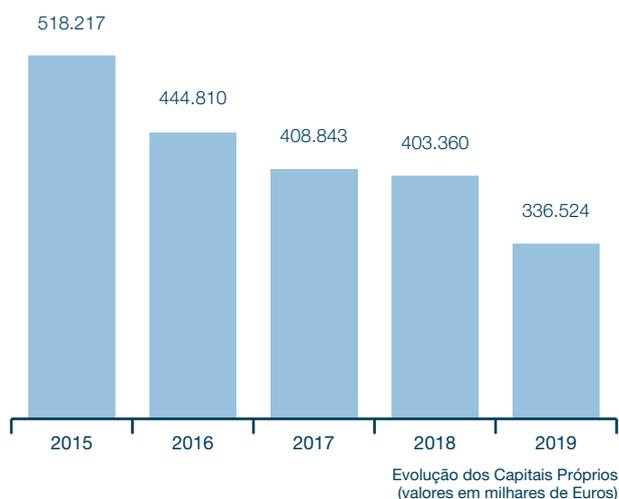
Realce-se a este propósito que o endividamento bancário bruto diminuiu 45.208 milhares de euros.

A **Maturidade da Dívida Financeira** do Grupo em 31 de dezembro de 2019 é a seguinte:



O rácio **Dívida Financeira Líquida / EBITDA** fixou-se em 3,8x no final de 2019.

O **Capital Próprio** registou uma redução de 16,6% face a 31 de dezembro de 2018, fixando-se em 336.524 milhares de euros.



A variação do **Capital Próprio**, no total de 66.836 milhares de euros, é influenciada positivamente pelo Resultado Líquido de 16.670 milhares de euros e pela revalorização dos ativos fixos tangíveis de 76.234 milhares de euros e, negativamente, pelos efeitos da conversão cambial decorrentes da desvalorização das divisas dos países onde o Grupo opera.

A **Autonomia Financeira** alcançou 18,2% em 31 de dezembro de 2019, uma diminuição de 3,5 p.p. face ao final de 2018.

II. ANÁLISE AOS SETORES DE ATIVIDADE

De seguida, será feito o relato da atividade desenvolvida pelas empresas do Grupo Teixeira Duarte nos diversos setores, seguindo-se, para todos eles, uma estrutura semelhante, ou seja, começando por contextualizar o respetivo setor dentro do Grupo Teixeira Duarte, depois apresentando o Volume de Negócios e o EBITDA consolidados, o contributo dessa área de negócio para o Grupo e concluindo com uma exposição sobre a atuação durante 2019, acompanhada de indicadores não consolidados que permitem uma análise e perspetiva sobre o total da atividade e não só o seu contributo final para os números consolidados.





II.1. CONSTRUÇÃO

A Construção é a atividade de referência e génese das empresas do Grupo Teixeira Duarte que, neste setor, atuam nas áreas da Geotecnia e Fundações, da Reabilitação, das Obras Marítimas, das Edificações, das Infraestruturas, da Metalomecânica, das Obras Subterrâneas e das Obras Ferroviárias. Estas áreas operacionais contam com o apoio de um Centro Operacional de Cofragens e Pré-esforço e de um conjunto de Estruturas de Apoio nas vertentes da Gestão de Equipamento, dos Sistemas de Gestão e Tecnologia, dos Aprovisionamentos e da Logística das Propostas, bem como de um Polo Operacional e de um Laboratório de Materiais, instalados no Montijo, numa área superior a 100.000 m² e que constituem uma enorme valia adicional para a atividade e para os serviços prestados aos clientes.

O seu fundador, Eng.º Ricardo Esquível Teixeira Duarte, que concluiu o primeiro curso de Engenharia Civil ministrado no Instituto Superior Técnico e que desempenhou funções de bastonário da Ordem dos Engenheiros, desde sempre foi reconhecido pelos seus pares pela sua valia técnica e de inovação.

A Teixeira Duarte prosseguiu a sua atuação marcada por esse cunho, assumindo-se sempre como uma verdadeira Casa de Engenharia. Desde grandes infraestruturas como pontes, barragens, estradas e outras obras públicas, bem como hospitais e grandes edifícios que constituem marcos históricos, a Teixeira Duarte é reconhecida como um sinónimo de conhecimento e experiência, sendo uma presença constante no mercado da construção.

Para além da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." - que é a principal sociedade do Grupo - existem também outras sociedades participadas, que operam em áreas específicas da Construção, nomeadamente nas obras Subterrâneas e nas Ferroviárias, bem como diversos Agrupamentos Complementares de Empresas e outras estruturas semelhantes afetas a projetos específicos.

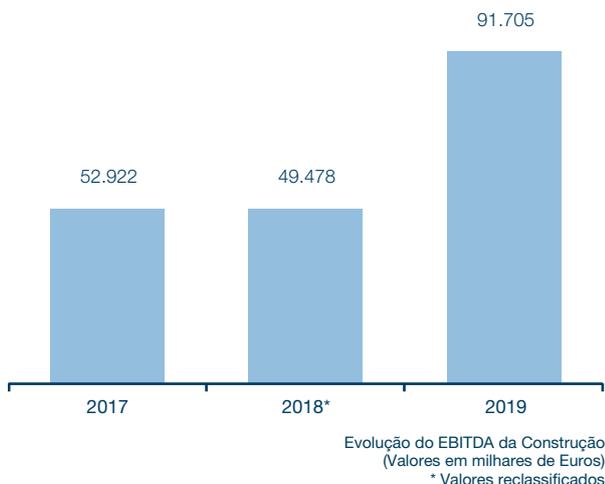
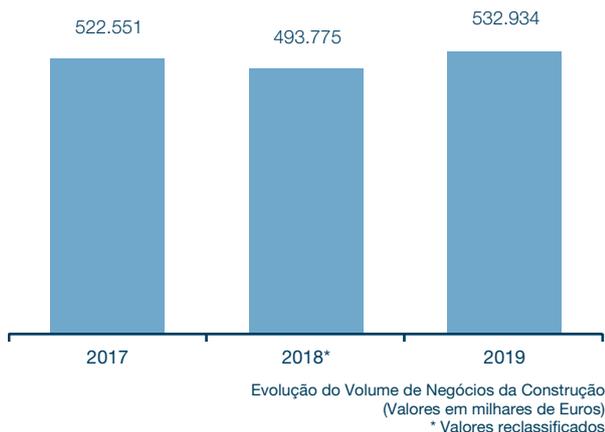
Em 2019, as empresas do Grupo Teixeira Duarte que atuam neste setor da Construção operaram nos mercados de Portugal, Angola, Argélia, Brasil, Cabo Verde, Colômbia, Equador, Espanha, Gabão, França, Marrocos, Moçambique, Perú, Reino Unido e Venezuela.





Concessionária do Aeroporto de Salvador, S.A. - Expansão do Aeroporto de Salvador
SALVADOR - BRASIL

CONTRIBUTO DESTE SETOR PARA O GRUPO



O Volume de Negócios da Construção aumentou 7,9% face ao período homólogo de 2018.

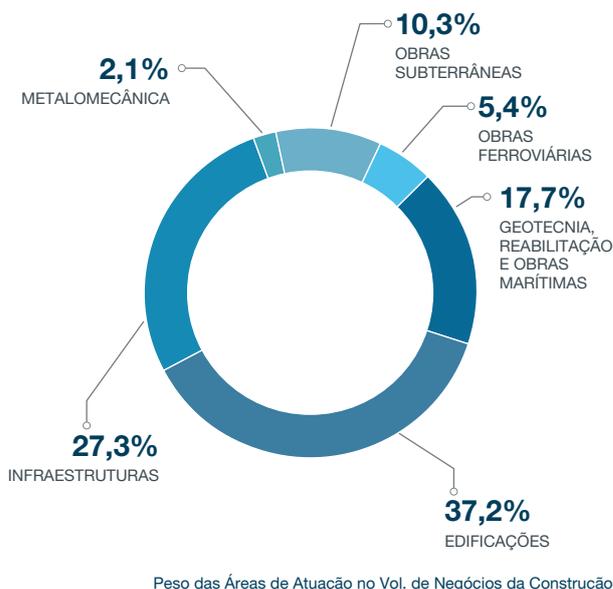
Portugal registou um aumento de 19,9% face a 2018, essencialmente devido ao bom desempenho conseguido no mercado privado da Construção, tendo os mercados externos, na sua globalidade, tido um incremento de 3,3% em relação ao ano anterior.

O aumento de 47,9% no Brasil e o bom desempenho nos mercados do Equador, Perú e Colômbia, com aumento total de 26.510 milhares de euros, superaram as diminuições registadas em Angola e na Argélia, respetivamente de 60,7% e 12,2% face ao período homólogo.

A atividade desenvolvida nos mercados externos passou assim

a representar 69,1% do volume de negócios da Construção, em vez dos 72,2% que representava em 2018.

Relativamente às diferentes áreas de negócio em que as empresas do Grupo Teixeira Duarte operaram em 2019, refira-se que os contributos, em termos consolidados, de cada uma foram os seguintes:



O EBITDA na Construção registou um acréscimo de 85,3% face ao ano passado, tendo atingido 91.705 milhares de euros, fruto de um bom desempenho operacional das obras, conjugado com um maior controlo de custos e adequação das estruturas operacionais.

ATIVIDADE EM 2019

Em termos não consolidados e para que se tenha uma perspetiva sobre o total da atividade em 2019, informa-se que os proveitos operacionais alcançados pelas empresas do Grupo no setor da Construção atingiram o valor global de 689.038 milhares de euros, um aumento de 10,9% face a 2018.

GEOTECNIA E FUNDAÇÕES, REABILITAÇÃO E OBRAS MARÍTIMAS

Na vertente da Geotecnia e Fundações concebem-se e executam-se soluções técnicas de engenharia de fundações, estudos geológicos, prospeção mineira, paredes moldadas, estacas, micro estacas, pregagens, ancoragens, consolidações, injeções, jet-grouting, betão projetado, entre outros trabalhos da especialidade.

Na área da Reabilitação realizam-se trabalhos especializados nos domínios da reabilitação de estruturas e conservação de



ECRN - Construção de Elevador de Navios com Capacidade de Elevação Igual ou Superior a 9.000 toneladas
BASE NAVAL DE MERS EL KÉBIR - ARGÉLIA

monumentos e património arquitetónico edificado, bem como inspeções e diagnóstico de estruturas.

No âmbito das **Obras Marítimas** executam-se diversos tipos de obras de infraestrutura portuária, tais como portos comerciais, de pesca e de recreio náutico; de construção e reabilitação de proteções costeiras, tais como molhes, esporões, praias artificiais e obras de defesa aderentes, aterros hidráulicos, emissários e ainda em operações de dragagem e noutros trabalhos da área marítima e fluvial.

Na vertente dos **Projetos** desenvolvem-se e executam-se Estudos e Projetos Técnicos de Engenharia, para todo o Grupo Teixeira Duarte que se têm revelado de grande importância na apresentação tecnicamente fundamentada de propostas e projetos. Cabe ainda a esta estrutura a coordenação e implementação do BIM (Building Information Modeling) no âmbito de todo o Grupo Teixeira Duarte, com a consolidação da formação interna e externa, desenvolvimento de projetos nesta tecnologia e criação de procedimentos internos.

No global, a atividade desenvolvida nestas áreas da Geotecnia e Reabilitação e na área das Obras Marítimas, registou em 2019 um incremento do Volume de Negócios.

Com efeito, a atividade aumentou em Portugal, Argélia, Brasil, Moçambique e reduziu em Angola, na Colômbia e em Marrocos, sendo que, no global, alcançaram-se 97 milhões de euros de Volume de Negócios, o que corresponde a um aumento de 27,4% relativamente ao exercício de 2018.

Em **Portugal**, atendendo à evolução positiva das condições de mercado e pelo facto de se terem realizado obras de maior dimensão, o volume de negócios aumentou significativamente, tendo atingido 15,1 milhões de euros, contribuindo em 15,6% para o Volume de Negócios destas áreas de atuação.

Em **Angola**, o desempenho nestas áreas da construção voltou a ser condicionado pela forte crise financeira e económica que afeta o país nos últimos anos, tendo-se registado uma descida de cerca de 41,3% do Volume de Negócios, que se fixou este ano de 2019 em cerca de 3,6 milhões de euros.

Na **Argélia**, confirmaram-se as expectativas que se haviam referido no relatório do exercício anterior, ou seja, 2019 foi um ano de recuperação da atividade tendo o Volume de Negócios aumentado 89% relativamente aos do ano anterior – 35,3 milhões de euros, contribuindo em 36,4% para o Volume de Negócios alcançado nesta área de atuação.



DEINFRA - Execução das Obras de Restauo e Reabilitação da Ponte Hercílio Luz
FLORIANÓPOLIS - BRASIL

Tal crescimento resultou da execução de trabalhos no âmbito de uma importante obra marítima de prazo plurianual adjudicada a empresas do Grupo Teixeira Duarte: *“l’Étude, la réalisation des aires de travail e de transfert, les infrastructures maritimes et génie-civil, les fournitures et l’installation d’un complexe élévateur à bateaux d’une capacité de levage égale ou supérieure à 9000 tonnes et la formation de techniciens”*, para o E.C.R.N. *“l’Établissement de Construction et de Réparation Navales”* (integrado na Ministério da Defesa Nacional da Argélia), sediado na base Naval de Mers-EL-Kebir.

No Brasil, o ano foi marcado por decréscimo do Volume de Negócios face ao exercício anterior de 10,7%, tendo-se atingido um valor de 24,8 milhões de euros.

Destaque no âmbito da atuação neste país, para a conclusão da empreitada dos “Serviços de Recuperação Estrutural e Restauração da Ponte Hercílio Luz”, em Florianópolis, no Estado de Santa Catarina, a realizar para DEINFRA – Departamento de Infraestruturas do Governo de Santa Catarina, no valor de 262,9 Milhões de Reais.

A mesma resultou de contrato assinado, por ajuste direto, em

10 de março de 2016, após a conclusão, dentro dos prazos, de dois contratos emergenciais, também por ajuste direto, que permitiram executar as estruturas de sustentação inferiores, demonstrando a capacidade técnica e operacional da Teixeira Duarte perante o cliente e a opinião pública.

A empreitada – que implicou o envolvimento das equipas da Geotecnia e Fundações e de Metalomecânica – incluiu o reforço das fundações e dos blocos de ancoragem, a reabilitação e reforço da estrutura do vão central e viadutos de acesso, a substituição sistema de suspensão, para a qual se fez a transferência de carga de todo o peso próprio do vão central para as estruturas provisórias que foram instaladas ao abrigo dos contratos anteriores acima mencionados, a substituição do pavimento rodoviário e recuperação das passarelas pedonais e envolveu mais de 500 trabalhadores e 4.000 toneladas de Estruturas Metálicas Novas.

A Colômbia, tem sido um país em que a Teixeira Duarte tem apostado e onde o ambiente de crescimento da economia tem impulsionado a Construção.

Embora em relação ao ano anterior se tenha registado uma re-



Construção da "Quinta da Comporta" Wellness Boutique Resort
COMPORTA - PORTUGAL

dução de cerca de 44,3%, manteve-se ao longo de 2019 uma atividade contínua e uma taxa de ocupação do equipamento bastante satisfatória ao longo de todo o ano, tendo-se atingido um volume de negócios de 3,7 milhões de euros.

Em **Moçambique**, atingiu-se um volume de negócios de 14,3 milhões de euros, isto é, um crescimento de 146% relativamente ao exercício do ano transato, fortemente impulsionado pelos trabalhos realizados no âmbito da Construção do Porto de Nacala, Fases I e II, para o Ministério dos Transportes e Comunicações de Moçambique.

Em 2019 iniciou-se a execução de uma obra marítima em Cabo Verde, de prazo de execução plurianual, cujos proveitos irão ser alcançados em 2020 e 2021.

EDIFICAÇÕES

Na área das Edificações, a entidade mais relevante no seu contributo é a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. que mantém uma atuação importante, abrangendo a construção e reabilitação de todo o tipo de edifícios, nomeadamente de grande dimensão e complexidade, públicos ou privados e destinados às mais variadas utilizações. Em 2019, o Grupo atuou nesta

área em Portugal, Angola, Argélia, Brasil e Moçambique, tendo também iniciado a atividade no Kuwait.

No global, apesar do volume de faturação alcançado em 2019 ter sido ligeiramente inferior ao de 2018, registou-se uma melhoria importante ao nível dos principais indicadores económicos, nomeadamente do EBITDA e EBIT e destacam-se as boas prestações em Portugal e no Brasil, que se assumiram em 2019 como os dois principais mercados na área das Edificações.

Globalmente, perspectivava-se para 2019 um crescimento do volume de faturação que não se veio a confirmar devido fundamentalmente à redução significativa da atividade que ocorreu em **Angola**, onde a difícil conjuntura económica e financeira que o país atravessa, para além de ter limitado o aparecimento de novos projetos, levou, inclusivamente, à suspensão de três empreitadas que a Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A. estava a executar.

A Teixeira Duarte continua a acreditar no potencial deste mercado – onde atua continuamente há mais de 40 anos –, mas prevê que nesta área de atuação o nível de atividade deverá manter-se em mínimos históricos.

Também em **Moçambique** o nível de atividade da construção ficou aquém do previsto, registando-se em 2019 um valor de proveitos inferior ao obtido no ano anterior. O ano de 2019 ficou marcado pelo ciclone Idai que assolou a zona centro do território e que veio agravar a já difícil situação financeira do país com consequências imediatas na atividade da construção. Embora se alimentem algumas expectativas positivas resultantes de investimentos na área do Gás Natural, a atual conjuntura política, macroeconómica e de saúde pública estão a condicionar as perspetivas para 2020.

Em **Portugal** manteve-se a tendência de crescimento do volume de trabalho iniciado em 2017, suportado pela forte dinâmica do mercado imobiliário privado, evidenciado pelo lançamento de um grande número de novos concursos, com especial enfoque na construção habitacional nova e construção de escritórios. Para 2020 prespetiva-se ainda um crescimento da atividade face a 2019, embora com tendência para estabilizar nos próximos anos.

No **Brasil**, em 2019, confirmando-se as previsões, registou-se um forte crescimento da atividade face a 2018, decorrente fundamentalmente da execução de obras de grande relevância contratadas no ano anterior, como foram o caso da reforma e expansão do Aeroporto de Salvador e da empreitada de construção da Fase 1 da Catedral de Brasília, para a Igreja Universal do Reino de Deus. No entanto, atendendo à difícil situação económica do Brasil, a qual tem limitado a iniciativa de investidores públicos e privados, não se perspetiva um crescimento da atividade para 2020.

Na **Argélia**, o volume de negócios enquadrou-se dentro do valor previsto para 2019, havendo a destacar o excelente desempenho alcançado na obra do AGB (*Gulf Bank Algeria*), que se prevê encerrar no decurso de 2020, não se perspetivando a realização de novas empreitadas nesta área de Edificações neste mercado.

Por último, destaca-se a contratação, já em finais de outubro de 2019, para a construção da Estação de Tratamento de Águas Residuais de Umm Al Hayman, no **Kuwait**, para a WTE Wasertechtechnik GmbH – Kuwait Branch, no valor correspondente a cerca de 166 milhões de Euros, com um prazo de execução e comissionamento de 30 meses..

A empreitada, integrada no contrato de Engineering Procurement Construction celebrado entre a WTE e o consórcio formado por IFA – International Financial Advisors e a WTE, em nome do Ministério de Obras Públicas Kuwaitiano, irá viabilizar a operação de uma das maiores e mais complexas estações de tratamento de águas residuais do mundo, com uma capacidade de tratamento de 500.000 m³/dia, a que se junta o processamento de água para a agricultura e indústria, produção de energia e compostagem.

A Teixeira Duarte dá deste modo o seu contributo para a construção de um projeto de elevada complexidade, estruturante e orientado para a sustentabilidade neste país do médio oriente.



Conceção/Construção da Ampliação do Armazém da Farmácia Regional de Zimpeto
MAPUTO - MOÇAMBIQUE

INFRAESTRUTURAS

Na área das Infraestruturas, as empresas do Grupo Teixeira Duarte reúnem um vasto e diversificado conjunto de obras executadas, nomeadamente, estradas e autoestradas, pontes e viadutos, barragens, túneis, ferrovias, gares ferroviárias e interfaces, obras portuárias, construção ambiental e ainda infraestruturas de água e gás natural.

A atividade desenvolvida nesta área, tem acompanhado as variações cíclicas dos principais mercados em que as empresas do Grupo operam.

O Grupo atuou, em 2019, nesta área em Portugal, Angola, Argélia, Brasil, Equador e na Venezuela, tendo também prosseguido a atividade técnica e comercial no Médio Oriente e em alguns países da América Latina, de África e da Europa, o que permite antever, a curto ou médio prazo, a atribuição de alguns contratos nestas geografias.

O Volume de Negócios alcançado pelo Grupo nesta área de atuação aumentou 2,3% face ao ano anterior, fixando-se em 126,2 milhões de euros. Este valor foi sustentado pelo crescimento da atividade em Portugal e no Brasil, tendo sido parcialmente penalizado pela redução ligeira da atividade na Argélia e

em Angola, em razão de condicionalismos de ordem financeira e de desvalorizações cambiais.

Em Portugal, a atividade registou um acréscimo face ao exercício anterior, de 15,3% do volume de negócios nesta área de atuação, atingindo-se um valor de 14,5 milhões de euros, destacando-se as obras realizadas para as Infraestruturas de Portugal, cliente para o qual, se concluiu a intervenção na Linha de Leste, entre Elvas e a fronteira, e se iniciou a empreitada da Linha da Beira Alta, entre Guarda e Cerdeira.

No decorrer de 2019, foram ainda iniciadas as obras do Túnel de acesso ao mercado do Bolhão, para o GOporto (Gestão e Obras do Porto E.M.), a execução de diversos trabalhos para a “SOMINCOR – Sociedade Mineira de Neves Corvo, S.A.”, na mina situada nessa localidade, no concelho de Castro Verde, e a execução de um ramal ferroviário para a APSA (Associação de Portos de Sines e do Algarve).

Em Angola não existiram novas contratações neste área de negócio, tendo a atividade sido pouco expressiva, fixando-se o volume de negócios em 8,5 milhões de euros.

Na Argélia, a conjuntura política e económica condicionou o desenvolvimento da atividade e teve como consequência um



Infraestruturas de Portugal - Modernização da Linha do Leste
TROÇO ELVAS/FRONTEIRA - PORTUGAL



ADA - Execução das Instalações e Equipamentos de Exploração
da Autoestrada Este-Oeste - ARGÉLIA

decréscimo de 23,9% do volume de negócios, atingindo-se um valor de 50,4 milhões de euros.

No **Brasil** verificou-se um aumento de cerca de 47% do volume de negócios, atingindo-se um valor de 51,8 milhões de euros, destacando-se as obras realizadas para a “VALE do Rio Doce, S.A.” e para a sua participada “SALOBO METAIS S.A.”, no primeiro caso a empreitada de Alçamento da Barragem de Itabirucu no município de Itabira/MG (Minas Gerais) e, para a segunda entidade, a execução das obras de infraestrutura para o projeto SALOBO III, localizado na Floresta Nacional do Tapirapé-Aquiri, no município de Marabá/PA (Pará).

No âmbito da contratação pública neste mercado brasileiro, destaca-se a continuidade aos contratos da duplicação das Rodovias BR-101 (lotes 1 e 2), e BR-116 (lote 6), com extensões respetivamente de 84 e 40 km, todos no Estado da Bahia, para o DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes).

Ainda em 2019, foi concluída a empreitada de obras civis na Subestação de Rio Novo do Sul, no estado do Espírito Santo, e foi contratada uma operação para a empresa mineira Atlantic Nickel, que consiste na execução dos serviços de perfuração e desmonte em rocha com explosivos, escavação, carga, trans-

porte, descarga de minério e estéril, conservação dos caminhos de circulação dos equipamentos, espalhamento e deposição do material transportado.

Trata-se de uma operação de exploração de uma mina de níquel a céu aberto, que foi reativada em 2019, no Estado da Bahia, sendo o valor do contrato de 143 milhões de Euros, com um prazo de execução de três anos. O volume contratado de massa a manusear é de 74 milhões de toneladas, repartidas entre minério e estéril. Para o efeito constituiu-se um consórcio de cinco empresas, cabendo ao Grupo Teixeira Duarte a participação de 23,565%.

No **Equador**, deu-se seguimento à execução, em consórcio, do contrato de empreitada da Ponte Daule-Guayaquil, no valor correspondente a 53 milhões de euros, com um prazo de execução de 16 meses. Este contrato teve um avanço significativo durante o ano de 2019, que permitiu o reconhecimento público das autoridades locais, projetistas e fiscalização, pela forma como foi gerido todo o processo, tornando-se uma obra de engenharia de referência, o que poderá abrir novas oportunidades neste novo mercado para o Grupo.

Na **Venezuela**, estando paradas as obras contratadas, a atividade do Grupo está circunscrita, desde 2017, à operação do



Construção da Ponte Daule-Guayaquil, EQUADOR

Puerto de La Guaira – desenvolvida neste Relatório no âmbito das Concessões e Serviços – cuja contratação ocorreu na sequência da realização, pela "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.", da empreitada de modernização e ampliação do Porto de La Guaira, nos anos 2012 a 2014.

METALOMECÂNICA

A Metalomecânica é a área de atuação vocacionada para a construção metálica e instalação de equipamentos industriais, salientando-se ainda o elevado *know-how* no domínio da mecânica e da óleo-hidráulica, o que no seu conjunto lhe permite desenvolver soluções técnicas e efetuar trabalhos de elevada complexidade, nomeadamente na movimentação e montagem de estruturas de grande porte.

Esta valia tem sido utilizada pelo Grupo, quer atuando de forma autónoma no mercado em projetos no âmbito da sua especialidade, quer de forma integrada com as outras áreas de atuação, nomeadamente em trabalhos de construção e reabilitação de pontes metálicas e mistas, em viadutos metálicos e mistos, edifícios, estruturas metálicas diversas, equipamentos hidrodinâmicos e equipamentos mineiros.

Em 2019, desenvolveu-se atividade em Portugal, Brasil e Argé-

lia, com destaque para o incremento da atividade em Portugal.

O Volume de Negócios alcançado foi 11,4 milhões de euros, o que corresponde a um crescimento de 57% face ao ano de 2018.

Em Portugal destaca-se, para a “SOMINCOR – Sociedade Mineira de Neves Corvo, S.A.”, a execução, no âmbito do Zinc Expansion Project, da empreitada CUG11 (*Under Ground Material Handling Electro-Mechanical Installation*).

No Brasil, realça-se a empreitada de Restauração e Reabilitação da Ponte Hercílio Luz em Florianópolis, no Estado de Santa Catarina, tendo sido concluídos os trabalhos que permitiram a utilização da ponte e respetiva abertura ao público no final do ano.

Para 2020 destaca-se a participação da Metalomecânica na empreitada Elevador de Barcos (*Installation d'un Complexe Élévateur a Bateaux*), na Argélia, que será um bom contributo adicional para a prestação da empresa nesta área de negócio



SOMINCOR - ZEP Project: CUG-11 - Material Handling Electro-Mechanical Installation Package
CASTRO VERDE - PORTUGAL



Consórcio Ferrocol - Escavação do Túnel de La Paz
BUCARAMANGA - COLÔMBIA

OBRAS SUBTERRÂNEAS

Nas Obras Subterrâneas, o Grupo Teixeira Duarte é acionista único de uma empresa especialista, a "E.P.O.S. - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A." (EPOS, S.A.), que, com décadas de experiência, atua na área da engenharia civil e na área mineira.

Em 2019, o volume de negócios aumentou 18,4% em comparação com o período homólogo, para 56,2 milhões de euros, dos quais 54,4% obtido no mercado interno.

Em **Portugal**, registou-se uma diminuição da atividade, mantendo a EPOS, S.A. a aposta na manutenção e angariação de clientes privados com uma forte concentração na área mineira.

O volume de negócios no mercado externo aumentou significativamente, compensando largamente a diminuição da atividade em Portugal, passando o mercado externo a representar 45,6% do total da atividade.

O aumento da atividade no mercado externo resulta, principalmente, do início da atividade no **Brasil**, através da contratualização, por um período de cinco anos, de uma importante

obra mineira na Mina de Cuiabá, para a "Anglo Gold Ashanti" – terceiro maior produtor de ouro do mundo –, mas também pela contratualização da primeira obra de Engenharia Civil na Colômbia, conseguida na sequência de uma intensa atuação comercial nos últimos anos neste país.

Ainda no âmbito do mercado externo, destaca-se o aumento em 52% da atividade em **Espanha**, fundamentalmente na mina de Aguas Teñidas, e o bom desempenho na execução da obra do metro de Lima, no **Perú**.

No cômputo geral, o Brasil assume o papel de segundo mercado mais importante em termos de volume de negócios da EPOS, S.A., com uma contribuição de 18,6% do total.

Finalmente, em **Angola** manteve-se vigente um contrato que transitou de anos anteriores, mas com menor expressão.



SETRAG - Trabalhos de regularização de balastro e ataque mecânico pesado do caminho-de-ferro Transgabonais GABÃO

OBRAS FERROVIÁRIAS

Nas Obras Ferroviárias o Grupo Teixeira Duarte atua através da Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A. e da "SOMAFEL - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.", que é uma sociedade, participada pelo Grupo Teixeira Duarte a 60% durante o exercício em análise, vocacionada para a construção, renovação e conservação de infraestruturas ferroviárias incluindo a sua eletrificação (catenária), a qual atua diretamente, através das suas sucursais e ainda da sua participada brasileira "SOMAFEL - Obras Ferroviárias e Marítimas, Ltda" – todas adiante designadas abreviadamente de SOMAFEL.

Nesta área, a SOMAFEL tem vindo a consolidar a sua atuação operacional na área ferroviária, que atualmente se concentra em Portugal, Argélia, Marrocos, França, Reino Unido, Brasil, Moçambique e, desde 2019, também no Gabão. Nestes países, a SOMAFEL tem desenvolvido processos de otimização da sua atividade, de acordo com as oportunidades e investimentos previsto em cada mercado.

Relativamente a diferentes empresas que trabalham no sector ferroviário, a SOMAFEL distingue-se por trabalhar em quatro

bitolas distintas, nas especialidades simultâneas de via e de catenária.

No exercício de 2019 o volume de negócios nesta área atingiu o montante de 29,6 milhões de euros, o que corresponde a um decréscimo de 3,3% em relação ao ano anterior.

Da atividade desenvolvida pelas participadas nesta área, o mercado nacional aumentou significativamente, passando a representar 63,3% do total do volume de negócios. No mercado internacional, de realçar a atividade desenvolvida no Brasil com 26,7% do Volume de Negócios.

Em 2019, a atividade em Portugal teve um acréscimo relativamente ao ano anterior, resultado de uma retoma no lançamento de concursos públicos em obras ferroviárias, associadas ao Quadro de Apoio Comunitário Ferrovia 2020 (em vigor até 2023).

Os contratos que a nível nacional mais contribuíram para esta variação positiva foram os de Prestação de Serviços de Manutenção de Via e Catenária dos Lotes 1 e 2, em regime de Agrupamento Complementar de Empresas, com duração mínima de 36 meses, e que abrange aproximadamente 70% da Rede

Ferrovieária Nacional, bem como a Eletrificação da Linha do Minho e a Modernização da Linha do Leste e ainda alguns outros contratos de Reabilitação e Manutenção de Via, todos para a IP-Infraestruturas de Portugal.

No âmbito de um processo de contraordenação instaurado pela Autoridade da Concorrência no qual a Teixeira Duarte, S.A. também foi inicialmente visada, em 4 de março de 2020, apenas a participada SOMAFEL veio a ser condenada, essencialmente, ao pagamento de uma coima. O Conselho de Administração da SOMAFEL não se conformou com o enquadramento de facto e de direito da referida decisão, pelo que deliberou recorrer de tal decisão junto do Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão.

No Brasil, em 2019, com a conclusão das obras de duplicação na Estrada de Ferro do Carajás (uma das linhas de mercadorias mais carregadas do mundo), para a “VALE, S.A.” verificou-se uma redução de atividade, sendo que os trabalhos desenvolvidos pela SOMAFEL estão agora mais ligados à manutenção da referida linha.

Na Argélia a redução de atividade deve-se ao atual objetivo de finalizar as obras já contratadas sem apresentar novas propostas comerciais neste mercado.

No mesmo sentido, em Marrocos, a conclusão do Plano Ferroviário Quinquenal em 2019, sem perspetiva de novo quadro de investimentos ferroviários naquele país, levou a uma desaceleração da atividade da SOMAFEL.

Por outro lado, em 2019 foram iniciadas atividades no Gabão, para a concessionária da única linha ferroviária naquele país, detida por uma mineradora francesa e, também, foi retomada a execução de obras em Moçambique.

A atividade em França e Reino Unido, foi eminentemente dedicada a intensas ações comerciais, na perspetiva de forte investimento ferroviário nestes países nos próximos anos.

Na área comercial, a SOMAFEL continua ativa na América Latina, em países como o Chile, bem como na Escandinávia, em particular na Suécia e Noruega, países que anunciaram grandes investimentos ferroviários para a próxima década. Do mesmo modo, a SOMAFEL continua atenta a oportunidades no mercado ferroviário de alguns países da África subsariana.



Monoestoril Investimentos - Construção do Monte Estoril Ocean Residence
MONTE ESTORIL - PORTUGAL



Execução de Escavação, Fundações Parciais e Contenção Periférica, da Catedral da IURD
BRASÍLIA - BRASIL



Polo Operacional Teixeira Duarte
MONTIJO - PORTUGAL

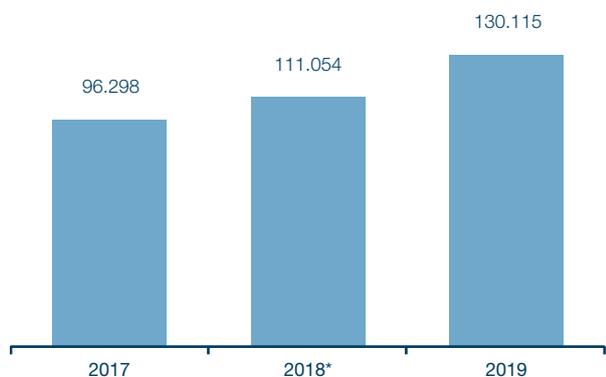
II.2. CONCESSÕES E SERVIÇOS

O Grupo Teixeira Duarte começou a operar nesta área em 1984, em Macau, através de uma participação na "CPM - Companhia de Parques de Macau, S.A.", que ainda hoje mantém e à qual acrescentou outras em Portugal, Angola, Argélia, Brasil, Bélgica, Espanha, Luxemburgo, Moçambique, Qatar e Venezuela.

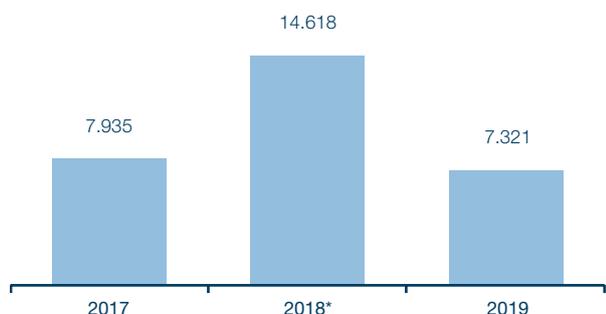
No âmbito das Concessões e Serviços, as empresas do Grupo dedicam-se a áreas de negócios de naturezas distintas, tais como o *Facilities Management e Facilities Services*, o Meio Ambiente, as Atividades Educativas em Angola, Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCH's) no Brasil, e a Operação e Gestão de um Porto na Venezuela.

Neste setor, a Teixeira Duarte detém também diversas participações minoritárias noutras entidades cuja gestão não é conduzida pelas estruturas do Grupo e que, em quase todos os casos, não integram o seu perímetro de consolidação. Ainda assim, sobre as mais importantes serão também apresentadas algumas notas no final deste capítulo.

CONTRIBUTO DESTE SETOR PARA O GRUPO



Evolução do Volume de Negócios das Concessões e Serviços (Valores em milhares de Euros)
* Valores reclassificados



Evolução do EBITDA das Concessões e Serviços (Valores em milhares de Euros)
* Valores reclassificados





Apple - Manutenção/Hard Services
BARCELONA - ESPANHA

Nas Concessões e Serviços, o **Volume de Negócios** registou um aumento de 17,2% face ao ano passado.

Em Portugal, registou um aumento de 21,2% face ao período homólogo, enquanto que, os mercados externos na sua globalidade, apresentaram um incremento de 15,2% face a 2018, com bons desempenhos de todos os mercados em que o Grupo opera.

O **EBITDA** nas Concessões e Serviços fixou-se em 7.321 milhares de euros, uma diminuição de 49,9% face ao ano passado, em consequência do registo de perdas com a operação de alienação da área do Ambiente.

ATIVIDADE EM 2019

Em termos não consolidados e para que se tenha uma perspetiva sobre o total da atividade em 2019, informa-se que os proveitos operacionais do Grupo no setor das Concessões e Serviços atingiram o valor global de 137.777 milhares de euros, 66,5% dos quais reportados a atividade desenvolvida no estrangeiro, sendo que, no global, estes valores refletem um aumento de 19,6% em relação a 2018. Para se ter também uma noção do peso das principais áreas de atuação do Grupo neste Setor, regista-se que dos indicados proveitos operacionais não consolidados, 54,6% são da área do *Facilities Management* e 25,9% da área do Meio Ambiente.

FACILITIES MANAGEMENT / FACILITIES SERVICES

Desde o ano 2000 que a "TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A." (TDGI, S.A.) atua na área do *Facilities Management / Facilities Services*.

Neste âmbito a TDGI, S.A. mantém como principais áreas de atuação a (i) Gestão Integrada de *Hard e Soft Services*, (ii) Manutenção Técnica, (iii) Análise e Diagnóstico e Soluções de Energia e (iv) Gestão de Espaços e Obras.

Sendo uma empresa de *Facilities Management*, responde, em primeira linha, às necessidades dos clientes, tendencialmente através da criação de um conjunto abrangente de soluções diferenciadoras e personalizadas, mantendo, em paralelo, a aposta em negócios específicos complementares que permitam essa abordagem mais alargada das necessidades do cliente, como a Restauração Coletiva com a marca *SmartFood*, a Gestão de Parques de Estacionamento com a marca *AutoPark* e a Gestão de Condomínios Empresariais com a marca *SpacePartners*.

Sendo, em simultâneo, uma empresa de engenharia, cria fatores de diferenciação nomeadamente através do desenvolvimento de competências técnicas específicas e de soluções tecnológicas adequadas a um objetivo paralelo de otimização de custos

e eficiência das operações e melhoria da qualidade. Destaca-se neste âmbito o projeto em parceria para o desenvolvimento do *Glose EAM*. A Tecnologia será cada vez mais uma aposta diferenciadora da empresa, pelo que o desenvolvimento de soluções internas e em parceria são uma prioridade estratégica.

A nível internacional, esta atividade é desenvolvida por outras sociedades do Grupo Teixeira Duarte que operam nos atuais nove mercados, utilizando – com o apoio de meios e recursos da TDGI, S.A. –, a marca TDGI: uma insígnia forte, com valores sólidos de engenho, verdade e compromisso e reconhecidos pelo mercado. Com efeito, um dos fatores de alargamento da atuação através da marca TDGI a outros países, tem sido esse reconhecimento assumido pelos parceiros e clientes multinationais que desafiam a TDGI a participar em novas frentes onde eles também estão a atuar.

Em Portugal, o ano de 2019, seguindo a tendência registada nos anos anteriores, foi de crescimento do número de clientes, quer através do reforço das relações contratuais já existentes, quer através da angariação de novos contratos.

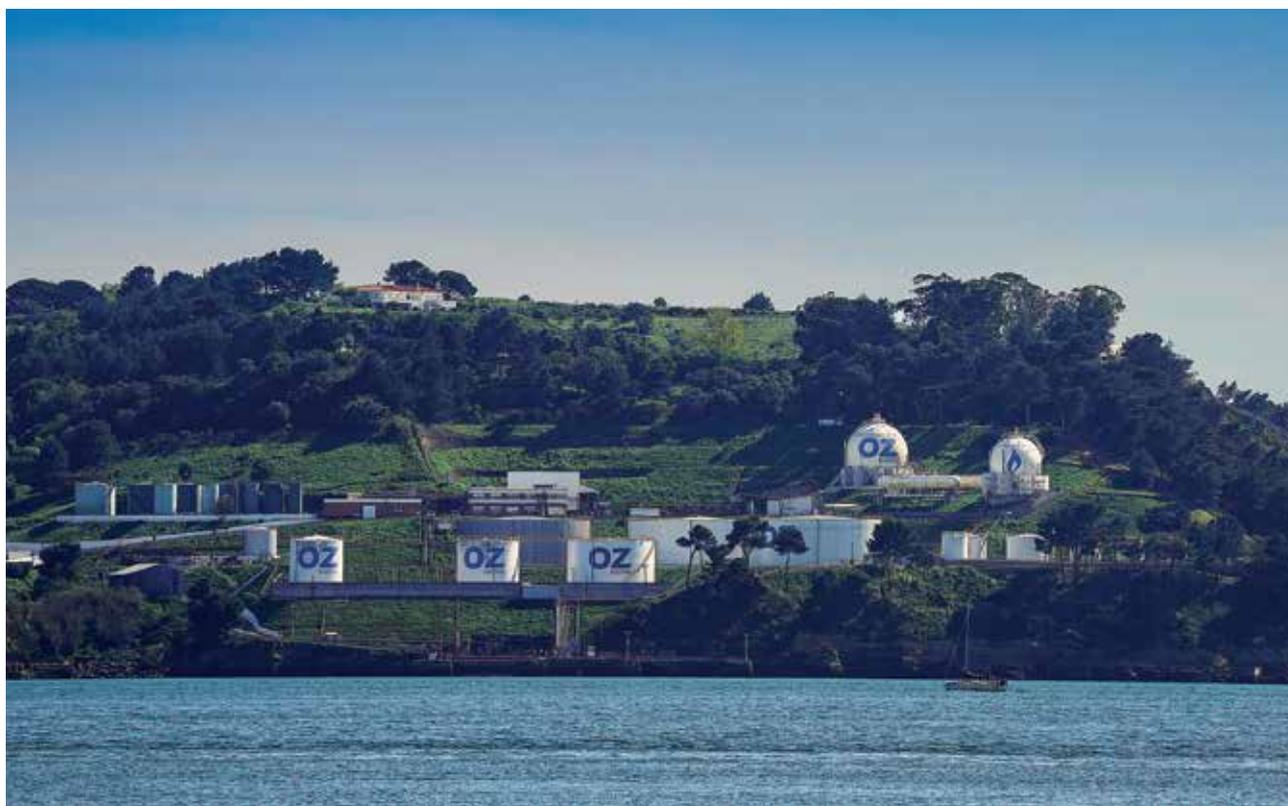
Nas áreas de **Gestão Integrada de *Hard e Soft Services* e de Manutenção Técnica**, que representam o *core business*, o aumento do volume de negócios foi significativo nos diversos segmentos de mercado em que a empresa trabalha, destacando-se o início do contrato de Gestão da Manutenção das instalações do NOVO BANCO em todo o território nacional.

A área de **Análise e Diagnóstico / Soluções de Energia** registou também um aumento do volume de negócios, particularmente nas áreas de Auditorias Técnicas e Certificação Energética. A Empresa tem vindo a posicionar-se junto dos seus clientes como um parceiro técnico e estratégico, prestando um serviço contínuo com enfoque na redução dos consumos energéticos. Em simultâneo o mercado tem vindo a solicitar a realização de due-diligences técnicas a edifícios no âmbito de processos de aquisição, com o objetivo de apuramento do real estado das instalações e equipamentos.

A área de **Gestão de Espaços e Obras** continuou a desenvolver processos de relevância no âmbito da remodelação de espaços interiores, quer na área dos edifícios, quer em ambiente industrial, respondendo a novos conceitos de local de trabalho e de bem-estar que têm vindo a criar novas tendências e estilos de arquitetura de espaços.

De destacar a **área Industrial**, que tem sido uma forte aposta nos últimos anos, com o arranque do contrato de operação e manutenção do Terminal de Combustíveis da Trafaria para a OZ ENERGIA.

Em Angola, que continua a ser um dos maiores mercados da



OZ Energia - Manutenção/Hard Services
TRAFARIA - PORTUGAL

TDGI a nível global, o ano de 2019 destacou-se pela renovação de vários importantes contratos com clientes de referência, bem como o aumento de abrangência em diversos contratos – como foi o caso da TOTAL, onde a TDGI passou a ser responsável pela manutenção de todas as especialidades técnicas – e ainda a contratação de novos negócios. Do mesmo modo, manteve-se a aposta na formação das equipas, tendo efetuado diversas formações técnicas para qualificação dos colaboradores.

A atividade da TDGI na Argélia durante o ano de 2019 foi essencialmente de acompanhamento do final de execução da obra do novo edifício sede do Banco AGB, em Argel e preparação do arranque do contrato de manutenção que será da responsabilidade da TDGI por um período de dois anos após a conclusão da obra.

Na Bélgica, a TDGI consolidou as suas operações em curso, nomeadamente em edifícios das Instituições Europeias, alargando o âmbito de atuação de alguns deles – o que veio inclusivamente permitir um crescimento do volume global de negócios da empresa neste mercado – e iniciaram-se contratos de manutenção com entidades privadas e públicas que permitem boas perspetivas para o desenvolvimento da atuação neste mercado.

Já no final do ano foi adjudicado pelo cliente H&M um contrato de grande importância e de grande significado. Este contrato permite estender a relação que já existe quer em Portugal, quer no Luxemburgo ao mercado Belga, onde a TDGI será responsável pela manutenção de toda a rede de lojas.

No Brasil, manteve-se o volume de faturação dos anos anteriores em resultado, essencialmente, do aumento de trabalho nos clientes já existentes e também por novos contratos e trabalhos de remodelações de interiores. De destacar o arranque de um importante contrato na área do Oil & Gas com a empresa de origem norueguesa AKER SOLUTIONS.

Em Espanha, o ano de 2019 representou um ano de crescimento do número de clientes, tendo sido possível iniciar contratos com clientes de grande relevância, como foi o caso da APPLE e HUGO BOSS. Foi ainda possível renovar contratos com diversos clientes o que demonstra a confiança que vai sendo criada ao longo do tempo.

Em 2019 arrancou a operação no Luxemburgo, com um contrato de Manutenção das lojas da H&M neste país. No âmbito da negociação do contrato na Bélgica foi possível prolongar o



Novo Banco - Facilities Management & Manutenção
LISBOA - PORTUGAL

contrato neste país por mais 3 anos. Pretende-se desenvolver este mercado e assim poder vir a ganhar mais contratos com outros clientes nos próximos anos.

Em **Moçambique**, a TDGI continuou a desenvolver a sua atividade de forma sustentada, procurando cada vez mais criar valor e assim diferenciar-se como empresa de referência na área da Manutenção e Facilities Management. Na área do Oli & Gas que tem sido uma forte aposta da empresa, foi possível celebrar contratos com diversas entidades, como a BAKER HUGHES, INSTITUTO NACIONAL DO PETRÓLEO E SCHLUMBERGER. Na área da Indústria de destacar o início do contrato de manutenção da fábrica das CERVEJAS DE MOÇAMBIQUE. A TDGI tem vindo a consolidar a sua atividade e equipa, apostando na formação e qualificação, de modo a poder estar preparada para os desafios que irão surgir.

No **Qatar**, a TDGI atua através da entidade de direito local "TD-GISERV", detida em conjunto com a empresa local "PETRO-SERV" – que aí atua há mais de 30 anos na área dos serviços associados ao setor do Oil and Gas – essencialmente com um contrato de grande dimensão e projeção referente a instalações com a Qatar Foundation.

O ano de 2019 foi um ano de crescimento, quer pela assinatura de alguns novos contratos, mas também pela consolidação e aumento de abrangência de contratos já existentes. No que diz respeito ao contrato da Qatar Foundation, que foi o contrato de arranque da empresa neste mercado, de destacar a atividade naquele que é o maior hospital do Médio Oriente, o Sidra Medical & Research Centre.

Em conclusão e apesar dos bons desempenhos nestes outros mercados, que permitem, muitas vezes, potenciar a empresa junto de grandes multinacionais, refira-se que mais de 60% da atividade da TDGI é em Portugal.

MEIO AMBIENTE

A "RECOLTE - Servicios y Medioambiente, S.A.U" (RECOLTE), detida a 100% pelo Grupo Teixeira Duarte, dedicou-se, durante o ano de 2019, à prestação de diversos serviços relacionados com o meio ambiente, nomeadamente no mercado da gestão global de resíduos sólidos urbanos e industriais, lavagem e desinfeção de contentores de resíduos sólidos urbanos, limpeza urbana viária, conceção, construção e manutenção de jardins, limpeza e manutenção de praias e orlas costeiras e, ainda, a



Colégio S. Francisco de Assis
LUANDA SUL - ANGOLA

operações de limpeza e manutenção de bosques e vias de comunicação.

Na sequência de um processo negocial, foi celebrado em 19 de setembro de 2019, entre a RECOLTE e a URBASER S.A.U., um acordo tendo em vista a cessão da posição contratual da RECOLTE em todos os Contratos Administrativos e Privados na Área do Meio Ambiente, em Espanha, o que está a ser concretizado à medida em que se vão verificando os requisitos necessários para cada uma dessas cessões e que se traduzirá na saída da Teixeira Duarte desta área de negócio.

Deste modo, foram cedidos no ano em apreciação os contratos de San Lorenzo de El Escorial, Soto del Real e Isla de Ons, prevendo-se que os restantes contratos desta área de atividade possam ser cedidos, ou finalizem, durante o exercício de 2020.

Ainda assim, a RECOLTE registou em 2019 proveitos de 36 milhões de euros, correspondente a cerca de 10% superior ao que foi registado no exercício anterior.

EDUCAÇÃO

A “EDUCARE – Atividades Educativas e Culturais, Lda” é uma sociedade detida a 100% pelo Grupo Teixeira Duarte, que foi constituída em 2007 e desde a sua génese teve como finalidade o desenvolvimento do “Colégio S. Francisco de Assis Luanda Sul”, sediado em Talatona/Luanda Sul, em Angola.

Reconhecido pelo Ministério da Educação Português, trata-se de um estabelecimento educativo que faculta um ensino de referência desde a Educação Pré-Escolar até final do Secundário.

O seu Projeto Educativo, sustentado numa sólida missão e valores, justifica que seja agraciado com diversas distinções e que as famílias o elejam como espaço e ambiente privilegiado para a educação dos seus filhos.

Os resultados escolares, obtidos em provas de avaliação externa realizadas a nível nacional pelo Ministério da Educação Português, foram superiores à média nacional nas Provas Finais do 9º ano de Português e de Matemática.

Nos Exames Nacionais do Ensino Secundário a classificação foi superior à média nacional em todas as disciplinas, à exceção da

disciplina de Economia A em que a média foi igual.

Todos os alunos que concluíram o 12º ano ingressaram nos cursos e em universidades a que se candidataram como primeira opção.

Em setembro de 2019, iniciou o ano letivo com 682 alunos disponibilizando no ensino secundário os Cursos de Ciências e Tecnologias (CT), de Línguas e Humanidades (LH) e de Ciências Socioeconómicas (CS).

De realçar a manutenção da aposta em projetos e plataformas digitais educativas, no uso corrente das Tecnologias de Informação em ferramentas de gestão escolar e, ainda, em dispositivos móveis que permitem acesso dos Pais/Encarregados de Educação a informação integrada dos seus educandos.

Para o ano de 2020, dar-se-á continuidade à gestão criteriosa das diversas áreas e recursos do “Colégio S. Francisco de Assis Luanda Sul” prosseguindo-se o sólido trabalho que faz deste Colégio uma referência educativa a nível nacional e internacional.

PEQUENAS CENTRAIS HIDRELÉTRICAS

"PAREDÃO DE MINAS Energia, S.A.", "GONGOJI Montante Energia, S.A." e "TABOQUINHA Energia, S.A.", são três sociedades de direito brasileiro detidas pelo Grupo Teixeira Duarte detentoras de projetos para a construção de três Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCH's), sendo que corresponde a uma área de atuação entendida pelo Grupo como não estratégica.

No exercício de 2019 encetaram-se diligências tendo em vista a alienação dos projetos, sendo que os preços de venda de energia e os juros praticados para os financiamentos necessários configuram uma conjuntura desfavorável à venda desses projetos.

OPERAÇÃO PORTUÁRIA NA VENEZUELA

Através da licença atribuída à Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, o Grupo tem vindo a proceder à comercialização, conservação, operação, administração, construção e aproveitamento do “terminal especializado de contentores (Muelles 27 y 28- Sector Oeste) del Puerto de la Guaira”.

Com efeito, foi em 30 de março de 2017 que esta empresa do Grupo recebeu tal autorização no âmbito da “Alianza Estratégica para la operación y gestión portuária del terminal especializado de contentores del Puerto de la Guaira” celebrada com a entidade Venezuelana “Bolivariana de Puertos (BOLIPUERTOS), S.A.”.

Com esta Aliança pretendeu-se otimizar o desenvolvimento e crescimento da atividade do terminal, convertendo-o num porto de transbordo do mar do Caribe e da América Latina, tendo a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções assumido, por um período de 20 anos, a comercialização, conservação, operação, administração, construção e aproveitamento do já referido terminal especializado de contentores do porto de La Guaira, que tem capacidade de pátio para movimentar 1.200.000 TEUS/ano e uma área de 17ha, dispõe de 693m de cais acostável e fundos a profundidade de 15,2m. Está dotado de equipamentos de operação portuária de última geração - 6 gruas STS pórtico de cais, 15 gruas RTG's pórticos de parque, 2 reach-stackers, 6 empilhadores frontais, 32 tratores de terminal e 40 plataformas, além de instalações administrativas e técnicas e de espaços de manutenção e reparação de equipamentos, em áreas que totalizam mais de 5ha.

Posteriormente, em 13 de setembro de 2017, o alcance da referida “Alianza Estratégica” foi ampliado aos “Muelles 1 al 9 – Sector Norte del Puerto de la Guaira”.

Em 2019, num ambiente de dificuldades – mas de reconhecimento internacional das autoridades de facto na Venezuela e de apoio a soluções que permitam retomar o caminho do desenvolvimento e da prosperidade –, a operação decorreu com normalidade, obedecendo a parâmetros de eficácia e rentabilidade ao nível dos portos de referência na região, tendo-se movimentado 156.000 TEUS, que se traduziu num volume de negócios correspondente a cerca de 17 milhões de euros.

Das sociedades que atuam no setor das Concessões e Serviços e que são apenas participadas indiretamente pela “Teixeira Duarte, S.A.”, ou seja, cuja gestão direta não é conduzida pelo Grupo Teixeira Duarte, destacam-se aqui as seguintes entidades:

A “TDHOSP - Gestão de Edifício Hospitalar, S.A.” é uma sociedade que tem como objeto a gestão do Hospital de Cascais por um período de 30 anos, compreendendo as atividades de conceção, projeto, construção, financiamento, conservação e manutenção, na qual a Teixeira Duarte tem atualmente 10% do respetivo capital social.

Após a conclusão, em fevereiro de 2010, da construção do Edifício do Hospital de Cascais, a atividade da TDHOSP concentrou-se desde essa data na gestão e manutenção do edifício hospitalar, bem como na gestão e exploração do respetivo parque de estacionamento.

O décimo ano civil de atividade voltou a caracterizar-se, à semelhança dos anteriores, pelo cumprimento dos diversos parâmetros de avaliação do Contrato de Gestão, nomeadamente:



TEC - Terminal Especializado de Contentores
LA GUAIRA - VENEZUELA

Serviço, Disponibilidade e Satisfação.

Ao longo do exercício foram emitidos relatórios regulares com carácter mensal que evidenciam um bom desempenho por parte desta sociedade, pelo que é expectável o recebimento de uma avaliação positiva de “Muito Bom” relativamente o ano de 2019. No entanto, esta expectativa só se tornará efetiva no final de abril de 2020, após análise e validação pela Entidade Gestora do Estabelecimento LUSÍADAS - Parcerias Cascais, S.A. e Entidade Pública Contratante - ARSLVT, do relatório anual de atividade.

No âmbito das atividades previstas no Contrato de Gestão, a TDHOSP realizou alguns pequenos trabalhos de alteração ao edifício, solicitados e custeados pela Entidade Gestora do Estabelecimento e aprovados pela Entidade Pública Contratante, sendo o mais relevante a alteração da localização da consulta do Protocolo, na zona Central do Piso 2.

A "AEBT - Auto-Estradas do Baixo Tejo, S.A.", constituída em 15 de janeiro de 2009, é uma sociedade na qual a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções é titular de uma participação de 9% do respetivo capital social e que é subconcessionária para

as atividades de conceção, projeto, construção, aumento do número de vias, financiamento, exploração e conservação de lanços de autoestrada, estrada regional e conjuntos viários associados no distrito de Setúbal.

Trata-se de uma participação já classificada como Ativo para Venda, relativamente à qual o Grupo tem realizado diversas diligências com vista à sua alienação.

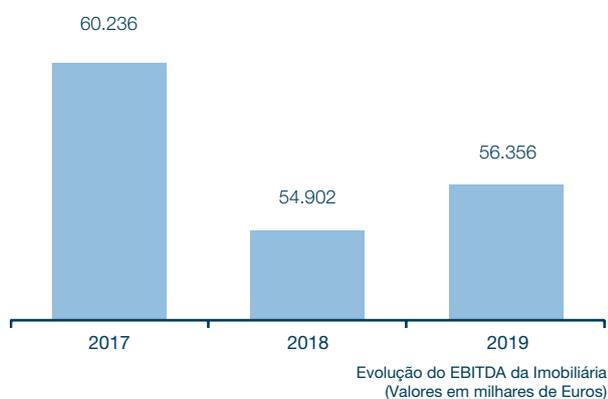
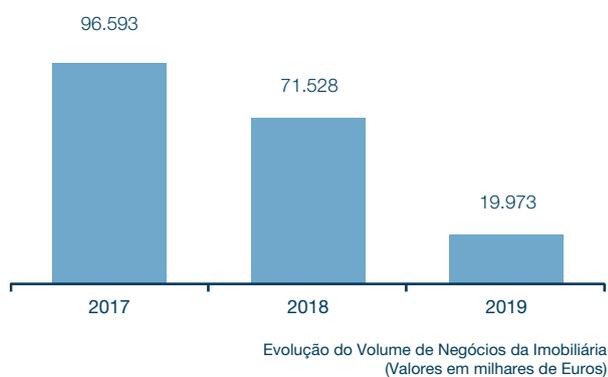
A "CPM - Companhia de Parques de Macau, S.A.", na qual o Grupo Teixeira Duarte mantém uma participação indireta de 15% do capital social desde a sua fundação em meados dos anos 80, após concurso público internacional, foi pioneira e continua como empresa de referência na construção e exploração de parques de estacionamento e atividades conexas, na Região Administrativa Especial de Macau.

Em 2019, prosseguiu-se a gestão e operação dos 19 estacionamentos públicos de que esta participada é concessionária, sendo que a receita total atingiu um valor correspondente a cerca de 16,8 milhões de euros, que refletem um aumento de 17,5% em relação a 2018, ainda que a taxa geral de estacionamento tenha tido uma ligeira redução.

II.3. IMOBILIÁRIA

A atuação das empresas do Grupo Teixeira Duarte neste setor remonta ao início da década de setenta e atualmente engloba um vasto conjunto de empresas que atuam em Portugal, Angola, Brasil, Espanha, Moçambique e, mais recentemente, nos Estados Unidos da América.

CONTRIBUTO DESTE SETOR PARA O GRUPO



A Imobiliária diminuiu o seu **Volume de Negócios** em 72,1% face ao mesmo período do ano passado.

Em Portugal registou-se um decréscimo de 79,1% face a 2018, que se atribui ao facto de, em 2019 se ter estado numa fase de desenvolvimento de importantes empreendimentos e em 2018 ter ocorrido a concretização de vendas significativas de imóveis.

Ainda assim, refira-se que este ano o Grupo tem em desenvolvimento em Portugal dois projetos com a designação comercial “One Living” e “Fábrica 1921”, tendo já sido celebrados até 31 de dezembro de 2019 contratos-promessa de compra e venda, no montante global de 164.676 milhares de euros.





Empreendimento "Fábrica 1921"
LISBOA - PORTUGAL

No **Brasil** o Grupo teve uma diminuição de 15.481 milhares de euros, correspondente a 70,1% face ao período homólogo, para o que contribuiu também o facto de o normativo contabilístico aplicável aos empreendimentos em desenvolvimento ter diferido o momento de reconhecimento dos proveitos.

O **EBITDA** da Imobiliária registou um aumento de 2,6% face ao ano passado.

Este indicador foi influenciado por alguns factos que nos cumpre destacar:

- Variação dos ganhos de justo valor das propriedades de investimento no montante de 38.528 milhares de euros em 2019, enquanto que, em 2018 os ganhos haviam sido de 26.725 milhares de euros;
- Alienação de 50% da participada “TDE – Empreendimentos Imobiliários, S.A.”, com ganhos de 22.196 milhares de euros em 2019, enquanto no ano passado fora alienada a participada detida a 100% “Lagoas Park, S.A.”, com ganhos de 24.898 milhares de euros;
- Imparidade de 10.000 milhares de euros de inventários em 2019.

ATIVIDADE EM 2019

Em termos não consolidados e para que se tenha uma perspetiva sobre o total da atividade em 2019, informa-se que os proveitos operacionais do Grupo no setor Imobiliário atingiram o valor global de 126.891 milhares de euros, o que corresponde a um aumento de 9,4% face a 2018, tendo os mercados externos passado a representar 42% da atividade e Portugal 58%.

Em **Portugal**, o ano de 2019 voltou a ser marcado por um bom desempenho do mercado imobiliário em praticamente todos os seus segmentos, sendo que a atividade do Grupo nesta área está atualmente centrada no segmento residencial, onde promove empreendimentos na área metropolitana de Lisboa, assim como no desenvolvimento urbanístico dos projetos em carteira, destacando-se, neste período em análise, os seguintes factos:

A continuação do desenvolvimento do empreendimento de matriz residencial “ONE Living”, localizado em Cascais, destinado ao segmento alto do mercado residencial, e que se encontra quase totalmente contratado.

Na cidade de Lisboa, destaque para o empreendimento de matriz residencial “Fábrica 1921”, que representa a regeneração de um quarteirão na freguesia de Benfica e cuja primeira fase – que inclui 162 frações residenciais – teve início de construção em 2019, sendo que 118 dessas frações já se encontravam contratadas ou reservadas.

Ainda na área metropolitana de Lisboa, o Grupo iniciou as obras de infraestruturas do empreendimento “Vila Rio”, localizado na Póvoa de Santa Iria, Concelho de Vila Franca de Xira. Neste empreendimento “mixed use”, que dispõe de uma frente direta para o rio Tejo com cerca de 500m, prevê-se a construção de cerca de 600 fogos e de 30.000m² de área destinada a comércio e serviços.

Na cidade de Vila Nova de Gaia, atendendo à evolução que se tem assistido neste mercado, foi dada sequência ao desenvolvimento dos projetos de execução dos empreendimentos “River Plaza” e “Quinta de Cravel Lote 19” que, no seu conjunto, permitirão a construção de mais de 15.000m² destinados ao segmento residencial.

Em Oeiras, iniciou-se o desenvolvimento de um projeto constituído por diversos edifícios de escritórios, habitação e comércio, integrados num grande parque verde, num modelo que se pretende que seja uma referência internacional de inovação e sustentabilidade. Para a concretização deste projeto, a Teixeira Duarte estabeleceu uma parceria com a empresa “CSCEC – China Construction Portugal, S.A.”, através da alienação de 50% do capital social da sociedade veículo, destinada especificamente à promoção deste projeto.

De destacar ainda durante o exercício de 2019, a continuação da alienação de ativos imobiliários não estratégicos para o Grupo, aproveitando as boas condições do mercado para o efeito.

Em **Angola**, mantém-se o quadro macroeconómico difícil, com o conseqüente impacto também no mercado imobiliário. Neste contexto, a atividade ficou marcada essencialmente pela gestão do património de rendimento ou património afeto a outras atividades que o Grupo opera neste país.

Neste âmbito, destaque para a abertura do Business Center FOCUS, que consiste na disponibilização de espaços para escritórios em conjunto com um extenso leque de serviços.

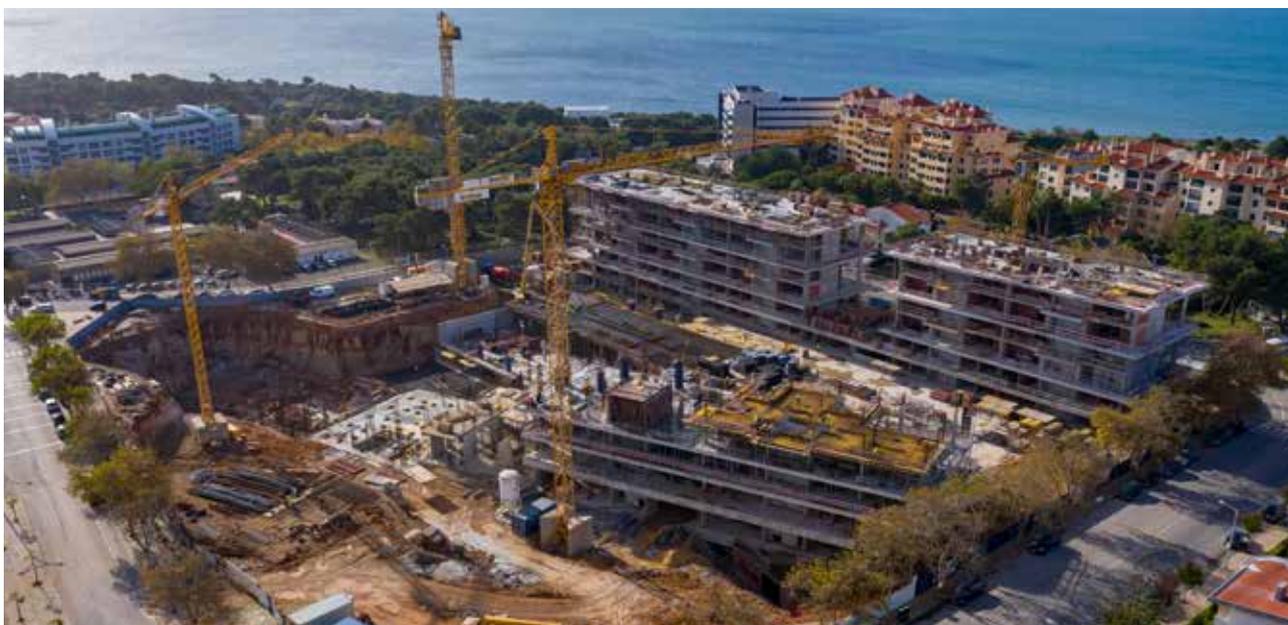
No **Brasil**, as expectativas relativamente às medidas de âmbito económico implementadas pelo novo governo provocaram um ambiente de otimismo no cenário económico em 2019, favorecendo o aumento da comercialização de imóveis residenciais novos na cidade de São Paulo, onde se destaca:

- A continuação da construção de dois empreendimentos, com um total de 29.000m² de área de construção;
- O início da construção de um outro empreendimento com cerca de 25.000m² de área de construção; e
- O início das vendas de dois empreendimentos com um total de cerca de 37.000m² de área de construção.

Em **Moçambique**, verificou-se um agravamento do contexto económico, também devido às consequências dos furacões tropicais Idai e Kenneth, o que se refletiu numa redução da atividade do mercado imobiliário, tendo a atuação das equipas se centrado na gestão do património de rendimento e no desenvolvimento dos projetos em carteira, com destaque para o projeto localizado no bairro de Malanga, num dos principais acessos viários à cidade de Maputo.

Também na cidade de Maputo, realça-se a continuidade dos estudos e tramitação do licenciamento de um projeto de uso misto a desenvolver num terreno localizado na Avenida Armando Tivane.

Durante o ano de 2020 será dado seguimento, nos vários mercados, ao desenvolvimento dos empreendimentos em carteira, assim como à gestão do património imobiliário do Grupo.



Empreendimento ONE Living
CASCAIS - PORTUGAL



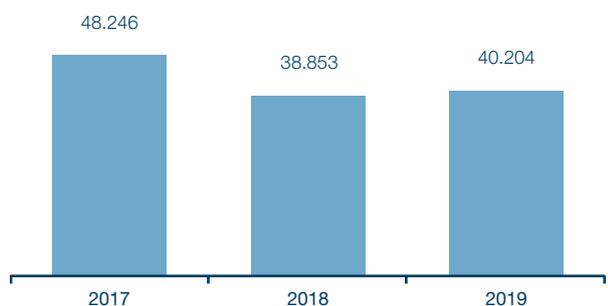
Empreendimento Loomi Paulista
SÃO PAULO - BRASIL

II.4. HOTELARIA

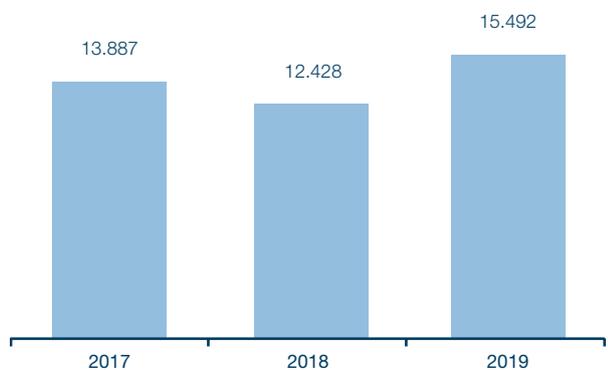
O Grupo Teixeira Duarte opera neste setor através de oito unidades hoteleiras, duas sitas em Portugal, três em Angola e três em Moçambique, que totalizam 2.452 camas e 1.228 quartos.

A Teixeira Duarte desenvolve também negócios na área da restauração em Angola.

CONTRIBUTO DESTE SETOR PARA O GRUPO



Evolução do Volume de Negócios da Hotelaria (Valores em milhares de Euros)



Evolução do EBITDA da Hotelaria (Valores em milhares de Euros)

O Volume de Negócios da Hotelaria aumentou, na globalidade, 3,5% face ao período homólogo de 2018.

Em Portugal, a atividade cresceu 39,4% face ao ano de 2018.

Em Angola, a atividade teve um aumento de 14,8%, mas devido à desvalorização do Kwanza, este indicador registou uma redução de 14,2% face ao final do ano passado.

Em Moçambique, durante o ano de 2019 a atividade registou um aumento de 18,1% face ao período homólogo.

O EBITDA da Hotelaria registou um incremento de 24,7% face ao ano passado.





Hotel Alvalade
LUANDA - ANGOLA

ATIVIDADE EM 2019

Em termos não consolidados e para que se tenha uma perspetiva sobre o total da atividade em 2019, informa-se que os proveitos operacionais do Grupo no setor da Hotelaria atingiram o valor global de 48.110 milhares de euros, sendo que, nesta área de negócio, os mercados externos representam 75% da atividade e Portugal 25%.

Em Portugal, o Grupo atua neste setor com duas unidades hoteleiras:

LAGOAS PARK HOTEL	Oeiras
Unidade de quatro estrelas	182 quartos
SINERAMA	Sines
Unidade de três estrelas	105 quartos

No global, verificou-se nestas duas unidades uma diminuição de 3% na taxa de ocupação, sendo que se registou um acréscimo de cerca de 4,5% no preço médio, resultado de um aumento de preço das principais contas corporate, bem como de uma estratégia de posicionamento no mercado online que privilegiou o aumento das tarifas anunciadas. Desta forma, os proveitos operacionais correntes dos hotéis em Portugal mantiveram-se em linha com os verificados em 2018.

Em Angola, as sociedades do Grupo que atuam neste setor totalizam 1.236 camas e 620 quartos distribuídos por três unidades hoteleiras, conforme se refere:

HOTEL TRÓPICO	Luanda
Unidade de quatro estrelas	280 quartos
HOTEL ALVALADE	Luanda
Unidade de quatro estrelas	202 quartos
HOTEL BAÍA	Luanda
Unidade de quatro estrelas	138 quartos

Em 2019, à semelhança do que sucedera no ano anterior, manteve-se o abrandamento da atividade económica no mercado angolano, afetando a procura por este destino e influenciando negativamente as taxas de ocupação e os preços médios das unidades hoteleiras do Grupo neste país.

Ainda assim, as unidades referidas registaram um aumento na taxa de ocupação de 4,3% face a 2018, bem como uma subida do preço médio de 14,7% e o total de proveitos operacionais aumentou 10,7% face ao ano anterior.

Refira-se que este desempenho resultou de uma estratégia comercial desenvolvida ao longo de todo o exercício anterior e



Hotel Sinerama
SINES - PORTUGAL

que conduziu à contratação de grandes clientes *corporate* com projetos de grande dimensão no mercado.

Ao longo do exercício deu-se continuidade ao projeto de renovação de algumas áreas do Hotel Alvalade, nomeadamente restaurante, bar e alguns quartos, já concluída em 2020.

Na área da restauração prosseguiu-se a exploração dos refeitórios do Grupo.

Em **Moçambique**, as sociedades do Grupo que atuam neste setor totalizam 642 camas e 321 quartos distribuídos por três unidades hoteleiras, conforme se refere:

HOTEL AVENIDA	Maputo
Unidade de cinco estrelas	159 quartos
HOTEL TIVOLI MAPUTO	Maputo
Unidade de três estrelas	88 quartos
HOTEL TIVOLI BEIRA	Beira
Unidade de três estrelas	74 quartos

A atividade económica de Moçambique prosseguiu em desaceleração em 2019, o que, associado ao aumento da concorrência neste segmento, teve um impacto negativo na atuação das

unidades hoteleiras neste país, levando a uma quebra na taxa de ocupação e à diminuição dos proveitos operacionais neste setor. Uma vez mais contrariando a tendência do mercado, as unidades do Grupo registaram um aumento dos proveitos operacionais de 17%, resultado de um aumento da taxa de ocupação de 8,5%, bem como um crescimento do preço médio de 6,2%.

O bom desempenho das unidades de Moçambique deveu-se à ação conjugada do aumento da procura e redução da oferta na região centro do país, em consequência do ciclone Idai, bem como do reforço do posicionamento do Hotel Avenida no mercado, em resultado das obras de remodelação efetuadas em 2018.

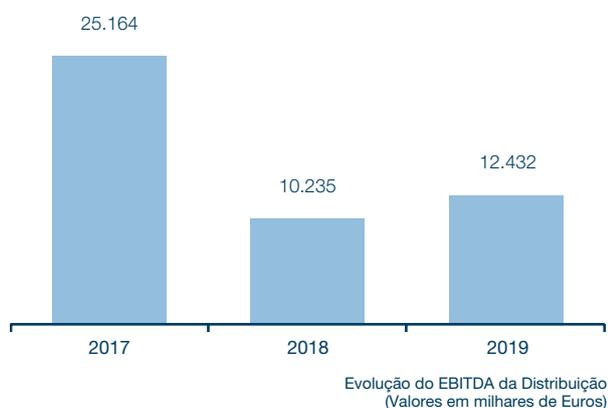
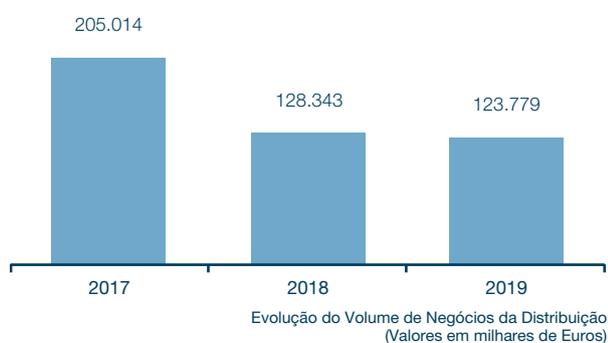


Hotel Alvalade
LUANDA - ANGOLA

II.5. DISTRIBUIÇÃO

A atuação do Grupo Teixeira Duarte neste setor teve início em 1996 e atualmente é realizada por diversas operações internacionais, atuando em Portugal através da "Teixeira Duarte Distribuição, S.A.", em Angola através das participadas "CND - Companhia Nacional de Distribuição, Lda.", "DCG - Distribuição e Comércio Geral, Lda." e "OCC - Operador Central de Comércio, Lda." e na África do Sul através da "Global Net Distributors, (PTY), Ltd.".

CONTRIBUTO DESTE SETOR PARA O GRUPO



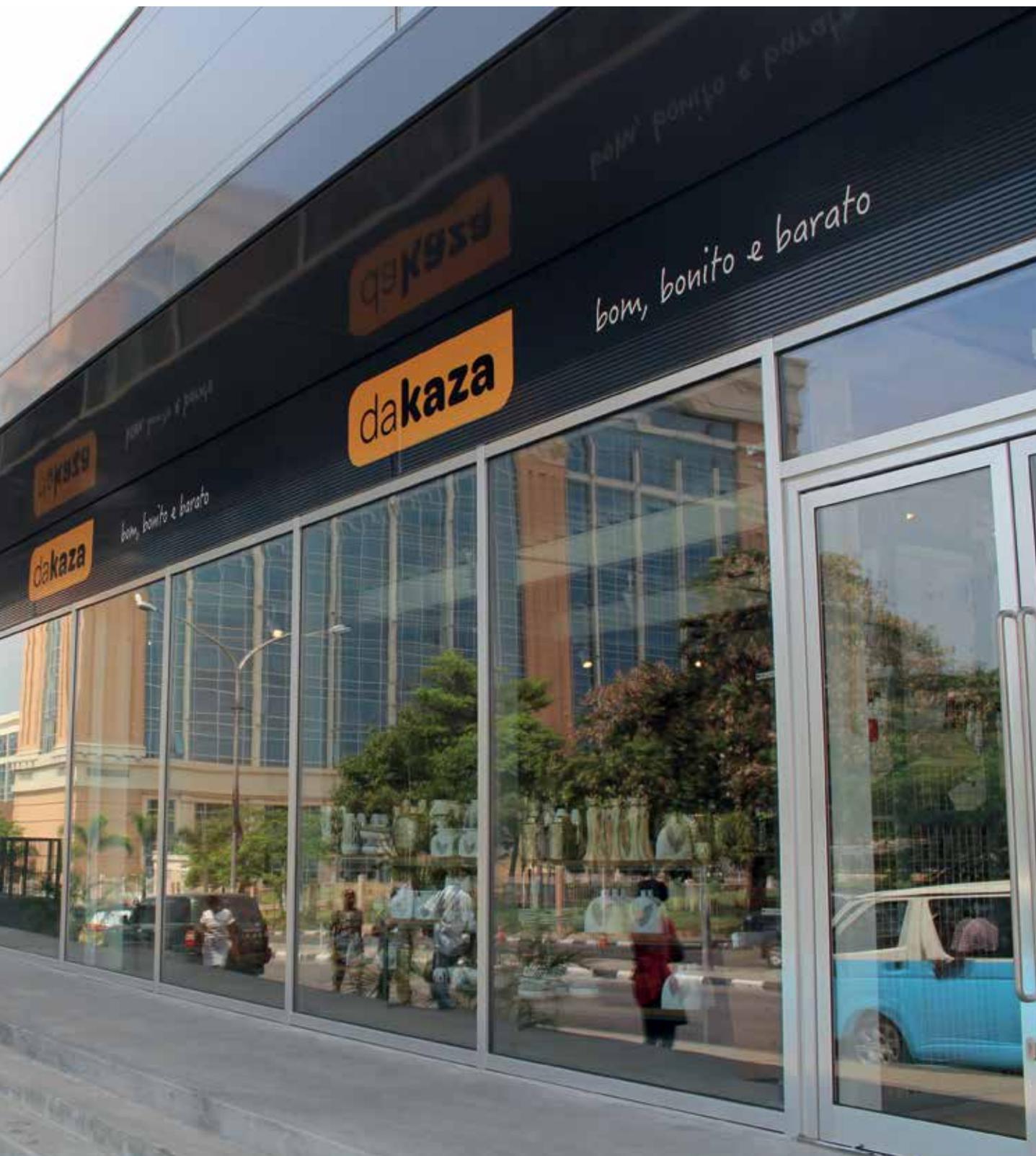
No setor da Distribuição, as empresas do Grupo tiveram uma diminuição de 3,6% no seu **Volume de Negócios** face ao período homólogo, penalizado pela desvalorização cambial do Kwanza, sendo que, desconsiderando esse efeito, teria registado um aumento de 16%.

O **EBITDA** da Distribuição aumentou 21,5% face ao ano passado.

ATIVIDADE EM 2019

Em termos não consolidados e para que se tenha uma perspetiva sobre o total da atividade em 2019, informa-se que os proventos operacionais do Grupo no setor da Distribuição atingiram





Dakaza na Avenida Primeiro Congresso
LUANDA - ANGOLA

o valor global de 155.518 milhares de euros, o que corresponde a uma diminuição de 3% face a 2018.

Em Portugal a participada "Teixeira Duarte - Distribuição, S.A." registou uma diminuição de 4% face ao período homólogo.

Na área de "Procurement" o foco esteve na procura de produtos adequados ao novo perfil de consumo do mercado angolano, cujo poder de compra reduziu ainda mais face ao ano anterior em consequência da desvalorização cambial.

Foram reforçadas as relações com os parceiros na representação e distribuição de marcas e desenvolvidas diversas ações de revisão do portfólio.

Na área de "Tecnologias de Informação" e "Cadeia de Abastecimento", foi dada continuidade à melhoria dos processos e soluções tecnológicas que permitam melhorar a gestão de inventário e rotação do mesmo ao longo de toda a cadeia de valor, bem como do ecossistema de "Business Intelligence". Destaca-se ainda o apoio e articulação no sentido de garantir a implementação do novo *hardware* e *software* de frente de loja nas operações do Grupo Teixeira Duarte em Angola, consequência da necessidade de os adequar aos desafios atuais do retalho e nova moldura legal neste mercado, com a entrada em vigor do pacote legislativo do IVA.

Em Angola, o Grupo Teixeira Duarte atua neste setor através de diversas Unidades de Negócio e 37 pontos de venda ao público integrados nas seguintes entidades:

"CND - Companhia Nacional de Distribuição, Lda.", que atua:

- No Retalho Alimentar através da insígnia Maxi; e
- No Retalho Especializado, na área de Mobiliário e Decoração através da insígnia Dakaza, na área de Saúde e Bem-estar através da insígnia Farmácia Popular e na área da Restauração através da insígnia Nilo.

"DCG - Distribuição e Comércio Geral, Lda" na representação e distribuição de marcas.

"OCC - Operador Central de Comércio, Lda.", que opera com a insígnia TEFAC, na comercialização grossista de bebidas.

A atividade das diversas Unidades de Negócio continuou condicionada pelo difícil contexto económico de Angola, tendo-se verificado em 2019 o agravar da perda do poder de compra devido à desvalorização cambial e consequente aumento dos preços, com alterações relevantes no perfil de consumo em alguns segmentos.

Realça-se também a entrada em vigor do IVA a 1 de Outubro de 2019.



Farmácia Popular na Maxi Via Expresso
LUANDA - ANGOLA

No Retalho Alimentar, a **Maxi** conseguiu ao longo do ano um melhor nível de aprovisionamento de mercadoria importada face a anos anteriores, não obstante as compras locais de mercadorias terem mantido a tendência de aumento verificada nos últimos anos, aspeto bastante positivo que importa destacar.

O número de clientes “*like-for-like*” aumentou 4,9% face ao ano anterior e foi registado um crescimento de cerca de 21% das vendas em Kwanzas.

No Retalho Especializado, com a insígnia **Dakaza** na área de Mobiliário e Decoração, registou-se uma contração generalizada no consumo de bens “não alimentares” e no número de clientes.

Destaque para o bom desempenho da loja da Av. 1.º Congresso, no centro de Luanda, inaugurado em janeiro de 2019, focada na experiência de compra diferenciadora e serviço de excelência.

No Retalho Especializado, na área de Saúde e Bem-estar, através da **Farmácia Popular**, melhoraram-se os processos de gestão operacional, de inventário e cadeia de abastecimento, com impactos diretos nos resultados da insígnia. Verificou-se um aumento do número de clientes “*like-for-like*” de cerca de 18%.

No Retalho Especializado, na área da Restauração, a **Nilo** deu seguimento ao desenvolvimento e aumento das vendas “B2B” (*business-to-business*) a partir da sua fábrica e à melhoria dos processos de gestão operacional dos diversos pontos de venda.

Na Representação e Distribuição de Marcas, a **DCG** consolidou a notoriedade das marcas representadas, agora com uma presença generalizada em toda a moderna distribuição, quer na Unidade de Bebidas, quer na Unidade Alimentar, tendo também sido dada continuidade à estratégia de ajustamento de gamas em função dos novos perfis de consumo, com especial enfoque nos segmentos de entrada.

Na Comercialização Grossista de Bebidas, a **TEFAC** reforçou as vendas dos produtos de tara retornável de cerveja, que representaram cerca de 80% das vendas totais.

Para 2020 prevê-se a manutenção da difícil conjuntura, pelo que se dará continuidade ao ajustamento de gamas de produtos das várias insígnias para os novos perfis de consumo e a uma gestão criteriosa focada na eficiência das operações, no controlo de custos, na simplificação de procedimentos e na digitalização dos processos da organização.



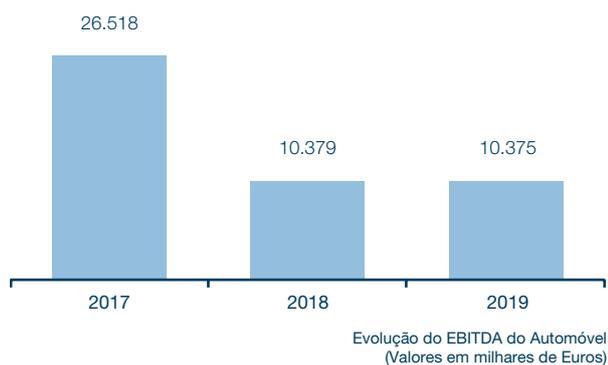
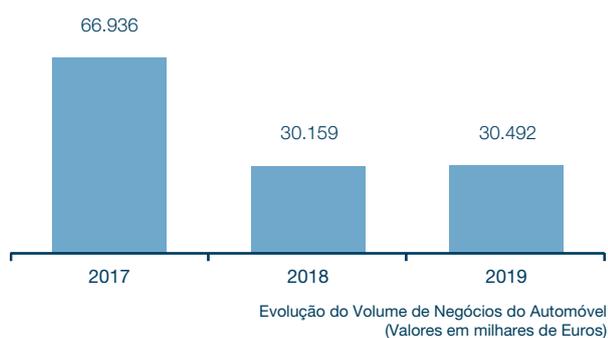
Maxi Via Expresso
LUANDA - ANGOLA

II.6. AUTOMÓVEL

As sociedades do Grupo Teixeira Duarte atuam há mais de vinte e cinco anos no setor Automóvel, prosseguindo hoje a sua atividade através da comercialização de produtos de diversos fabricantes internacionais, atuando nos seguintes segmentos de mercado:

- Ligeiros: Nissan, Renault, Peugeot, Mahindra, Honda, JMC, Ssangyong, Chevrolet, Isuzu e Suzuki;
- Pesados: Renault Trucks, UD Trucks e Randon;
- Motociclos: Honda, Piaggio, Vespa, Gilera e Derby;
- Equipamentos: Denyo e Pramac.

CONTRIBUTO DESTE SETOR PARA O GRUPO



No setor Automóvel, o Grupo teve um aumento do **Volume de Negócios** de 1,1% relativamente a 2018.

Em Angola, o facto de se ter retomado de forma regular a importação de veículos e peças permitiu o incremento da atividade de 16,1% face a 2018, contudo, pela desvalorização cambial do Kwanza, a sua relevância em euros registou apenas um aumento de 5,1% do Volume de Negócios face ao ano passado.

O **EBITDA** do Automóvel registou montante semelhante ao de 2018.





Stand Renault no Polo TDA Talatona
LUANDA SUL - ANGOLA

ATIVIDADE EM 2019

Em termos não consolidados e para que se tenha uma perspetiva sobre o total da atividade em 2019, informa-se que os proventos operacionais do Grupo no setor do Automóvel atingiram o valor global de 55.733 milhares de euros, o que corresponde a um acréscimo de 27,1% face a 2018.

Em Portugal, a sociedade SMOTORS, S.A. detém a representação da marca Suzuki com exclusividade para o distrito de Lisboa e durante o ano de 2019 deu continuidade à atividade de comercialização de viaturas, assistência técnica pós-venda e comercialização de peças ao balcão.

Em Angola, o ano caracterizou-se por uma recuperação significativa no volume de viaturas vendidas no segmento de ligeiros, na sua maioria devido a investimentos em frotas por parte de empresas, mantendo-se no entanto a continuação da redução da atividade nos restantes segmentos de negócio, Pesados, Motociclos e Equipamentos, fruto da menor atividade económica.

O mercado angolano de viaturas estabilizou, com uma redução de apenas 2%, passando de 3.146 unidades vendidas em 2018 para 3.073 viaturas comercializadas em 2019, tendo-se

no entanto verificado, no segmento de Ligeiros, um aumento de cerca de 22%, passando de 2.298 unidades vendidas em 2018, para 2.788 viaturas ligeiras comercializadas em 2019.

Em todos os segmentos de negócio manteve-se a gestão criteriosa do nível de *stock*, ajustando o *line-up* das várias marcas aos novos perfis de consumo. Em paralelo, reforçou-se o foco na melhoria dos serviços de Assistência Técnica, prosseguindo a qualificação das várias equipas e a otimização dos processos.

Em 2020 dar-se-á continuidade à gestão criteriosa dos *stocks*, à otimização de recursos e ao reforço dos processos de organização nas diversas áreas deste negócio.



Stand Nissan no Polo TDA Talatona
LUANDA SUL - ANGOLA

III. INFORMAÇÃO NÃO FINANCEIRA

A SUSTENTABILIDADE NO GRUPO TEIXEIRA DUARTE

A sustentabilidade é entendida pelas empresas do Grupo Teixeira Duarte como o resultado de um modo de estar e de agir com sentido de responsabilidade. Esta postura reflete-se no relacionamento dos seus colaboradores com todas as partes interessadas.

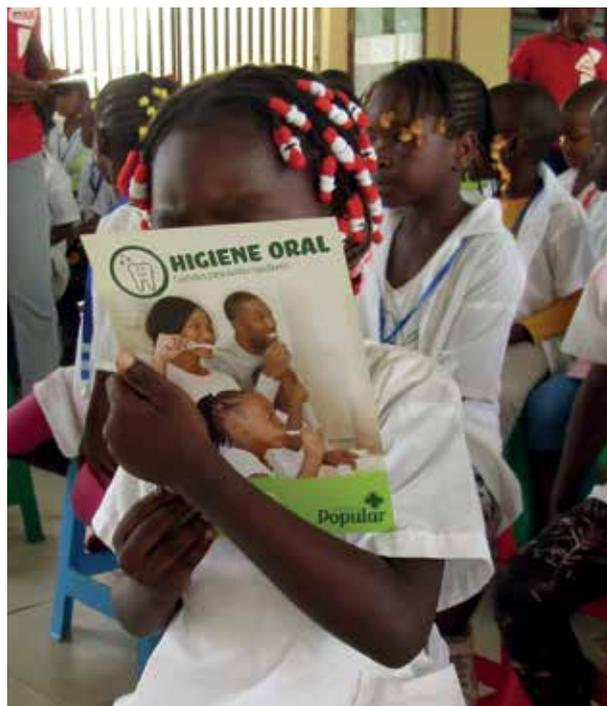
Com efeito, a Missão do Grupo – Fazer, contribuindo para a construção de um mundo melhor – e os seus Valores estruturantes – Engenho, Verdade e Compromisso – traduzem uma forma enraizada de atuar ao longo de várias gerações, que contribui de maneira essencial para uma efetiva sustentabilidade global das participadas, nas suas perspetivas económica, social e ambiental.

Havendo neste universo de empresas do Grupo Teixeira Duarte uma grande diversidade de setores de atividade, operando em vários países, o desenvolvimento sustentável dos negócios é assegurado por cada área de atuação, dada a proximidade às operações e maior efetividade das ações.

Cada empresa participada responde assim aos desafios de sustentabilidade das suas atividades, tendo orientação por parte do Grupo no que toca a objetivos gerais e às prioridades específicas para cada país em matéria de sustentabilidade.

Adicionalmente, as áreas corporativas da Teixeira Duarte pro-

movem a coordenação de políticas conjuntas entre empresas participadas, identificando práticas e sinergias que ajudem os vários negócios a evoluir de forma sustentável e a inovar no âmbito das suas atividades.



Programa Maxi Saúde
ANGOLA

A NOSSA MISSÃO

FAZER, CONTRIBUINDO PARA A CONSTRUÇÃO DE UM MUNDO MELHOR

COMO FAZEMOS

COM ENGENHO, VERDADE E COMPROMISSO

PARA O QUE CONTRIBUIMOS

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

AS NOSSAS PRIORIDADES LOCAIS



CONFORMIDADE COM ACORDOS INTERNACIONAIS

A atuação das empresas do Grupo Teixeira Duarte tem por base a sua Missão e está em conformidade com as Declarações de Direitos Humanos da ONU, os Princípios Orientadores da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a legislação nacional e internacional e os 10 Princípios do Pacto Global das Nações Unidas nos domínios dos Direitos Humanos, Práticas Laborais, Ambiente e Anticorrupção.

A Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, em Portugal, possui também a certificação voluntária da Norma Internacional SA 8000, manifestando o compromisso da organização em desenvolver, manter e aplicar práticas responsáveis em questões como o trabalho escravo e infantil, saúde e segurança do trabalho, liberdade de associação e negociação coletiva, discriminação, práticas disciplinares, horário de trabalho, remuneração e sistemas de gestão.

ÉTICA E CONDUTA

A Teixeira Duarte, S.A. tem um Código de Ética e Conduta adotado por cada uma das entidades do Grupo, o qual consagra os transversais princípios da atuação de todos os colaboradores das empresas do Grupo e, desse modo, o envolvimento da Teixeira Duarte, S.A. com as partes relacionadas, constituindo pois um reforço e desenvolvimento da sua Missão e Valores.

O Código destina-se a todos os Administradores, Trabalhadores e Outros Representantes da Empresa, cabendo adicionalmente a todos estes colaboradores não só conhecer e interiorizar, implementar institucionalmente e defender externamente o Código, mas também promover a aplicação das respetivas regras por terceiros no âmbito e execução das relações que estes mantenham com quaisquer entidades do Grupo Teixeira Duarte.

Resumidamente, de acordo com este Código, todos os colaboradores das empresas do Grupo têm o compromisso de cumprir, defender e fazer cumprir, incluindo junto dos destinatários indiretos, a legislação e a regulamentação em vigor nas geografias onde estas operam, incluindo quaisquer acordos globais ou setoriais e regras deontológicas específicas de cada profissional, bem como todos e quaisquer compromissos contratualmente assumidos.

Globalmente comunicado a todos os colaboradores, o Código de Ética e Conduta em vigor encontra-se disponível no site www.teixeiraduarte.com.

OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A Teixeira Duarte iniciou, em 2018, um processo de adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas enquanto quadro global para moldar, conduzir e relatar as ações e metas das empresas suas participadas no âmbito do Desenvolvimento Sustentável, dado ter identificado grandes afinidades entre a sua visão corporativa sobre Sustentabilidade e estes Objetivos.

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram fixados numa cimeira da ONU em 2015 e aprovados por unanimidade por 193 Estados-membros com o propósito de criar uma agenda ambiciosa com vista à erradicação da pobreza e ao desenvolvimento económico, social e ambiental à escala global até 2030. O cumprimento deste plano, conhecido como Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, pressupõe uma partilha de esforços inédita à escala global, entre todos os países e agentes, tanto públicos como privados.

Em 2019, o Grupo Teixeira Duarte realizou uma avaliação aos impactos das atividades desenvolvidas pelas suas participadas sobre as prioridades e aspirações globais para 2030 definidas nos 17 ODS. Foram auscultados os setores/áreas de negócio a operar nos mercados de Angola, Brasil e Portugal, responsáveis por 74% dos proveitos operacionais do Grupo, e analisados os riscos e impactos positivos que cada um pode apresentar nos respetivos países relativamente aos tópicos de desenvolvimento sustentável propostos nos ODS.

Através desta avaliação, o Grupo identificou, a um nível local, um conjunto de ODS que são mais relevantes. Assim, apesar de contribuir para todos os ODS, a Teixeira Duarte assumiu 5 ODS como prioritários: ODS 3, ODS 4, ODS 8, ODS 9 e ODS 12.



Em 2020, a Teixeira Duarte tem como objetivo analisar a materialidade dos ODS no mercado de Moçambique, alargando desta forma esta avaliação às empresas participadas responsáveis por 77% dos proveitos operacionais.

COMUNICAÇÃO COM STAKEHOLDERS

São muito diversificados os grupos de partes interessadas com que, no conjunto das suas empresas, o Grupo Teixeira Duarte se relaciona. Para melhor compreender as suas expectativas e comunicar de forma mais eficiente com estes diferentes grupos, as empresas recorrem aos seguintes instrumentos:

Colaboradores

Portal Corporativo, Dia da Empresa, Reuniões de Quadros, Almoço de Natal, Canal de Ética.

Cientes e público em geral

Websites, Call centers, Redes Sociais, Sistemas de Sugestões e Reclamações, Canal de Ética.

Investidores

Assembleias Gerais, Relatórios Financeiros, Resposta a Questionários Específicos, Comunicados.

Fornecedores

Visitas e Auditorias, Formação Recíproca, Avaliação de Desempenho, Canal de Ética.

Organizações Profissionais

Participação em diversas organizações.

Entidades Reguladoras e Governamentais

Participação em diversas associações setoriais.

Comunidades

Parcerias com Instituições Representativas, Projetos de Apoio às Comunidades, Canal de Ética.

Instituições de Ensino e Entidades dos Sistemas Científicos e Tecnológicos

Participação em Eventos Académicos, em Conferências, Feiras de Emprego e Parcerias.

Media

Comunicados, Respostas a questões específicas.

NOTA METODOLÓGICA RELATIVA À COBERTURA DOS INDICADORES

Os indicadores relativos a Recursos Humanos, às Comunidades e Ambiente aqui apresentados cobrem, sempre que possível, 100% do universo de empresas incluídas no perímetro de consolidação do Grupo Teixeira Duarte.

Contudo, dada a diversidade de setores e as circunstâncias locais das suas áreas de atuação, o âmbito da cobertura pode variar em alguns indicadores sendo tal facto referido, quando aplicável, no desenvolvimento deste capítulo.

GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HUMANOS

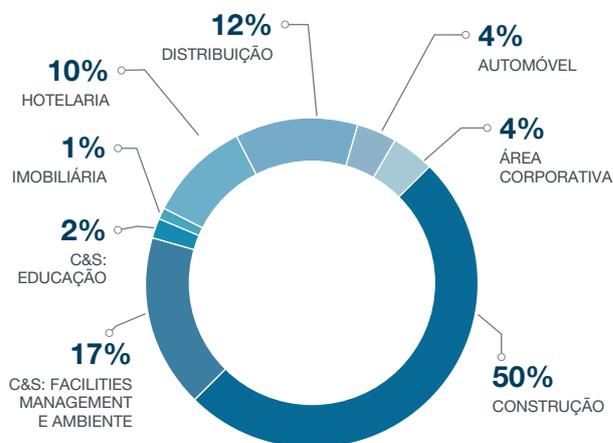
Para as empresas do universo do Grupo Teixeira Duarte, os colaboradores são o mais importante ativo para o desenvolvimento das suas atividades.

Aspetos como o bem-estar dos colaboradores, que inclui a promoção de boas condições de higiene, saúde e segurança, assim como o desenvolvimento de competências e a retenção do talento, assumem elevada importância na sua gestão, e encontram-se devidamente alicerçados numa cultura de tratamento digno e respeito pelos direitos humanos e laborais.

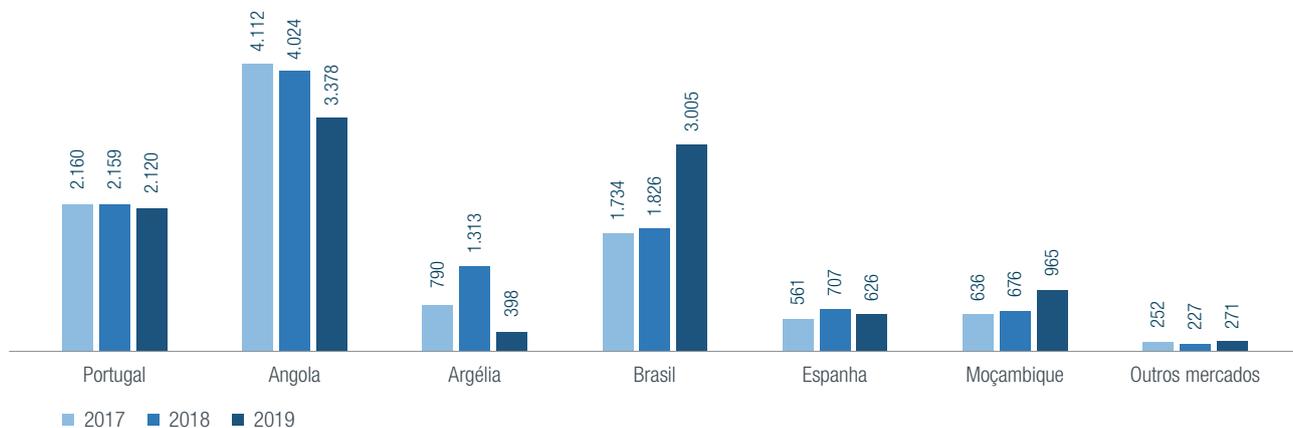
Os Recursos Humanos em 2019

A 31 de dezembro de 2019, o Grupo tinha 10.763 colaboradores, registando um decréscimo de 169 colaboradores (-2%) face a 31 de dezembro de 2018, em linha com a redução de atividade nos mercados angolano e argelino e aumento no mercado brasileiro, onde se registou um acréscimo de cerca de 1.200 colaboradores (+65% em relação a 2018).

Efetivamente, em 2019 e à semelhança dos anos anteriores, o desempenho das participadas que operam no setor da Construção continuou a ser o que mais influenciou o número de trabalhadores do Grupo, pois foram responsáveis por 50% da sua força de trabalho global.

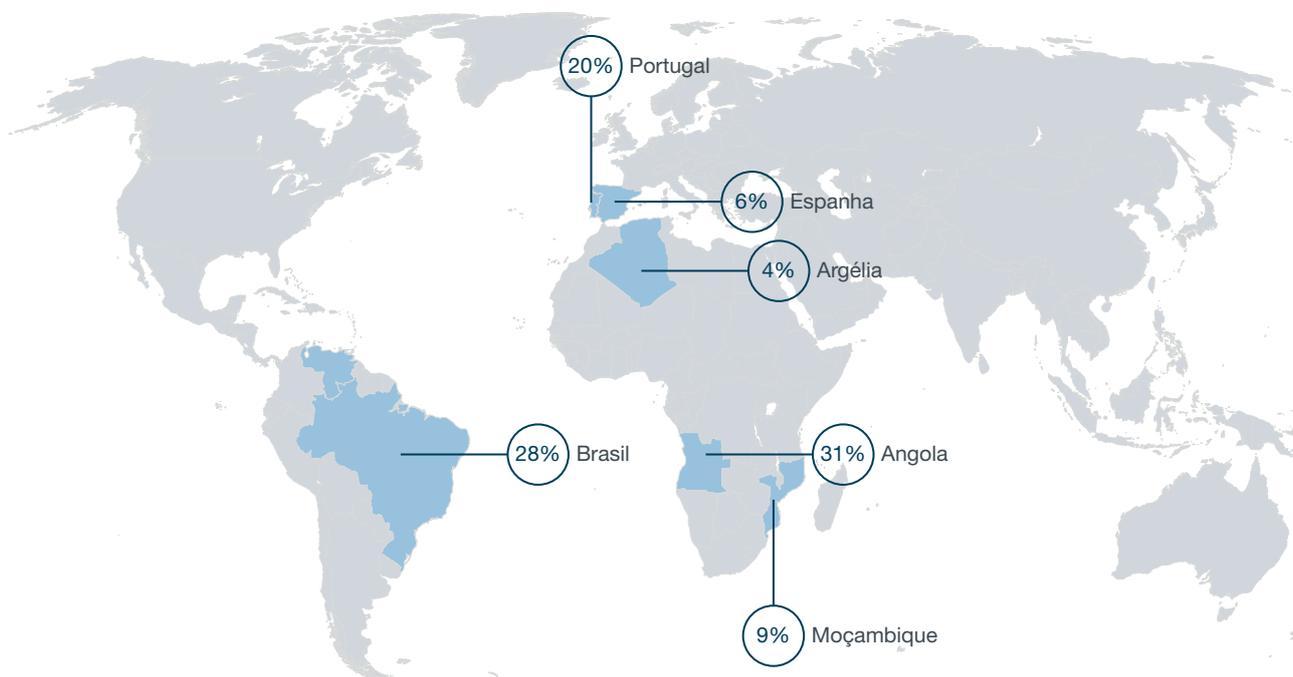


Colaboradores por área de atuação a 31 de dezembro de 2019



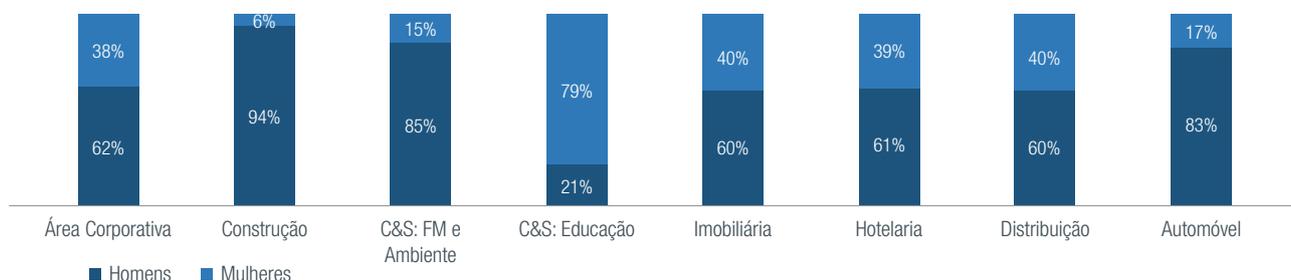
Evolução do nº de colaboradores a 31 de dezembro por mercado

Angola, Brasil e Portugal eram os 3 mercados com maior número de colaboradores, com 31%, 28% e 20% respetivamente, no universo dos países onde as empresas participadas atuavam nesta data.



Distribuição geográfica dos colaboradores nos principais mercados de atuação a 31 de dezembro de 2019

Em linha com os anos anteriores, a maioria dos colaboradores eram, em 2019, do sexo masculino, facto a que não são alheias as áreas de negócio das empresas participadas do Grupo, onde predominam os setores da Construção e de *Facilities Management*, que juntos comportavam 67% da força de trabalho global.



Colaboradores por sexo por área de atuação a 31 de dezembro de 2019

A Teixeira Duarte, S.A. tem vindo a adotar várias medidas no sentido de alcançar de forma mais eficiente uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre mulheres e homens, promovendo a eliminação da discriminação em função do sexo e fomentando a conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar. Em 2019, a empresa elaborou um Plano para Igualdade que apresentava um conjunto de objetivos e medidas a desenvolver pelas suas participadas de forma adequada às suas realidades de atuação, tanto geográficas como setoriais.

No dia 13 de setembro de 2019, a Teixeira Duarte, S.A. aprovou, em reunião do seu Conselho de Administração, um Plano para Igualdade que abrange as seguintes áreas:

- a) Igualdade no acesso ao emprego;
- b) Igualdade nas condições de trabalho;
- c) Igualdade remuneratória;
- d) Proteção na parentalidade;
- e) Conciliação da atividade profissional com a vida familiar e pessoal.

Este Plano pode ser consultado em www.teixeiraduarte.com.

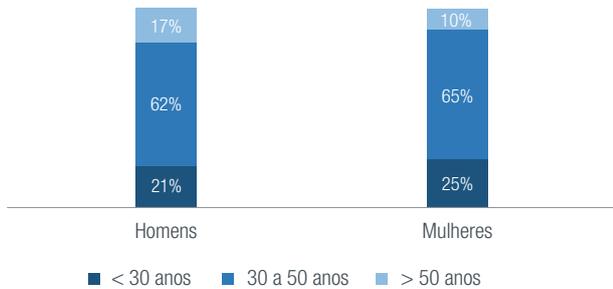
Em 2019 tal como em anos anteriores, a maioria dos colaboradores das empresas do Grupo Teixeira Duarte situava-se na faixa etária entre os 30 e 50 anos, tendo inclusivamente aumentado a sua predominância 2 p.p. em relação a 2018.

	Área Corporativa	Construção	Concessões e Serviços		Imobiliária	Hotelaria	Distribuição	Automóvel	Total 2019	Total 2018	Total 2017
			FM e Ambiente	Educação							
< 30 anos	20%	18%	18%	22%	29%	24%	40%	26%	22%	24%	30%
30 a 50 anos	62%	64%	62%	71%	65%	63%	56%	62%	63%	61%	56%
> 50 anos	18%	18%	20%	7%	6%	12%	4%	11%	15%	15%	14%

Evolução anual da percentagem de colaboradores por Faixa Etária

As empresas do Grupo Teixeira Duarte consideram assim as necessidades das diferentes gerações presentes nas suas equipas, promovendo a integração de novos colaboradores e

simultaneamente a passagem de conhecimento pelas gerações anteriores.



Colaboradores por faixa etária a 31 de dezembro de 2019

A 31 de dezembro de 2019, a maioria dos colaboradores encontrava-se em situação contratual sem termo, invertendo-se a tendência dos últimos anos. Esta realidade verificou-se na maioria dos mercados onde as participadas do Grupo operam, com destaque para Portugal e Brasil.

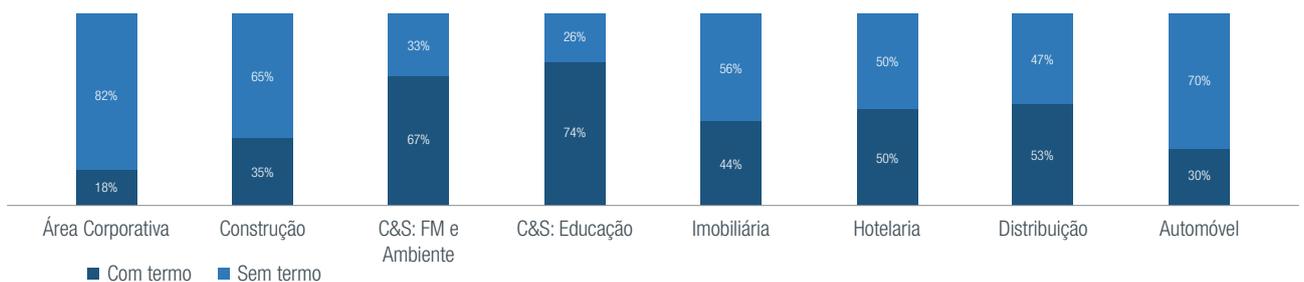
	Total 2019	Total 2018*	Total 2017
Sem termo	56%	45%	36%
Homens	56%	44%	63%
Mulheres	52%	51%	70%
Com termo	44%	55%	64%
Homens	44%	56%	37%
Mulheres	48%	49%	30%
Total	10.763	10.932	10.250

Percentagem de colaboradores por situação contratual por sexo
* Valores retificados

Numa caracterização por Área de Atividade, assistimos à adoção generalizada do modelo de contrato sem termo, exceto nas atividades desenvolvidas no âmbito das Concessões e Serviços (*Facilities Management*, Ambiente e Educação). Na Hotelaria e Distribuição encontra-se uma igualdade entre ambos os tipos de vínculo.



Almoço de Natal 2019, Obra "ONE Living" em Cascais PORTUGAL

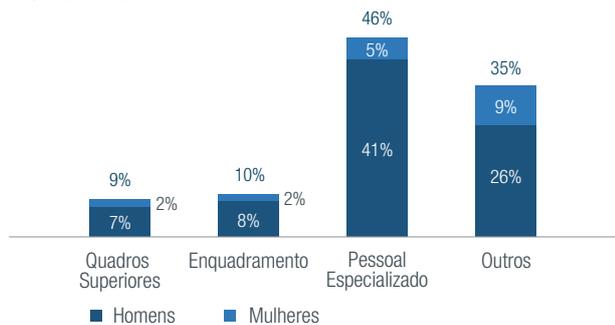


Percentagem de colaboradores por situação contratual por área de atuação a 31 de dezembro de 2019

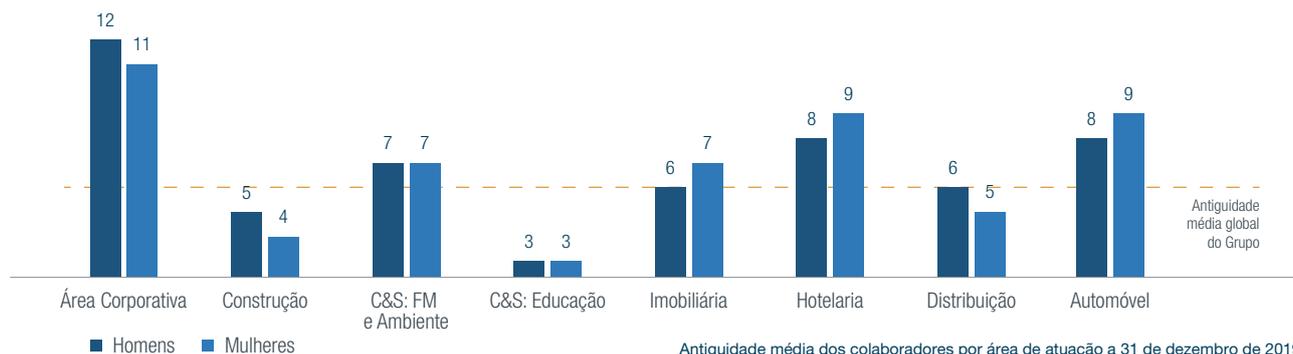


"Dia da Empresa" 2019: Membros da Administração e Alta Direção homenagearam 42 colaboradores que, em 2019, completaram 30 anos no Grupo Teixeira Duarte.

Face à grande diversidade de áreas de negócio em que operam as empresas participadas pelo Grupo Teixeira Duarte, e na tentativa de caracterizar a repartição dos seus efetivos por grupos profissionais o mais equivalentes possíveis, o Grupo classifica os colaboradores segundo 4 grandes grupos profissionais. Esta classificação teve como base o enquadramento das profissões e categorias profissionais preconizados no Contrato Coletivo de Trabalho em vigor em Portugal para a área da Construção Civil e Obras Públicas.



Colaboradores por grupo profissional no Grupo a 31 de dezembro de 2019

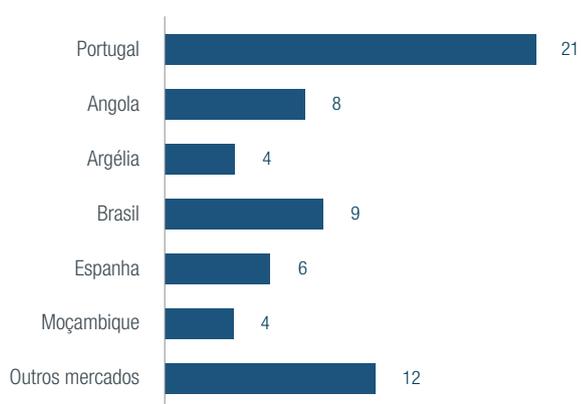


Antiguidade média dos colaboradores por área de atuação a 31 de dezembro de 2019

A maioria dos colaboradores enquadra-se no grupo de Pessoal Especializado, sendo aqui que se integram a maioria das funções especializadas ligadas às atividades da Construção, Facilities Management e Ambiente e Automóvel. Já o grupo designado por Outros inclui funções essencialmente operacionais ligadas às atividades core e é particularmente relevante nas áreas da Construção, Hotelaria e Distribuição.

Relativamente à antiguidade média dos colaboradores em cada área de atuação, verificava-se a 31 de dezembro de 2019 alguma heterogeneidade dentro das diferentes participadas do Grupo. Por um lado, a Área Corporativa apresentava uma antiguidade média superior, representando contudo apenas 4% dos colaboradores. Já a Construção e as Facilities Management e Ambiente (setor das Concessões e Serviços), responsáveis por 67% da força de trabalho do Grupo, contribuíram em grande medida para uma antiguidade média global de 6 anos pela qual se alinham também outras áreas, como a Imobiliária e Distribuição.

As diferentes culturas, hábitos e formas de trabalhar tendem a criar maior abertura e crescimento para as empresas que procuram garantir um ambiente de trabalho onde impere o respeito mútuo e a igualdade de oportunidades. A 31 de dezembro de 2019, trabalhavam no Grupo colaboradores de 33 nacionalidades distintas, assistindo-se a uma maior diversidade especialmente em Portugal.



Nº de nacionalidades dos colaboradores por mercado a 31 de dezembro de 2019

Recrutamento, Seleção e Retenção de Pessoas com Potencial Talento

O recrutamento é uma peça fundamental no desenvolvimento do capital humano de uma organização que se pretende inovadora e dinâmica, pois é o ponto de partida da cadeia de valor da gestão dos recursos humanos.

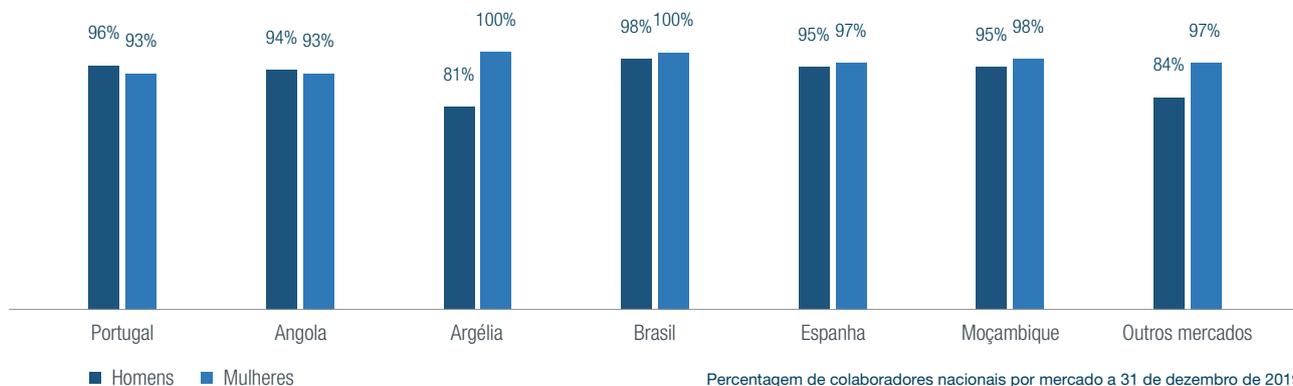
Muitas das empresas participadas do Grupo posicionam-se nos seus mercados como reconhecidas empregadoras, visando, particularmente, a promoção do emprego jovem, com potencial talento, uma vez que oferecem a este estrato etário condições e perspetivas de desenvolvimento pessoal e profissional, que valorizam e cujo contributo se tem afigurado como estratégico para a afirmação das empresas do Grupo.

A manutenção deste posicionamento exige por parte destas organizações uma assinalável atividade na área do recrutamento e seleção, incluindo a permanente ampliação de fontes de referência e reforço de parcerias.

Um dos indicadores de desempenho desta política seguida por muitas das empresas do Grupo é a capacidade de contratação e retenção de colaboradores nacionais nas suas operações, sendo de destacar que na grande maioria dos mercados a percentagem de colaboradores nacionais se encontra acima dos 90%.



Encontro de Quadros 2019, setores Imobiliária, Distribuição e Automóvel, em Elvas PORTUGAL



Neste âmbito, salientam-se a participação em eventos académicos, celebração de protocolos e concessão de estágios, que promovam candidaturas de formandos, alunos e profissionais diplomados por estas instituições nacionais parceiras.

Em 2019, várias empresas do Grupo Teixeira Duarte continuaram a utilizar o *Applicant Tracking System* implementado em 2018, permitindo-lhes gerir ofertas de emprego e candidatos de forma mais eficiente e através de uma ampla rede de pesquisa integrada com portais de emprego.

No contexto do recrutamento, refere-se também o papel do recrutamento interno que, sustentado em desempenho de reconhecido mérito, tem proporcionado oportunidades a diversos colaboradores para desenvolverem carreira profissional.

Relativamente ao absentismo, as diferentes empresas participadas do Grupo apresentam taxas que variam conforme as áreas de negócio e os países em que operam.



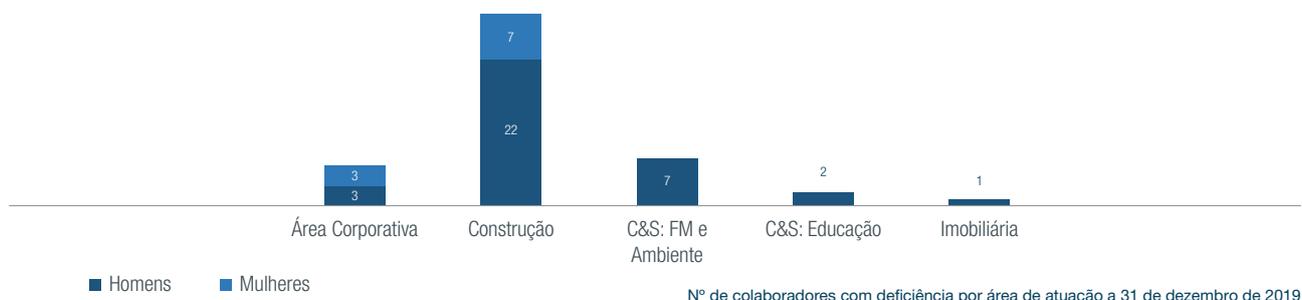
Novo escritório da Delegação de São Paulo BRASIL

	Área Corporativa	Construção	Concessões e Serviços		Imobiliária	Hotelaria	Distribuição	Automóvel	Total 2019	Total 2018
			FM e Ambiente	Educação						
Portugal	2,0%	2,9%	4,5%		1,8%	6,0%	0,1%	2,3%	3,4%	2,5%
Angola	0,5%	1,5%	1,0%	5,9%	0,8%	2,4%	3,2%	2,4%	2,5%	2,6%
Argélia	1,5%	7,1%	1,8%						6,9%	3,2%
Brasil	5,0%	6,5%	5,3%		3,3%				6,3%	3,6%
Espanha		6,2%	6,9%						6,8%	8,2%
Moçambique	2,9%	1,2%	1,5%		1,7%	1,5%			1,4%	0,5%
Outros Mercados		1,2%							1,2%	0,0%
Total 2019	1,4%	4,8%	6,0%	5,9%	1,8%	2,7%	3,1%	2,4%	4,1%	2,1%
Total 2018	2,1%	2,7%	3,3%	5,8%	1,0%	0,5%	0,3%	3,1%		

Taxa de absentismo a 31 de dezembro de 2019 (cobertura = 99%)

O absentismo global em 2019 foi de 4,1%, tendo aumentado 2 p.p. em relação a 2018, explicados essencialmente pelo aumento em 3 mercados: Argélia, Brasil e Espanha.

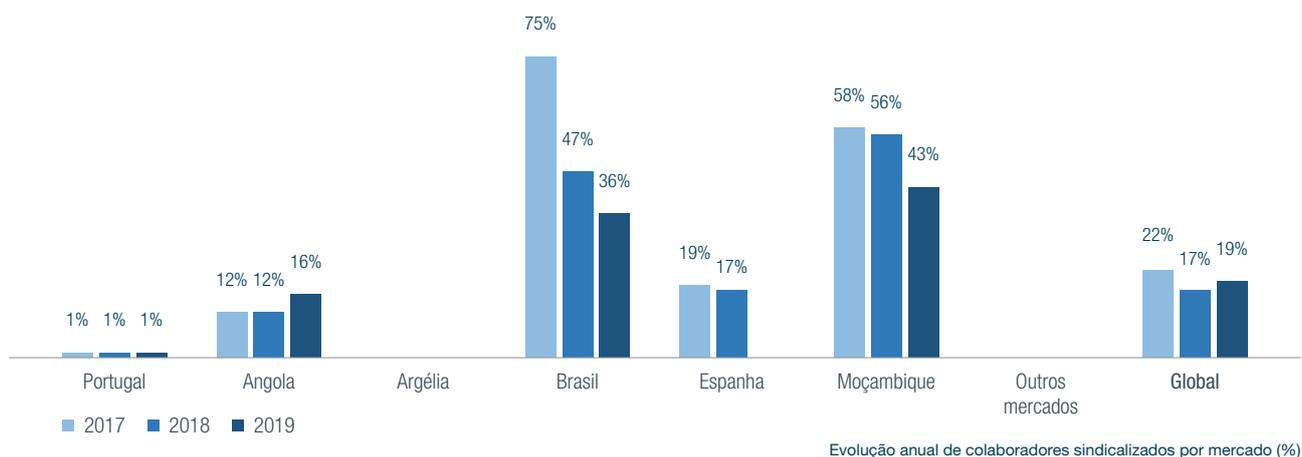
A 31 de dezembro de 2019, integravam as empresas participadas pela Teixeira Duarte 45 pessoas com deficiência ou incapacidades. Em Portugal e no Brasil, estes colaboradores representam 1% da força de trabalho.



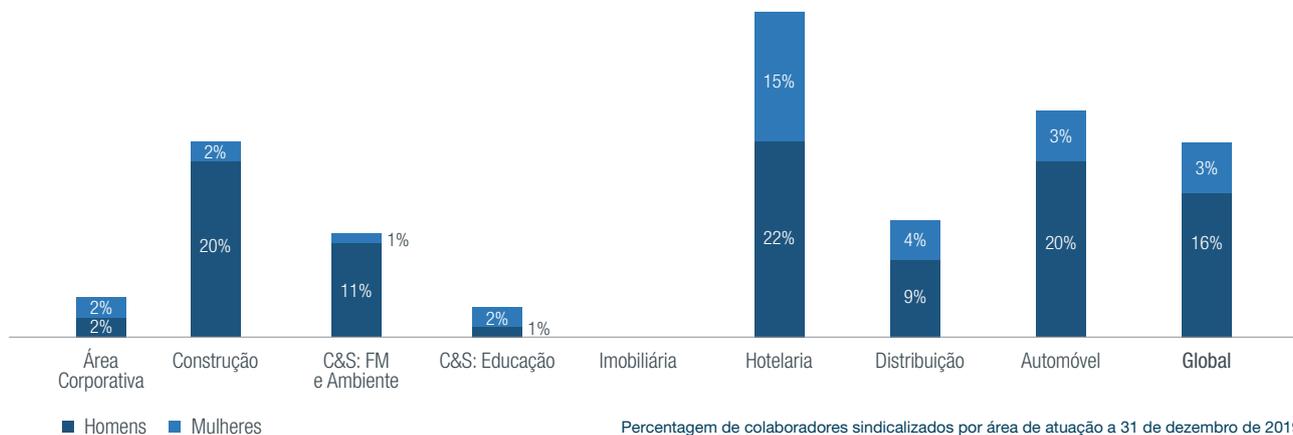
Conformidade com as Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT)

A promoção das convenções fundamentais da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e dos direitos humanos encontra-se consagrada no Código de Ética e Conduta da Teixeira Duarte, S.A., extensível a todas as entidades integradas no seu perímetro de consolidação.

O Código manifesta o compromisso das empresas participadas do Grupo no reconhecimento do direito ao associativismo e à negociação coletiva. As suas práticas empresariais protegem os direitos laborais e promovem ambientes de trabalho seguros e saudáveis para todos os trabalhadores.



Apesar de, em alguns países, não ser possível identificar a totalidade dos colaboradores sindicalizados, são as empresas participadas que operam nos mercados do Brasil e Moçambique que têm apurada maior percentagem de colaboradores abrangidos por convenções coletivas, considerando contratos coletivos, acordos coletivos e acordos de empresa. No Brasil, refira-se que, até 2017, a contribuição sindical era obrigatória, deixando de o ser em 2018.



As atividades em que o Grupo regista maior número de colaboradores abrangidos por estas convenções coletivas são a Construção, Hotelaria e Automóvel.

Nos dados acima, não se encontram incluídos os colaboradores abrangidos por associações profissionais.

Proteção e promoção da saúde e segurança

A visão corporativa do Grupo Teixeira Duarte incorporou, desde sempre, uma estratégia de gestão de recursos humanos forte em medidas que visam a melhoria da qualidade de vida de todos aqueles que colaboram com as suas empresas participadas, com o intuito de otimizar o binómio trabalho/vida pessoal e familiar e de promover a fidelização dos colaboradores, in-

dependentemente da atividade das empresas e dos mercados onde operam.

Esta visão reflete-se na postura socialmente responsável das suas empresas participadas no que toca à promoção da saúde, segurança e higiene no trabalho.

Relativamente à saúde no trabalho, salienta-se a política de vigilância da saúde dos colaboradores, o que se concretiza através da realização, generalizada, de exames de saúde, de visitas aos postos de trabalho e do acompanhamento de situações de doença. Em 2019, e em comparação com o ano anterior, a taxa de cobertura dos colaboradores com exames realizados nas empresas melhorou na generalidade, mas em especial em Angola, Argélia e Moçambique.



Exame Médico a colaboradora, Posto Médico Teixeira Duarte, Luanda ANGOLA

	Área Corporativa	Construção	Concessões e Serviços		Imobiliária	Hotelaria	Distribuição	Automóvel	Total 2019	Total 2018	Total 2017
			FM e Ambiente	Educação							
Portugal	100%	100%	100%		100%	100%	100%	100%	99%	99%	
Angola	94%	85%	95%	93%	100%	99%	98%	95%	96%	85%	54%
Argélia	74%	70%							70%	51%	52%
Brasil	100%	98%	71%		77%				97%	98%	98%
Espanha			32%						32%	67%	100%
Moçambique	100%	100%	100%		100%	100%			100%	94%	92%
Outros Mercados		59%	100%						65%	50%	18%

Taxa de cobertura dos colaboradores com exames médicos realizados nas empresas do Grupo a 31 de dezembro de 2019

São disponibilizados, nos diversos mercados, mecanismos de apoio no âmbito da medicina curativa, seja de forma direta (serviços internos), seja de forma indireta (protocolos com clínicas privadas e/ou seguros de saúde).

A existência de um serviço interno de medicina curativa permite um acompanhamento mais eficaz das situações problemáticas em matérias de saúde e, paralelamente, melhora a capacidade de atuação em situações de emergência e de gravidade elevada.

É disponibilizada aos colaboradores a possibilidade de acederem a serviços médicos e medicamentosos que, face à realidade de alguns dos países onde as empresas do Grupo operam, são fundamentais no acompanhamento clínico e no acesso aos cuidados de saúde primários por parte dos mesmos. Este acesso é, em algumas situações, feito com recurso a clínicas privadas com as quais são estabelecidas parcerias, procurando tornar os cuidados com a saúde mais eficazes e menos onerosos.

No caso de Angola e de Moçambique, por exemplo, as empresas do Grupo têm definida uma política de assistência médica e medicamentosa que inclui acesso a consultas médicas a todos os colaboradores e familiares de primeiro grau.

No âmbito da promoção da saúde, são também dinamizadas várias atividades nas empresas do Grupo, como rastreios, ações de formação/educação em saúde, individual e em grupos.

Campanha de vacinação contra a Gripe

As empresas participadas pelo Grupo que atuam no setor da Construção no Brasil promoveram, em 2019, uma campanha de vacinação contra a gripe junto dos seus colaboradores em diversos pontos do país. Foram mais de 130 trabalhadores vacinados no âmbito da ação, assegurando as empresas uma maior proteção dos seus funcionários perante os perigos de contágio desta doença.

Ações de sensibilização para prevenção do Cancro na Mama (“Outubro Rosa”)

Em outubro de 2019, várias empresas participadas aderiram ao movimento conhecido como “Outubro Rosa” procurando aumentar a consciência dos colaboradores para a importância da prevenção e diagnóstico precoce do Cancro da Mama.

Em Angola e no Brasil, 200 colaboradores e colaboradoras estiveram envolvidos em ações de esclarecimento e sensibilização, promovidas, em alguns casos, em parceria com autoridades de saúde locais.



Em Portugal, em 2019, as empresas do Grupo asseguraram aos seus colaboradores:

- 1.798 consultas médicas no âmbito da Medicina do Trabalho;
- 1.793 consultas de Enfermagem do Trabalho;
- 452 consultas de Medicina Curativa;
- 10.380 exames complementares de diagnóstico.

Tendo como génese e *core business* o setor da Construção, o Grupo Teixeira Duarte e as suas empresas participadas têm uma cultura corporativa de constante investimento na segurança e de combate aos riscos fortemente enraizada. Esta aposta passa por rigorosas políticas de prevenção, que visam garantir a salvaguarda da vida de todos os colaboradores e prestadores de serviços em todas as instalações.

No decorrer de 2019, não se registaram quaisquer fatalidades nas empresas incluídas no perímetro de consolidação da Teixeira Duarte, S.A..

Relativamente à sinistralidade nos principais mercados de atuação das empresas do universo da Teixeira Duarte, a evolução dos últimos 3 anos no que toca à frequência (nº acidentes de trabalho x 1000000 / nº horas trabalhadas) e à gravidade (nº de dias perdidos x 1000000 / nº horas trabalhadas) dos acidentes foi a que se apresenta nas tabelas seguintes.



PORTUGAL	Nº de acidentes de trabalho	Índice de frequência	Índice de gravidade
Área Corporativa			
2019	0	0	0
2018	0	0	0
2017	1	3	0
Construção			
2019	49	19	526
2018	58	21	408
2017	45	27	603
Concessões e Serviços			
Facilities Management			
2019	33	39	565
2018	38	50	1.033
2017	26	33	1.275
Imobiliária			
2019	0	0	0
2018	1	15	328
2017	0	0	0
Hotelaria			
2019	6	27	383
2018	8	37	173
2017	8	36	483
Distribuição			
2019	0	0	0
2018	0	0	0
2017	0	0	0
Automóvel			
2019	2	32	614
2018	1	17	702
2017	0	0	0

Sinistralidade a 31 de dezembro de 2019 em Portugal

ANGOLA	Nº de acidentes de trabalho	Índice de frequência	Índice de gravidade
Área Corporativa			
2019	1	5	0
2018	1	7	0
2017	1	6	0
Construção			
2019	14	10	68
2018	30	13	76
2017	23	10	66
Concessões e Serviços			
Facilities Management			
2019	3	4	0
2018	6	11	5
2017	11	18	90
Ensino			
2019	0	0	0
2018	0	0	0
2017	0	0	0
Imobiliária			
2019	2	9	19
2018	2	6	74
2017	3	34	0
Hotelaria			
2019	10	6	28
2018	4	3	32
2017	8	6	8
Distribuição			
2019	35	12	60
2018	19	6	26
2017	19	6	43
Automóvel			
2019	1	1	0
2018	10	12	65
2017	11	11	39

Sinistralidade a 31 de dezembro de 2019 em Angola

ARGÉLIA	Nº de acidentes de trabalho	Índice de frequência	Índice de gravidade
Construção			
2019	38	25	953
2018	42	18	608
2017	27	18	393

Sinistralidade a 31 de dezembro de 2019 na Argélia

BRASIL	Nº de acidentes de trabalho	Índice de frequência	Índice de gravidade
Construção			
2019	23	6	245
2018	17	8	242
2017	10	7	206
Concessões e Serviços			
Facilities Management			
2019	3	7	180
2018	3	9	9
2017	n/a	n/a	n/a

Sinistralidade a 31 de dezembro de 2019 no Brasil (Cobertura = 53%)

ESPAÑA	Nº de acidentes de trabalho	Índice de frequência	Índice de gravidade
Concessões e Serviços			
Facilities Management			
2019	0	0	0
2018	2	38	0
2017	n/a	n/a	n/a

Sinistralidade a 31 de dezembro de 2019 em Espanha

MOÇAMBIQUE	Nº de acidentes de trabalho	Índice de frequência	Índice de gravidade
Construção			
2019	3	5	191
2018	1	2	150
2017	3	8	122
Hotelaria			
2019	1	2	4
2018	3	5	24
2017	2	3	17

Sinistralidade a 31 de dezembro de 2019 em Moçambique (Cobertura = 86%)

Colaboradores abrangidos pelos sistemas de gestão de segurança e saúde ocupacional (Norma OHSAS 18001) a 31 de dezembro de 2019:

- Portugal: 1.702 colaboradores
- Argélia: 501 colaboradores
- Brasil: 1.759 colaboradores
- Moçambique: 563 colaboradores

Nos casos de Portugal, Argélia, Brasil e Moçambique, as boas práticas das empresas participadas no setor da Construção, onde os riscos são superiores no que toca à saúde e segurança dos colaboradores, são reforçadas pela certificação em sistemas de gestão de segurança e saúde ocupacional no âmbito da Norma OHSAS 18001, propiciando uma gestão mais abrangente e eficaz dos riscos operacionais e contribuindo para a proteção dos colaboradores e para um melhor desempenho.

As ações para a prevenção de doenças e/ou promoção da saúde desenvolvidas em 2019 nas empresas que operam nas áreas da Construção e *Facilities Management* em Portugal, Angola, Brasil e Moçambique foram baseadas nos fatores de risco identificados, nomeadamente comportamentos de risco, ruído laboral, condições laborais, procedimentos de emergência, entre outros.

Em consonância com o disposto na legislação dos países onde as empresas do Grupo atuam, todos os colaboradores têm direito a proteção na Parentalidade. No caso de Portugal, os colaboradores têm à sua disposição um conjunto de licenças no âmbito da Maternidade/Paternidade, em conformidade com o previsto no Código do Trabalho.



Colaboradores Maxi ANGOLA

	Área Corporativa	Construção	Concessões e Serviços		Imobiliária	Hotelaria	Distribuição	Automóvel	Total 2019	Total 2018	Total 2017
			FM e Ambiente	Educação							
Portugal									57	109	90
Mulheres			4			4		1	9	21	19
Homens		35	7			6			48	88	71
Angola									130	104	113
Mulheres	3	2	2	16		23	73	7	126	96	111
Homens		3	1						4	8	2
Argélia									28	36	22
Mulheres		2							2	4	6
Homens		26							26	32	16
Brasil									11	18	15
Mulheres		7							7	14	15
Homens	1	3							4	4	
Espanha									7	25	20
Mulheres										4	6
Homens		4	3						7	21	14
Moçambique									7	8	4
Mulheres	2		1			3			6	7	4
Homens		1							1	1	
Outros Mercados									7	1	1
Mulheres		2	1						3	1	1
Homens		4							4		
Total	6	89	19	16	0	36	73	8	247	301	265

Nº de colaboradores que usufruiu de licença parental em 2019

Outros benefícios para colaboradores

Nas empresas do universo da Teixeira Duarte existem ainda outros benefícios para os colaboradores, tais como:

a) Seguros de saúde e de vida

A maioria das empresas do Grupo disponibiliza seguros de saúde aos seus colaboradores de acordo com critérios definidos, que incluem a possibilidade de estender os seguros ao seu agregado familiar.

Em algumas empresas participadas, para além do seguro de saúde, também é disponibilizado um seguro de vida que garante proteção nas situações de acidente pessoal, morte e invalidez.

Estes seguros complementam assim as proteções obrigatórias aplicáveis em cada país, em matérias de segurança social e de legislação laboral.

b) Protocolos e Parcerias

É disponibilizado aos colaboradores das empresas do Grupo um conjunto de protocolos e parcerias com entidades externas, em diversas áreas de atuação, tais como telecomunicações, banca, estabelecimentos de ensino, concessionários auto, agências de viagens e companhias aéreas, permitindo o acesso dos colaboradores a bens e serviços em condições de mercado mais vantajosas.

c) Programa de benefícios com condições mais vantajosas



Em 2019, o Grupo Teixeira Duarte lançou a edição piloto do Programa "b.flex" dirigido aos colaboradores do quadro permanente de 7 das suas participadas em Portugal.

Os colaboradores aderem voluntariamente ao "b.flex", constituindo uma bolsa individual, através da qual têm acesso a um conjunto de benefícios para si e suas famílias de acordo com as suas preferências.

Entre estes benefícios encontravam-se o reembolso de despesas de Saúde, Vale Infância, Formação Profissional, Aquisição de Tecnologia e Aquisição de Viatura.

Em 2020, o Programa será alargado a todo o universo de empresas do Grupo em Portugal.

d) Política de Acompanhamento Familiar

O Grupo Teixeira Duarte tem em vigor uma Política de Acompanhamento Familiar que inclui apoio administrativo, logístico e financeiro com vista à legalização, deslocação e alojamento de elementos do agregado familiar de colaboradores que, mediante determinados critérios, sejam deslocados para fora do seu país.

Qualificação para a expressão do talento: desenvolvimento e formação

No universo de empresas do Grupo Teixeira Duarte, e ao longo da sua história quase centenária, sempre se promoveu uma forte cultura de ética, de trabalho e de mérito, amplamente reconhecida e sistematicamente aplicada a todos os níveis.

Perante um mundo em constante mudança, caracterizado pelos rápidos avanços tecnológicos, pela crescente globalização e por características demográficas complexas, é cada vez mais crítico que as organizações se adaptem e acompanhem a evolução, quer dos contextos, quer das expectativas dos *stakeholders* internos e externos.



"Academia TDGI" (Facilities Management)
ANGOLA

Guiadas pelos Valores do Engenho, Verdade e Compromisso e pela Missão "Fazer, contribuindo para a construção de um mundo melhor", as empresas do Grupo estão cientes destas transformações e da necessidade de direcionar as Pessoas para novos modelos de crescimento e para a aquisição de novas competências que permitam ultrapassar os desafios futuros.

Como estratégia para a sustentabilidade dos seus negócios perante esta nova realidade, o Grupo tem estimulado junto das suas empresas participadas os seguintes objetivos:

- Potenciar o talento dentro da organização, atraindo as Pessoas mais qualificadas, desenvolvendo-as e promovendo a sua evolução por mérito e pelo seu desempenho;
- Fomentar lideranças fortes, melhorando a capacidade para promoverem o desempenho e o alinhamento das Pessoas com a estratégia empresarial;
- Comunicar eficazmente as suas identidades organizacionais, criando propostas de valor fortes, quer interna, quer externamente;
- Construir Culturas Aprendentes de forte impacto, com oportunidades de crescimento para todos, delineadas em diferentes áreas de conhecimento (técnicas e não-técnicas), em diferentes níveis (operacional, tático e estratégico) e em diferentes formatos de aprendizagem (no dia-a-dia, na observação e interação com outros, na aprendizagem formal através de cursos em sala ou em plataformas *online*).

A diversidade de atividades que hoje existe dentro do Grupo Teixeira Duarte e a dispersão geográfica por diversos países têm exigido um modelo cada vez mais robusto de transmissão eficaz de valores e práticas que constituem a visão corporativa do Grupo Teixeira Duarte para todas as áreas de negócio que nele existem.

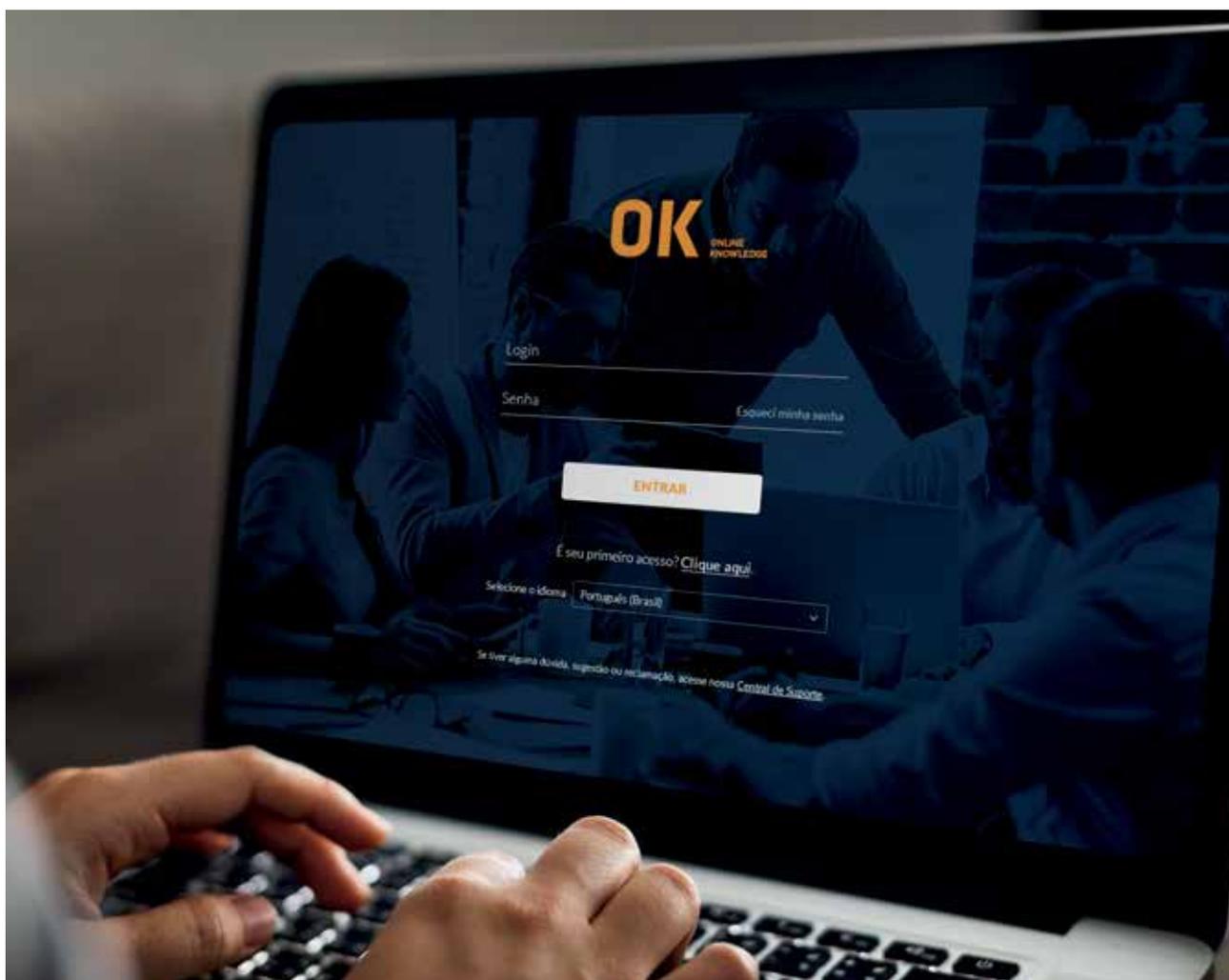
Em 2019 deu-se continuidade à Política de Desenvolvimento de Competências do Grupo Teixeira Duarte conforme modelo definido em 2018. Esta assenta numa matriz que integra uma componente comum/transversal a todas as áreas de negócio e uma componente específica, sendo desta forma adaptável a qualquer setor, mercado e categoria profissional em que o colaborador se encontrar.

As áreas de negócio, por sua vez, definem, implementam e avaliam os Planos de Desenvolvimento de Competências (PDC) dos seus colaboradores. Tratam-se de programas de formação contínua que possibilitam perspetivar a formação de cada colaborador ao longo do tempo, nomeadamente com vista à atualização de competências e progressão na carreira.

Em 2019, a Comissão de Coordenação da Qualificação Profissional prosseguiu com o trabalho de apoio contínuo a processos transversais e com a promoção de projetos-chave nestas áreas, onde se inclui a adoção de uma nova ferramenta de *e-learning*, tendo o Brasil como mercado piloto para a sua implementação, e que será progressivamente alargada aos restantes mercados-chave. Com a implementação desta ferramenta no Grupo, tornou-se possível aceder a formações e informações *online*, através da partilha de conteúdos externos e internamente desenvolvidos por cada empresa do Grupo. O acesso ao desenvolvimento pessoal e profissional torna-se global e independente da localização das pessoas e operações.

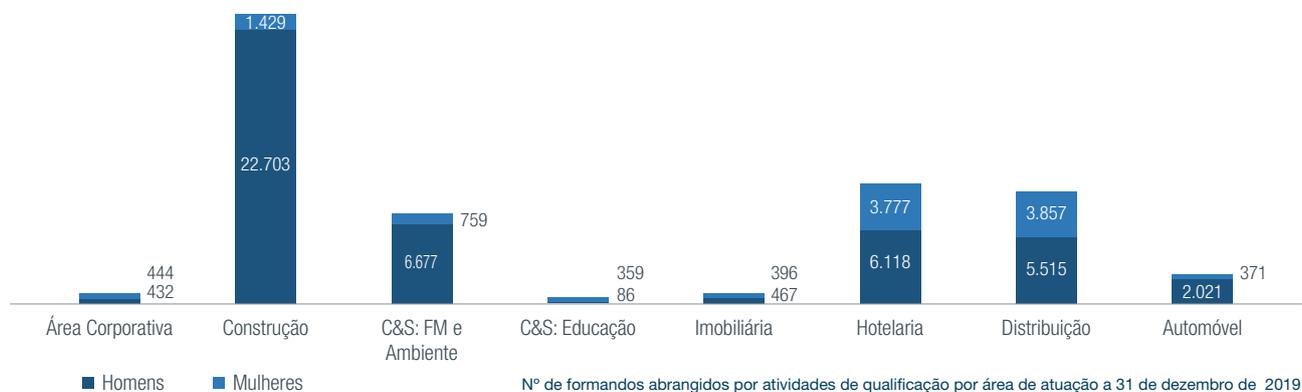
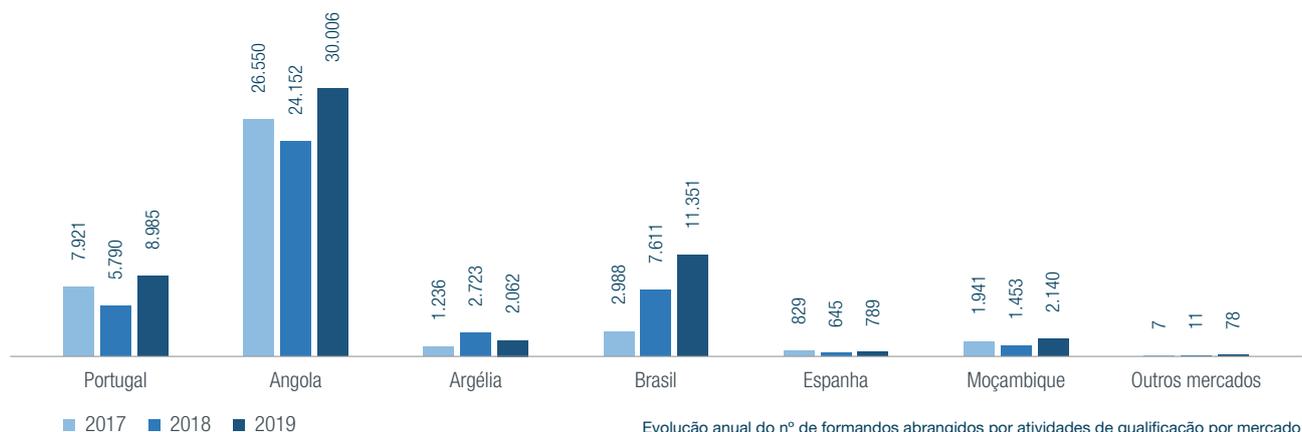
Por outro lado, o desenvolvimento de conteúdos internos técnicos ou generalistas, promove o compromisso de todos com a organização e com as pessoas que nela trabalham.

Alinhadas com a necessidade de desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores como forma privilegiada de resposta aos diversos, exigentes e complexos desafios que enfrentam, as empresas incluídas no perímetro de consolidação da Teixeira Duarte, S.A. realizaram, em 2019, atividades qualificantes (adiante, atividades) que abrangeram 55.411 formandos e que totalizaram 196.285 horas de volume de formação registado, o que, comparando com 2018, representa um aumento de 31% e de 27% respetivamente.



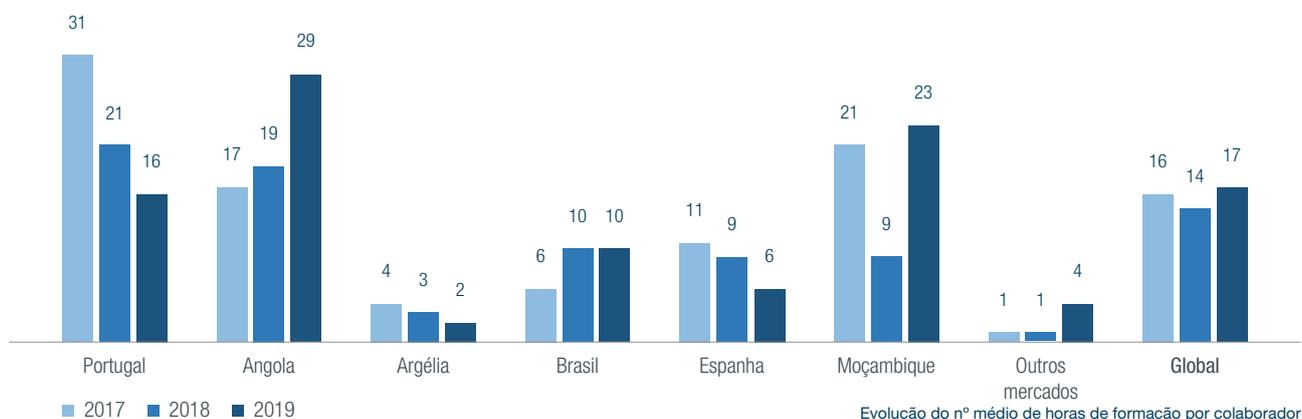
Plataforma OK - Online Knowledge

Apresentam-se de seguida os principais indicadores relacionados com a Qualificação Profissional dos colaboradores, por mercado e setor de atividade. Para a contabilização destes indicadores o Grupo Teixeira Duarte considera o mercado onde o colaborador se encontra, independentemente da localização da empresa a que o colaborador está afeto.



	Área Corporativa	Construção	Concessões e Serviços		Imobiliária	Hotelaria	Distribuição	Automóvel	Total 2019	Total 2018
			FM e Ambiente	Educação						
Portugal	2.362	19.396	8.152		470	726	588	159	31.853	46.630
Angola	845	7.691	8.164	3.182	1.409	42.041	29.256	13.773	106.360	74.133
Argélia	83	1.804							1.887	3.439
Brasil	473	30.266	2.232		816				33.786	18.226
Espanha	17	1.201	2.718						3.936	6.327
Moçambique	85	1.284	393			16.020			17.781	6.241
Outros Mercados	0	683							683	119
Total 2019	3.865	62.325	21.658	3.182	2.694	58.786	29.844	13.932	196.285	155.115

Nº de horas de volume de formação a 31 de dezembro de 2019



Em 2019, as empresas participadas realizaram no seu global 17 horas de formação em média por cada colaborador, sendo de salientar positivamente o desempenho das atividades em Angola e Moçambique em particular.

Em Angola, as atividades qualificantes levadas a cabo nas empresas do Grupo Teixeira Duarte, ao longo do ano de 2019, abrangeram 30.006 formandos e totalizaram um volume de formação de 106.360 horas registadas, o que representou um aumento de 24% e 43% respetivamente.



Em 2019, a Teixeira Duarte iniciou, em parceria com a Universidade Nova SBE, um Programa de Formação para Executivos, que se entende em 2020 e que engloba cerca de 125 participantes, em Portugal e Angola. O objetivo é habilitar pessoas com funções-chave no desenvolvimento do Grupo com competências de Liderança, Gestão e *Governance*.

O Centro de Desenvolvimento Profissional Teixeira Duarte continua a ser um dos principais pilares do Grupo na construção de um ecossistema de aprendizagem ao longo da vida dos colaboradores em Angola, concentrando grande parte das atividades qualificantes desenvolvidas pelas empresas do Grupo neste mercado.

Em Portugal, manteve-se a certificação da Teixeira Duarte - Engenharia e Construções como entidade formadora, concedida pela DGERT - Direção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho.

Em 2019, o Centro de Desenvolvimento Profissional (CDP) de Angola continuou a promover um abrangente leque de ações de formação dirigidas a todos os níveis profissionais dos diferentes negócios do Grupo neste mercado, tendo integrado, em Programas de Formação Contínua, 3.326 participantes das categorias "Operacionais" e "Gestores Intermédios" e 112 "Gestores de Topo".

Ainda no que concerne ao mercado português, há a destacar a participação da Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, Lda. (EPOS) num projeto pioneiro no universo das empresas participadas do Grupo Teixeira Duarte no âmbito da Qualificação Profissional e Escolar, da Empregabilidade e da Responsabilidade Social. Dez colaboradores da referida empresa realizaram, com sucesso, um processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) desenvolvido pelo Centro Qualifica de Almodôvar que lhes permitiu reunir as qualificações profissionais e escolares necessárias para integrarem as equipas da EPOS no Brasil, onde a empresa se encontrava a realizar trabalhos de escavação e sustimento na Mina de Cuiabá, e assim progredirem profissionalmente.

Entre as inúmeras ações de formação, destacam-se o Programa para Executivos desenvolvido em parceria com a Universidade Nova SBE para "Gestores de Topo" e um programa intensivo desenhado para "Gestores Intermédios" do setor da Distribuição (no âmbito da "Academia Maxi"), com mais de 300 horas de formação teórica e prática e estágio integrado, orientando jovens recém contratados para a gestão e liderança das atividades deste setor.

Nos âmbitos da empregabilidade, qualificação profissional e da responsabilidade social do Grupo em Angola, deu-se continuidade ao Projeto "Fazer Pescar", realizando-se 6 edições onde se qualificaram 75 participantes, nas áreas de Construção, *Facilities Management*, Imobiliária, Distribuição e Automóvel. Desde o início deste projeto, em 2013, já se graduaram no "Fazer Pescar" cerca de 450 jovens.

INICIATIVA EM DESTAQUE

FAZER PESCAR



Principais Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Âmbito(s)

- Empregabilidade
- Qualificação Profissional
- Responsabilidade Social

Destinatários

Jovens que vivem em situação de carência social.

Desafio

Tirar partido dos meios e instrumentos focados na formação e desenvolvimento profissional dos trabalhadores das várias empresas participadas do Grupo Teixeira Duarte para formar os destinatários, dando-lhes também a oportunidade de se iniciarem no mercado de trabalho.

Caracterização

“Ensina um Homem a pescar e estarás a alimentá-lo para o resto da vida”, Lao Tzu

O “Fazer Pescar” é uma iniciativa que tem como objetivo criar oportunidades para jovens, formando-os para, autonomamente, serem uma parte fundamental no desenvolvimento das comunidades onde estão inseridos.

Programa educativo com duração de 3,5 meses, que inclui uma componente de integração social, de integração na empresa e de integração no trabalho.

A frequência é gratuita e os formandos beneficiam de refeições diárias, subsídio diário de transporte, seguro de acidentes pessoais, uniformes e roupa para uso individual, material escolar e vigilância médica regular.

Terminado o curso, os formandos com avaliação positiva são integrados em empresas do universo do Grupo em Angola.

Setores/empresas do Grupo envolvidos

Todos os setores a operar em Angola.

Impactos

- 32 edições realizadas desde 2013 (6 edições em 2019);
- 450 jovens graduados integrados nas empresas do Grupo desde 2013.

O CENTRO DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL TEIXEIRA DUARTE



- 1.500 m² de área total de construção aproximada.
- 6 salas para formações teóricas.
- 1 sala de informática.
- 2 laboratórios (Eletricidade e Eletrónica e Engenharia Civil).
- 2 oficinas para formações práticas na área Automóvel e na área da Distribuição.
- 1 auditório e um refeitório com capacidade para mais de 100 pessoas.

Destaque para:

7 negócios com atividades formativas: Construção, *Facilities Management*, Educação, Imobiliária, Hotelaria, Distribuição e Automóvel.

33 cursos de formação certificados pelo INEFOP.

1º Centro Certificado pela Renault na África Subsariana.

No Brasil foram desenvolvidas atividades que abrangeram 11.351 formandos, totalizando 33.786 horas de volume de formação registado, o que revela, face a 2018, acréscimos de 49% e 85% respetivamente.

Neste mercado, o ano de 2019 foi fortemente marcado por profundas alterações no processo de Qualificação Profissional como consequência da implementação da Plataforma de *e-learning* em todas as áreas da empresa. No final do exercício, foi possível aferir uma melhoria dos procedimentos e acesso à informação por parte dos colaboradores, bem como o cumprimento legal das obrigações em termos de formação em normas e regulamentos internos.



"Academia Teixeira Duarte" (Imobiliária)
ANGOLA

No Brasil, salientam-se ainda dois programas no âmbito da qualificação profissional e emprego jovem. A Teixeira Duarte – Engenharia e Construções tem em vigor, há vários anos, um programa de formação de profissionais recém licenciados, com duração mínima de 12 meses e cujo objetivo é desenvolver os jovens através de formação “on the job” para futura integração na empresa. Em 2019 foram integrados 14 “trainees” – o maior número dos últimos anos. O “Jovem Aprendiz” é outro programa importante, destinado a jovens do ensino médio. Também em 2019 atingiu um recorde de jovens integrados: 18. Esta iniciativa tem duração de 16 meses e visa proporcionar aos jovens experiência em contextos de trabalho.

Espaço para Leitura na obra do Alçamento da Barragem de Itabiruçu, no Brasil

Em maio de 2019, por ocasião da Semana Interna de Prevenção de Acidentes na Mineração, a obra do Alçamento da Barragem de Itabiruçu, a cargo da participada Empa, no Brasil, criou um espaço em estaleiro para possibilitar momentos de leitura aos seus colaboradores durante os intervalos e hora de almoço. O espaço foi construído pelos próprios e os livros doados também por funcionários. Esta obra contava na altura com cerca de 500 colaboradores.

Em Moçambique verificaram-se também bons desempenhos no que toca à qualificação profissional. Foram ministradas atividades que abrangeram 2.140 formandos, totalizando 17.780 horas de volume de formação, ou seja, mais 45% e 185% respetivamente do que em 2018.

DESEMPENHO SOCIOECONÓMICO

As atividades das empresas participadas do Grupo Teixeira Duarte, independentemente do setor de atuação, têm impactos no desenvolvimento socioeconómico dos locais onde operam.

Para potenciar os seus impactos positivos e, por outro lado, mitigar os negativos, o Grupo promove, junto das participadas, uma cultura de ética, de qualidade, de aposta na contratação local e no desenvolvimento de subcontratados e fornecedores locais, de fortalecimento das suas capacidades tecnológicas e da responsabilidade social, sobretudo em países em desenvolvimento, que contribuem para o desenvolvimento sustentável das comunidades.

A Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, em Portugal, é uma empresa certificada em responsabilidade social de acordo com o referencial SA 8000.

Combate à corrupção e suborno, ao branqueamento de capitais e ao financiamento de terrorismo

A corrupção e suborno são riscos inerentes a qualquer atividade económica. A ferramenta que norteia a gestão das empresas participadas do Grupo neste domínio é um programa de *compliance* que estabelece e implementa um conjunto de medidas e procedimentos assentes na Política de *Compliance*, no Código de Ética e Conduta e na Missão e Valores da Teixeira Duarte com vista a assegurar com maior eficácia e evidência o cumprimento da lei e das normas internas, contribuindo com um clima de integridade e de cultura ética no desenvolvimento das atividades das empresas do Grupo Teixeira Duarte.

O sistema de *compliance* prevê processos de avaliação de risco e procedimentos de controlo interno financeiros e não financeiros, que incluem diligências prévias de terceiros e de quadros de elevada responsabilidade, um Canal de Ética para onde todos os colaboradores e entidades terceiras devem comunicar

O Canal de Ética da Teixeira Duarte pode receber denúncias através de:

- Correspondência dirigida à empresa em seus endereços respetivos;
- Mensagem de correio eletrónico para o endereço compliance@teixeiraduarte.pt;
- Mensagem enviada a partir do site Teixeira Duarte (www.teixeiraduarte.com);
- Mensagem enviada a partir do Portal do Colaborador da Teixeira Duarte.

eventuais irregularidades identificadas relativamente a quaisquer normativos externos ou internos, entre outras medidas.

O sistema também assegura a implementação e avaliação da eficácia do Código de Ética e Conduta, segundo o qual os colaboradores devem agir por forma a avaliar e evitar eventuais situações de conflitos de interesse, bem como impedir quaisquer comportamentos corruptivos, na forma ativa ou passiva, incluindo pagamentos ou recebimentos de facilitação, ou a criação, manutenção ou promessa de situações irregulares ou de favor.

Cabe-lhes a obrigação de reportar informação sobre quaisquer ações que constituam comportamento incorreto, incluindo aquelas que configurem possíveis práticas ilegais ou ilícitas em matérias financeiras e contabilísticas, fraude, corrupção e branqueamento de capitais, bem como quaisquer atuações relacionadas, direta ou indiretamente, com entidades terroristas ou que possam visar ou apoiar práticas de terrorismo.

Cabe-lhes ainda promover que os destinatários indiretos deste Código também o façam.

Os colaboradores devem pautar a sua atuação de forma a combater ativamente eventuais tentativas de branqueamento de capitais, recusando participar em qualquer ato que como tal possa ser considerado, ao abrigo das normas legais e regulamentares em vigor, bem como em qualquer tentativa, cumplicidade, facilitação ou aconselhamento à sua prática.

De igual modo, devem agir de forma a impedir que a atividade de qualquer empresa do Grupo Teixeira Duarte possa, de alguma forma, fornecer, recolher ou deter fundos ou bens que possam vir a ser usados para o financiamento e apoio de atividades criminosas, nomeadamente terroristas.

Relações com pessoas e organizações impactadas pelas atividades das empresas do Grupo

Em 2019, e tal como previsto, as empresas participadas pelo Grupo Teixeira Duarte deram início a processos de auditoria independentes aos seus Sistemas de Gestão de Proteção de Dados (SGPD) desenvolvidos em 2018 com vista ao cumprimento das determinações do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD). Estas auditorias prolongar-se-ão por 2020 e visam avaliar a efetividade, solidez, adequação e conformidade dos SGPD, com base nos requisitos das normas internacionalmente aceites sobre sistemas de gestão da privacidade/proteção de dados e nos requisitos legais em matéria de proteção de dados (RGPD).

a) Clientes

O foco na qualidade, em melhorar continuamente o desempenho global e a intenção de satisfazer as necessidades e expectativas dos seus clientes, tem levado empresas do Grupo Teixeira Duarte a apostar na implementação e certificação de Sistemas de Gestão da Qualidade de acordo com a norma ISO 9001, enquanto fator de fortalecimento e sustentabilidade do negócio, contribuindo para o pilar económico, o que por sua vez permite ter a capacidade e os meios para outras iniciativas de sustentabilidade.

Mercados de atuação onde as empresas do Grupo Teixeira Duarte tinham, a 31 de dezembro de 2019, implementados Sistemas de Gestão da Qualidade (ISO 9001):

- **Construção:** Portugal, Argélia, Brasil e Moçambique;
- **Concessões e Serviços:** Portugal, Espanha e Moçambique;
- **Imobiliária:** Portugal;
- **Distribuição:** Angola.

b) Parceiros, fornecedores e subcontratados

Em Portugal, a Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, e em conformidade com a Norma SA 8000, promove o respeito pelos direitos laborais e ambientes de trabalho seguros e saudáveis para todos os trabalhadores junto de fornecedores e subempreiteiros, exigindo o cumprimento de requisitos no âmbito da responsabilidade social, onde se salientam:

- Não utilização ou apoio à utilização de trabalho infantil, de trabalho forçado ou compulsório;
- Proporcionar um ambiente seguro e saudável para a prestação do trabalho;
- Não obstar à liberdade de associação e direito de negociação coletiva;
- Não praticar ou apoiar atos discriminatórios sob qualquer forma;
- Não exercer ou apoiar o exercício de práticas disciplinares rudes ou desumanas;
- Agir em conformidade com as leis aplicáveis e com os padrões da respetiva área de atividade, em matérias relacionadas com o horário de trabalho;
- Remuneração considerada adequada pelo trabalho efetivamente prestado, respeitando sempre o legalmente estipulado.

Com base na zona geográfica onde se enquadra o fornecedor, no tipo de atividade que desenvolve e na capacidade de influência da Empresa quanto ao mesmo, é avaliado o potencial risco social dos fornecedores face ao risco exetável, sendo depois monitorizados os casos de maior risco. Em 2019, foram efetuadas 11 monitorizações a fornecedores em Portugal, através de visitas às respetivas instalações, dentro de um universo de 360 empresas com as quais a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções manteve relações de fornecimento.

No caso particular dos subempreiteiros, as empresas do Grupo na atividade da Construção, têm instituídas disposições contratuais específicas obrigatórias, para além das legais, em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho, incluindo seguros de acidentes de trabalho, equipamentos de proteção individual, sinistralidade, formação e informação, prevenção e controlo do alcoolismo, entre outros.

Já no setor da Distribuição, em Angola, a participada CND tem em curso, desde 2012, um programa – “Fazenda Maxi” - direcionado para fornecedores, que visa apoiar as atividades produtivas agrícolas e pecuárias, a criação de emprego e o empreendedorismo, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas. Através da “Fazenda Maxi”, a CND estabelece parcerias com produtores nacionais, apoiando-os e assegurando a compra e distribuição das suas produções, ao mesmo tempo que coloca nas suas lojas e à disposição da população produtos nacionais seguros e de qualidade.

Em 2019, o Programa “Fazenda Maxi” manteve uma rede de 35 produtores associados em 10 províncias. Apesar da conjuntura económica adversa do país, a quantidade de produtos adquiridos pela CND a este rede de produtores tem vindo a aumentar, crescendo 14% de 2018 para 2019.

O Programa “Fazenda Maxi” que, originalmente era de carácter agrícola, é hoje um programa no âmbito da agropecuária que reúne uma comunidade de fazendeiros experientes e autónomos, e onde a automatização e mecanização da produção serão o próximo passo.

INICIATIVA EM DESTAQUE

FAZENDA MAXI



Principais Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Âmbito(s)

- Empregabilidade
- Economia inclusiva
- Qualidade e Segurança Alimentar
- Qualificação Profissional
- Práticas responsáveis na cadeia de valor

Destinatários

Produtores agropecuários, com ênfase nos de pequena e média dimensão.

Consumidores em geral.

Desafio

Reduzir as dificuldades do negócio de retalho alimentar da CND na obtenção de produtos agropecuários de qualidade, a preços acessíveis a todos, de forma consistente e sustentável, tirando partido dos seus meios e instrumentos focados na formação e desenvolvimento profissional dos trabalhadores direta e indiretamente ligados a esta atividade.

Caracterização

Programa criado em 2012 e promovido pela CND através da sua insígnia “Maxi”, que estabelece parcerias com produtores, com o objetivo de desenvolver a produção nacional e tornar acessíveis os melhores produtos agrícolas nacionais a toda a população.

A “Fazenda Maxi” garante aos produtores o escoamento dos produtos para as lojas da Maxi, recolhendo-os e transportando-os, prestando também aconselhamento técnico durante todo o processo produtivo e ações de formação especializada com vista à melhoria da qualidade e regularidade da sua produção.

As poupanças obtidas por via da redução da cadeia distribuidora são repassadas para o cliente final.

No âmbito deste programa, a CND garante o acompanhamento técnico dos produtores, aprovisionamento, logística e Qualidade e Segurança Alimentar dos produtos, alocando-lhe uma frota de viaturas refrigeradas com capacidade para 8 toneladas, caixas de transporte especialmente desenvolvidas e suporte operacional da sua estrutura central, incluindo do moderno centro de distribuição da empresa localizado em Morro Bento.

Setores/empresas do Grupo envolvidos

Setor da Distribuição em Angola.

Impactos

- 18.300 toneladas compradas aos produtores em 5 anos;
- 12% de taxa de crescimento médio anual na produção;
- Em 2019 representou 82% do volume da categoria de Frutas & Legumes das lojas “Maxi”, reduzindo a taxa de importações na categoria;
- 4.800 empregos permanentes e sazonais em média por ano;
- 46 produtos diferentes produzidos;
- Transferência de conhecimento e “know-how”;
- Fortalecimento das capacidades técnicas dos produtores para avançar no sentido de padrões de produção mais sustentáveis;
- Desenvolvimento profissional de pequenos empresários agrícolas;
- Criação de emprego;
- Maior bem-estar económico das famílias e consequente promoção da sua fixação em zonas rurais;
- Oferta de produtos nacionais mais diversificada e de alta qualidade.

Também na vertente do apoio a fornecedores locais, a CND em Angola manteve o Programa “Raízes”, criado em 2018. Através da insígnia de retalho especializado em mobiliário e decoração “Dakaza”, a empresa estabelece parcerias com artistas e artesãos angolanos promovendo a aproximação destes com o

cliente particular, através da exposição, promoção e dinamização dos seus artigos nas lojas e demais canais de comunicação da insígnia. No segundo ano da iniciativa, realizaram-se 18 novas exposições, tendo sido vendidos cerca de 1.200 artigos.

INICIATIVA EM DESTAQUE

RAÍZES



Principais Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Âmbito(s)

- Reforço da identidade cultural nacional
- Empreendedorismo
- Economia inclusiva

Destinatários

Artistas e pequenos e médios artesãos nacionais.
Consumidores em geral.

Desafio

Aumentar os fatores de diferenciação do negócio de retalho especializado da CND através da inclusão da oferta de artigos originais manufaturados localmente, integrando artistas e artesãos nacionais no retalho organizado.

Caracterização

Programa criado em 2018 e promovido pela CND através da sua insígnia “Dakaza”, que estabelece parcerias com artistas e artesãos angolanos, com o objetivo de promover a criatividade, inovação e empreendedorismo dos criadores nacionais.

Aos clientes da “Dakaza”, o Programa “Raízes” torna acessível a aquisição de peças de arte e de artesanato nacionais.

Aos artistas e artesãos, é concedido espaço nas lojas da insígnia para exposição dos artigos e realização de demonstrações e *workshops* com participação dos clientes. A “Dakaza” promove também a notoriedade dos criadores, para além da venda dos seus artigos.

Setores/empresas do Grupo envolvidos

Setor da Distribuição em Angola.

Impactos:

- 28 artistas e/ou exposições em dois anos;
- 2.900 artigos vendidos em dois anos;
- 28.500 visitantes impactados por ano;
- Oferta de produtos nacionais mais diversificada e de alta qualidade.

d) Apoios às comunidades

A Missão e Valores acima enunciados, particularmente o valor “Compromisso”, espelham a preocupação do Grupo Teixeira Duarte para com a Responsabilidade Social que é reforçada também pelos princípios e regras estabelecidos no Código de Ética e Conduta aplicáveis sobretudo ao capital humano e pela visão e modelo de sustentabilidade que afirma o desígnio de contribuir para o desenvolvimento das comunidades.

No âmbito do apoio a projetos sociais e organizações de solidariedade social, note-se que a Teixeira Duarte tem entendido adotar uma posição institucionalizada através de iniciativas não exclusivas nem centralizadas na decisão do Conselho de Administração, mas antes que envolvam todos os colaboradores numa ação direta.

Foi com este desígnio que em 2015 se promoveu pela primeira vez o Programa TODOS DAMOS, um projeto preparado para as empresas deste Grupo que visa apoiar pessoas, através do cofinanciamento a instituições de cariz social que os seus próprios colaboradores apoiem diretamente.

Em 2019, foram deferidas 48 candidaturas (envolvendo colaboradores de Portugal, Angola, Brasil e Moçambique).

No total, entre donativos dos colaboradores e donativos das empresas do Grupo Teixeira Duarte, foram reunidos 107.415,00€, distribuídos por 40 instituições.

O Programa TODOS DAMOS foi igualmente utilizado para reforçar o apoio de cerca de 230 colaboradores de diferentes mercados que se associaram para contribuir com um donativo destinado aos colegas colaboradores de Moçambique, cujas vidas foram afetadas pelo ciclone Idai, no 1º semestre de 2019. No global, foram entregues mais de 28.000,00€ a 53 colaboradores na localidade da Beira com vista a facilitar os processos de reconstrução das suas casas.

Restaurantes do Lagoas Park combatem o desperdício de alimentos

Em 2019, a maioria dos restaurantes do Lagoas Park, empreendimento gerido por empresas do Grupo Teixeira Duarte, contribuíram diariamente para a Organização de Apoio Social “Re-food”, em Oeiras. A “Re-food” é um projeto 100% voluntário, efetuado para e pelos cidadãos ao nível micro-local, com o objetivo de acabar com a fome nos bairros urbanos ao mesmo tempo que procura acabar com o desperdício de alimentos preparados.

Em Angola, o Programa “MaxiSaúde”, lançado em 2016 pela empresa CND – Companhia Nacional de Distribuição, Lda, man-

teve a sua atuação com o objetivo de promover a Saúde dos angolanos através de ações de sensibilização, prevenção, rastreio e tratamento nas comunidades envolventes das lojas “Maxi”, com especial ênfase em escolas. Em 2019, foram abrangidas cerca de 10.000 crianças através de 21 ações, nomeadamente nas temáticas da malária e higiene oral.

Também em Angola, o Grupo Teixeira Duarte lançou, em 2019, um outro programa de responsabilidade social no âmbito da saúde. O Programa “Dar Vida” foi criado pela área de Construção do Grupo neste país e visa fomentar a doação voluntária regular de sangue dos colaboradores, contribuindo para o aumento da reserva de sangue das instituições sanitárias que se associem. Em dezembro de 2019, foi realizada uma palestra para os colaboradores destinada à sensibilização e informação sobre a dádiva de sangue, conduzida em parceria com o Instituto Nacional de Sangue e a Clínica Sagrada Esperança. Ainda nesse mês foram realizadas as primeiras duas ações de recolha de sangue contando com a contribuição de cerca de 40 colaboradores. Em 2020, prevê-se o alargamento do Programa a outros setores de atividade do Grupo em Angola.

Marcha de Solidariedade em Memória às Vítimas da Estrada

A TDA, participada do Grupo Teixeira Duarte que atua no setor automóvel em Angola, associou-se em 2019 à Direção Nacional de Viação e Trânsito para apoiar a Marcha de Solidariedade em Memória às Vítimas da Estrada que se realizou dia 17 de novembro em Luanda. Sendo os acidentes rodoviários a 2ª maior causa de morte em Angola, a TDA tem, na prevenção rodoviária, um dos principais eixos da sua responsabilidade corporativa.



INICIATIVA EM DESTAQUE

TODOS DAMOS



Principais Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Âmbito(s)

- Responsabilidade Social

Destinatários

Instituições de cariz social que apoiam pessoas nos mercados de atuação das empresas participadas do Grupo Teixeira Duarte.

Desafio

Apoiar projetos e instituições de solidariedade social através de iniciativas que envolvam os colaboradores numa ação direta e não exclusivas nem centralizadas na decisão do Conselho de Administração.

Caracterização

O Programa TODOS DAMOS é um projeto preparado para as empresas do Grupo Teixeira Duarte que visa apoiar pessoas, através do cofinanciamento a instituições de cariz social que os seus próprios colaboradores apoiem diretamente.

A candidatura ao TODOS DAMOS dá aos colaboradores a possibilidade de reforçarem o seu apoio a instituições, juntando ao valor dos seus donativos duas vezes a quantia com a qual contribuem diretamente.

Qualquer colaborador das empresas do Grupo pode candidatar-se ao Programa indicando uma instituição de cariz social para a qual pretende contribuir ou já contribuiu. Em caso de deferimento da candidatura, a empresa com a qual o colaborador tem o seu vínculo profissional disponibiliza uma participação para as instituições decididas apoiar no valor de duas vezes a quantia que os colaboradores pretendam contribuir para com elas.

A entrega da quantia com que o colaborador entender contribuir para a instituição pode ser feita diretamente pelo próprio ou através da dedução da mesma no valor do próximo vencimento mensal.

O Programa TODOS DAMOS relativo a 2019 esteve em vigor entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2019.

O orçamento total disponibilizado pelas empresas do Grupo Teixeira Duarte para o programa em 2019 foi de 100.000,00€.

Setores/empresas do Grupo envolvidos

Todas as empresas incluídas no perímetro de consolidação da Teixeira Duarte.

Impactos

- 48 candidaturas em 2019 (40 em 2018);
- 40 instituições apoiadas em Portugal, Angola, Brasil e Moçambique em 2019 (35 em 2018);
- Entre donativos dos colaboradores e donativos das empresas do Grupo Teixeira Duarte foram reunidos 107.415,00€ em 2019 (37.449,00€ em 2018).

INICIATIVA EM DESTAQUE

MAXISAÚDE



Principais Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Âmbito(s)

- Saúde pública
- Informação
- Responsabilidade Social

Destinatários

Comunidades angolanas desfavorecidas.

Parceiros.

Desafio

Criar impacto positivo nas comunidades tirando partido dos meios humanos e logísticos da “Maxi” e da capacidade técnica inerente à rede de lojas “Farmácia Popular”, ambas pertencentes à participada CND.

Caracterização

Programa de responsabilidade social criado em 2016 e promovido pela CND através das suas insígnias “Maxi” e “Farmácia Popular”, que atua em comunidades desfavorecidas nas áreas de influência destas lojas, realizando ações preventivas, de aconselhamento, rastreio e tratamento de doenças, para além de ações de informação e consciencialização acerca de hábitos alimentares e de higiene, procurando contribuir para uma melhoria da qualidade de vida das populações visadas.

As principais temáticas do “MaxiSaúde” são a malária – principal causa de morte em Angola -, diabetes, doenças cardiovasculares, saúde oral e alimentação saudável.

Este programa é desenvolvido com o apoio de colaboradores voluntários da empresa CND, contando com outras entidades como parceiras.

Setores/empresas do Grupo envolvidos

Setor da Distribuição em Angola.

Impactos

- 10.000 pessoas impactadas pelo programa e 21 ações realizadas em 2019;
- 25.000 pessoas impactadas nas mais de 60 ações realizadas desde o início do programa;
- Estreitamento das relações com escolas, igrejas e comunidades locais no geral;
- Alargamento das parcerias em 2019 com um total de 8 parceiros.

INICIATIVA EM DESTAQUE

DAR VIDA



Principais Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Âmbito(s)

- Saúde pública
- Informação
- Responsabilidade Social

Destinatários

Colaboradores

Desafio

Contribuir para o fortalecimento do sistema de doação voluntária de sangue em Angola que permita o acesso universal a suprimentos oportunos de sangue e hemocomponentes seguros e de qualidade garantida. Sendo que em Angola apenas 10% das doações de sangue são voluntárias, muitos colaboradores deparam-se direta ou indiretamente com esta potencial indisponibilidade de sangue em alguma altura das suas vidas.

Caracterização

Programa de responsabilidade social criado em 2019 e promovido pela Teixeira Duarte – Engenharia e Construções que visa fomentar a doação voluntária regular de sangue dos colaboradores, contribuindo para o aumento da reserva de sangue no sistema de saúde.

Consciencializando os seus colaboradores para a importância da doação voluntária de sangue e proporcionando condições para a doação efetiva, através de parcerias técnicas, a empresa visa contribuir para a redução da carência atual de *stock* de

sangue nas instituições sanitárias e estimular um maior sentimento de solidariedade junto dos colaboradores e suas esferas pessoais.

Este programa é desenvolvido com o apoio técnico da Clínica Sagrada Esperança.

Setores/empresas do Grupo envolvidos

Setor da Construção em Angola com previsão de alargamento a outros setores em 2020.

Impactos

- 2 ações de recolha realizadas no primeiro ano, em 2019, reunindo cerca de 40 doadores voluntários;
- Em média, em cada doação, são recolhidos 450ml de sangue;
- Estreitamento das relações com instituições de saúde.

Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDI)

Em 2019, desenvolveu-se, no seio do Grupo Teixeira Duarte, um estudo prospetivo para as áreas da Engenharia e Construção, *Facilities Management* e Imobiliária que permitiu a definição de um Plano Estratégico de Inovação para o biénio 2019-2020, onde foram identificadas como linhas de orientação estratégicas a rapidez de construção e a construção modular.

No âmbito deste plano estão a ser desenvolvidos projetos, entre os quais se salientam os seguintes:

Projeto SHELTER - Structural Hyper-resisting Element for Life Threatening Earthquake Risk (Abrigo estrutural salva-vidas para proteção em sismos severos)

Produto inovador a nível mundial, passível de ser instalado num local central em qualquer apartamento, que permitirá salvar as vidas humanas dos ocupantes em caso de ocorrência de um sismo intenso, com custos muito reduzidos.

É um projeto de 1.1 milhões de Euros copromovido pelo Instituto Superior Técnico (IST), financiado pelo Programa Portugal 2020, com duração total de 3 anos. O projeto envolve internamente as áreas da Metalomecânica, no desenvolvimento dos protótipos, e das Edificações, na construção de modelos parciais de edifícios de alvenaria da Teixeira Duarte - Engenharia e Construções. Externamente, participam o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), para a realização de ensaios em mesa sísmica, o IADE – Universidade Europeia, no *design* e integração arquitetónica do abrigo e SPI, em regime de prestação de serviços.

Projeto NEXT

Projeto que pretende explorar o potencial da digitalização na construção e de tecnologias inovadoras num empreendimento imobiliário, com o objetivo de reduzir prazos e custos de construção e implementar soluções inovadoras de construção e para o utilizador final.

Este projeto, internamente coordenado pela área Imobiliária do Grupo, antecedeu o projeto de um empreendimento, tendo influenciando a adoção de soluções inovadoras que respondem aos objetivos definidos.

Projeto NEST

Projeto que tem como objetivo viabilizar a construção de habitação social com custos de até \$10.000,00, envolvendo a conceção de habitação social no modelo “DIY” (*Do It Yourself*) para populações com baixo poder de compra (construção orientada).

O desenvolvimento interno está a ser coordenado pela área Imobiliária do Grupo, com o envolvimento das Edificações e

com o envolvimento externo de Projetistas, Universidades e Organizações Não Governamentais. O prazo total é de 1 ano e 4 meses, tendo sido estabelecido desenvolver-se o primeiro protótipo em Angola, assim que a respetiva conjuntura económica do país o proporcione.

Em Portugal, as empresas Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, EPOS e SOMAFEL utilizam um sistema de gestão de IDI segundo a Norma Portuguesa 4457, que lhes permite canalizar todo o seu conhecimento e criatividade, materializando-os de forma mais eficiente em inovação.

a) Propriedade intelectual

Para garantir a proteção de todos os direitos de propriedade intelectual gerados no âmbito da Investigação, Desenvolvimento e Inovação, a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções tem concedidas várias patentes em Portugal, com destaque para os seguintes sistemas e métodos pioneiros:

- Sistema de montagem de tabuleiros de pontes e/ou viadutos por avanço incremental, com reação nas vigas de apoio provisórias no encontro e deslizamento sobre material plástico;
- Método de proteção da fixação da borracha-caleira nas juntas de dilatação de pontes/viadutos e sua montagem;
- Bailéu suspenso nos cabos funiculares de uma ponte suspenso dotado de meios que permitem a sua deslocação e a transposição das braçadeiras existentes nos cabos pendurais da referida ponte.

No exercício de 2019, não foram submetidas para registo novas patentes de invenção.

Já no que diz respeito a marcas, no universo das empresas do Grupo Teixeira Duarte há um vasto número de marcas protegidas de uso exclusivo das mesmas em diversos países. O somatório de marcas protegidas por estas empresas é, desde 2017, superior a 500 marcas.

b) Contribuição para a atividade normativa do setor da Construção

A contribuição para a normalização dos setores de atividade constitui para as empresas um meio de diferenciação concorrencial, pois privilegia o desenvolvimento das atividades em consonância com as regras de arte e com as normas nacionais e internacionais.

Neste âmbito, destaca-se que, em 2019, a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções manteve a sua participação nos grupos

	Área Corporativa	Construção	Concessões e Serviços		Imobiliária	Hotelaria	Distribuição	Automóvel	Total 2019	Total 2018	Total 2017
			FM e Ambiente	Educação							
Portugal	2	2	8		55	8	29	1	105	103	98
Angola	8	7	2	1	38	3	154	68	281	286	282
Argélia	1	1	1			1			4	4	4
Brasil		10	1		22	17	8		58	52	52
Espanha									0	0	0
Moçambique	8	6	2		7	3	2		28	27	27
Outros Mercados	17	7	2		9	1	7		43	46	46
Total 2019	36	33	16	1	131	33	200	69	519	518	509

Processos de registo de marcas concluídos e em curso a 31 de dezembro de 2019

de trabalho da *European Federation of Foundation Contractors (EFFC)* e *CO2 Foundations – Geotechnical Carbon Calculator* orientados para o cálculo da pegada de carbono nas obras geotécnicas, assim como na *Technical Working Group (TWG)* que visa a cooperação e desenvolvimento de guias e normas de execução de obras geotécnicas.

A Teixeira Duarte - Engenharia e Construções participa também nas atividades de normalização da Comissão Técnica Portuguesa de Normalização CT156 - Geotecnia em Engenharia Civil, presidindo a subcomissão SC10, órgão técnico que visa a emissão de pareceres normativos e tradução de normas europeias da CEN no domínio de Ensaios de Estruturas Geotécnicas e Execução de Obras Geotécnicas Especiais, integrando ainda o grupo de trabalho WG11 da Comissão Técnica TC182 da ISO, responsável pela elaboração da norma ISO 22477-2 *Geotechnical investigation and testing - Testing of geotechnical structures - Part 2: Testing of piles: Static tension load testing*.

c) Parcerias com entidades do sistema científico e tecnológico do setor da Construção

No âmbito do setor onde se insere, a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções promove a inovação e desenvolvimento tecnológico desenvolvendo também atividades de IDI em parceria com instituições do sistema científico e tecnológico e com outras empresas congéneres.

Principais parcerias em Portugal:



Plataforma Tecnológica Portuguesa da Construção

PTPC - Plataforma Tecnológica Portuguesa da Construção

A PTPC reúne empresas, projetistas, universidades, entidades públicas e outras entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN), com a missão de promover a reflexão sobre o setor da Construção, implementar iniciativas e projetos de Investigação, Desenvolvimento e Inovação, contribuir para o incremento da respetiva competitividade no quadro geral da economia e promover a cooperação entre os *stakeholders* do setor da Construção e Obras Públicas ou a ele ligadas.

A Teixeira Duarte - Engenharia e Construções detém a Presidência da PTPC desde a data da sua constituição (2011).

Em 2019, a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções foi a promotora líder de uma candidatura de um Projeto Mobilizador de 10 milhões de Euros, envolvendo 24 entidades do setor da Arquitetura e Engenharia, que visa o desenvolvimento de uma plataforma digital para a Construção num modelo unificado, interoperável, com ferramentas para captação de dados e disponibilização de serviços, desenvolvimento de *digital twins* ligados aos principais processos de construção, fazendo uso das áreas tecnológicas mais promissoras, como sejam a realidade aumentada, sensorização, *Big Data*, *IoT*, entre outras.

No exercício de 2019, a PTPC promoveu uma candidatura a um Laboratório Colaborativo “Built CoLAB”, associação sem fins lucrativos que se destina à prestação de serviços, por recursos humanos altamente qualificados, que promovam o desenvolvimento de competências empresariais cooperativas ou internas. O valor global do financiamento a fundo perdido, a 5 anos, é de 3,4 milhões de Euros.

São elegíveis, ao abrigo deste Laboratório Colaborativo, as seguintes áreas de desenvolvimento de competências empresariais:

- Produtividade e Competitividade;
- Transformação Digital;
- Edifícios e Infraestruturas Inteligentes;
- Edifícios e Infraestruturas Sustentáveis e Resilientes.

Caso a candidatura venha a ser aprovada a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções terá a presidência do Conselho de Administração do “Built CoLAB”.



Cluster AEC – Arquitetura, Engenharia e Construção

Constituído em 2016, o Cluster AEC é gerido pela PTPC. Tem como objetivo a atuação no setor económico da Arquitetura, Engenharia e Construção e respetiva fileira ou cadeia de valor, favorecendo a obtenção de níveis elevados de inovação, desenvolvimento tecnológico e capacidade competitiva, a cooperação e o funcionamento em rede e a promoção da internacionalização do cluster através, nomeadamente, da participação em redes internacionais.



Associação Portuguesa de Engenharia de Estruturas (APEE), que constitui o grupo português da *International Association for Bridge & Structural Engineer (IABSE)*

A Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, por via da PTPC, participa nesta associação que visa o desenvolvimento e a promoção da engenharia de estruturas, a nível internacional. Tem a cargo a organização de grandes congressos e conferências internacionais.

A Teixeira Duarte - Engenharia e Construções tem ainda protocolos estabelecidos com as seguintes entidades do sistema científico e tecnológico nacional: Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP), Instituto Superior Técnico (IST), Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) e Universidade do Minho (UM).

Principais parcerias internacionais:



ENCORDER - European Network of Construction for Research and Development

A Teixeira Duarte - Engenharia e Construções foi admitida no ENCORDER em 2014. No entanto, devido a uma alteração estatutária, é considerada sócio fundador do ENCORDER, associação fundada em 1989.

O ENCORDER é a associação de contacto com a Comissão Europeia, em matéria de inovação na construção, e supervisiona a atividade da *ECTP - European Construction Technology Platform*. Participam no ENCORDER as maiores empresas de Construção da Europa na promoção da inovação e competitividade.

A Teixeira Duarte - Engenharia e Construções é membro do Conselho Estratégico do ENCORDER e participa, entre outros, no grupo de “Foresight”.



ECTP – European Construction Technology Platform

A ECTP é uma associação semelhante à PTPC mas com âmbito europeu. Na qualidade de Presidente da PTPC, a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções participa no *Steering Comité* da ECTP, no *Vision Group* e no *Working Group Heritage and Regeneration*.

GESTÃO AMBIENTAL

A gestão dos aspetos ambientais no Grupo Teixeira Duarte está diretamente relacionada com os impactos ambientais das atividades das empresas suas participadas e com o desempenho ambiental dos edifícios e infraestruturas que estas constroem e, muitas vezes mantêm, para os seus clientes, nomeadamente no setor da Construção.

Destaca-se, nesse âmbito, a obrigação de cumprimento dos requisitos legais aplicáveis e de outros requisitos associados aos aspetos ambientais identificados, bem como a minimização dos impactos ambientais decorrentes das atividades nas diver-

nas áreas de negócio, de forma a garantir um desenvolvimento sustentado das atividades das empresas.

No âmbito do Código de Ética e Conduta, extensível a todas as entidades integradas no seu perímetro de consolidação e âmbito de gestão, o Grupo manifesta que a preservação e o respeito pelo ambiente devem constituir princípios essenciais na atuação dos colaboradores das participadas, que os deverão transmitir também aos destinatários indiretos deste instrumento.

Dada a grande diversidade de atividades destas empresas, bem como o facto de a atividade mais representativa – Construção – estar sujeita a fortes flutuações nos impactos causados consoante as obras em curso (tipo, quantidade e fase) - o que limita a comparabilidade anual de dados -, a escolha de um painel de indicadores e de uma abordagem de relato adequada para refletir o desempenho das várias atividades do Grupo encontra-se em parte condicionada.

#readytochange

Através do seu sistema de Televisão Interna, o Lagoas Park veiculou durante 9 semanas uma campanha da Comissão Europeia que alerta para a necessidade urgente de mudança na forma como concebemos, produzimos, utilizamos e eliminamos os produtos de plástico de utilização única.

Os vídeos desta campanha tiveram oportunidade de serem vistos por 80.000 pessoas, entre quem trabalha e visita o *office park*.

Sistemas de gestão ambiental

Os transversais princípios da atuação dos colaboradores das empresas participadas em relação ao ambiente, que se encontram consagrados no Código de Ética e Conduta, materializam-se em várias destas empresas através da adoção de sistemas de gestão ambiental, que permitem uma gestão eficaz dos riscos ambientais e contribuem para os objetivos das áreas de atividade.

A ISO 14001 é uma referência mundial para sistemas de gestão ambiental, na qual várias empresas do Grupo Teixeira Duarte apoiam as suas práticas com vista à melhoria contínua do seu desempenho ambiental, incorporando processos específicos para identificar e gerir os principais riscos ambientais.

As empresas do setor da Construção, *Facilities Management* e Ambiente (setor das Concessões e Serviços) detinham, em 2019, sistemas de gestão ambiental certificados de acordo com o referencial ISO 14001, nos seguintes países:

- **Construção:** Portugal e Brasil.

- **Concessões e Serviços:** Portugal e Espanha.

No setor da Construção refira-se ainda que o mercado de Angola se encontrava, em 2019, contemplado no perímetro de alargamento deste sistema de gestão.

Nas realidades das restantes empresas do Grupo, os riscos ambientais parametrizados e salvaguardados são essencialmente os que estão indexados aos aspetos legais, no entanto, para além da gestão indexada ao controlo dos riscos de conformidade legal, do ponto de vista da eficiência operacional são também implementadas medidas/investimentos que se refletem em ganhos, nomeadamente no que respeita ao consumo de energia, gestão de resíduos, entre outros.

Produção certificada de Estruturas Metálicas

A produção de estruturas metálicas pela Teixeira Duarte – Engenharia e Construções encontra-se certificada pela norma EN 1090-1, tendo o processo mantido as necessárias auditorias de controlo durante o ano em análise.

O cumprimento desta norma permite assim à empresa o fornecimento de estruturas com qualidade alinhada com os padrões europeus.

Provisões e garantias financeiras sobre riscos ambientais

No decurso normal das suas atividades, as empresas do Grupo que operam no setor da Construção e áreas complementares, estão expostas a riscos ambientais. A este propósito, refira-se que, de forma a dar cumprimento às obrigações legais no âmbito da responsabilidade por danos ambientais, decorrentes da Diretiva n.º 2004/35/CE, alterada pela Diretiva n.º 2006/21/CE, as empresas do Grupo Teixeira Duarte abrangidas por esta legislação optaram, em Portugal, por constituir garantias financeiras que totalizavam 109.162,00€ a 31 de dezembro de 2019.

Considera-se assim que o risco da ocorrência de eventuais danos ambientais originados nas atividades daquelas empresas se encontra devidamente acautelado.

Energia

Com a eficiência operacional como foco, particularmente no seio das empresas ambientalmente certificadas, onde a esta eficiência se agrega a procura contínua pela melhoria do desempenho ambiental, as empresas participadas do Grupo Teixeira Duarte têm atuado com vista a minimizar os consumos energéticos e, conseqüentemente, a emissão de gases de efeito estufa.

Neste sentido, têm sido implementadas medidas de racionalização energética para proporcionar a redução do consumo específico por utilizador nas instalações fixas das empresas, nomeadamente nos escritórios e polos operacionais, que incluem

a sensibilização dos colaboradores para a utilização regrada da energia e boas práticas a ter em conta.

Também nos projetos em desenvolvimento no âmbito da atividade imobiliária das empresas do Grupo, são escolhidas soluções energéticas cada vez mais eficientes, no sentido da otimização dos consumos nas fases de exploração dos empreendimentos.

Recursos hídricos

No âmbito dos sistemas de gestão ambiental, várias empresas do Grupo Teixeira Duarte avaliam os impactos ambientais resultantes da utilização de recursos hídricos, procurando atuar na redução do consumo e na minimização da carga poluente descarregada em solo ou meio hídrico.

No desenvolvimento das atividades de Construção das empresas participadas, os recursos hídricos podem ser consumidos a partir de diversas origens - rede de abastecimento público, captação águas subterrâneas, recolha da chuva, cisterna abastecida a partir do exterior e embalada – estando esse consumo sujeito a significativas flutuações em função do tipo, quantidade e fase de cada obra.

É prática comum, nas atividades de construção, a reutilização de água para atividades paralelas como rega/aspersão sobre superfícies pulverulentas, lavagem de rodados à saída do estaleiro, na lavagem de betoneiras, entre outras. Esta temática é amplamente divulgada em ações de formação e sensibilização, com o objetivo de eliminar desperdícios e maximizar os recursos disponíveis em obra. Ainda assim, a água consumida é maioritariamente aquela que provém da rede de abastecimento.

As atividades que por norma decorrem junto a linhas de água são alvo de monitorização dos recursos hídricos superficiais com o objetivo de identificar qualquer alteração a nível quantitativo ou qualitativo. Paralelamente são efetuadas monitorizações das captações e descargas de água em solo ou meio hídrico, sempre que se verifiquem potenciais impactos no meio envolvente.

A implementação de boas práticas e procura de melhoria constante na redução e reutilização de água tem-se traduzido na implementação de boas práticas, que incluem medidas de reutilização de água, otimização dos momentos de consumos e ações de sensibilização dos colaboradores.

Nos projetos em desenvolvimento pelas empresas do setor imobiliário do Grupo, está cada vez mais enraizada a preocupação na escolha de equipamentos que permitam a redução do consumo de água que proporcionem consumos mais eficientes ao longo do ciclo de vida dos mesmos.

Consumo de Materiais

Também o consumo de materiais no setor da Construção está

diretamente relacionado com a quantidade, dimensão e tipo de obras executadas.

Entre as matérias-primas mais utilizadas neste setor, destaca-se o betão, cimento e agregados.

No que diz respeito ao consumo de papel nas várias instalações fixas e temporárias das empresas, importa referir que, no último trimestre de 2019, o Grupo iniciou um projeto de transformação digital que deverá permitir, entre outras melhorias, uma digitalização mais rápida de inúmeros processos.



Laboratório de betões e agregados em Portugal

A Teixeira Duarte - Engenharia e Construções mantém um Laboratório de Materiais em Portugal com o objetivo de dar apoio no fabrico e controlo do betão a ser aplicado nas suas obras. Acreditado pelo IPQ - Instituto Português da Qualidade desde 1996, e tendo sido um dos primeiros laboratórios a obter esta Acreditação no domínio dos betões e agregados no país, o Laboratório de Materiais manteve em 2019 a sua acreditação no âmbito da Norma NP EN ISO/IEC17025.

Ruído

Na atividade de Construção, o ruído pode constituir um fator de risco ambiental e social, em algumas fases e tipos de obra. Deste modo, as atividades mais ruidosas que sejam realizadas na proximidade de recetores sensíveis são planeadas de modo a minimizar o respetivo impacto - sempre que possível as atividades ruidosas são planeadas para serem realizadas em período diurno e fora de sábados, domingos e feriados.

Caso tal não seja de todo possível, é solicitada uma licença especial de ruído para a realização das mesmas.

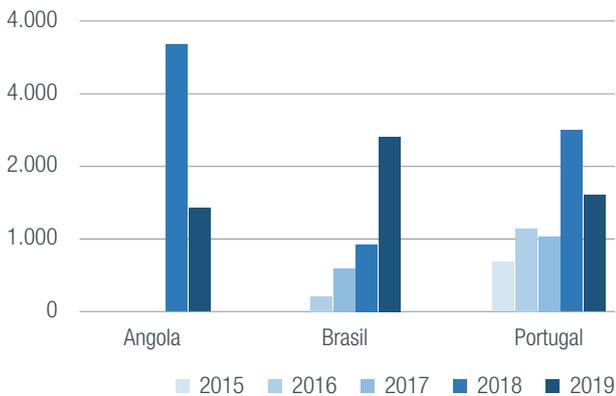
No âmbito da atividade imobiliária está patente a preocupação com o ruído nos projetos em que existam fontes de ruído elevado próximo. Nestes casos os projetos são elaborados no sentido de que haja a menor transmissão de ruído para o interior dos edifícios.

Emissões

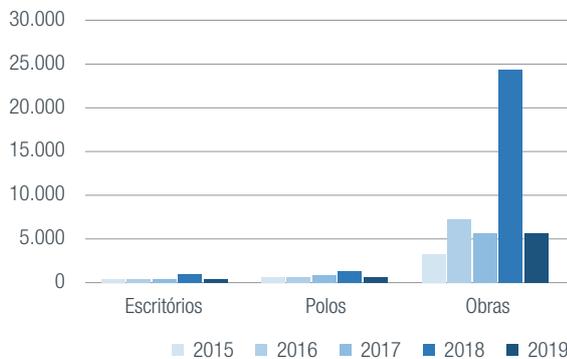
Seja nos escritórios ou nas instalações operacionais, as empresas do Grupo Teixeira Duarte trabalham para reduzir a sua pegada ecológica, através da redução das emissões de CO2e inerentes às suas atividades.

A Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, no âmbito da sua

certificação em gestão ambiental, recolhe dados relativos às emissões de CO2e em Portugal, Brasil e Angola, sendo possível extrapolar os resultados obtidos para a generalidade das suas operações. As emissões são obtidas a partir de duas grandes fontes: deslocações feitas ao serviço da Empresa (avião, comboio e carro) e consumo de energia (eletricidade, combustíveis gasosos e líquidos).

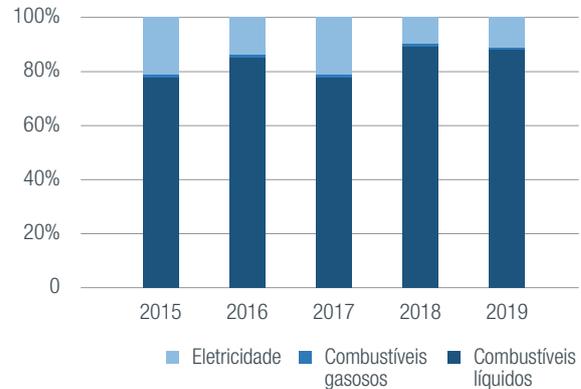


Total de emissões por país das empresas incluídas no perímetro de certificação da Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.



Total de emissões por tipo de estabelecimento das empresas incluídas no perímetro de certificação da Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.

A fonte de energia que maior peso representa nas emissões produzidas pela Teixeira Duarte - Engenharia e Construções são os combustíveis líquidos, de origem fóssil, utilizados para a realização das obras.



Total de emissões por tipo de fonte de energia das empresas incluídas no perímetro de certificação da Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.

Relativamente às emissões de CO2e provenientes de deslocações relacionadas com a exploração dos empreendimentos imobiliários, as empresas do Grupo Teixeira Duarte têm apostado em soluções de mobilidade inovadoras, designadamente com recurso a redes de parcerias e ao diálogo com as autoridades locais.

Por exemplo, no Lagoas Park, centro empresarial construído e atualmente gerido por empresas do Grupo, foram tomadas várias medidas nos últimos anos para promover a adoção de soluções de mobilidade mais sustentáveis por parte dos seus 6.000 utilizadores, onde se incluem os colaboradores das empresas do Grupo Teixeira Duarte sedeadas neste mesmo *office park*.

Entre estas novas opções encontram-se serviços de *Carsharing* (“DriveNow” e “24/7 City by HERTZ”), *Carpooling* (Aplicação Móvel “Be Lagoas”), Autocarros partilhados (“BusUp”), para além do acesso ao sistema de informação multimodal de transportes públicos da Área Metropolitana de Lisboa (através da Aplicação Móvel “Be Lagoas”).

Também no âmbito de novas soluções de mobilidade, em 2019, o Lagoas Park estabeleceu protocolo com o serviço “Empresas à Boleia” que facilita o *carpooling* entre trabalhadores de empresas instaladas no Parque.



Resíduos

A produção de resíduos é um dos aspetos ambientais com maior relevância ao nível do setor da Construção. As empresas do Grupo Teixeira Duarte nesta área têm desenvolvido nos últimos anos campanhas de sensibilização e formação, com o objetivo de promover a segregação de resíduos e, consequentemente, a sua valorização. Estas campanhas são direcionadas não só para os colaboradores do Grupo, como também para todas as partes interessadas e intervenientes na gestão de resíduos, nomeadamente subempreiteiros e fornecedores.

Quando não é possível garantir soluções de reciclagem e/ou valorização os resíduos são encaminhados para locais devidamente autorizados e licenciados no quadro da realidade de cada geografia.

Cidades sustentáveis

Mais de metade da população mundial vive hoje em áreas urbanas, estimando-se que atinja os dois terços até 2050. É pois imperativo encontrarem-se estratégias que permitam às cidades continuar a crescer garantindo a sua resiliência, sustentabilidade

de e a segurança e inclusão dos seus habitantes.

Cientes deste desafio global, as empresas participadas do Grupo Teixeira Duarte, em particular as empresas de Construção, *Facilities Management* e Imobiliária, cooperam com as comunidades locais, com o poder local e outros *stakeholders* para conseguirem identificar e implementar formas de gerir os desafios sociais e ambientais das cidades.

Parcerias na investigação ambiental

Em 2019, Teixeira Duarte - Engenharia e Construções manteve a sua participação nos grupos de trabalho da *European Federation of Foundation Contractors* (EFFC) para criação de uma ferramenta que calcula as emissões de CO2 dos trabalhos de fundações e geotecnia: a “CO2 Foundations – Geotechnical Carbon Calculator”. Trata-se da primeira ferramenta padronizada para calcular as emissões de CO2 para estes tipos de obras, permitindo comparar diferentes abordagens técnicas ao mesmo projeto e as respetivas emissões de CO2. Adicionalmente, pode ser usada durante todo o desenvolvimento de um projeto para comparar o desempenho real com o previsto.

Reaproveitamento de peças retiradas na restauração da Ponte Hercílio Luz



A Teixeira Duarte – Engenharia e Construções venceu a licitação para reaproveitamento das peças retiradas durante o processo de restauração da Ponte Hercílio Luz, em Florianópolis, no Brasil.

Este reaproveitamento permite revitalizar cerca de 530 pequenas pontes no Estado de Santa Catarina, sendo que as peças têm que ser adequadas aos projetos locais pela própria Teixeira Duarte e fornecidas às respetivas prefeituras, para que estas deem andamento às necessárias revitalizações.

Colaborar na reutilização destes materiais, incluindo o seu trata-

mento e reciclagem, é importante não só pelos benefícios económicos e sociais que traz às localidades, mas também por se tratar de um modelo com fortes vantagens ambientais.

Note-se que, no processo de reabilitação e restauro da Ponte, executado com enorme sucesso pela Teixeira Duarte, foram retiradas peças de aço da ponte e da estrutura provisória de sustentação que somam cerca de 380 toneladas, além de mais 1.000 toneladas provenientes das treliças e torres montadas abaixo do vão central, feitas para sustentar a ponte durante a substituição das barras de olhal.

IV. PERSPETIVAS DE EVOLUÇÃO FUTURA

FACTOS OCORRIDOS APÓS A CONCLUSÃO DO EXERCÍCIO

As empresas do Grupo Teixeira Duarte prosseguiram a sua atividade nos diversos setores e mercados em que atuam, destacando-se, no atual enquadramento global, que o Conselho de Administração da TD,SA, tal como os órgãos de gestão das demais entidades do Grupo Teixeira Duarte, estão a acompanhar o desenvolvimento da situação de pandemia Covid-19, atuando em conformidade com as recomendações emitidas pela Organização Mundial de Saúde e pelas entidades públicas responsáveis pela área da saúde nos respetivos países em que as empresas do Grupo operam.

Neste enquadramento têm sido tomadas medidas de continência e de prevenção para cumprimento das orientações daquelas entidades e para mitigação e contenção do risco de saúde pública, equilibrando esse designio com as diligências necessárias à salvaguarda da continuidade do negócio e do impacto que o mesmo tem em todos os seus *stakeholders*.

Refira-se a este propósito que não é possível quantificar os impactos resultantes desta situação, atendendo particularmente à natureza também indireta dos mesmos, bem como à imprevisibilidade da sua dimensão e duração..

PERSPETIVAS DE EVOLUÇÃO FUTURA

A Teixeira Duarte prevê a continuidade das operações nos diferentes setores e mercados em que tem vindo a atuar, ainda que, em resultado da atual situação de pandemia mundial COVID-19, perspetive uma redução do volume de atividade em relação ao apurado no exercício anterior em montantes ainda não quantificáveis.

Sem prejuízo disso e tendo presente a relevância da Construção nos proveitos operacionais do Grupo, recorda-se que a Carteira de Encomendas da Construção se fixou em 31 de dezembro de 2019 no valor global de 1.468.383 milhares de euros.

V. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS A MEMBROS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO E A COLABORADORES

Em face do já antes assumido propósito relativamente à distribuição aos membros do Conselho de Administração de parte dos resultados apurados no exercício, que se entende adequado manter apesar da situação de pandemia COVID-19, procedeu-se, em cumprimento dos normativos contabilísticos atualmente em vigor, ao registo do montante de 300.000,00€ (trezentos mil euros) como gasto do exercício de 2019, com a consequente redução da rubrica de resultados líquidos apurados nas demonstrações financeiras anexas a este Relatório e também sujeitas a aprovação em Assembleia Geral.

Deste modo, com a aprovação deste Relatório e Contas, fica também aprovada pelos Senhores Acionistas a possibilidade da mencionada distribuição de resultados aos membros do Conselho de Administração, sujeita a deliberação da Comissão de Remunerações.

Refere-se ainda a este propósito que sociedades suas subsidiárias, nomeadamente a TD-EC, assumiram o propósito de distribuir parte dos resultados por elas apurados no exercício de 2019 aos membros dos seus conselhos de administração e aos seus colaboradores, num total de 5.700.000,00€ (cinco milhões setecentos mil euros), tendo as mesmas também procedido ao registo contabilístico desse montante como gasto do exercício de 2019, com as consequentes reduções das respetivas rubricas de resultados líquidos.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Uma vez que o montante de 300.000,00€ (trezentos mil euros), previsto como passíveis de distribuir aos administradores, foi, em cumprimento dos normativos aplicáveis, registado como gasto do próprio exercício de 2019 nas demonstrações financeiras que integram este Relatório de Gestão, com a aprovação destes documentos os Senhores acionistas confirmam, por um lado o seu acordo em distribuir resultados aos membros do Conselho de Administração e, por outro, que o Resultado Líquido que é objeto de proposta de aplicação de Resultados é de 7.878.767,21€ (sete milhões, oitocentos e setenta e oito mil, setecentos e sessenta e sete euros e vinte e um cêntimos).

Acresce ao acima referido que é também política da Teixeira Duarte privilegiar o reforço dos capitais próprios da sociedade através do reforço das outras reservas, tendo presente que a Teixeira Duarte já preencheu a totalidade da reserva legal.

Com esses pressupostos, o Conselho de Administração propõe que os resultados líquidos da "TEIXEIRA DUARTE, S.A." apurados no exercício de 2019, no montante de 7.878.767,21€ (sete milhões, oitocentos e setenta e oito mil, setecentos e sessenta e sete euros e vinte e um cêntimos) sejam retidos para reforço das outras reservas.

Lagoas Park, 24 de abril de 2020

O Conselho de Administração,

Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte

Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte

Carlos Gomes Baptista

Maria da Conceição Maia Teixeira Duarte

Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo

VI. ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

NÚMERO DE VALORES MOBILIÁRIOS DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Em cumprimento dos deveres de informação a que está vinculada pelos diversos normativos em vigor, a Teixeira Duarte, S.A. apresenta, de seguida, a lista de valores mobiliários emitidos pela Sociedade e por sociedades com as quais esteja em relação de domínio ou de grupo, detidas por titulares dos órgãos sociais, bem como todas as aquisições, onerações ou transmissões durante o exercício de 2019, especificando o montante, a data do facto e a contrapartida paga ou recebida:

I. Número de ações detidas pelos Membros dos Órgãos Sociais a 31 de dezembro de 2018:

Nome	Sociedade	Qualidade	Nº de ações
Rogério Paulo Castanho Alves	Teixeira Duarte, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral	-
José Gonçalo Pereira de Sousa Guerra Constenla	Teixeira Duarte, S.A.	Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral	-
José Pedro Poiares Cobra Ferreira	Teixeira Duarte, S.A.	Secretário da Mesa da Assembleia Geral	-
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Teixeira Duarte, S.A.	Presidente do Conselho de Administração	(a) 60.000
Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	5.030.575
Joel Vaz Viana de Lemos	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	433.862
Carlos Gomes Baptista	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	62.671
Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	31.160
Óscar Manuel Machado de Figueiredo	Teixeira Duarte, S.A.	Presidente do Conselho Fiscal	-
Mateus Moreira	Teixeira Duarte, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal	-
Miguel Carmo Pereira Coutinho	Teixeira Duarte, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal	(b) 10.000
Rui Pedro Ferreira de Almeida	Teixeira Duarte, S.A.	Suplente do Conselho Fiscal	-
Moore Stephens & Associados, SROC, S.A.	Teixeira Duarte, S.A.	Revisor Oficial de Contas	-

(a) 42.000 ações por si detidas diretamente e 18.000 ações detidas pela sociedade por si dominada "PACIM - Gestão e Investimentos, Lda.", a qual, já em 2019, trocou todas essas ações por ações da Teixeira Duarte - SGPS, S.A.

(b) detidas em regime de compropriedade com a sua mulher.

II. Operações com ações detidas, direta e indiretamente, pelos Membros dos Órgãos Sociais durante o período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2019:

Nome	Operação	Sociedade	Data	Nº de ações	Preço por ação
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Aquisição	Teixeira Duarte, S.A.	02/01/2019	(a) 400	0,133
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Aquisição	Teixeira Duarte, S.A.	03/01/2019	(a) 9.600	0,137
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Aquisição	Teixeira Duarte, S.A.	04/01/2019	(a) 10.000	0,142
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Aquisição	Teixeira Duarte, S.A.	07/01/2019	(a) 10.000	0,16372
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Aquisição	Teixeira Duarte, S.A.	08/01/2019	(a) 10.000	0,148
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Aquisição	Teixeira Duarte, S.A.	09/01/2019	(a) 10.000	0,148
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Aquisição	Teixeira Duarte, S.A.	11/01/2019	(a) 20.000	0,1377
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Aquisição	Teixeira Duarte, S.A.	14/01/2019	(a) 1.413	0,137
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Aquisição	Teixeira Duarte, S.A.	15/01/2019	(a) 38.587	0,138
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Aquisição	Teixeira Duarte, S.A.	16/01/2019	(a) 20.000	0,138
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Aquisição	Teixeira Duarte, S.A.	22/01/2019	(a) 40.000	0,138
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte / Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	Aquisição	Teixeira Duarte, S.A.	02/04/2019	(b) 350.000	Permuta por ações da TD-SGPS
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Aquisição	Teixeira Duarte, S.A.	23/03/2019	(a) 67.000	0,15
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Alienação	Teixeira Duarte, S.A.	25/03/2019	(c) 280.000	Permuta por ações da TD-SGPS

(a) Esta operação foi realizada pela sociedade por si dominada PACIM – Gestão e Investimentos, Lda.

(b) Esta operação foi realizada entre a sociedade "MIDINVEST - Gestão e Investimentos, Sociedade Unipessoal, Lda." e a "Teixeira Duarte – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A." (na qual, à data, eram Administradores Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte e Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte), a qual, por cada 35 ações TEIXEIRA DUARTE, S.A. adquiridas, alienou 1 ação representativa do seu próprio capital social.

(c) Esta operação foi realizada pela sociedade por si dominada PACIM – Gestão e Investimentos, Lda., a qual, por cada 35 ações TEIXEIRA DUARTE, S.A. alienadas, recebeu 1 ação representativa do capital social da TEIXEIRA DUARTE – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.

II. Número de ações detidas pelos Membros dos Órgãos Sociais a 31 de dezembro de 2019:

Nome	Sociedade	Qualidade	Nº de ações
José Luciano Vaz Marcos	Teixeira Duarte, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral	-
José Mário Ferreira de Almeida	Teixeira Duarte, S.A.	Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral	(a) 3.000
José Pedro Poiares Cobra Ferreira	Teixeira Duarte, S.A.	Secretário da Mesa da Assembleia Geral	-
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Teixeira Duarte, S.A.	Presidente do Conselho de Administração	42.000
Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	Teixeira Duarte, S.A.	Vogal do Conselho de Administração	5.030.575
Carlos Gomes Baptista	Teixeira Duarte, S.A.	Vogal do Conselho de Administração	62.671
Maria da Conceição Maia Teixeira Duarte	Teixeira Duarte, S.A.	Vogal do Conselho de Administração	(a) 3.967.473
Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo	Teixeira Duarte, S.A.	Vogal do Conselho de Administração	31.160
Óscar Manuel Machado de Figueiredo	Teixeira Duarte, S.A.	Presidente do Conselho Fiscal	-
Ana Cristina Louro Ribeiro Doutor Simões	Teixeira Duarte, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal	-
João Salvador dos Santos Matias	Teixeira Duarte, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal	-
Rui Pedro Ferreira de Almeida	Teixeira Duarte, S.A.	Suplente do Conselho Fiscal	-
Moore Stephens & Associados, SROC, S.A.	Teixeira Duarte, S.A.	Revisor Oficial de Contas	-

(a) Ações já detidas em data anterior à Assembleia Geral de 27 de maio de 2019, em que foram eleitos para os respetivos cargos

LISTA DOS TITULARES DE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS À DATA DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Dando cumprimento às disposições legais e regulamentares aplicáveis, é com base nos registos da Sociedade e nas informações recebidas que a TEIXEIRA DUARTE, S.A. divulga aqui a lista dos titulares de participações qualificadas no seu capital social à data de 31 de dezembro de 2019, com indicação do número de ações detidas e percentagem de direitos de voto correspondentes, calculada nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

	N.º ações em 31.12.2019	% Capital social com direito de voto
TEIXEIRA DUARTE - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.		
Diretamente	197.000.000	46,90%
Através dos membros do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A." (a)	53.318.164	12,70%
Total imputável	250.318.164	59,60%

(a) 3645.138 ações detidas pelo Administrador António Carlos Calainho de Azevedo Teixeira Duarte; 1.408.416 ações detidas diretamente pelo Administrador Miguel Calainho de Azevedo Teixeira Duarte e 48.264.610 ações detidas pela Sociedade por si dominada diretamente "MIDINVEST - Gestão e Investimentos, Sociedade Unipessoal, Lda."

	N.º ações em 31.12.2019	% Capital social com direito a voto
Eng.º Miguel Calainho de Azevedo Teixeira Duarte		
Diretamente	1.408.416	0,34%
Através da sociedade por si dominada diretamente "MIDINVEST - Gestão e Investimentos, Sociedade Unipessoal, Lda."	48.264.610	11,49%
Total imputável	49.673.026	11,83%



Teixeira Duarte

Relatório e Contas 2019

Relatório sobre o Governo da Sociedade 2019

I. INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE

A. ESTRUTURA ACIONISTA

I. Estrutura de capital

1. Estrutura de capital (capital social, número de ações, distribuição do capital pelos acionistas, etc), incluindo indicação das ações não admitidas à negociação, diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa (Art. 245.º-A, n.º 1, al. a)).

O capital social da "Teixeira Duarte, S.A." (adiante abreviadamente designada por TD,SA), no valor global de 210.000.000,00€ (duzentos e dez milhões de Euros) encontra-se totalmente realizado e é representado por 420.000.000 ações com o valor nominal de 0,50€ (cinquenta cêntimos) cada uma.

As ações são todas ordinárias, escriturais, nominativas e estão admitidas à negociação em mercado regulamentado (EU-RONEXT LISBON). As ações pertencem a uma categoria única, a cada uma corresponde um voto, e não existem ações com direitos ou deveres especiais.

De acordo com os elementos apurados, as ações que representam o capital social da TD,SA estavam, ao final do exercício de 2019, distribuídas por um total de 4.448 acionistas da seguinte forma:

- Acionistas titulares de até 42.000 ações: 4.067
- Acionistas titulares de entre 42.001 a 420.000 ações: 326
- Acionistas titulares de entre 420.001 a 4.200.000 ações: 46
- Acionistas titulares de entre 4.200.001 a 42.000.000 ações: 7
- Acionistas titulares de mais de 42.000.000 ações: 2

2. Restrições à transmissibilidade das ações, tais como cláusulas de consentimento para a alienação, ou limitações à titularidade de ações (Art. 245.º-A, n.º 1, al. b)).

Não existem quaisquer restrições à transmissibilidade das ações, nomeadamente cláusulas de consentimento para a alienação ou limitações à titularidade de ações.

3. Número de ações próprias, percentagem de capital social correspondente e percentagem de direitos de voto a que corresponderiam as ações próprias (Art. 245.º-A, n.º 1, al. a)).

Não existem ações próprias.

4. Acordos significativos de que a sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição, bem como os efeitos respetivos, salvo se, pela sua natureza, a divulgação dos mesmos for seriamente prejudicial para a sociedade, exceto se a sociedade for

especificamente obrigada a divulgar essas informações por força de outros imperativos legais (Art. 245.º-A, n.º 1, al. j)).

A TD,SA não é parte de acordos significativos que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da Sociedade, excetuando as situações previstas em contratos de financiamento, de acordo com a prática normal do mercado, alguns dos quais preveem, em caso de mudança de controlo da Sociedade, a possibilidade de a instituição financeira solicitar o reembolso antecipado.

5. Regime a que se encontre sujeita a renovação ou revogação de medidas defensivas, em particular aquelas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas.

A TD,SA não prevê estatutariamente nem adota quaisquer medidas defensivas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas.

6. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto (Art. 245.º-A, n.º 1, al. g)).

Tanto quanto seja do conhecimento da Sociedade, não existem quaisquer acordos parassociais, nomeadamente os que possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto.

Refira-se, ainda, que a TD,SA não adota quaisquer medidas que tenham por efeito exigir pagamentos ou a assunção de encargos, pela Sociedade, em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração nem medidas que se afigurem suscetíveis de prejudicar a livre transmissibilidade das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.

II. Participações Sociais e Obrigações detidas

7. Identificação das pessoas singulares ou coletivas que, direta ou indiretamente, são titulares de participações qualificadas (Art. 245.º-A, n.º 1, al. c) e d) e Art. 16.º), com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos imputável e da fonte e causas de imputação.

Informa-se que, a 31 de dezembro de 2019, os titulares de participações qualificadas, calculadas nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, em cumprimento do artigo 8.º n.º 1, al. b), do Regulamento da CMVM n.º 05/2008, eram os seguintes:

	N.º ações em 31.12.2019	% Capital social com direito de voto
TEIXEIRA DUARTE - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.		
Diretamente	197.000.000	46,90%
Através dos membros do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A." (a)	53.318.164	12,70%
TOTAL IMPUTÁVEL	250.318.164	59,60%

(a) 3645.138 ações detidas pelo Administrador António Carlos Calainho de Azevedo Teixeira Duarte; 1.408.416 ações detidas diretamente pelo Administrador Miguel Calainho de Azevedo Teixeira Duarte e 48.264.610 ações detidas pela Sociedade por si dominada diretamente "MIDINVEST - Gestão e Investimentos, Sociedade Unipessoal, Lda."

	N.º ações em 31.12.2019	% Capital social com direito a voto
Eng.º Miguel Calainho de Azevedo Teixeira Duarte		
Diretamente	1.408.416	0,34%
Através da sociedade por si dominada diretamente "MIDINVEST - Gestão e Investimentos, Sociedade Unipessoal, Lda."	48.264.610	11,49%
TOTAL IMPUTÁVEL	49.673.026	11,83%

8. Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização. [NOTA: a informação deve ser prestada de forma a dar cumprimento ao disposto no n.º 5 do Art. 447.º CSC]

A TD,SA apresenta de seguida a lista de valores mobiliários emitidos pela Sociedade e por sociedades com as quais esteja em relação de domínio ou de grupo, detidas por titulares dos órgãos sociais, bem como todas as aquisições, onerações ou transmissões durante o exercício de 2019, especificando o montante, a data do facto e a contrapartida paga ou recebida.

I. Número de ações detidas pelos Membros dos Órgãos Sociais a 31 de dezembro de 2018:

Nome	Sociedade	Qualidade	Nº de ações
Rogério Paulo Castanho Alves	Teixeira Duarte, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral	-
José Gonçalo Pereira de Sousa Guerra Constenla	Teixeira Duarte, S.A.	Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral	-
José Pedro Poiars Cobra Ferreira	Teixeira Duarte, S.A.	Secretário da Mesa da Assembleia Geral	-
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Teixeira Duarte, S.A.	Presidente do Conselho de Administração	(a) 60.000
Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	5.030.575
Joel Vaz Viana de Lemos	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	433.862
Carlos Gomes Baptista	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	62.671
Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo	Teixeira Duarte, S.A.	Administrador	31.160
Óscar Manuel Machado de Figueiredo	Teixeira Duarte, S.A.	Presidente do Conselho Fiscal	-
Mateus Moreira	Teixeira Duarte, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal	-
Miguel Carmo Pereira Coutinho	Teixeira Duarte, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal	(b) 10.000
Rui Pedro Ferreira de Almeida	Teixeira Duarte, S.A.	Suplente do Conselho Fiscal	-
Moore Stephens & Associados, SROC, S.A.	Teixeira Duarte, S.A.	Revisor Oficial de Contas	-

(a) 42.000 ações por si detidas diretamente e 18.000 ações detidas pela sociedade por si dominada "PACIM - Gestão e Investimentos, Lda., a qual, já em 2019, trocou todas essas ações por ações da Teixeira Duarte - SGPS, S.A.

(b) detidas em regime de compropriedade com a sua mulher.

II. Operações com ações detidas, direta e indiretamente, pelos Membros dos Órgãos Sociais durante o período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2019:

Nome	Operação	Sociedade	Data	Nº de ações	Preço por ação
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Aquisição	Teixeira Duarte, S.A.	02/01/2019	(a) 400	0,133
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Aquisição	Teixeira Duarte, S.A.	03/01/2019	(a) 9.600	0,137
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Aquisição	Teixeira Duarte, S.A.	04/01/2019	(a) 10.000	0,142
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Aquisição	Teixeira Duarte, S.A.	07/01/2019	(a) 10.000	0,16372
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Aquisição	Teixeira Duarte, S.A.	08/01/2019	(a) 10.000	0,148
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Aquisição	Teixeira Duarte, S.A.	09/01/2019	(a) 10.000	0,148
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Aquisição	Teixeira Duarte, S.A.	11/01/2019	(a) 20.000	0,1377
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Aquisição	Teixeira Duarte, S.A.	14/01/2019	(a) 1.413	0,137
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Aquisição	Teixeira Duarte, S.A.	15/01/2019	(a) 38.587	0,138
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Aquisição	Teixeira Duarte, S.A.	16/01/2019	(a) 20.000	0,138
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Aquisição	Teixeira Duarte, S.A.	22/01/2019	(a) 40.000	0,138
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte / Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	Aquisição	Teixeira Duarte, S.A.	02/04/2019	(b) 350.000	Permuta por ações da TD-SGPS
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Aquisição	Teixeira Duarte, S.A.	23/03/2019	(a) 67.000	0,15
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Alienação	Teixeira Duarte, S.A.	25/03/2019	(c) 280.000	Permuta por ações da TD-SGPS

(a) Esta operação foi realizada pela sociedade por si dominada PACIM – Gestão e Investimentos, Lda.

(b) Esta operação foi realizada entre a sociedade "MIDINVEST - Gestão e Investimentos, Sociedade Unipessoal, Lda." e a "Teixeira Duarte – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A." (na qual, à data, eram Administradores Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte e Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte), a qual, por cada 35 ações TEIXEIRA DUARTE, S.A. adquiridas, alienou 1 ação representativa do seu próprio capital social.

(c) Esta operação foi realizada pela sociedade por si dominada PACIM – Gestão e Investimentos, Lda., a qual, por cada 35 ações TEIXEIRA DUARTE, S.A. alienadas, recebeu 1 ação representativa do capital social da TEIXEIRA DUARTE - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.

III. Número de ações detidas pelos Membros dos Órgãos Sociais a 31 de dezembro de 2019:

Nome	Sociedade	Qualidade	Nº de ações
José Luciano Vaz Marcos	Teixeira Duarte, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia Geral	-
José Mário Ferreira de Almeida	Teixeira Duarte, S.A.	Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral	(a) 3.000
José Pedro Poiães Cobra Ferreira	Teixeira Duarte, S.A.	Secretário da Mesa da Assembleia Geral	-
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Teixeira Duarte, S.A.	Presidente do Conselho de Administração	42.000
Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	Teixeira Duarte, S.A.	Vogal do Conselho de Administração	5.030.575
Carlos Gomes Baptista	Teixeira Duarte, S.A.	Vogal do Conselho de Administração	62.671
Maria da Conceição Maia Teixeira Duarte	Teixeira Duarte, S.A.	Vogal do Conselho de Administração	(a) 3.967.473
Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo	Teixeira Duarte, S.A.	Vogal do Conselho de Administração	31.160
Óscar Manuel Machado de Figueiredo	Teixeira Duarte, S.A.	Presidente do Conselho Fiscal	-
Ana Cristina Louro Ribeiro Doutor Simões	Teixeira Duarte, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal	-
João Salvador dos Santos Matias	Teixeira Duarte, S.A.	Vogal do Conselho Fiscal	-
Rui Pedro Ferreira de Almeida	Teixeira Duarte, S.A.	Suplente do Conselho Fiscal	-
Moore Stephens & Associados, SROC, S.A.	Teixeira Duarte, S.A.	Revisor Oficial de Contas	-

(a) Ações já detidas em data anterior à Assembleia Geral de 27 de maio de 2019, em que foram eleitos para os respetivos cargos

9. Poderes especiais do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento do capital (Art. 245.º-A, n.º 1, al. i), com indicação, quanto a estas, da data em que lhe foram atribuídos, prazo até ao qual aquela competência pode ser exercida, limite quantitativo máximo do aumento do capital social, montante já emitido ao abrigo da atribuição de poderes e modo de concretização dos poderes atribuídos.

Ao abrigo dos Estatutos da TD,SA são conferidos poderes ao Conselho de Administração para:

- Deliberar que a Sociedade participe na constituição, subscrava capital, assuma interesses ou tome parte em outras sociedades, empresas, agrupamentos complementares ou associações de qualquer espécie e coopere, colabore ou se consorcie com quaisquer outras entidades, bem como preste serviços técnicos de administração e gestão ou apoio em recursos humanos e financeiros a sociedades participadas ou com as quais tenha celebrado contrato de subordinação (Artigo 4.º); e
- Emitir quaisquer modalidades ou tipos de obrigações, bem como quaisquer outros instrumentos ou valores mobiliários, designadamente representativos de dívida, nas modalidades e nos termos que lhe sejam permitidos pela lei, e nas condições que forem determinadas pelo órgão que decidir a emissão (Artigo 8.º).

Os Estatutos da TD,SA não conferem quaisquer poderes especiais ao órgão de administração sobre eventuais deliberações de aumento de capital social da Sociedade.

O Conselho de Administração, enquanto órgão de administração, assegura que a Sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos e não delega poderes no que respeita a i) definição da estratégia e das principais políticas da sociedade; ii) organização e coordenação da estrutura empresarial; iii) matérias que devam ser consideradas estratégicas em virtude do seu montante, risco e características especiais.

10. Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a sociedade.

Não existem relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a sociedade, pelo se entende não existir razão que justifique que o órgão de fiscalização estabeleça procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância dos negócios com acionistas titulares de participação qualificada - ou com entidades que com eles estejam em qualquer uma das relações pre-

vistas no n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários -, nem tão pouco que a realização de negócios de relevância significativa dependa de parecer prévio daquele órgão.

B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

I. ASSEMBLEIA GERAL

a) Composição da Mesa da Assembleia Geral

11. Identificação e cargo dos membros da mesa da assembleia geral e respetivo mandato (início e fim).

Atualmente, a Mesa da Assembleia Geral é constituída pelos seguintes membros:

Nos termos do artigo décimo quarto dos Estatutos da TD,SA, a Mesa da Assembleia Geral é composta por um Presidente, um Vice-Presidente e pelo Secretário da Sociedade.

No início do exercício de 2019 e até à data da Assembleia Geral Anual realizada em 27 de maio de 2019, encontravam-se ainda em funções os seguintes membros da Assembleia Geral, designados para o mandato 2015/2018:

Presidente: Rogério Paulo Castanho Alves
Vice-Presidente: José Gonçalo Pereira de Sousa Guerra Costenla
Secretário: José Pedro Poiares Cobra Ferreira

Na Assembleia Geral de 27 de maio de 2019 foram eleitos para o novo mandato 2019/2022, os seguintes membros Mesa da Assembleia Geral que, a 31 de dezembro de 2019, continuavam titulares de tais cargos:

Presidente: José Luciano Vaz Marcos
Vice-Presidente: José Mário Ferreira de Almeida
Secretário: José Pedro Poiares Cobra Ferreira

b) Exercício do direito de voto

12. Eventuais restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações, prazos impostos para o exercício do direito de voto ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial (Art. 245.º-A, n.º 1, al. f)).

Não existem restrições em matéria de direito de voto, nomeadamente limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações, sendo que, quanto aos prazos impostos para o exercício do direito de voto, as únicas limitações são as indicadas *infra* para o caso de voto por correspondência.

A TD,SA não estabeleceu qualquer tipo de sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial ou de mecanismos que tenham por efeito provocar o desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada ação ordinária.

Convocatória e Informações Preparatória em Assembleia Geral

De referir, ainda, que a TD,SA divulga, dentro dos prazos legais aplicáveis, e em todos os locais impostos por Lei, a convocatória das Assembleias Gerais, juntamente com as propostas de deliberação e informações preparatórias, tudo no sentido de garantir, promover e incentivar a participação dos acionistas, por si ou por representantes por si designados, nas Assembleias Gerais.

Participação em Assembleia Geral

De acordo com o teor do artigo 13.º do Pacto Social, poderá participar na Assembleia Geral e aí discutir e votar quem, na data de registo, correspondente às 0 horas (GMT) do 5.º dia de negociação anterior ao da Assembleia, for titular de ações que lhe confirmam pelo menos um voto.

A cada ação, nas condições *supra* referidas, corresponde um voto. Embora os Estatutos prevejam no seu artigo 7.º a possibilidade de existirem ações sem o direito de voto, a verdade é que esta categoria de ações não existe nem nunca existiu.

Voto por Correspondência

Para o exercício do direito de voto por correspondência e para a execução dos demais procedimentos constantes dos Estatutos, a Sociedade implementou os meios indispensáveis para o efeito, disponibilizando no seu sítio da Internet e na sede social todos os formulários necessários, nomeadamente minutas de cartas e do boletim de voto, bem como as instruções para o respetivo preenchimento.

Voto por Meios Eletrónicos

Embora reconheça que a utilização das novas tecnologias potencia o exercício dos direitos dos acionista a TD,SA entende que as específicas exigências de segurança inerentes ao processo de voto por meios eletrónicos são muito significativas, nomeadamente no que se refere aos meios técnicos necessários para verificar a autenticidade das correspondentes declarações de voto e à garantia da integridade e confidencialidade dos respetivos conteúdos, do mesmo modo que reconhece o elevado nível de segurança e de fiabilidade operacional necessários na receção das mencionadas declarações.

Adicionalmente, a TD,SA considera que a participação dos

acionistas nas Assembleias Gerais tem sido plenamente assegurada mesmo no caso de estes não poderem estar presentes, quer através do voto por correspondência, quer através dos mecanismos de representação existentes, sendo que nunca recebeu qualquer solicitação de implementação deste sistema, nem qualquer reparo à eventual dificuldade de participação nas Assembleias Gerais e no exercício dos direitos de voto.

A ponderação do quanto acima se refere e o facto de as Assembleias Gerais da TD,SA terem tradicionalmente uma muito alta representação de capital social constituem a razão pela qual a Empresa não implementou a possibilidade de exercício do direito de voto por meios eletrónicos.

Neste contexto, a TD,SA está convicta de que o modelo adotado promove e incentiva a participação dos acionistas em Assembleia Geral.

13. Indicação da percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações do n.º 1 do Art. 20.º.

Os Estatutos da TD,SA não fixam uma percentagem máxima ou número máximo de direitos de voto que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista (de forma individual ou em concertação com outros acionistas) ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações previstas no n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

14. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias.

Não existem disposições estatutárias que imponham quóruns de maiorias qualificadas para deliberações sobre determinados temas por parte dos acionistas, sem prejuízo das disposições legais que, para certos casos, possam exigir maiorias qualificadas ou estabelecer outras formas de vencimento das propostas.

II. ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO

(Conselho de Administração, Conselho de Administração Executivo e Conselho Geral e de Supervisão)

a) Composição

15. Identificação do modelo de governo adotado.

Desde a sua constituição, em 30 de novembro de 2009, a TD,SA adotou um modelo de Governo da Sociedade conhecido por latino reforçado, tendo como órgãos sociais, além da Assem-

bleia Geral e respetiva Mesa, um Conselho de Administração e dois Órgãos de Fiscalização autónomos: o Conselho Fiscal e a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Entende-se importante referir aqui a colaboração existente entre todas essas estruturas do Grupo, bem como as vantagens resultantes dessas sinergias, traduzidas no meio privilegiado e eficaz de se alcançarem objetivos por todos assumidos como coletivos.

O modelo societário adotado dá integral cumprimento aos objetivos que lhe serviram de base, ou seja, manter a TD,SA com bons níveis de funcionamento e eficiência no desempenho das funções de cada órgão social, autonomamente e na interligação entre eles, revelando-se portanto este modelo societário adequado ao *modus operandi* da TD,SA, das suas estruturas e dos membros que compõem os órgãos sociais, nomeadamente os do Conselho de Administração.

16. Regras estatutárias sobre requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão (Art. 245.º-A, n.º 1, al. h).

Os membros do órgão de administração da TD,SA são eleitos em Assembleia Geral pelo sistema de listas, por quatro anos, coincidindo com os exercícios sociais, podendo ser reconduzidos uma ou mais vezes, nos termos e com os limites legalmente estabelecidos, e consideram-se empossados logo que eleitos, sem dependência de outras formalidades.

Ao abrigo das regras especiais de eleição previstas na Lei, a TD,SA adotou o sistema que permite que um dos Administradores possa ser eleito entre pessoas propostas em listas que sejam subscritas e apresentadas por grupos de acionistas, desde que nenhum desses grupos possua ações representativas de mais de vinte por cento e menos de dez por cento do capital social. Em conformidade com tal opção, o Administrador assim eleito substitui automaticamente aquele que figurar em último lugar na lista que faça vencimento na eleição dos Administradores.

Os Estatutos fixam em cinco o número de faltas a reuniões por mandato, seguidas ou interpoladas, sem justificação aceite pelo Conselho de Administração, que conduzem à situação de falta definitiva de um Administrador, com as demais consequências previstas na Lei.

Os Estatutos não preveem a existência de qualquer Administrador suplente e não fixam qualquer regra específica para a substituição dos membros do Conselho de Administração, pelo que será aplicável o regime geral previsto no Código das So-

iedades Comerciais sobre esta matéria, ou seja, o Conselho de Administração poderá proceder à substituição do Administrador que deixe de desempenhar funções por qualquer uma das causas previstas na Lei, nomeadamente por renúncia ou acumulação de faltas, procedendo, se assim o entender e nos termos e condições aplicáveis, à correspondente cooptação, a qual deverá ser ratificada na primeira Assembleia Geral seguinte.

Os requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros que compõem o Conselho de Administração salvaguardam a diversidade de género, a diversidade etária, a diversidade de habilitações e a diversidade de antecedentes profissionais, nos termos previstos na alínea r) do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 89/2017.

Com efeito, a TD,SA reconhecendo as vantagens decorrentes da diversidade na composição dos seus Órgãos de Administração e Fiscalização, nomeadamente em termos de idade, sexo, habilitações e antecedentes profissionais aprovou em Assembleia Geral de 26 de maio de 2018, a Política de Diversidade da TD,SA, que se encontra em vigor e que define critérios para a seleção e nomeação dos órgãos sociais da Sociedade (onde se inclui o Conselho de Administração) e que é aqui divulgada, em conformidade com o disposto no artigo 245.º - A do Código de Valores Mobiliários, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 89/2017:

INTRODUÇÃO:

A TEIXEIRA DUARTE, S.A. reconhece as vantagens decorrentes da diversidade na composição dos seus Órgãos de Administração e Fiscalização, nomeadamente em termos de idade, sexo, habilitações e antecedentes profissionais.

Tais benefícios resultam, principalmente, no enriquecimento dos modelos de gestão, numa maior eficiência nos processos de avaliação e decisão através da ponderação de diferentes perspetivas, tirando proveito da pluralidade de conhecimentos, experiências, capacidades e competências dos membros daqueles órgãos sociais.

Paralelamente, o respeito de tais diferenças vem evidenciar a consolidação da estrutura de Recursos Humanos do Grupo empresarial liderado pela TEIXEIRA DUARTE, S.A., através da valorização de aptidões e de competências diversas, tornando a própria Empresa um reflexo da comunidade em que se insere e dos diversos mercados e setores em que atua.

A presente “Política de Diversidade dos Órgãos de Administração e Fiscalização da Teixeira Duarte, S.A.” foi elaborada tendo em conta, para além das disposições legais aplicáveis, a realida-

de histórica da sociedade e de todo o Grupo TEIXEIRA DUARTE, que lidera.

Exposto isto, esclarece-se que embora a diversidade nos termos acima indicados seja um critério importante, não é um critério absoluto, nem sobreposto a outros que se consideram também adequados ao sustentável desenvolvimento da atividade da Sociedade e do Grupo e ao simultâneo cumprimento dos normativos legais aplicáveis.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

O critério privilegiado para a seleção e nomeação dos membros do Conselho de Administração da sociedade de topo do Grupo Teixeira Duarte – atualmente a Teixeira Duarte, S.A. – tem sido o de apostar (i) em membros executivos e por isso ligados à atividade do Grupo; e, dentro destes (ii) naqueles que se têm designado internamente como “pessoas da casa”; uma aposta de confiança na identificação com os mesmos valores, com uma história partilhada e que privilegia essa ligação mais idiossincrática do que a escolha de um perito exterior em qualquer setor de atividade, mercado de atuação, ou área corporativa.

Daí que agora todos os membros dos órgãos de administração tenham, mais de vinte cinco anos ao serviço do Grupo Teixeira Duarte, o mesmo sucedendo com muitos dos membros da Alta Direção do Grupo.

Por esse motivo, entende-se que todos os compromissos a assumir e medidas a implementar deverão ter em consideração aquele que tem vindo a ser o critério privilegiado para a seleção e nomeação dos membros do Conselho de Administração, bem como a respetiva adequação às atividades desenvolvidas pelo Grupo Empresarial que a Teixeira Duarte, S.A. lidera, e às realidades dos mercados e setores em que atua.

É pois neste enquadramento que a Teixeira Duarte, S.A. se compromete a envidar os seus melhores esforços no sentido da promoção da diversidade na composição do Conselho de Administração, designadamente através de:

- Cumprimento das disposições normativas em vigor em matéria de diversidade, nomeadamente de não discriminação e de igualdade de oportunidades, que decorram da Lei e demais normativos aplicáveis, bem como das regras constantes do “Código de Ética e Conduta do Grupo Teixeira Duarte” e dos demais documentos nele fundados e aplicáveis a todo o Grupo;
- Assegurar a igualdade de oportunidades e de tratamento, nomeadamente em função da idade, sexo, habilitações e antecedentes profissionais;
- Não exercer qualquer tipo de ação discriminatória em fun-

ção de ascendência, idade, sexo, orientação sexual, identidade de género, estado civil, situação familiar, situação económica, instrução, origem ou condição social, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica ou raça, território de origem, língua, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical, em cumprimento do disposto no “Código de Ética e Conduta do Grupo Teixeira Duarte” sobre esta matéria;

- Continuar a apostar na diversidade de idades, privilegiando o equilíbrio resultante da conjugação dos conhecimentos e experiência dos mais velhos com a perspetiva inovadora dos mais novos;
- Garantir o cumprimento das normas legais relativas à diversidade de géneros, assegurando uma representação adequada entre mulheres e homens no Conselho de Administração, tendo sempre por base as suas competências, aptidões, experiência e qualificações;
- Assegurar que o Conselho de Administração continue a integrar pessoas com diversas habilitações de base, desde que apropriadas ao cargo a exercer e em consonância com as características, a dimensão e as atividades desenvolvidas pelo Grupo Empresarial liderado pela Teixeira Duarte, S.A.;
- Manter a aposta nas “pessoas da casa” como critério privilegiado, valorizando contudo a combinação de pessoas com experiência em diferentes setores, países e áreas corporativas.

ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO:

Em função do modelo societário em vigor na Teixeira Duarte, S.A., os órgãos de fiscalização são o Conselho Fiscal e a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Não sendo a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas um órgão colegial por natureza, e portanto não integrando uma pluralidade de membros, fica este órgão excluído da presente “Política de Diversidade dos Órgãos de Administração e Fiscalização da “Teixeira Duarte, S.A.”.

Relativamente ao Conselho Fiscal, atualmente composto por três membros efetivos e um suplente, assume-se os seguintes compromissos, na promoção da diversidade da respetiva composição:

- O cumprimento das disposições normativas em matéria de diversidade, nomeadamente de não discriminação e de igualdade de oportunidades, que decorram da Lei e demais normativos que venham a ser aplicáveis, bem como das re-

gras constantes do “Código de Ética e Conduta do Grupo Teixeira Duarte” e dos demais documentos nele fundados e aplicáveis a todo o Grupo;

- *Assegurar a igualdade de oportunidades e de tratamento nomeadamente em função da idade, sexo, habilitações e antecedentes profissionais;*
- *Não exercer qualquer tipo de ação discriminatória em função de ascendência, idade, sexo, orientação sexual, identidade de género, estado civil, situação familiar, situação económica, instrução, origem ou condição social, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica ou raça, território de origem, língua, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical, em cumprimento do disposto no “Código de Ética e Conduta do Grupo Teixeira Duarte” sobre esta matéria;*
- *Continuar a apostar na diversidade de idades, privilegiando o equilíbrio resultante da conjugação dos conhecimentos e experiência dos mais velhos com a perspetiva inovadora dos mais novos;*
- *Desenvolver esforços tendentes a promover uma representação adequada entre mulheres e homens no Conselho Fiscal, tendo sempre por base as suas competências, aptidões, experiência e qualificações;*
- *Assegurar que o Conselho Fiscal continue a integrar pessoas com diversas habilitações de base, desde que apropriadas ao cargo a exercer e em consonância com as características, a dimensão e as atividades desenvolvidas pelo Grupo Empresarial liderado pela Teixeira Duarte, S.A.;*
- *Prosseguir a aposta na valorização da diversidade de antecedentes profissionais dos membros do Conselho Fiscal, promovendo a nomeação de pessoas com experiências profissionais diferenciadas, desde que enquadradas no âmbito da atividade do Grupo e adequadas às funções a exercer.*

17. Composição, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro.

Ao abrigo do disposto no artigo 17.º dos Estatutos, o Conselho de Administração da TD,SA será composto por um número mínimo de cinco e máximo de onze membros.

Ao eleger tal Conselho, a Assembleia Geral da TD,SA determinará o número de Administradores que, dentro desses limites, o deverá preencher em cada mandato e designará, de entre eles, o membro que exercerá as funções de Presidente.

Nos termos do número 2 do artigo 10.º dos Estatutos, os membros dos Órgãos Sociais são eleitos por períodos de quatro anos, conforme já acima foi referido.

No início do exercício de 2019 e até à data da Assembleia Geral Anual realizada em 27 de maio de 2019, encontravam-se ainda em funções cinco Administradores, designados para o mandato 2015/2018:

Presidente:

Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte

Administradores:

Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte

Joel Vaz Viana de Lemos

Carlos Gomes Baptista

Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo

Na Assembleia Geral de 27 de maio de 2019 foram eleitos os Administradores para o novo mandato 2019/2022, sendo que, a 31 de dezembro de 2019, continuavam no exercício de funções os seguintes Administradores, todos eles efetivos:

Presidente:

Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte

Administradores:

Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte

Carlos Gomes Baptista

Maria da Conceição Maia Teixeira Duarte

Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo

O Presidente do Conselho de Administração Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte e os Administradores Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte e Carlos Gomes Baptista foram designados pela primeira vez aquando da constituição da Sociedade, em 30 de novembro de 2009, para exercerem funções durante o mandato 2009/2010. Foram depois reeleitos para o mandato 2011/2014 e para o mandato de 2015/2018, tendo sido depois reeleitos, em Assembleia Geral de 27 de maio de 2019, para exercerem funções durante o mandato e curso de 2019/2022.

A Administradora Maria da Conceição Maia Teixeira Duarte foi eleita pela primeira vez na Assembleia Geral de 27 de maio de 2019.

O Administrador Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo

foi eleito pela primeira vez na Assembleia Geral de 20 de maio de 2011, para exercer funções durante o mandato 2011/2014, tendo depois sido reeleito para o mandato de 2015/2018 e novamente reeleito, em Assembleia Geral de 27 de maio de 2019, para exercer funções durante o mandato e curso de 2019/2022.

O Administrador Joel Vaz Viana de Lemos foi designado pela primeira vez aquando da constituição da Sociedade, em 30 de novembro de 2009, para exercer funções durante o mandato de 2009/2010. Foi depois reeleito para o mandato de 2011/2014 e para o mandato 2015/2018, após o que cessou funções.

O atual Conselho de Administração da TD,SA, eleito em Assembleia Geral que se realizou em 27 de maio de 2019, integra na sua composição uma mulher, que representa 20% dos membros do Conselho de Administração em exercício de funções, pelo que a TD,SA se encontra a cumprir, neste órgão colegial, os critérios e requisitos de equilíbrio de género relativamente aos membros do Conselho de Administração.

Acresce que, a Proposta de eleição dos órgãos sociais, apresentada à Assembleia Geral eletiva, foi instruída com a documentação e informação necessárias respeitantes ao perfil, experiência profissional e currículo dos candidatos, designadamente para cumprimento do disposto no artigo 289.º, n.º 1, alínea d) do Código de Sociedades Comerciais, o que constitui fundamentação suficiente a respeito da adequação do perfil, conhecimentos e currículo e à função a desempenhar pelos referidos candidatos, em conformidade com Recomendação V.4.1 do Código do IPCG.

18. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes, ou, se aplicável, identificação dos membros independentes do Conselho Geral e de Supervisão.

18.1. A independência dos membros do Conselho Geral e de Supervisão e dos membros da Comissão de Auditoria afere-se nos termos da legislação vigente e, quanto aos demais membros do Conselho de Administração, considera-se independente quem não esteja associado a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de:

- a. Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos;

- b. Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva;
- c. Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador;
- d. Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada;
- e. Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participação qualificada.

Os membros do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte, S.A." têm neste âmbito funções idênticas, considerando-se que não existem administradores não executivos, uma vez que todos desempenham funções inerentes ao cargo numa sociedade que, sendo de topo do Grupo, gere as suas participações e aprecia as respetivas atuações, não tomando decisões diretas nem exercendo poderes de gestão sobre o desenvolvimento da atividade dessas entidades.

Cumpra a este propósito referir que alguns membros do Conselho de Administração têm funções e cargos sociais em outras entidades do Grupo, relativamente às quais exercem a direção e os poderes de gestão com proximidade e responsabilidade direta na atuação das mesmas.

A TD,SA tem optado por manter todos os seus Administradores com funções executivas uma vez que aquelas funções que seriam atribuídas a eventuais Administradores não executivos - nomeadamente de supervisão, fiscalização e avaliação da atividade dos membros executivos - são desenvolvidas pelo Conselho Fiscal, pela Comissão de Remunerações e pela Assembleia Geral.

Ainda a este propósito, cumpre informar que, o Conselho de Administração considera que, no que se refere à independência dos seus membros, nenhum deles se encontra em circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão.

Acresce que, a total independência e ausência de incompatibilidades dos membros do Conselho Fiscal permite uma intervenção isenta e útil na fiscalização da atividade da Sociedade, não

só do ponto de vista contabilístico - onde conta com a intervenção regular da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas - mas também na perspetiva política, neste caso com os limites e alcance adequados à essencial salvaguarda do cumprimento dos normativos legais e regulamentares em vigor, tudo com vista a assegurar uma constante transparência e o cumprimento de níveis adequados de divulgação de informação ao mercado, em geral, e aos acionistas, em especial, em sede de Assembleia Geral.

Com efeito, o Revisor Oficial de Contas colabora com o Conselho Fiscal, prestando-lhe imediatamente informação sobre quaisquer irregularidades relevantes detetadas, bem como quaisquer dificuldades com que se tenha deparado no exercício das suas funções.

Do *supra* dito resulta que existe uma boa interligação entre todos os órgãos sociais, não só entre a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e o Conselho Fiscal, que reúnem periodicamente, mas também entre estes e o Conselho de Administração, uma vez que os Administradores prestam sempre, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações solicitadas pelos outros membros dos órgãos sociais e a todos são disponibilizados os elementos e documentos essenciais para análise e decisão sobre matérias que lhe competem no exercício do respetivo cargo.

Refira-se ainda que, no respeito pelo princípio da estreita colaboração entre os órgãos sociais, o Presidente do Conselho Fiscal e o representante do Revisor Oficial de Contas são convocados para todas as reuniões mensais e de aprovação dos documentos de prestação de contas do Conselho de Administração, a eles lhes sendo remetidas cópias das convocatórias e das atas de todas aquelas reuniões deste órgão.

Essas tarefas são desempenhadas, por indicação do Presidente do Conselho de Administração, pelo Secretário da Sociedade, que entrega ao Presidente do Conselho Fiscal as cópias das convocatórias e das atas das reuniões do Conselho de Administração, depois de devidamente assinadas.

Face ao modelo adotado e à composição e modo de funcionamento dos seus órgãos sociais - nomeadamente o carácter executivo do Conselho de Administração nos moldes acima definidos e a independência do Conselho Fiscal e da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, sem que, entre eles ou para outras Comissões existam delegações de competências - a TD,SA considera - tendo presente a Recomendações n.º III.2. e III.3 - que a designação de membros não executivos para exercerem funções no Conselho de Administração não traria valias significativas para o bom funcionamento do modelo adotado, o qual se tem vindo a revelar adequado e eficiente.

Assim se justifica a opção da TD,SA de não ter no Conselho de Administração membros não executivos para acompanhamento, supervisão e avaliação da atividade dos restantes membros do órgão, conforme consta das Recomendações n.º III.2. e III.3., encontrando-se garantida a efetiva capacidade de os órgãos de fiscalização acompanharem, supervisionarem e avaliarem de forma crítica e imparcial a atividade dos administradores executivos.

Acrescente-se que, embora o presidente do órgão de administração exerça funções executivas, uma vez que não existem Administradores não executivos, não é aplicável à TD,SA o disposto na Recomendação n.º III.1. que prevê que, tendo o presidente do órgão de administração funções executivas, este órgão deverá indicar, de entre os seus membros, um administrador independente que assegure a coordenação dos trabalhos dos demais membros não executivos e as condições para que estes possam decidir de forma independente e informada ou encontrar outro mecanismo equivalente que assegure aquela coordenação.

19. Qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.

Presidente do Conselho de Administração: Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte

Licenciado em Gestão de Empresas pela "Universidade Católica Portuguesa", em 1977, onde exerceu o cargo de assistente da cadeira de Matemáticas Gerais até 1981.

Designado a primeira vez para o cargo em 2009, aquando da constituição da sociedade, foi a última vez eleito em 2019 para exercer funções para o mandato 2019/2022.

Refira-se, adicionalmente, que desde 1987 e até à Assembleia Geral Eletiva realizada a 06 de maio de 2019 foi Administrador da sociedade de topo do Grupo (que até 2010 era a "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.").

Não existindo nenhuma atribuição específica nos Estatutos nem uma delegação concreta de competências, nem nenhuma deliberação de distribuição de pelouros pelos membros do Conselho de Administração, cabem ao Presidente do Conselho de Administração, as atribuições específicas previstas na Lei, incluindo assegurar o funcionamento do Conselho de Administração, nomeadamente na coordenação do desempenho dos seus membros e realização das respetivas reuniões.

Em 1978 integrou os quadros da "Teixeira Duarte - Engenharia

e Construções, S.A.", tendo em 1987 passado a ser Administrador-Delegado dessa que era então a sociedade de topo do Grupo e na qual passou a desempenhar o cargo de Presidente do Conselho de Administração desde 2008.

Em 2009 e logo por ocasião da sua constituição, assumiu em paralelo, o cargo de Presidente do Conselho de Administração da TD,SA, que viria a ser a sociedade cotada de topo do Grupo Teixeira Duarte a partir de 2010.

Desempenhou ao longo dos anos múltiplos cargos sociais em diversas outras entidades dos quais se entende adequado indicar:

- Por diversas vezes e desde 1991, cumpriu mandatos como membro do Conselho de Administração da Teixeira Duarte – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. – sociedade detida por membros da família Teixeira Duarte à qual é imputada uma participação superior a 50% no capital da TD,SA – e da qual foi Presidente desde 2011 a 11 de abril de 2019;
- O cargo de topo do órgão de gestão da PASIM – Sociedade Imobiliária, Lda. desde a sua constituição até esta data;
- Membro do Conselho de Administração da "CIMPOR - Cimentos de Portugal, S.G.P.S., S.A." entre 2001 e agosto de 2009; e
- Diversas funções nos Corpos Sociais do "Banco Comercial Português, S.A." entre 1985 e 2013, em particular como Vice-Presidente do Conselho Superior, Vice-Presidente do Conselho Geral e de Supervisão e Vice-Presidente do Conselho de Administração.

Administrador: Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da "Universidade de Lisboa", em 1989.

Designado a primeira vez para o cargo em 2009, aquando da constituição da sociedade, foi reeleito em 2019 para exercer funções para o mandato 2019/2022.

Refira-se, adicionalmente, que desde 2005 que é Administrador da sociedade cotada de topo do Grupo (que até 2010 era a "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.").

Foi advogado/consultor jurídico em escritório próprio de 1989 a 1996.

Foi Administrador da "TDF - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.", de 30.06.1992 a 22.04.2005,

com funções de supervisão e controlo e em matéria de decisões de investimento, no âmbito das competências que aos membros do Conselho de Administração são atribuídas pelo Código das Sociedades Comerciais e pelos estatutos da Sociedade, bem como função no que respeita a relações com a CMVM.

Desde 1993 que passou a integrar os quadros do Grupo Teixeira Duarte, atuando como consultor jurídico e gestor em várias empresas, nomeadamente no setor imobiliário.

Integrou os corpos sociais de múltiplas sociedades do Grupo Teixeira Duarte, sendo que desde abril de 2005 passou também a ser membro do Conselho de Administração da sociedade cotada de topo do Grupo - àquela data a "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." e atualmente a TD,SA -, cargos que ainda hoje exerce.

Por diversas vezes e desde 1991, cumpriu mandatos como membro do Conselho de Administração da Teixeira Duarte – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. – sociedade detida por membros da família Teixeira Duarte à qual é imputada uma participação superior a 50% no capital da TD,SA – e da qual foi Administrador desde 2011 a 11 de abril de 2019.

Administrador: Carlos Gomes Baptista

Bacharel em Engenharia pelo "Instituto Industrial de Lisboa", em 1973.

Designado a primeira vez para o cargo em 2009, aquando da constituição da sociedade, foi a última vez eleito em 2019 para exercer funções para o mandato 2019/2022.

Refira-se, adicionalmente, que desde 2005 que era Administrador da sociedade cotada de topo do Grupo (que até 2010 era a "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.").

Em novembro de 2013, deixou de ser membro do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.", cargo para o qual voltou a ser eleito em 2018.

Destaca-se na sua carreira profissional a passagem pela "M.S.F., S.A.", onde esteve de 1975 a 1979 como Chefe de Serviços, colaborando em diversas obras, nomeadamente de natureza hidráulica (conduta e barragem).

Em fevereiro de 1980 entrou para a "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.", como Diretor de Obras, na área das edificações, então designada de "Construção Civil".

Nos anos de 1982 e 1983 esteve destacado na Venezuela, onde acompanhou várias empreitadas de edifícios de habitação e escritórios.

Já de novo em Portugal, assumiu em 1984 as funções de Diretor de Zona, com responsabilidades em múltiplos empreendimentos nas áreas de turismo, estradas, habitação, edifícios, com especial destaque para as entidades bancárias.

Em 1989, passou a Diretor de Centro de Produção e em 1992 a Diretor de Centro de Exploração da então designada área da "Construção Civil", da qual foi coordenador de 1998 a 2005, altura em que passou a administrador da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.", cargo que exerceu até novembro de 2013.

Não desempenha qualquer atividade profissional, nem desempenha qualquer cargo social fora do Grupo Teixeira Duarte.

Administradora: Maria da Conceição Maia Teixeira Duarte

Licenciada em Agronomia, especialidade de Fitopatologia, do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa (1981).

Mestre em Produção Vegetal do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa (1989).

Destaca-se o facto de ter exercido o cargo de Vogal do Conselho de Administração da Teixeira Duarte- Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., durante vários mandatos e até abril de 2019.

De 2011 a 2018 foi Vogal da Comissão de Remunerações da "Teixeira Duarte, S.A.".

Foi, ainda, Vogal da Comissão de Remunerações da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.", desde maio 2018 a maio de 2019.

Designada pela primeira vez para o cargo de Administradora da TD,SA por deliberação da Assembleia Geral de 27 de maio de 2019, para exercer funções para o mandato 2019/2022.

Administrador: Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo

Licenciatura em Engenharia Civil pelo "Instituto Superior Técnico", em 1992.

Designado a primeira vez para o cargo em 2011, por deliberação da Assembleia Geral, foi a última vez eleito em 2019 para exercer funções para o mandato 2019/2022.

Trabalhou na "PROFABRIL, S.A." como Engenheiro Projetista na Divisão de Edifícios, participando em projetos de Estruturas de betão armado - Outubro 1992 a Maio 1993.

Já no Grupo Teixeira Duarte:

De outubro de 1993 a novembro de 1999, integrou as equipas da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." no Centro de Exploração das Edificações - então denominado Construção Civil -, tendo desempenhado as funções de Diretor Adjunto de Obra e Diretor de Obra de várias empreitadas em Portugal.

De novembro de 1999 a maio de 2011, integrou as equipas do setor imobiliário do Grupo Teixeira Duarte, sendo responsável pela área técnica com funções no desenvolvimento de projetos imobiliários, nomeadamente análise de viabilidade, conceção das soluções imobiliárias, coordenação dos projetos, licenciamento, coordenação das empreitadas, definição dos produtos de marketing associados, gestão do património sobre arrendamento, coordenação das equipas de vendas.

A sua responsabilidade incluiu todos os segmentos do setor, desde o residencial, a escritórios, a espaços comerciais, hotelaria, saúde e lazer, indústria/logística e parques de estacionamento, bem como a dedicação à expansão de espaços afetos a outras atividades do Grupo, com destaque para a Construção, a Hotelaria, a Distribuição e o setor Automóvel.

Em 2010 começou também a coordenar a atuação do Grupo nos setores da Distribuição e Automóvel e a partir de maio de 2011 foi eleito Administrador da sociedade cotada de topo do Grupo Teixeira Duarte - a TD,SA.

Não desempenha qualquer atividade profissional, nem desempenha qualquer cargo social fora do Grupo Teixeira Duarte.

20. Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.

O Presidente do Conselho de Administração, Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte, é acionista da "Teixeira Duarte - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.". Mais se informa que é irmão do Senhor Eng.º Miguel Calainho de Azevedo Teixeira Duarte.

O Administrador Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte é acionista da "Teixeira Duarte - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A e primo do Senhor Eng.º Miguel Calainho de Azevedo Teixeira Duarte.

A Administradora Maria da Conceição Maia Teixeira Duarte é acionista da "Teixeira Duarte - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.". Mais se informa que é prima do Senhor Eng.º Miguel Calainho de Azevedo Teixeira Duarte.

Relativamente aos restantes membros do Conselho de Administração, informa-se que nenhum deles mantém relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.

21. Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da sociedade.

Os Estatutos da Sociedade definem as competências de cada um dos órgãos sociais, designadamente nos seus artigos 12.º (Assembleia Geral) 19.º (Conselho de Administração) e 23.º (Conselho Fiscal e Sociedade de Revisores Oficiais de Contas).

Não existe repartição ou delegação de competências por nenhum dos órgãos sociais, nomeadamente pelo Conselho de Administração, em quaisquer comissões específicas, em particular numa Comissão Executiva.

Os membros do Conselho de Administração respeitam os deveres gerais de zelo, cuidado e lealdade, tomando decisões de gestão, de forma crítica, imparcial e sempre no interesse da Sociedade.

Cabe, pois, ao Conselho de Administração assegurar que a Sociedade atue de forma consentânea com os seus objetivos, pelo que este órgão não delega poderes no que respeita a i) definição da estratégia e das principais políticas da sociedade; ii) organização e coordenação da estrutura empresarial; iii) matérias que devam ser consideradas estratégicas em virtude do seu montante, risco e características especiais.

Da estrutura organizacional e âmbitos de atuação das entidades do Grupo TD,SA que operam nos sectores de atividade, resulta o seguinte organograma:

ÁREA CORPORATIVA

SETORES DE ATIVIDADE

ÁREA CORPORATIVA	SETORES DE ATIVIDADE	
Auditoria Interna	Construção	
Contabilidade	Geotecnia e Reabilitação	Metalomecânica
Finanças	Obras Marítimas	Obras Subterrâneas
Jurídicos	Centros de Exploração	Obras Ferroviárias
Recursos Humanos	Direção de Estudos e Projetos	Cofragens e Pré-Esforço
Secretaria Corporativa	Edificações	Aprovisionamentos
Sustentabilidade	Centros de Exploração	Gestão de Equipamento
Tecnologias de Informação	Direção de Estudos	Sistemas de Gestão e Tecnologia
	Infraestruturas	Inovação
	Centros de Exploração	Logística das Propostas
	Direção de Estudos	
		Concessões e Serviços
		Facilities Management
		Educação
		Imobiliária
		Hotelaria
		Distribuição
		Automóvel

b) Funcionamento

22. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.

Considerando o modelo societário escolhido, a composição do Conselho de Administração e o seu âmbito de atuação nos descritos no ponto 18., o facto de as competências e responsabilidades deste órgão não serem delegáveis em quaisquer outros, nem em comissões especializadas ou departamentos, o modo de funcionamento do Conselho de Administração ser bastante simplificado e, ainda, o facto de o número de membros que integram esse órgão não ser alargado o suficiente para justificar a estipulação, em regulamento, de regras adicionais de operacionalidade, não foi adotado, pela TD,SA qualquer regulamento de funcionamento, para além das disposições relativas ao funcionamento e organização do Conselho de Administração que resultam dos Estatutos da Sociedade e da legislação aplicável.

As competências individuais de cada um dos seus membros são fixadas por deliberação do próprio Conselho de Administração e a sua interligação é mantida de forma regular nos termos legalmente estipulados e considerados bastantes para o efeito.

São sempre elaboradas atas detalhadas das reuniões do Conselho de Administração e dos demais órgãos sociais da TD,SA.

Embora tal não esteja estabelecido nos Estatutos ou noutros mecanismos específicos para o efeito, garante-se que, dentro dos limites da legislação aplicável, seja permanentemente assegurado aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização o acesso a toda a informação e colaboradores da Sociedade para a avaliação do desempenho, da situação e das perspetivas de desenvolvimento da sociedade, incluindo, designadamente, as atas, a documentação de suporte às decisões tomadas, as convocatórias e o arquivo das reuniões do Conselho de Administração, sem prejuízo do acesso a quaisquer outros documentos ou pessoas a quem possam ser solicitados esclarecimentos.

Sem prejuízo do acima referido, A "Teixeira Duarte, S.A." tem em vigor um "Código de Ética e Conduta do Grupo Teixeira Duarte", de aplicação obrigatória todos os respetivos Administradores - sem que, contudo, em parte alguma deste código existam disposições regulamentares de funcionamento dos órgãos sociais ou outras relevantes neste âmbito - que se encontra disponível em <https://www.teixeiraduarte.pt/grupo/codigo-de-etica-e-conduta/>.

23. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade

de cada membro, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, às reuniões realizadas.

Durante o exercício de 2019, o Conselho de Administração da TD,SA reuniu 22 vezes.

Para os devidos efeitos, informa-se que a assiduidade de cada um dos membros daquele órgão foi a seguinte:

O Presidente do Conselho de Administração, Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte, esteve presente em todas as reuniões deste órgão.

O Administrador Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte esteve presente em 21 reuniões do Conselho de Administração, tendo sido representado pelo Presidente do Conselho de Administração na única reunião em que não esteve presente.

O Administrador Carlos Gomes Baptista esteve presente em todas as reuniões deste órgão.

Das 15 reuniões de Conselho de Administração realizadas após a sua eleição (Assembleia Geral de 27 de maio de 2019), a Administradora Maria da Conceição Maia Teixeira Duarte esteve presente em 13 reuniões do Conselho de Administração, tendo sido representada pelo Presidente do Conselho de Administração nas duas reuniões únicas em que não pode estar presente.

O Administrador Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo esteve presente em todas as reuniões deste órgão.

O Administrador Joel Vaz Viana de Lemos esteve presente em todas as 7 reuniões do Conselho de Administração realizadas até à data que deixou de exercer funções (Assembleia Geral ocorrida em 27 de maio de 2020, que elegeu os novos membros do Conselho de Administração para o mandato 2019/2022).

24. Indicação dos órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos.

O órgão competente para a avaliação do desempenho dos Administradores da Sociedade é a Assembleia Geral a qual, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais, procede anualmente à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade.

O Conselho Fiscal acompanha, nos termos previstos e descritos neste documento, a atuação do Conselho de Administração, acautelando o cumprimento de uma série de matérias e emitindo parecer anual sobre relatório e contas que submete à

apreciação dos Senhores acionistas em Assembleia Geral.

Adicionalmente, a Comissão de Remunerações procede à avaliação da atividade desenvolvida por cada um dos Administradores, para efeitos de fixação da respetiva remuneração, tendo por base a política de remunerações aprovada em Assembleia Geral.

Mais se informa que, em função do modelo organizativo e funcional estabelecido entre os diversos órgãos sociais, se entendeu que não se justifica criar outra Comissão, para além da Comissão de Remunerações, para efeitos de assegurar uma competente e independente avaliação de desempenho dos Administradores e do seu próprio desempenho global.

Com efeito, atendendo ao modelo adotado e à estrutura e composição dos membros dos Órgãos Sociais, tais funções encontram-se expressamente cometidas à Assembleia Geral, ao Conselho Fiscal e à Comissão de Remunerações, nos termos acima indicados.

Do mesmo modo e pelas mesmas razões, se entendeu que não se justifica criar comissões para refletir sobre o sistema, estrutura e as práticas de governo adotado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria.

Estas atribuições são desempenhadas por cada um dos Órgãos Sociais que, melhor que qualquer outro organismo criado apenas para esse efeito, conseguem identificar eventuais constrangimentos e dificuldades com que se tenham deparado, do mesmo modo que vão colaborando entre si na avaliação do modelo de governo da sociedade adotado, reportando e ultrapassando eventuais dificuldades de funcionamento e interligação.

Em última análise, a avaliação global da atuação dos órgãos sociais caberá sempre aos Senhores acionistas em Assembleia Geral.

25. Critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos.

Não existem critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos Administradores Executivos.

Com efeito, todos os Administradores são avaliados de acordo com a respetiva prestação durante o exercício, tendo por base os objetivos fixados e atingidos em cada exercício, os resultados da Empresa e diversos outros parâmetros que, pela sua diversidade e variação ao longo dos anos, se entende que não deverão ser taxativos mas sim adaptáveis às circunstâncias de cada período e de cada situação concreta, tendo por base a Política de Remunerações que é anualmente aprovada em As-

sembleia Geral.

A este propósito, remete-se para a Política de Remunerações dos órgãos sociais reproduzida *infra* em 69.

26. Disponibilidade de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício.

Todos os membros do Conselho de Administração têm a disponibilidade adequada ao exercício das funções inerentes ao cargo que exercem na TD,SA, enquanto sociedade de topo do Grupo, que gere as suas participações e aprecia as respetivas atuações, não tomando decisões diretas nem exercendo poderes de gestão sobre o desenvolvimento da atividade dessas entidades.

Cumpra a este propósito referir que:

- Alguns membros do Conselho de Administração têm funções e cargos sociais em outras entidades do Grupo, relativamente às quais exercem a direção e os poderes de gestão com proximidade e responsabilidade direta na atuação das mesmas.
- Existem, algumas situações pontuais de cargos sociais assumidos noutras entidades fora do Grupo Teixeira Duarte, sendo que em nenhuma delas qualquer Administrador auferir remuneração ou mantém um vínculo profissional, ou está sujeito a qualquer situação que obste à disponibilidade total para o desempenho do cargo de membro do Conselho de Administração da TD,SA.

Presidente do Conselho de Administração: Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte

Em 31 de dezembro de 2019, exercia os seguintes cargos noutras sociedades dentro e fora do Grupo Teixeira Duarte:

Dentro do Grupo:

- Presidente da Mesa da Assembleia Geral de Teixeira Duarte
- Engenharia e Construções, S.A.
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral de Teixeira Duarte
- Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.

Fora do Grupo:

- Gerente da "PACIM - Gestão e Investimentos, Lda.";

- Gerente da "PASIM - Sociedade Imobiliária, Lda.";
- Gerente da "PACIM - CAXALP, Gestão e Investimentos, Lda.";
- Gerente da "Foros dos Olivais, Lda.";
- Gerente da "Mourinha de Cima - Atividades Imobiliárias e Turísticas, Lda.";
- Gerente da "Terras da Mourinha, Lda.";
- Gerente da "Terras da Mourinha de Baixo, Lda.";
- Gerente da "Terras da Serrinha - Atividades Agrícolas, Lda.";
- Gerente da "Terras do Pico - Atividades Agrícolas, Lda.";
- Gerente da "Terras da Parra, Lda."

Administrador: Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte

Em 31 de dezembro de 2019, desempenhava os seguintes cargos noutras sociedades do Grupo Teixeira Duarte:

- Vogal do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.";
- Presidente do Conselho de Administração da "C+P.A. - Cimento e Produtos Associados, S.A.";
- Vogal do Conselho de Administração da "ESTA - Gestão de Hotéis, S.A.";
- Presidente do Conselho de Administração da "IMOTD - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.";
- Vogal do Conselho de Administração da "Lagoas Hotel, S.A.";
- Vogal do Conselho de Administração da "LAGOASFUT - Equipamento Recreativo e Desportivo, S.A.";
- Vogal do Conselho de Administração da "SINERAMA - Organizações Turísticas e Hoteleiras, S.A.";
- Presidente do Conselho de Administração da "TD VIA - Sociedade Imobiliária, S.A.";
- Presidente do Conselho de Administração da "TDE - Empreendimentos Imobiliários, S.A.";
- Presidente do Conselho de Administração da "TDH - Sociedade Gestora de Participações, S.A.";
- Vogal do Conselho de Administração da "TDHC - Instalações para Desporto e Saúde, S.A.";
- Presidente do Conselho de Administração da "TDO - Socie-

dade Gestora de Participações Sociais, S.A.";

- Presidente do Conselho de Administração da "TEDAL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.";
- Presidente do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.";
- Administrador da "CPM - Companhia de Parques de Macau, S.A.";
- Vogal do Conselho de Administração da "TDAP - Atividades Portuárias, S.A.";
- Administrador da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções (Macau), Limitada";

Administrador: Carlos Gomes Baptista

Em 31 de dezembro de 2019 não desempenhava nenhum cargo noutras sociedades.

Administradora: Maria da Conceição Maia Teixeira Duarte

Em 31 de dezembro de 2019 não desempenhava nenhum cargo noutras sociedades.

Administrador: Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo

Em 31 de dezembro de 2019, desempenhava os seguintes cargos noutras sociedades do Grupo Teixeira Duarte:

- Vogal do Conselho de Administração da "TDE - Empreendimentos Imobiliários, S.A.";
- Presidente do Conselho de Administração da "TDO - Investimento e Gestão, S.A.";
- Presidente do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte - Distribuição, S.A.";
- Presidente do Conselho de Administração da "TEDAL II - Distribuição e Investimentos, S.A.";
- Presidente do Conselho de Administração da "TEDAL III - Automóveis e Investimentos, S.A.";
- Presidente do Conselho de Administração da "TEDAL IV - Participações e Automóveis, S.A.";
- Presidente do Conselho de Administração da "TEDAL - Participações e Distribuição, S.A.";
- Vogal do Conselho de Administração da "IMOTD - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.";
- Vogal do Conselho de Administração da "TD VIA - Sociedade Imobiliária, S.A.";

- Vogal do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.";
- Gerente da "Malanga - Investimentos Imobiliários, Unipessoal Lda."

c) Comissões no seio do órgão de administração ou supervisão e administradores delegados

27. Identificação das comissões criadas no seio, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento.

Não existem atualmente quaisquer Comissões específicas em matéria de administração ou fiscalização, nem mesmo a Comissão Executiva prevista poder ser constituída ao abrigo do artigo 20.º dos Estatutos.

Considerando o reduzido número de membros do Conselho de Administração e o facto de não existirem administradores não executivos, uma vez que todos desempenham funções inerentes ao cargo numa sociedade que, sendo de topo do Grupo, gere as suas participações e aprecia as respetivas atuações, não tomando decisões diretas nem exercendo poderes de gestão sobre o desenvolvimento da atividade dessas entidades, dispensa-se neste caso, a criação de quaisquer comissões, nomeadamente para acompanhamento e apoio às designações de quadros dirigentes, conforme sugerido na Recomendação V.4.2..

Por não estar constituída qualquer comissão de nomeações, não se aplica à TD,SA a Recomendação V.4.4..

28. Composição, se aplicável, da comissão executiva e/ou identificação de administrador(es) delegado(s).

Considerando que não existe uma Comissão Executiva nem Administradores Delegados, a presente regra não é aplicável à TD,SA.

29. Indicação das competências de cada uma das comissões criadas e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências.

Considerando que não existem comissões criadas no seio do Conselho de Administração, conforme referido em 27. *supra*, a presente regra não é aplicável à TD,SA.

III. FISCALIZAÇÃO

(Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria ou Conselho Geral e de Supervisão)

a) Composição

30. Identificação do órgão de fiscalização (Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria ou Conselho Geral e de Supervisão) correspondente ao modelo adotado.

O modelo societário adotado é o habitualmente designado por latino reforçado, tendo-se optado, nessa medida, pela designação de um Conselho Fiscal, como órgão de fiscalização.

31. Composição, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação, e data do termo de mandato de cada membro, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº18.

Ao abrigo do disposto no artigo 24.º dos Estatutos da TD,SA, o Conselho Fiscal é constituído por três membros efetivos e um suplente, os quais deverão obedecer aos requisitos e disporão dos poderes estabelecidos na lei. A Assembleia Geral, ao eleger tal Conselho, designará obrigatoriamente, de entre eles, o membro que exercerá as funções de Presidente.

À semelhança dos demais membros dos órgãos sociais e nos termos do n.º 2 do artigo 10.º do Pacto Social, os membros do Conselho Fiscal são eleitos pela Assembleia Geral, pelo sistema de listas, por períodos de quatro anos, coincidindo com os exercícios sociais, podendo ser reconduzidos uma ou mais vezes, nos termos e com os limites legalmente estabelecidos.

No início do exercício de 2019 e até à data da Assembleia Geral Anual realizada em 27 de maio de 2019, encontravam-se em funções, designados para o mandato 2015/2018:

- Presidente:**
Óscar Manuel Machado de Figueiredo
- Vogais:**
Mateus Moreira
Miguel Carmo Pereira Coutinho
- Suplente:**
Rui Pedro Ferreira de Almeida

Em 31 de dezembro de 2019 e desde 27 de maio de 2019, o Conselho Fiscal passou a ser composto pelos seguintes membros:

- Presidente:**
Óscar Manuel Machado de Figueiredo
- Vogais:**

Ana Cristina Louro Ribeiro Doutor Simões
João Salvador dos Santos Matias

Suplente:

Rui Pedro Ferreira de Almeida

O Senhor Presidente do Conselho Fiscal foi eleito pelos Senhores Acionistas em 31 de maio de 2014 como Suplente desse órgão, tendo vindo a ocupar, na sequência da renúncia apresentada pelo anterior Presidente, a posição de membro efetivo em 7 de novembro de 2014 e sido designado como Presidente do Conselho Fiscal em reunião desse Órgão de 5 de dezembro de 2014. Em 30 de maio de 2015, na Assembleia Geral Anual, foi eleito Presidente do Conselho Fiscal para exercer funções durante o mandato 2015/2018, tendo sido reconduzido no respetivo cargo, na Assembleia Geral de 27 de maio de 2019, para exercer funções durante o mandato agora 2019/2022 em curso.

Os Vogais do Conselho Fiscal, Mateus Moreira e Miguel Carmo Pereira Coutinho, foram designados pela primeira vez aquando da constituição da sociedade, em 30 de novembro de 2009, para exercer funções durante o mandato 2009/2010, tendo sido reconduzidos nos respetivos cargos na Assembleia Geral Anual de 30 de maio de 2015, para exercer funções durante o quadriénio 2015/2018, tendo cessado funções em 27 de maio de 2019.

Os Vogais do Conselho Fiscal, Ana Cristina Louro Ribeiro Doutor Simões e João Salvador dos Santos Matias, foram designados pela primeira vez na Assembleia Geral Anual de 27 de maio de 2019, para exercerem funções durante o quadriénio agora em curso 2019/2022.

O membro Suplente do Conselho Fiscal, Rui Pedro Ferreira de Almeida, foi eleito pela primeira vez para o cargo na Assembleia Geral de 30 de maio de 2015, para o mandato 2015/2018, tendo sido reconduzido no respetivo cargo na Assembleia Geral de 27 de maio de 2019, para exercer funções durante o mandato 2019/2022, agora em curso.

Acrescente-se que todos eles possuem as competências adequadas para o exercício das respetivas funções, conforme *infra* descrito em 33.

O atual Conselho Fiscal da TD,SA, eleito em Assembleia Geral que se realizou em 27 de maio de 2019, integra na sua composição uma mulher, que representa 33% dos membros efetivos do Conselho Fiscal em exercício de funções, pelo que a TD,SA se encontra a cumprir, os critérios e requisitos de equilíbrio de género relativamente aos membros do Conselho Fiscal.

Acresce que, a Proposta de eleição dos órgãos sociais, apresentada à Assembleia Geral eletiva, foi instruída com a do-

documentação e informação necessárias respeitantes ao perfil, experiência profissional e currículo dos candidatos, designadamente para cumprimento do disposto no artigo 289.º, n.º 1, alínea d) do Código de Sociedades Comerciais, o que constitui fundamentação suficiente a respeito da adequação do perfil, conhecimentos e currículo e à função a desempenhar pelos referidos candidatos, em conformidade com Recomendação V.4.1 do Código do IPCG.

É, ainda, de referir que a TD,SA reconhecendo as vantagens decorrentes da diversidade na composição dos seus Órgãos de Administração e Fiscalização, nomeadamente em termos de idade, sexo, habilitações e antecedentes profissionais aprovou em Assembleia Geral de 26 de maio de 2018, a Política de Diversidade da TD,SA, que se encontra em vigor e que define critérios para a seleção e nomeação dos órgãos sociais da Sociedade (onde se inclui o Conselho Fiscal).

32. Identificação, consoante aplicável, dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras que se considerem independentes, nos termos do Art. 414.º, n.º 5 CSC, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no n.º19.

Todos os atuais membros do Conselho Fiscal cumprem integralmente os requisitos de independência, sendo que não se verifica qualquer incompatibilidade para o exercício do respetivo cargo por cada um deles, nos termos previstos no Código das Sociedades Comerciais.

Os factos referidos no parágrafo anterior são objeto de averiguação periódica em relação a cada um dos membros do Conselho Fiscal.

33. Qualificações profissionais, consoante aplicável, de cada um dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras e outros elementos curriculares relevantes, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no n.º21.

As qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes dos membros do Conselho Fiscal são os que se descrevem de seguida:

Óscar Manuel Machado de Figueiredo (Presidente do Conselho Fiscal)

- Licenciatura em Contabilidade e Administração pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra.
- Curso Avançado de Gestão da Escola de Pós-Graduação

em Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa.

- É Vice-Presidente do Conselho Diretivo da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.
- É Presidente do Conselho Fiscal do Centro Hospitalar e Universitário do Algarve.
- É Vogal do Conselho de Auditoria do Banco de Portugal.
- Foi Vice-Presidente da Comissão Executiva da Comissão de Normalização Contabilística de Portugal (2015-2017).
- Foi consultor em vários projetos em Angola e Moçambique relativos a matérias de contabilidade e auditoria e formador nas mesmas áreas em Portugal e nos PALOP.
- Integrou a *Ernst & Young* em janeiro de 1979 tendo feito parte do *Partnership* entre 1992 e 2006.

Ana Cristina Louro Ribeiro Doutor Simões (Vogal do Conselho Fiscal)

Formação académica em Organização e Gestão de Empresas, tendo desenvolvido a sua atividade profissional desde 1987, na área de auditoria financeira.

Da sua experiência profissional podem destacar-se duas grandes áreas de atuação:

Auditoria financeira externa: desenvolvida como colaboradora da Ernst & Young Limitada até 1997, no exercício da Revisão de Contas em nome individual até 2004 e como sócia fundadora da Ana Gomes & Cristina Doutor, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. até 2018.

Formação: tem lecionado a matéria de auditoria financeira e outras matérias relacionadas, em diferentes cursos superiores (incluindo a colaboração com o Instituto Militar dos Pupilos do Exército e a colaboração com a Universidade Católica Portuguesa) e em diversas ações de formação profissionais, onde se destaca a sua colaboração com a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

João Salvador dos Santos Matias (Vogal do Conselho Fiscal)

- Licenciatura em Gestão e Organização de Empresas pelo Instituto Superior de Economia (1978)
- Atualmente está aposentado.

Rui Pedro Ferreira de Almeida (Suplente do Conselho Fiscal)

- Licenciado em Gestão pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (1997);

- Frequentou o Curso Avançado em *Human Behaviour in Organisations* (AESE) (2007);
- Frequentou a Pós-graduação em Fusões e Aquisições (EGP-UPBS) (2009);
- É Presidente da Comissão Executiva e Membro do Conselho de Administração de MONERIS, SGPS, S.A.;
- É membro do *Board of Directors da British-Portuguese Chamber of Commerce*;
- É Suplente do Conselho Fiscal da EDP Ventures - Sociedade de Capital de Risco, S.A.;
- É membro do Conselho Consultivo da Start-Up Portimão.

b) Funcionamento

34. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº24.

Conforme acima descrito no n.º 22 do presente Relatório, não existe qualquer regulamento de funcionamento dos órgãos sociais.

Sem prejuízo do acima referido, informa-se que por deliberação do Conselho de Administração da TD,SA, se encontra em vigor o "Código de Ética e Conduta do Grupo Teixeira Duarte", de aplicação obrigatória todos os membros dos órgãos de fiscalização - sem que, contudo, em parte alguma deste código existem disposições regulamentares de funcionamento dos órgãos sociais ou outras relevantes neste âmbito.

35. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade às reuniões realizadas, consoante aplicável, de cada membro do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão e da Comissão para as Matérias Financeiras, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº25.

Durante o exercício de 2019, o Conselho Fiscal reuniu oito vezes, contando, em todas elas, com a participação de todos os seus membros efetivos.

36. Disponibilidade de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros

daqueles órgãos no decurso do exercício, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº 26.

Todos os membros do Conselho Fiscal têm a disponibilidade adequada para o desempenho das suas funções na TD,SA, nomeadamente para participação nas reuniões periódicas do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal e para o acompanhamento da atividade da Sociedade e da elaboração e publicação dos documentos de prestação de contas, em articulação com atuação da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

De seguida, indica-se os cargos exercidos por cada um dos membros do Conselho Fiscal, em sociedades dentro e fora do Grupo:

Óscar Manuel Machado de Figueiredo (Presidente do Conselho Fiscal)

Em 31 de dezembro de 2019, exercia os seguintes cargos:

- Presidente do Conselho Fiscal do Centro Hospitalar e Universitário do Algarve;
- Vogal do Conselho de Auditoria do Banco de Portugal.

Ana Cristina Louro Ribeiro Doutor Simões (Vogal do Conselho Fiscal)

Em 31 de dezembro de 2019, exercia os seguintes cargos:

- Vogal do Conselho Fiscal da Novartis Farma – Produtos Farmacêuticos, S. A.
- Presidente do Conselho Fiscal da Glintt – Global Intelligent Technologies, S. A.

João Salvador dos Santos Matias (Vogal do Conselho Fiscal)

Em 31 de dezembro de 2019, não exercia funções em quaisquer outras sociedades.

Rui Pedro Ferreira de Almeida (Suplente do Conselho Fiscal)

Em 31 de dezembro de 2019, era Presidente da Comissão Executiva e Membro do Conselho de Administração de MONERIS, SGPS, S.A., membro do *Board of Directors da The British-Portuguese Chamber of Commerce* e Suplente do Conselho Fiscal da EDP Ventures - Sociedade de Capital de Risco, S.A. e membro do Conselho Consultivo da Start-Up Portimão.

c) Competências e funções

37. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis

à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo.

No caso de ser solicitado ao auditor externo qualquer serviço distinto da revisão legal de contas, é solicitado parecer prévio ao Conselho Fiscal, nos termos previstos nos n.ºs 10 e 11 do artigo 77.º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, que avalia a existência ou não de ameaças à independência e eventuais medidas de salvaguarda tendo em conta a natureza e a materialidade dos serviços a contratar.

Em referência ao exercício de 2019 não foram contratados ao auditor externo quaisquer serviços distintos de revisão legal de contas.

38. Outras funções dos órgãos de fiscalização e, se aplicável, da Comissão para as Matérias Financeiras.

Os órgãos de fiscalização não exercem outras funções que não as acima descritas e legalmente definidas.

IV. REVISOR OFICIAL DE CONTAS

39. Identificação do revisor oficial de contas e do sócio revisor oficial de contas que o representa.

O cargo de revisor oficial de contas é exercido pela "Moore Stephens & Associados - SROC", representada por António Gonçalves Monteiro.

40. Indicação do número de anos em que o revisor oficial de contas exerce funções consecutivamente junto da sociedade e/ou grupo.

A referida "Moore Stephens & Associados - SROC", representada por António Gonçalves Monteiro, foi eleita pela primeira vez para o cargo de Revisor Oficial de Contas da "Teixeira Duarte, S.A." na Assembleia Geral de 30 de maio de 2015, para exercer as respetivas funções durante o quadriénio 2015/2018. Na Assembleia Geral de 27 de maio de 2019 esta entidade foi, na sequência da aprovação de proposta apresentada pelo Conselho Fiscal, novamente eleita para exercer o mesmo cargo durante o quadriénio 2019/2022, agora em curso.

41. Descrição de outros serviços prestados pelo ROC à sociedade.

O revisor oficial de contas não presta outros serviços que não os de revisão legal de contas e auditoria à TD,SA.

V. AUDITOR EXTERNO

42. Identificação do auditor externo designado para os efeitos do Art. 8.º e do sócio revisor oficial de contas que o

representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM.

O auditor externo designado, nos termos do artigo 8.º do Código dos Valores Mobiliários, é a sociedade de revisores oficiais de contas "Moore Stephens & Associados - SROC", representada por António Gonçalves Monteiro e registada na OROC sob o número 173 e na CMVM sob o número 20161476.

43. Indicação do número de anos em que o auditor externo e o respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da sociedade e/ou do grupo.

O auditor externo e o respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções exercem este cargo na TD,SA desde a sua primeira eleição na Assembleia Geral de 30 de maio de 2015, ou seja, há cerca de cinco anos.

44. Política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções.

Não existe uma política definida sobre a rotatividade do auditor externo e do respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções.

Não obstante, a TD,SA segue as regras de rotação previstas no artigo 17.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e, ainda, no n.º 2 e 3 do artigo 54.º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, aprovado pela Lei n.º 140/2015, de 7 de Setembro, que preveem que o período máximo para o exercício de funções do sócio responsável pela revisão legal de contas é de sete anos (prorrogável por mais 3 anos, nos termos do n.º 4 do *supra* citado artigo), sendo que a sociedade de revisores oficiais de contas poderá, nos termos do n.º 3 do *supra* citado artigo, ser nomeada como Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, para o exercício máximo de dois mandatos com a duração de quatro anos.

Refira-se, a este propósito, que o auditor externo em exercício de funções, foi designado pela primeira vez para o mandato de 2015/2018 e reeleito, por uma segunda vez, em Assembleia Geral de 27 de maio de 2019 para o mandato 2019/2022, agora em curso.

45. Indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita.

A atuação do auditor externo tem vindo a ser avaliada pelo Conselho Fiscal – que obtém do auditor externo e da sua equipa as informações e elementos que entende necessários para o

exercício das suas funções - e por todos os demais órgãos sociais da TD,SA numa base anual, sendo que nunca se verificou qualquer circunstância que pudesse motivar a sua destituição ou resolução do contrato de prestação dos seus serviços com justa causa.

Sucedem que, o Conselho de Administração da TD,SA e os serviços dele dependentes têm vindo a assumir o compromisso de zelar para que sejam asseguradas as condições adequadas à prestação dos serviços por parte do auditor externo, dentro da Empresa, uma vez que estes se enquadram diretamente na estrutura operacional da TD,SA e dispõem dos meios físicos e da informação e documentação necessária para proporcionarem ao auditor externo as condições adequadas para o exercício das suas funções.

Assim, o interlocutor principal e primeiro destinatário dos relatórios do auditor externo não é o Conselho Fiscal, conforme indicado na Recomendação n.º VII.2.2, mas sim o Conselho de Administração, uma vez que é este o interlocutor da Empresa por excelência e, conforme ficou descrito *supra*, é também este o órgão que se encontra diretamente enquadrado na estrutura operacional da empresa, facilitando as comunicações e a divulgação de informação entre os diversos órgãos e entidades, sem que alguma vez a independência do auditor tenha sido prejudicada.

Este modelo, implementado há já alguns anos no âmbito do Grupo Teixeira Duarte, tem-se vindo a revelar adequado ao bom funcionamento dos órgãos sociais e à garantia da transparência.

46. Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a sociedade e/ou para sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação.

Informa-se que nem o auditor externo, nem quaisquer outras entidades que com ele se encontrem em relação de participação ou que integrem a mesma rede, prestam à TD,SA serviços diversos dos serviços de auditoria.

47. Indicação do montante da remuneração anual paga pela sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços (Para efeitos desta informação, o conceito de rede é o decorrente da Recomendação da Comissão Europeia n.º C (2002) 1873, de 16 de Maio):

A retribuição paga pela sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede é determinada em função do volume e qualidade dos serviços prestados no âmbito das atribuições que lhe são conferidas nos termos da Lei e dos Estatutos.

Pela Sociedade*		
Valor dos serviços de revisão de contas	61.000,00	100,00%
Valor dos serviços de garantia de fiabilidade	-	-
Valor dos serviços de consultoria fiscal	-	-
Outros serviços que não de revisão legal de contas	-	-
Por entidades que integram o Grupo*		
Valor dos serviços de revisão de contas	270.535,00	100,00%
Valor dos serviços de garantia de fiabilidade	-	-
Valor dos serviços de consultoria fiscal	-	-
Outros serviços que não de revisão legal de contas	-	-

C. ORGANIZAÇÃO INTERNA

I. ESTATUTOS

48. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade (Art. 245.º-A, n.º 1, al. h)).

Não existem regras específicas para eventuais alterações dos Estatutos da Sociedade, aplicando-se o regime geral previsto no Código das Sociedades Comerciais, em especial os termos constantes dos seus artigos 85.º, 383.º, n.º 2 e 386.º.

II. COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES

49. Meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na sociedade.

Em 2018, com a aprovação do “Código de Ética e Conduta do Grupo Teixeira Duarte” a política de comunicação de alegadas irregularidades foi ajustada, no âmbito do reforço do sistema de *compliance* que já vinha sendo desenvolvido pela Sociedade.

O referido Código tem como objetivo orientar a conduta profissional e pessoal de todos os colaboradores, independentemente do cargo ou função que desempenhem e vem definir os princípios e valores do Grupo Teixeira Duarte, bem como o procedimento atualmente aplicável à comunicação de irregularidades ocorridas, nas relações internas e externas estabelecidas entre todas as empresas do grupo com os seus

stakeholders.

Com efeito, encontra-se disposto naquele Código que, a propósito da monitorização da aplicação das suas normas, cabe aos Colaboradores – e aos Destinatários Indiretos, nos termos e âmbitos acima enunciados – zelar pelo cumprimento deste Código de Ética e Conduta, divulgando-o, invocando-o em sua defesa, aplicando-o e reclamando junto das hierarquias a sua aplicação, incluindo pelas próprias, bem como proceder à comunicação de eventuais irregularidades identificadas através dos meios e procedimentos próprios, desenvolvidos por cada Empresa para esse efeito e tendencialmente definidos como Canal de Ética.

Sem prejuízo desses meios, assume-se também neste Código que tais eventuais irregularidades identificadas relativamente a quaisquer normativos externos ou internos deverão ser reportadas através dos seguintes meios:

- Correspondência dirigida ao órgão de gestão ou de fiscalização da Empresa;
- Correspondência dirigida ao Conselho de Administração ou ao Conselho Fiscal da "Teixeira Duarte, S.A.";
- Mensagem de correio eletrónico dirigida a um órgão independente constituído no âmbito do Grupo Teixeira Duarte cujo endereço é compliance@teixeiraduarte.pt.

A Empresa garante a confidencialidade das comunicações recebidas, a ausência de quaisquer represálias aos denunciantes por denúncias de boa-fé e a proteção dos dados pessoais do denunciante e do suspeito da prática da infração. As represálias praticadas contra os denunciantes são condenadas pela Empresa e poderão dar lugar a processos disciplinares levantados aos seus autores e às pessoas que permitiram estas represálias."

Daqui resulta que a TD,SA dispõe de mecanismos de deteção e prevenção de irregularidades, em linha com a Recomendação 1.2.5., tendo adotado uma política de comunicação de irregularidades que garante meios adequados para a comunicação e tratamento das mesmas, com salvaguarda da confidencialidade das informações transmitidas e da identidade do transmitente, sempre que seja solicitada.

III. CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCOS

50. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistemas de controlo interno.

Os Serviços de Auditoria Interna do Grupo Teixeira Duarte têm

vindo a desempenhar um papel fundamental em matéria de implementação de sistemas de controlo interno.

A 31 de dezembro de 2019, estes serviços contavam com quatro colaboradores e encontravam-se na dependência hierárquica e funcional do Administrador Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte, sendo que a coordenação destes trabalhos foi também articulada em reuniões com a participação dos membros dos Órgãos de Fiscalização.

Destaque-se ainda o Sistema de *Compliance* implementado no Grupo Teixeira Duarte.

51. Explicitação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da sociedade.

Conforme acima referido, a 31 de dezembro de 2019, os serviços de Auditoria Interna encontravam-se na dependência hierárquica e funcional do Administrador Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte, o qual não era considerado independente ao abrigo das disposições normativas aplicáveis.

Contudo, considera-se que este Administrador não se encontra em circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão.

Acrescente-se que, desde a sua criação no âmbito da orgânica do Grupo Teixeira Duarte, os Serviços de Auditoria Interna sempre se encontraram na dependência hierárquica do Conselho de Administração e sempre reportaram funcionalmente ao Administrador titular do pelouro da área financeira.

Com efeito, o Conselho de Administração presta atenção aos riscos que afetam o negócio e os objetivos do Grupo Teixeira Duarte, assegurando que a gestão de riscos da Sociedade é uma componente efetiva e fundamental da estratégia, cultura e do processo de criação de valor do Grupo. Neste âmbito, compete ao Conselho de Administração conceber e projetar os sistemas de controlo interno e de gestão de riscos que se revelem necessários e adequados para as diversas situações identificadas, bem como monitorizar a respetiva implementação e acompanhar e avaliar o seu funcionamento.

Tal modelo tem-se vindo a revelar adequado uma vez que é facilitada a comunicação, colaboração e troca de informações entre os aludidos Serviços enquadrados na estrutura organizativa da empresa e o Administrador responsável, sem que, reitera-se, a isenção de nenhum deles seja alguma vez posta em causa.

Não obstante, compete ao Conselho Fiscal o acompanhamento dos trabalhos efetuados pelos Serviços de Auditoria, através da realização de reuniões de acompanhamento e do acesso aos

documentos emitidos por estes Serviços bem como ao plano de atividades por eles previsto desenvolver para o ano seguinte.

É, pois, neste enquadramento que se informa que é o Conselho de Administração - e não o Conselho Fiscal, como consta da Recomendação n.º III.12. - que se pronuncia sobre os planos de trabalho e os recursos afetos ao Serviço de Auditoria Interna e é o destinatário de todos os relatórios realizados por este serviço, mesmo quando estão em causa matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais ilegalidades.

Esta realidade é, contudo, acompanhada pelos membros dos órgãos de fiscalização que, no exercício das funções, para além do regular acompanhamento e fiscalização da atividade do Grupo, se fazem representar nas reuniões mensais do Conselho de Administração onde se disponibiliza um vasto conjunto de elementos de diferentes naturezas com informação de reporte e previsão da atuação do Grupo nos vários mercados e setores.

52. Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.

Não existem quaisquer outras áreas com competências exclusivas no âmbito do controlo de risco, sendo que, face àquele que é modelo em vigor no Grupo sobre esta matéria, todas as áreas têm essa quota-parte de responsabilidade nos termos acima descritos e a todas se aplica o Sistema de *Compliance* implementado no Grupo Teixeira Duarte.

53. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros e jurídicos) a que a sociedade se expõe no exercício da atividade.

Os principais riscos económicos, financeiros e jurídicos a que a sociedade se expõe no exercício da atividade são os seguintes:

- alterações nas condições económicas e de negócio em Portugal, bem como nas condições económicas e de negócio nas operações do Grupo no estrangeiro, nomeadamente em Angola, Argélia, Brasil, Moçambique e Venezuela;
- flutuações e volatilidade das taxas de juro, dos *spreads* de crédito e das taxas de câmbio, bem como disponibilidade de divisas convertíveis nos mercados em que o Grupo opera;
- alterações nas políticas governamentais;
- enquadramento regulamentar e financeiro da atividade bancária; e,
- alterações no ambiente competitivo dos setores de atividade em que o Grupo Teixeira Duarte opera.

Acresce que, a atividade do Grupo Teixeira Duarte está dependente do enquadramento económico e das consequências que determinada situação macroeconómica possa vir a ter nos níveis de confiança dos vários agentes económicos, nos volumes de investimento, exportações e comércio global, bem como nos níveis de emprego e padrões de consumo.

A evolução das áreas de atividade onde o Grupo opera, nomeadamente da área da construção, está historicamente correlacionada, de uma forma mais ou menos direta, com o desempenho macroeconómico dos países ou mercados onde o Grupo Teixeira Duarte atua, designadamente, com a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) e dos respetivos preços de mercado. Deste modo, a atividade do Grupo, bem como os seus resultados, podem ser significativamente afetados pelo desempenho das economias onde o Grupo Teixeira Duarte opera, nomeadamente por efeito do crescimento ou retração do mercado da construção, área de negócio com maior representatividade nos proveitos operacionais do Grupo.

Sendo o negócio da construção a principal atividade do Grupo Teixeira Duarte, apresenta-se, de seguida, uma descrição dos principais riscos inerentes ao referido negócio:

O negócio da construção de elevada escala e dimensão envolve uma grande afetação de recursos humanos e materiais, que implica uma estrutura de custos fixos elevada, não só pela necessária aposta nas equipas e na sua formação, mas também pelo investimento significativo que é necessário para a aquisição, manutenção e adaptação de equipamentos.

Os custos associados a muitos dos concursos, tanto na elaboração de propostas, como nos seguros e nas garantias e cações por vezes necessárias prestar, também constituem outro fator de risco inerente à atividade, sobretudo se atendermos também às penalizações muitas vezes associadas às grandes empreitadas públicas em que o Grupo Teixeira Duarte participa.

Por outro lado, a natureza do serviço prestado implica muitas vezes alterações das circunstâncias inicialmente negociadas, fruto das vicissitudes das empreitadas em causa (alterações climatéricas; descoberta de características de natureza adversas e diferentes do previsto; fenómenos naturais, sociais e económicos resultantes do impacto da obra) e das alterações dos projetos, muitas vezes por novas opções dos donos de obra que obrigam a uma grande agilidade na eficiência da execução das mesmas.

Outro aspeto importante resulta do significativo número de fornecedores de bens e equipamentos e de prestadores de serviços com que a empresa lida nesta área de atuação e que podem implicar riscos por ações ou omissões a eles imputá-

veis, incluindo interrupções e atrasos no serviço prestado ou no fornecimento de bens.

Do ponto de vista comercial, a globalização tem viabilizado a entrada de outros grandes grupos construtores nos principais e mais antigos mercados de atuação da Teixeira Duarte - nomeadamente em Portugal e Angola - obrigando a um maior esforço na apresentação de soluções e propostas, bem como a uma otimização de custos que permita acompanhar a força da competitividade dessas entidades.

As Concessões são normalmente projetos de longo prazo que envolvem cada vez mais vertentes, como as ligadas a projeto, conceção, construção, financiamento e exploração e que, quer por tal complexidade e necessidade de parcerias, quer pela longevidade dos processos, implicam um risco forte na avaliação de ativos e projetos a longo prazo, num mundo cada vez mais dinâmico e com alterações inesperadas.

A atividade Imobiliária do Grupo é afetada pelas exigências para novos projetos que aumentam a todos os níveis (administrativo, económico, social, ambiental, entre outros), e por variações da procura decorrentes da variação das taxas de juro e das disponibilidades de financiamento.

A Hotelaria em Portugal tem sofrido pequenas oscilações, sendo que os hotéis em África estão naturalmente expostos às características dos respetivos países e à forte concorrência neles verificada.

A Distribuição em Angola está muito exposta às características próprias do país e às dificuldades logísticas de abastecimento, de transporte e de deslocação.

O setor Automóvel está atualmente sujeito a forte concorrência, em particular no mercado de Angola, no qual a competitividade está a aumentar bastante e o investimento efetuado pelo Grupo obriga a uma forte otimização de processos e custos, num mercado que está cada vez mais exigente e muito dependente do acesso a divisas necessárias aos processos de importação.

Os riscos descritos, a ocorrerem, poderão vir a ter um impacto negativo sobre os resultados do Grupo Teixeira Duarte e sobre a sua situação financeira.

A TD,SA encontra-se exposta a riscos de estratégia, existindo a possibilidade de tomar decisões estratégicas inadequadas, de ocorrerem falhas na implementação de decisões ou de se verificar a falta de capacidade de resposta face à evolução das condições de mercado.

O negócio internacional do Grupo Teixeira Duarte representa uma fatia significativa do volume de negócios do Grupo

(641.381 milhares de euros em 2019). Não é possível garantir o pleno sucesso das operações nos mercados externos nos quais o Grupo opera. Adicionalmente, tais operações estão expostas aos riscos cambiais decorrentes de eventuais desenvolvimentos adversos a nível económico nos países em que estão estabelecidas. Estes fatores poderão afetar de forma adversa a atividade, situação financeira e resultados do Grupo Teixeira Duarte.

O Grupo Teixeira Duarte atua em diversos setores de atividade, dos quais se destaca, pela sua contribuição para os proveitos operacionais do Grupo, o setor da Construção, mas também outros como a Distribuição e Automóvel que podem descrever-se como sendo setores muito competitivos. Este quadro concorrencial, quando associado a ciclos negativos nas áreas de atividade onde o Grupo opera, pode ter um efeito negativo nas margens de comercialização da empresa e nos seus resultados e, por conseguinte, na sua situação financeira.

A capacidade do Grupo Teixeira Duarte de implementar com sucesso a estratégia delineada depende da sua capacidade de recrutar e reter colaboradores qualificados e competentes para cada função. Apesar de a política de recursos humanos do Grupo Teixeira Duarte estar orientada para atingir estes objetivos, não é possível garantir que, no futuro, não existam limitações nesta área. Tal circunstância poderá limitar ou atrasar a execução da estratégia delineada, o que poderá ter um efeito negativo na atividade, situação financeira e resultados do Grupo.

Um agravamento das condições económicas globais ou das adversidades que afetam as economias a uma escala local podem originar a incapacidade de os clientes do Grupo Teixeira Duarte saldarem as suas obrigações ou atrasar de forma significativa o cumprimento das mesmas, levando a que as linhas de crédito existentes entrem em *default*. Este cenário resultaria em perdas que afetariam a atividade, situação financeira e os resultados do Grupo Teixeira Duarte.

O Grupo Teixeira Duarte poderá, no futuro, ser parte numa pluralidade de litígios relacionados com a sua atividade, incluindo aqueles cuja sentença lhe tenha sido favorável, total ou parcialmente, e que possam vir a ser objeto de recurso ou ação de anulação pelas contrapartes nos termos das normas processuais aplicáveis e até ao trânsito em julgado dessas mesmas sentenças. O Grupo Teixeira Duarte não pode garantir que venha a ganhar quaisquer ações respeitantes às suas atividades e uma decisão negativa nas mesmas poderá ter um efeito adverso que seja significativo para a atividade, situação financeira e resultados do Grupo Teixeira Duarte.

As atividades da TD,SA exigem investimentos. O Grupo financia uma parte destes investimentos fazendo uso dos fluxos de

caixa gerados pelas suas atividades operacionais. No entanto, a TD,SA e as suas participadas financiam uma proporção maior dos investimentos fazendo uso de fontes externas, incluindo empréstimos bancários e ofertas nos mercados de capitais.

O Grupo Teixeira Duarte está exposto a um conjunto de riscos, tal como riscos de liquidez, riscos de taxa de juro ou riscos de taxa de câmbio, entre outros, sendo que, perante a ocorrência de cenários excecionalmente adversos, as políticas e procedimentos utilizados pela TD,SA na identificação, acompanhamento e gestão dos riscos poderão não se revelar totalmente eficazes.

Como qualquer outro grupo económico integrado numa envolvente competitiva, o Grupo Teixeira Duarte encontra-se igualmente sujeito a riscos relacionados com liquidez. O Grupo considera estar adequadamente provido dos meios necessários para um efetivo controlo de risco da sua atividade, considerando eficaz a ação desenvolvida pela administração com reporte de elementos que lhe são facultados pelas Direções de Contabilidade e Finanças, a quem, sob supervisão direta do Administrador do pelouro e acompanhamento pelos órgãos de fiscalização, está especialmente cometido o controlo da liquidez do Grupo Teixeira Duarte.

A TD,SA gere o risco de liquidez do Grupo atuando através de duas vias: garantindo que a dívida financeira do Grupo tem uma elevada componente de médio e longo prazo com maturidades adequadas à capacidade esperada de geração de fundos e de negociação de facilidades de crédito.

No decurso normal da atividade, o Grupo está sujeito a determinados riscos operacionais, incluindo interrupções no serviço prestado ou atrasos na prestação de serviços, fraudes, omissões, erros e atrasos na implantação de requisitos para a gestão dos riscos. Estes riscos são acompanhados pelo Grupo de uma forma contínua, através de sistemas administrativos e de informação, entre outros, estando alguns riscos operacionais cobertos por apólices de seguros.

As operações desenvolvidas pelo Grupo Teixeira Duarte estão dependentes do processamento informático. O processamento informático envolve a manutenção de registos, o reporte financeiro e outros sistemas, incluindo sistemas de monitorização e controlo das várias operações do Grupo, nomeadamente na gestão de recursos humanos, contabilística e ainda logística, administrativa e de armazenamento. Apesar da avaliação que tem vindo a ser efetuada aos sistemas computacionais e da convicção de que as suas capacidades são adequadas, não é possível garantir a potenciais investidores a total identificação e correção atempada de todos os problemas relacionados com os sistemas de tecnologias de informação, nem o êxito sistemá-

tico na implantação de melhorias tecnológicas.

O custo da grande maioria da dívida financeira contraída pelo Grupo Teixeira Duarte está indexado a taxas de referência variáveis, estando a TD,SA, por essa via, exposta ao risco de taxa de juro.

A variação da taxa de câmbio do Euro face a outras moedas, nomeadamente, o dólar americano, o kwana angolano, o dinar argelino, o real brasileiro, o metical moçambicano e o bolívar venezuelano, pode ter impacto na situação financeira da TD,SA. O Grupo Teixeira Duarte desenvolve operações em diversos mercados e regista proveitos em moeda estrangeira, tendo igualmente ativos e passivos monetários denominados em moeda que não o Euro, pelo que se encontra, deste modo, exposto a variações nas respetivas divisas.

Em termos indiretos, referem-se ainda as circunstâncias de o Grupo Teixeira Duarte adquirir bens diversos, com relevância nas áreas da construção, da distribuição e do automóvel, em moedas distintas daquela em que os mesmos são posteriormente vendidos, nomeadamente em Angola, sendo que tal facto pode influenciar em parte os resultados obtidos pelo Grupo na atividade que desenvolve nestes setores.

Destaca-se a importação e exportação de materiais para construção e de produtos essencialmente de consumo para as sociedades de direito Angolano que operam na área da distribuição, bem como de veículos automóveis, peças e equipamentos para as diversas participadas locais que atuam no setor automóvel em Angola.

Variações adversas no preço do petróleo e das matérias-primas poderão afetar significativamente os resultados e situação financeira do Grupo Teixeira Duarte.

A volatilidade do preço das matérias-primas constitui um risco para o Grupo Teixeira Duarte, afetando a atividade operacional da área de negócio da construção, embora seja pontualmente mitigado através de contratos com fornecedores com preços fixos e contratos com clientes que permitam repercutir estas alterações no valor pago por estes.

Em particular, o Grupo Teixeira Duarte tem uma exposição indireta ao preço do petróleo. A capacidade do Grupo em fazer refletir nos preços dos bens finais e dos serviços que presta aumentos do preço do petróleo é reduzida, pelo que poderão surgir consequências negativas nas margens diretas dos bens finais vendidos e no contributo líquido dos serviços prestados. Adicionalmente, um aumento do preço do petróleo tem um impacto direto nos custos de transporte associados ao desenvolvimento das atividades do Grupo, pelo que variações adversas

nos preços do petróleo poderão exercer um efeito material negativo na atividade, situação financeira e resultados do Grupo.

Mais concretamente, a evolução do preço do petróleo poderá afetar significativamente os resultados do Grupo Teixeira Duarte por três razões:

- o custo de transporte é uma das rubricas de custos mais importantes nas contas de exploração do Grupo;
- os custos energéticos têm ainda algum significado no preço dos fornecimentos e serviços externos;
- a evolução do preço do petróleo condiciona o desenvolvimento da própria economia dos mercados em que o Grupo Teixeira Duarte opera, alguns deles de forma bastante significativa, pela força que tal produto representa no PIB desses países.

O aumento de impostos ou a redução de benefícios fiscais poderá ter um efeito adverso na atividade do Grupo Teixeira Duarte.

O Grupo Teixeira Duarte poderá ser afetado por alterações na legislação e demais regulamentação fiscal aplicável em Portugal, na União Europeia e nos diversos países onde desenvolve a sua atividade.

As demonstrações financeiras do Grupo Teixeira Duarte podem ser influenciadas pela valorização das participações financeiras detidas.

A situação líquida, os capitais próprios e até, em certas situações de imparidade, os resultados do Grupo Teixeira Duarte podem ser influenciados pela valorização/desvalorização das participações financeiras detidas.

As entidades do Grupo Teixeira Duarte estão sujeitas aos riscos inerentes a qualquer atividade económica, como é o caso de acidentes, avarias ou catástrofes naturais que possam originar prejuízos nos ativos do Grupo ou interrupções temporárias na respetiva atividade. Da mesma forma, estes riscos podem afetar os principais clientes e fornecedores do Grupo Teixeira Duarte, o que teria um impacto significativo nos níveis de rentabilidade, caso não fosse possível encontrar clientes substitutos de modo a garantir o nível de volume de negócios, ou fornecedores que possibilitassem manter a mesma estrutura de custos.

Acresce que, tanto o Conselho de Administração da TD,SA como os das demais entidades do Grupo Teixeira Duarte estão a acompanhar o desenvolvimento da situação de pandemia Covid-19, que se iniciou no final de 2019, encontrando-se a atuar em conformidade com as recomendações emitidas pela

organização Mundial de Saúde e pelas entidades públicas responsáveis pela área da saúde nos respetivos países em que as empresas do Grupo operam.

Neste enquadramento têm sido tomadas medidas de contingência e de prevenção, para cumprimento das orientações daquelas entidades e para mitigação e contenção do risco, equilibrando esse desígnio com as diligências necessárias à salvaguarda da continuidade do negócio e do impacto que o mesmo tem em todos os seus *stakeholders*. Atualmente, pela natureza direta e indireta dos possíveis impactos e riscos, bem como pela imprevisibilidade da sua dimensão ou duração, não é possível quantificá-los.

54. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos.

No que respeita aos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos da Sociedade, compete ao Conselho de Administração conceber e projetar os sistemas de controlo interno e de gestão de riscos que se revelem necessários e adequados para as diversas situações identificadas, bem como monitorizar a respetiva implementação e acompanhar e avaliar o seu funcionamento, devidamente suportado pelas demais áreas corporativas que prestam apoio à sociedade.

Tem-se sempre presente a importância da ponderação dos custos de controlo em relação às matérias que se pretende controlar. Da avaliação que se faz da Sociedade, da forma como é gerida, da composição dos quadros e gestores das sociedades que integram o Grupo Teixeira Duarte e dos princípios e conceitos fundamentais que são aplicados, conclui-se que os custos de eficiência e de controlo com a criação de eventuais comissões de controlo seriam amplamente superiores aos benefícios que poderiam resultar de um controlo realizado através de tais comissões. Acresce que a simples criação de comissões para o efeito, do ponto de vista formal, acaba por implicar mais entraves do ponto de vista burocrático que não encontram reflexo na sua concretização prática.

Assim, no que respeita aos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos da Sociedade, o Conselho de Administração é responsável, em primeiro lugar, pelo conhecimento e avaliação dos mais relevantes riscos a que a Sociedade se encontra sujeita, bem como pela promoção das iniciativas necessárias para a respetiva prevenção, devidamente suportado pela Área Corporativa da Sociedade.

Os procedimentos implementados ao nível do controlo interno e da gestão de riscos caracterizam-se por promover a autonomia dos quadros da Sociedade na direção e acompanhamento dos assuntos, inculcando uma postura de responsabilidade e forte

estímulo ao comportamento empreendedor.

Esta constante relação entre autonomia e sentido de responsabilidade impõe, de uma forma realista, um rigoroso e ponderado cumprimento das tarefas que estão atribuídas a cada um dos colaboradores, integrando, por si só, um sólido, sustentado e eficaz sistema de controlo de riscos, com resultados práticos considerados satisfatórios.

Em matéria de risco, o processo de gestão de risco da TD, SA incorpora diversas avaliações de risco com níveis e complexidade distintos, tendo em consideração as matérias a tratar e após identificação dos tipos de risco subjacentes às diversas áreas de atuação do Grupo. Neste sentido, podem ser utilizados diferentes métodos de identificação, análise, tratamento, controlo e revisão, de modo a ir ao encontro dos objetivos pretendidos para a implementação do sistema de avaliação de riscos, tendo em consideração o tipo de risco que se pretende avaliar.

Com efeito, cabe ao Conselho de Administração - e não aos órgãos de fiscalização conforme referido na Recomendação n.º III.11. - a responsabilidade pela avaliação do funcionamento destes sistemas e propor o respetivo ajustamento às necessidades da TD,SA, uma vez que esta é uma matéria que, pela sua natureza e pelas especificidades acima descritas, se enquadra no âmbito de atuação próprio do Conselho de Administração e no controlo e supervisão deste órgão sobre as diversas Direções das sociedades do Grupo, sistema este que se tem revelado adequado para os respetivos fins.

Pese embora o sistema de controlo interno e de gestão de riscos implementado na sociedade não cumpra integralmente todos requisitos enumerados na Recomendação n.º VI.2., - na medida em que não definiu uma Política escrita, mas ainda assim tendo instituído um sistema de gestão de riscos - a TD,SA mantém a sua convicção na opção pelo modelo acima descrito.

55. Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira (Art. 245.º-A, n.º 1, al. m)).

O processo de divulgação de informação financeira é coordenado pelo Conselho de Administração e acompanhado sempre pelos Órgãos de Fiscalização, nele trabalhando as equipas da Direção de Contabilidade e de Societário e Corporativo, respetivamente, na elaboração e apuramento de contas e demais informes contabilísticos e financeiros e na preparação e divulgação do documento final.

Ambos os aludidos serviços acompanham a evolução dos normativos aplicáveis, tanto nas áreas financeiras como jurídicas, e

trabalham em articulação com a Comissão de Mercado de Valores Mobiliários para atualização de informes e regulamentos complementares sobre estas matérias, e reportam diretamente ao Conselho de Administração.

Todos os colaboradores que integram os Serviços Contabilidade e aqueles que na equipa de Societário e Corporativo participam na preparação e divulgação do documento final são integrados na listagem prevista no n.º 7 artigo 248.º-A do Código de Valores Mobiliários e do artigo 18.º do Regulamento (UE) n.º 596/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 - ou seja, de colaboradores com acesso a informação privilegiada -, sendo todos eles notificados, nos termos legalmente definidos, da sua inclusão na referida listagem e das consequências legais decorrentes da divulgação ou utilização abusiva de informação privilegiada.

O órgão de fiscalização acompanha, através de reuniões que programa com o auditor externo e revisor oficial de contas, a adequação do processo de preparação e divulgação de informação financeira pelo órgão de administração, incluindo a adequação das políticas contabilísticas, das estimativas, dos julgamentos, das divulgações relevantes e a sua aplicação consistente entre exercícios, de forma devidamente documentada e comunicada.

IV. APOIO AO INVESTIDOR

56. Serviço responsável pelo apoio ao investidor, composição, funções, informação disponibilizada por esses serviços e elementos para contacto.

Em reforço da política de divulgação de informação acima referenciada e com o objetivo de promover o contacto permanente com o mercado e a resposta às solicitações dos investidores em tempo útil, assegurando o rigoroso cumprimento do princípio da igualdade entre os acionistas e no intuito de prevenir eventuais assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores, a Sociedade dispõe de um Gabinete de Apoio ao Investidor, que funciona sob a tutela do Administrador Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte, coordenado por José Pedro Poiães Cobra Ferreira, Representante para as Relações com o Mercado devidamente registado junto da CMVM.

Toda a informação que os investidores entendam necessitar e esteja disponível ao abrigo das normas, regulamentos e demais diretivas aplicáveis é prestada por este Gabinete, podendo o acesso ao mesmo ser feito através dos seguintes meios de comunicação:

Morada: Lagoas Park, Edifício 2, 2740-265, Porto Salvo, Oeiras
Telefone: + 351 217 912 415

Fax: + 351 217 941 108

E-mail: representantemercado@teixeiraduarte.pt

O Gabinete de Apoio ao Investidor assegura ainda a manutenção de um registo dos pedidos apresentados pelos diversos *stakeholders* e do tratamento que lhes foi dado.

Acresce que o aludido Representante para as Relações com o Mercado é também Secretário da Sociedade e, em articulação com o Conselho de Administração promove a divulgação de informação aos membros dos órgãos de gestão e fiscalização.

57. Representante para as relações com o mercado.

Conforme referido em 56. *supra*, o cargo de Representante para as Relações com o Mercado é exercido por José Pedro Poiães Cobra Ferreira.

58. Informação sobre a proporção e o prazo de resposta aos pedidos de informação entrados no ano ou pendentes de anos anteriores.

O prazo médio de resposta a pedidos de informação no ano de 2019 foi de 4 dias.

V. SÍTIO DE INTERNET

59. Endereço(s).

O sítio de internet da TD,SA tem o seguinte endereço:

www.teixeiraduarte.pt.

O sítio de internet da TD,SA tem o seguinte endereço:

www.teixeiraduarte.pt. Neste sítio, a Sociedade disponibiliza, em português e inglês, as informações consideradas relevantes e que permitem o conhecimento sobre a sua evolução e realidade atual em termos económicos, financeiros e de governo.

60. Local onde se encontra informação sobre a firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais.

Estes elementos podem ser consultados em:

www.teixeiraduarte.pt/investidores/identificacao-da-sociedade.

61. Local onde se encontram os estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões.

Os Estatutos da Sociedade podem ser consultados em: www.teixeiraduarte.pt/investidores/estatutos.

Conforme já foi previamente referido, não existem regulamentos

de funcionamento dos órgãos sociais e/ou comissões.

62. Local onde se disponibiliza informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais, do representante para as relações com o mercado, do Gabinete de Apoio ao Investidor ou estrutura equivalente, respetivas funções e meios de acesso.

A informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais pode ser consultada em: www.teixeiraduarte.pt/investidores/res/orgaos-sociais.

A informação sobre o representante para as relações com o mercado e o Gabinete de Apoio ao Investidor pode ser consultada em: www.teixeiraduarte.pt/investidores/gabinete-apoio-investidor.

63. Local onde se disponibilizam os documentos de prestação de contas, que devem estar acessíveis pelo menos durante cinco anos, bem como o calendário semestral de eventos societários, divulgado no início de cada semestre, incluindo, entre outros, reuniões da assembleia geral, divulgação de contas anuais, semestrais e, caso aplicável, trimestrais.

Os documentos de prestação de contas desde a constituição da sociedade, em 2009 podem ser consultados em: www.teixeiraduarte.pt/investidores/informacao-financeira.

O calendário semestral de eventos societários pode ser consultado em: www.teixeiraduarte.pt/calendario-do-investidor.

64. Local onde são divulgados a convocatória para a reunião da assembleia geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada.

Todos os elementos referentes às Assembleias Gerais da TD,SA podem ser consultados em: www.teixeiraduarte.pt/assembleias-gerais.

65. Local onde se disponibiliza o acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes.

Todos estes elementos podem ser consultados em: www.teixeiraduarte.pt/assembleias-gerais.

D. REMUNERAÇÕES

I. COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO

66. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da

sociedade.

Ao abrigo do disposto no artigo 11.º dos Estatutos da TD,SA e nos termos fixados na Política de Remuneração dos Órgãos de Administração e Fiscalização da Sociedade, compete à Comissão de Remunerações determinar a remuneração dos órgãos sociais.

Refira-se ainda que, conforme já ficou esclarecido, não existe uma comissão executiva ou Administrador Delegado, pelo que, nesta parte, esta questão não é aplicável à realidade da TD,SA.

Contudo e tomando por base o critério fixado na alínea 25) do n.º 1 do artigo 3.º do Regulamento (UE) n.º 596/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, os únicos dirigentes da TD,SA, são os seus próprios Dirigentes. Porque não existem administradores não executivos, não está prevista qualquer regra sobre esta matéria.

A Comissão de Remunerações é eleita por um período de quatro anos, estando em curso o mandato para o quadriénio 2019-2022.

II. COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

67. Composição da comissão de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio e declaração sobre a independência de cada um dos membros e assessores.

Até à Assembleia Geral de 27 de maio de 2019, a Comissão de Remunerações era composta pelas seguintes pessoas, eleitas na Assembleia Geral de 30 de maio de 2015, para desempenho de funções no mandato 2015/2018:

- Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte
- António Carlos Calainho de Azevedo Teixeira Duarte
- Maria da Conceição Maia Teixeira Duarte

Após a Assembleia Geral de 27 de maio de 2019 e durante o mandato 2019/2022, a Comissão de Remunerações é composta pelas seguintes pessoas:

- Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte
- António Carlos Calainho de Azevedo Teixeira Duarte
- Manuel Ferreira

O Presidente da Comissão de Remunerações Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte não é considerado independente em relação aos membros do Conselho de Administração, uma vez que é também o Presidente daquele órgão de gestão.

Sendo a TD,SA controlada por sociedades detidas por membros da família Teixeira Duarte, é natural que estes integrem

a respetiva Comissão de Remunerações. Tradicionalmente, e durante décadas, tem sido esta a prática seguida, estando sempre em consonância com as regras e recomendações sobre remunerações dos membros do Órgão de Administração fixadas pela CMVM em cada momento, pelo que não se vislumbram quaisquer motivos para a alterar.

Reitere-se que se trata de uma Sociedade que, seguindo o exemplo da anterior holding do Grupo ("Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A."), com a sua peculiar forma de atuação e o seu vincado cunho empresarial, adotou uma muito própria forma de estar e uma saudável política de gestão que, perante o público e o mercado, têm sido reconhecidas como tal.

Acrescente-se que não foram contratadas quaisquer pessoas singulares ou coletivas para apoiar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções, por opção da própria Comissão.

Mais se informa que cabe ao auditor externo, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações dos órgãos sociais, conforme consta da Recomendação n.º VII.2.4..

Para efeitos do disposto na Recomendação n.º V.2.5., informa-se que o Presidente da Comissão de Remunerações e tendencialmente os demais membros estão sempre presentes nas Assembleias Gerais Anuais da Sociedade.

68. Conhecimentos e experiência dos membros da comissão de remunerações em matéria de política de remunerações.

Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte e António Carlos Calainho de Azevedo Teixeira Duarte têm conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração, tendo em conta que exerceram essas funções durante vários anos noutras sociedades.

III. ESTRUTURA DAS REMUNERAÇÕES

69. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho.

A Comissão de Remunerações da TD,SA emitiu a respetiva declaração sobre política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização, a qual foi aprovada por unanimidade em Assembleia Geral daquela sociedade, realizada em 27 de maio de 2019, declaração essa cujo teor aqui se deixa reproduzido:

I. ENQUADRAMENTO NORMATIVO

De acordo com as disposições conjugadas da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho e do artigo décimo primeiro dos Estatutos da Sociedade, cabe a esta Comissão submeter, anualmente, à aprovação da Assembleia Geral uma declaração sobre política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização desta Sociedade, devendo ter em consideração, para além daquele diploma o artigo 399.º do Código das Sociedades Comerciais e demais regulamentação aplicável.

II. ÂMBITO DA DECLARAÇÃO:

Em função do modelo societário adotado pela "Teixeira Duarte, S.A.", a presente declaração abrange todos os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

III. INTRODUÇÃO:

A presente "Declaração Sobre Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização" foi elaborada tendo em conta, para além das disposições legais aplicáveis, a realidade histórica e o enquadramento do tema no Grupo Teixeira Duarte ao longo dos anos.

IV. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

No que se refere ao Conselho de Administração, a Comissão de Remunerações deverá determinar os valores da componente fixa e variável das suas remunerações, segundo orientações que os ligam ao desempenho e aos resultados da Empresa no seu todo, bem como à atividade do órgão de gestão na sua globalidade, face aos objetivos delineados.

A política de remunerações e a sua concretização nos termos aqui descritos deverá ter em conta o desempenho a longo prazo da sociedade, o cumprimento das normas aplicáveis à atividade da empresa, a contenção na tomada de riscos e o conhecimento do mercado.

O quantitativo variável deverá ser fixado a cada um dos membros do Conselho de Administração a título de remuneração complementar e de prémio de desempenho, sendo que tal componente nada terá que ver com a cotação das ações da Sociedade, dependendo sim da evolução dos negócios sociais, de indicadores financeiros como o endividamento líquido e a autonomia financeira, do empenho na concretização por cada um dos membros das tarefas e objetivos inerentes às respetivas funções, bem como dos resultados do exercício e da correspondente política de aplicação dos mesmos, que vem privilegiando o reforço dos capitais próprios da Sociedade e assegurando a continuada e equilibrada distribuição de dividendos aos acionistas.

Não assiste a nenhum Administrador qualquer direito à com-

ponente variável da sua remuneração até haver atribuição em concreto por esta Comissão de Remunerações, do mesmo modo que não está prevista a possibilidade de o pagamento da componente variável ter lugar, no todo ou em parte, após o apuramento das contas de exercício correspondentes a todo o mandato. Também não existirão mecanismos de limitação da remuneração variável, no caso de os resultados evidenciarem uma deterioração relevante do desempenho da empresa no último exercício apurado ou quando este seja expectável no exercício em curso.

Porém, a Comissão deverá ponderar se uma parte significativa da remuneração variável deverá ser diferida por um período não inferior a três anos e se o seu pagamento deverá ou não ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período, entendendo-se como tal a verificação de pelo menos um dos seguintes factos:

- Aumento dos capitais próprios;
- Média EBITDA nos exercícios de 2019 a 2021 superior ao EBITDA registado em 2018;
- Média de Resultados Líquidos Consolidados dos exercícios 2019 a 2021 superior aos resultados líquidos Consolidados no exercício de 2018.

Não existirá nenhum regime sobre atribuição de ações e/ou direitos de adquirir opções sobre ações e/ou a qualquer outro sistema de incentivos com ações.

Na globalidade da remuneração dos membros do Conselho de Administração, nenhuma verba será paga sob a forma de participação nos lucros.

Os Administradores da “Teixeira Duarte, S.A.” não deverão receber qualquer remuneração, seja a que título for, paga por entidades que com esta estejam em relação de domínio ou de grupo.

Não deverão existir quaisquer outros benefícios relevantes, não pecuniários, para além dos fixados por esta Comissão.

Aos membros do Conselho de Administração serão pagas ajudas de custo nos termos e quantitativos habitualmente determinados para os demais colaboradores da “Teixeira Duarte, S.A.”, nomeadamente por força de deslocações em serviço da Empresa.

Não foram pagas, nem está prevista a exigibilidade de quaisquer pagamentos, de quantias relativas à destituição ou cessação de funções de Administradores.

V. CONSELHO FISCAL:

Todos os membros do Conselho Fiscal deverão, em sintonia com o atual regime fixado no Código das Sociedades Comerciais, auferir uma remuneração fixa pelo desempenho das funções inerentes aos respetivos cargos, determinada por esta Comissão de Remunerações, sendo que nenhum deles deverá receber qualquer outra retribuição da “Teixeira Duarte, S.A.” ou de outra entidade que com esta esteja em relação de domínio ou de grupo, em especial por quaisquer outros serviços prestados a estas entidades.

Do mesmo modo, e à semelhança do que se referiu em cima sobre o Órgão de Administração, não deverá existir nenhum regime sobre atribuição de ações e/ou direitos de adquirir opções sobre ações e/ou a qualquer outro sistema de incentivos com ações, nem nenhuma verba paga sob a forma de participação nos lucros, nem tão-pouco quaisquer outros benefícios relevantes, não pecuniários.

VI. REVISOR OFICIAL DE CONTAS:

A remuneração da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas deverá ser determinada em função do volume e qualidade dos serviços prestados no âmbito das atribuições que lhe são conferidas nos termos da Lei e dos Estatutos.

No caso da “Teixeira Duarte, S.A.”, compete a esse órgão de fiscalização proceder a todos os exames e verificações necessários à revisão e certificação legal das contas da Sociedade, para o que se deverá fixar uma quantia como valor global anual a ser paga nos termos e prazos definidos com o Conselho de Administração em função da sua sensibilidade e acompanhamento dos negócios e da atividade deste Órgão de Fiscalização.

De referir, a este propósito, que a mesma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas presta também serviços, exclusivamente da mesma natureza de Revisão Legal de Contas e Auditoria, a outras entidades integradas no Grupo Teixeira Duarte, delas auferindo as correspondentes retribuições, cujo quantitativo global será divulgado nos termos da Lei, em especial através da publicação do Relatório sobre o Governo da Sociedade.

Uma vez que o Conselho Fiscal tem um papel ativo no acompanhamento do trabalho da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, aquele deverá ser consultado para se pronunciar sobre a fixação das remunerações desta.

VII. CONCLUSÃO:

Será, pois, com base na política de remunerações acima exposta que esta Comissão deverá proceder à fixação, em concreto, dos quantitativos exatos das remunerações dos membros dos indicados órgãos de administração e fiscalização da sociedade,

de acordo com o juízo pessoal dos membros que a integram, expresso em deliberação lavrada em ata e cujo conteúdo será depois comunicado ao Conselho de Administração para implementação, nos estritos termos que ficarem definidos.

Tais montantes serão anualmente divulgados sempre que a lei assim o exija, em especial no âmbito do Relatório sobre o Governo da Sociedade.

Em conclusão, reforça-se que muitos dos aspetos acima fixados visam o cumprimento dos normativos legais aplicáveis, podendo os mesmos ser suscetíveis de eventuais alterações que tais regras possam sofrer.

70. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade, bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos.

A crescer às obrigações inerentes ao exercício da própria função, a remuneração dos Administradores é determinada de forma a permitir o alinhamento dos interesses destes com os da Sociedade. Com efeito, a remuneração é determinada por uma Comissão eleita em Assembleia Geral, que fixa esses valores segundo orientações relacionadas com o desempenho e os resultados da Empresa no seu todo, bem como com a atividade do órgão de gestão na sua globalidade, face aos objetivos fixados, tendo em conta as condições e quantitativos das remunerações dos seus colaboradores e dos demais colaboradores da sociedade por si detida a 100%, a "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.".

A fixação das remunerações tem ainda em conta o desempenho de longo prazo da sociedade, o cumprimento das normas aplicáveis à atividade da empresa, a contenção na tomada de riscos e o conhecimento do mercado.

Acresce que, para a determinação da remuneração auferida pelos membros do Conselho de Administração é tido em consideração o facto de alguns destes membros terem funções e cargos sociais em outras entidades do Grupo, relativamente às quais exercem a direção e os poderes de gestão com proximidade e responsabilidade direta na atuação das mesmas.

71. Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente.

Conforme resulta da Declaração sobre Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fisca-

lização descrita no ponto 69, a remuneração dos Administradores compreende uma componente variável, - designada de "prémios de desempenho" - cuja atribuição é feita no âmbito e dentro dos limites da distribuição de parte dos resultados - antes do apuramento dos resultados líquidos finais (que já incluem estas verbas registadas como gasto do próprio exercício) - aos colaboradores e aos membros do Conselho de Administração, deliberada nas respetivas Assembleias Gerais Anuais, atribuição essa que se concretiza depois nos termos, condições, quantitativos e prazos a fixar pela Comissão de Remunerações tendo em conta o estabelecido na "Declaração da Política de Remunerações dos Órgãos de Administração e Fiscalização da Sociedade" em vigor.

Tal componente variável da remuneração nada tem a ver com a evolução das cotações das ações da Sociedade, dependendo sim da evolução dos negócios sociais, de indicadores financeiros como o endividamento líquido e a autonomia financeira, do empenho na concretização por cada um dos membros das tarefas e objetivos inerentes às respetivas funções, bem como dos resultados do exercício e da correspondente política de aplicação dos mesmos que vem privilegiando também o reforço dos capitais próprios da Sociedade e assegurando a continuada e equilibrada distribuição de dividendos aos acionistas.

Nessa conformidade, não existe um limite máximo para cada componente, mas sim uma atribuição em conformidade com os parâmetros acima identificados, com a política de remunerações definida para a Sociedade e com a avaliação do desempenho e execução das funções por cada um, sendo que a componente variável da remuneração tem sido sempre globalmente razoável em relação à componente fixa.

Apesar de parte da componente variável atribuída pela Comissão de Remunerações ser diferida no tempo, cumpre referir que não assiste a nenhum Administrador qualquer direito à componente variável da sua remuneração até haver qualquer atribuição em concreto, pela Comissão de Remunerações, nos termos e com os fundamentos por ela fixados.

Mais se informa que os membros do órgão de administração não celebraram contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, que tivessem por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes foi fixada pela sociedade.

72. Diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento.

Conforme deliberado pela Comissão de Remunerações, parte da componente variável será paga em outubro de 2022 em data a determinar pela Comissão de Remunerações, ficando tal pagamento dependente da continuação do desempenho positivo

da Sociedade ao longo dos exercícios económicos de 2019 a 2022, entendendo-se como tal a verificação de pelo menos um dos seguintes factos:

- Aumento dos capitais próprios, em relação a 31 de dezembro de 2018;
- Média EBITDA nos exercícios de 2019 a 2021 superior ao EBITDA registado em 2018;
- Média de Resultados Líquidos Consolidados dos exercícios 2019 a 2021 superior a 10 milhões de euros;

73. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em ações bem como sobre a manutenção, pelos administradores executivos, dessas ações, sobre eventual celebração de contratos relativos a essas ações, designadamente contratos de cobertura (*hedging*) ou de transferência de risco, respetivo limite, e sua relação face ao valor da remuneração total anual.

Não aplicável. A retribuição variável não é atribuída em ações nem foram celebrados quaisquer contratos com as características *supra* descritas.

74. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções e indicação do período de diferimento e do preço de exercício.

Não aplicável. A retribuição variável não é concedida em opções.

75. Principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários.

A atribuição dos prémios - designados "prémios de desempenho" - é feita no âmbito e dentro dos limites da distribuição de parte dos resultados - antes do apuramento dos resultados líquidos finais (que já incluem estas verbas registadas como gasto do próprio exercício) - aos colaboradores e aos membros do Conselho de Administração, deliberada nas respetivas Assembleias Gerais Anuais, atribuição essa que se concretiza depois nos termos, condições, quantitativos e prazos a fixar pela Comissão de Remunerações tendo em conta o estabelecido na "Declaração da Política de Remunerações dos Órgãos de Administração e Fiscalização da Sociedade" em vigor.

Deste modo, a Comissão de Remunerações tem em consideração, na atribuição de prémios anuais, o desempenho e os resultados da Empresa no seu todo, bem como a atividade do órgão de gestão na sua globalidade, face aos objetivos delineados, tendo em conta as condições e quantitativos das remunerações dos seus colaboradores e dos demais colaboradores.

Os prémios anuais foram fixados tendo em conta ainda o desempenho de longo prazo da Sociedade, o cumprimento das normas aplicáveis à atividade da empresa, a contenção na tomada de riscos e o conhecimento do mercado, conforme já havia sido referido.

Acrescenta-se que não foram concedidos quaisquer benefícios não pecuniários relevantes aos Administradores da Sociedade.

76. Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em assembleia geral, em termos individuais.

Em relação a quaisquer ex-Administradores reformados, cabe à mencionada Comissão de Remunerações fixar todos os quantitativos pagos nesse âmbito, seja a que título for. Cabe igualmente à mencionada Comissão de Remunerações rever anualmente os quantitativos atribuídos.

No que se refere à atribuição de regimes complementares de reforma, é o próprio Pacto Social que estabelece, no seu artigo 22.º, que adiante se transcreve, quais os termos e os critérios com que a Comissão de Remunerações deve fixar tais quantitativos:

"ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO

UM - Quando as pessoas que hajam exercido o cargo de administradores cessarem as suas funções, poderá a Sociedade atribuir-lhes uma pensão de reforma vitalícia, sempre que preencham um dos seguintes requisitos:

a) Terem mais de dez anos de exercício do cargo nesta sociedade, contando, para este efeito, os anos de exercício do mesmo cargo na "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.";

b) Terem, ainda que com menor duração de tal exercício, um total de mais de vinte e cinco anos de serviços prestados à Sociedade, contando, para este efeito, os anos de serviço na "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.".

DOIS - O quantitativo de tal pensão, que será determinado tendo em consideração o tempo ou a relevância dos serviços prestados e a situação do beneficiário, deverá ser anualmente revisto mas nunca poderá ser superior à mais elevada das remunerações em cada momento auferidas pelos administradores efetivos.

TRÊS - Por delegação da Assembleia Geral, desde já estabelecida, competirá à Comissão de Remunerações referida no Artigo Décimo Primeiro, apreciar os casos que lhe sejam expostos e fixar os valores e os demais trâmites de atribuição das pensões."

À Assembleia Geral reserva-se a atribuição de proceder à eleição dos membros da Comissão de Remunerações que têm a competência exclusiva de decidir sobre estes temas.

A *supra* citada determinação do pacto social não invalida que a Comissão de Remunerações possa vir a submeter tal matéria à Assembleia Geral, o que, não foi feito, por tal nunca se ter revelado necessário ou adequado face à norma estatutária fixada.

Para os devidos efeitos, informa-se que, desde a constituição da sociedade, em 2009, até esta data, não foram aprovados em Assembleia Geral quaisquer sistemas de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos sociais, uma vez que essa competência se encontra expressamente atribuída à Comissão de Remunerações, nos termos das disposições estatutárias acima citadas.

IV. DIVULGAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES

77. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de administração da sociedade, proveniente da sociedade,

incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem.

No exercício de 2019, as remunerações, em sentido amplo, auferidas individualmente pelos membros do Conselho de Administração foram as seguintes:

Conselho de Administração	Remuneração fixa	Remuneração variável			Sub-Total	Compensações por deslocações	Total
		Atribuída em 2019	Atribuída em 2013	Atribuída em 2012			
Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	115.000,00	5.000,00	-	15.000,00	135.000,00	-	135.000,00
Dr. Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	138.100,00	5.000,00	15.000,00	-	158.100,00	19.791,95	177.891,95
Engº Carlos Gomes Baptista	137.200,00	5.000,00	15.000,00	-	157.200,00	16.462,50	173.662,50
Engª Maria da Conceição Maia Teixeira Duarte	20.557,58	-	-	-	20.557,58	-	20.557,58
Engº Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo	137.200,00	5.000,00	15.000,00	-	157.200,00	12.593,40	169.793,40
Engº Joel Viana de Lemos (a)	49.000,00	-	-	-	49.000,00	1.051,65	50.051,65
	597.057,58	20.000,00	45.000,00	15.000,00	677.057,58	49.899,50	726.957,08

(a) - Exerceu funções até 31 de maio de 2019

Em complemento da informação acima indicada sobre os valores pagos, informa-se que em 2019 foi deliberado pela Comissão de Remunerações atribuir aos membros do Conselho de Administração montantes de remuneração variável, da qual parte foi paga neste mesmo ano - e que está acima indicada no mapa - e parte, foi diferida para 2022, ficando o respetivo pagamento desta parte dependente da continuação do exercício de funções por parte de cada um dos membros do Conselho de Administração em causa e do desempenho positivo da “Teixeira Duarte, S.A.” ao longo desse período, entendendo-se como tal verificação de pelo menos um dos seguintes factos:

- Aumento dos capitais próprios, em relação a 31 de dezembro de 2018;
- Média EBITDA nos exercícios de 2019 a 2021 superior ao EBITDA registado em 2018;
- Média de Resultados Líquidos Consolidados dos exercícios 2019 a 2021 superior a 10 milhões de euros;

Conselho de Administração	Remuneração variável atribuída em 2019		
	Para 2019	Para 2022	Total
Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	5.000,00	10.000,00	15.000,00
Dr. Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	5.000,00	10.000,00	15.000,00
Engº Carlos Gomes Baptista	5.000,00	10.000,00	15.000,00
Engº Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo	5.000,00	10.000,00	15.000,00
	20.000,00	40.000,00	60.000,00

78. Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum.

No exercício de 2019, os membros do Conselho de Administração não receberam qualquer remuneração, seja a que título for, paga por outras sociedades que estejam em relação de domínio ou de grupo com a TD,SA.

79. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e ou participação nos lucros foram concedidos.

Na globalidade da remuneração dos membros do Conselho de Administração, nenhuma verba é paga sob a forma de participação nos lucros.

Com efeito, aos membros do Conselho de Administração é paga uma quantia a título de prémio - designado "prémio de desempenho" - cuja atribuição é feita no âmbito e dentro dos limites da distribuição de parte dos resultados do exercício em causa aos colaboradores e aos membros do Conselho de Administração, deliberada nas respetivas Assembleias Gerais Anuais, atribuição essa que se concretiza depois nos termos, condições, quantitativos e prazos a fixar pela Comissão de Remunerações tendo em conta o estabelecido na "Declaração da Política de Remunerações dos Órgãos de Administração e Fiscalização da Sociedade" em vigor.

Em 2019, a fixação dos prémios pagos foi motivada pelo desempenho e os resultados da Empresa no seu todo, bem como pela atividade do órgão de gestão na sua globalidade, face aos objetivos delineados, tendo tido em conta as condições e quantitativos das remunerações dos seus colaboradores e dos de-

mais colaboradores.

Foi também tido em conta, para a fixação dos prémios, o desempenho de longo prazo da Sociedade, o cumprimento das normas aplicáveis à atividade da empresa, a contenção na tomada de riscos e o conhecimento do mercado.

80. Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

Não foram pagas, nem são devidas, quaisquer indemnizações a ex-Administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

81. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de fiscalização da sociedade, para efeitos da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho.

Todos os membros do Conselho Fiscal auferem, ao abrigo do atual regime fixado no Código das Sociedades Comerciais, e conforme determinado pela Comissão de Remunerações da Sociedade, remunerações fixas pelo desempenho das funções inerentes aos respetivos cargos.

Assim, em 2019, as remunerações auferidas pelos membros do Conselho Fiscal da TD,SA foram distribuídas da seguinte forma:

Conselho Fiscal	Remuneração fixa	Remuneração variável	Remuneração total
Dr. Óscar Manuel Machado Figueiredo	30.000,00	-	30.000,00
Dr. João Salvador dos Santos Matias	10.500,00	-	10.500,00
Dra. Ana Cristina Louro Ribeiro Doutor Simões	10.500,00	-	10.500,00
Dr. Mateus Moreira (a)	7.500,00	-	7.500,00
Miguel Carmo Pereira Coutinho (a)	7.500,00	-	7.500,00
	66.000,00	-	66.000,00

(a) - Exerceu funções até 31 de maio de 2019

Todos os valores acima enumerados referentes à remuneração dos membros do Conselho Fiscal foram pagos no decurso do exercício de 2019, pelo que não existem parcelas cujo pagamento seja diferido no tempo.

Os honorários anuais faturados pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas "MOORE STEPHENS & ASSOCIADOS, SROC, S.A." à Teixeira Duarte, S.A. respeitantes aos serviços por aquela prestados a esta e às sociedades do Grupo atingiu o valor global de 331.535 euros, distribuído da seguinte forma:

	TDSA	Participadas
Serviços de revisão legal de contas ao Grupo	61.000,00	270.535,00
Outros serviços de garantia de fiabilidade	-	-
Serviços de consultoria fiscal	-	-
Outros serviços que não de revisão legal de contas	-	-
	61.000,00	270.535,00

Acrescente-se ainda que, conforme previsto na Política de Remunerações dos Órgãos de Administração e Fiscalização da Sociedade, a remuneração dos membros do órgão de fiscalização não inclui nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.

82. Indicação da remuneração no ano de referência do presidente da mesa da assembleia geral.

Com exceção do indicado Secretário da Mesa da Assembleia Geral, os demais membros deste órgão, auferem, ao abrigo do atual regime fixado no Código das Sociedades Comerciais, nomeadamente do disposto no 422.º-A, por remissão do número 3 do artigo 374.º-A, uma remuneração fixa pelo desempenho das funções inerentes aos respetivos cargos, determinada pela Comissão de Remunerações prevista no artigo 11.º dos Estatutos.

Nestes termos, informa-se que a remuneração do Presidente da Mesa da Assembleia Geral, durante o exercício de 2019, foi de 5.000,00€ (cinco mil euros).

V. ACORDOS COM IMPLICAÇÕES REMUNERATÓRIAS

83. Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador e sua relação com a componente variável da remuneração.

Não existe qualquer limitação contratual prevista para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de um membro do Conselho de Administração, considerando, desde logo, que não é celebrado qualquer contrato para o exercício do cargo de Administrador, nem tão pouco qualquer acordo sobre eventual compensação a pagar por destituição com ou sem justa causa. A existência de uma limitação contratual nos termos acima referidos seria incoerente, tendo em conta as características da relação existente entre a Sociedade e os membros do seu órgão de Administração.

Refira-se que, para efeitos do disposto na recomendação n.º V.3.6, não estão fixados quaisquer mecanismos jurídicos - para além dos legalmente estabelecidos - para que qualquer indemnização ou compensação, além da legalmente devida, não seja exigível quando a destituição de Administrador não decorra de violação grave dos seus deveres nem da sua inaptidão para o

exercício normal das respetivas funções mas, ainda assim, seja reconduzível a um inadequado desempenho.

Nunca se verificou qualquer situação de destituição de um Administrador desde a sua constituição, nem tão pouco o pagamento de qualquer compensação pela cessão do contrato, pelo que se entende ser desajustada a fixação de quaisquer mecanismos jurídicos no sentido acima descrito.

84. Referência à existência e descrição, com indicação dos montantes envolvidos, de acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade. (Art. 245.º-A, n.º 1, al. I).

Não existem quaisquer acordos com estas características. É política da Sociedade a não realização de quaisquer pagamentos ligados à cessação antecipada do exercício das funções pelos Administradores ou demais dirigentes, bem como a não celebração de quaisquer acordos a respeito destas matérias.

VI. PLANOS DE ATRIBUIÇÃO DE AÇÕES OU OPÇÕES SOBRE AÇÕES ("STOCK OPTIONS")

85. Identificação do plano e dos respetivos destinatários.

Não existe nenhum plano de atribuição de ações ou de atribuição de opções de aquisição de ações.

86. Caracterização do plano (condições de atribuição, cláusulas de inalienabilidade de ações, critérios relativos ao preço das ações e o preço de exercício das opções, período durante o qual as opções podem ser exercidas, características das ações ou opções a atribuir, existência de incentivos para a aquisição de ações e ou o exercício de opções).

Conforme descrito em 85. *supra*, não existem planos de atribuição de ações ou opções sobre ações pelo que a presente disposição não é aplicável.

87. Direitos de opção atribuídos para a aquisição de ações ("stock options") de que sejam beneficiários os trabalhadores e colaboradores da empresa.

Conforme descrito em 85. *supra*, não existem planos de atribuição de ações ou opções sobre ações pelo que a presente disposição não é aplicável.

88. Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente por

estes (Art. 245.º-A, n.º 1, al. e)).

Não existe qualquer sistema de participação dos trabalhadores no capital, pelo que não se justifica a existência de mecanismos de controlo na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente por estes.

E. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

I. MECANISMOS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO

89. Mecanismos implementados pela sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas (para o efeito remete-se para o conceito resultante da IAS 24).

Todas as transações entre entidades do Grupo Teixeira Duarte com partes relacionadas são efetuadas a preços de mercado. O conceito é claro e assumido por todos os gestores de negócio das diversas áreas do Grupo que lidam com partes relacionadas.

Esta postura é transversal a todas as transações desta natureza, ou seja, em quaisquer transferências de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver um débito de preço.

Acresce a tais orientações generalizadas, que todas as transações entre partes relacionadas são registadas informaticamente num suporte global do grupo, ao qual, para além dos próprios gestores de negócio, têm também acesso as equipas de finanças e contabilidade e de auditoria, assim como a própria administração e, complementarmente, os próprios órgãos de fiscalização da Sociedade e do Grupo.

Recorde-se a este propósito que, em 5 de fevereiro de 2018, o Conselho de Administração da TD,SA aprovou o novo "Código de Ética e Conduta do Grupo Teixeira Duarte", de aplicação obrigatória a todos os Administradores, trabalhadores e outros representantes daquelas entidades, nos termos definidos naquele documento.

Cita-se aqui um excerto desse texto sobre "Clientes e Fornecedores":

5.2.2. Critérios de Seleção

Os Colaboradores devem agir – e promover que os Destinatários Indiretos deste Código também ajam –, por forma a que as decisões tomadas pelos clientes e a tomar relativamente aos fornecedores sigam critérios de seleção objetivos, técnicos e profissionais, que visem a eficiência da decisão e a salvaguarda dos interesses das entidades que representam, repudiando-se quaisquer eventuais critérios que privilegiem interesses pessoais ou difusos, bem como quaisquer atuações que consubstanciem

abusos de poder ou posição.

5.2.3. Conflitos de Interesse, Corrupção e Denúncias de Ilícitos

Os Colaboradores devem agir – e promover que os Destinatários Indiretos deste Código também ajam –, por forma a avaliarem eventuais situações de conflitos de interesse, que se devem evitar, bem como a proibição de quaisquer comportamentos corruptivos, na forma ativa ou passiva, incluindo pagamentos ou recebimentos de facilitação, ou a criação, manutenção ou promessa de situações irregulares ou de favor.

Mais caberá aos Colaboradores a obrigação de reportar – e promover que os Destinatários Indiretos deste Código também reportem – informação sobre quaisquer ações que constituam comportamento incorreto, incluindo aquelas que configurem possíveis práticas ilegais ou ilícitas em matérias financeiras e contabilísticas, fraude, corrupção e branqueamento de capitais, bem como quaisquer atuações relacionadas, direta ou indiretamente, com entidades terroristas ou que possam visar ou apoiar práticas de terrorismo.

Recorda-se que o Código de Ética e Conduta é obrigatório a todos os colaboradores (incluindo-se neste conceito, os administradores, trabalhadores e outros representantes das entidades do Grupo Teixeira Duarte) e que a sua não aplicação é passível de procedimentos e sanções disciplinares. Pelo que, face a esta abrangência e vinculação efetiva – que se tem considerado eficiente - o órgão de administração não definiu, conforme sugerido pela Recomendação I.5.1., o tipo, o âmbito e o valor mínimo, individual ou agregado, dos negócios com partes relacionadas que: (i) requerem a aprovação prévia do órgão de administração (ii) e os que, por serem de valor mais elevado, requerem, ainda, um parecer prévio favorável do órgão de fiscalização.

90. Indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência.

Neste enquadramento e face aos mecanismos acima indicados, todas as transações com partes relacionadas foram sujeitas a controlo nos termos referidos, podendo as transações com partes relacionadas e respetivos saldos e informações complementares serem consultados na nota 29 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2019.

91. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

Não existem procedimentos e critérios nos termos acima men-

cionados uma vez que o tipo de operações realizadas entre a Sociedade e titulares de participação qualificada são de carácter corrente e para exercício da atividade, o que se considera ser uma matéria da exclusiva responsabilidade e competência do Conselho de Administração e que, naturalmente, tem por objeto operações realizadas em condições normais de mercado, considerando-se mesmo desadequado sujeitar estes negócios ao parecer prévio dos órgãos de fiscalização.

II. ELEMENTOS RELATIVOS AOS NEGÓCIOS

92. Indicação do local dos documentos de prestação de contas onde está disponível informação sobre os negócios com partes relacionadas, de acordo com a IAS 24, ou, alternativamente, reprodução dessa informação.

A informação sobre os negócios com partes relacionadas, de acordo com a IAS 24, encontra-se reproduzida na nota 29 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2019.

1. Identificação do Código de governo das sociedades adotado

Deverá ser identificado o Código de Governo das Sociedades a que a sociedade se encontre sujeita ou se tenha decidido voluntariamente sujeitar, nos termos e para os efeitos do Art. 2.º do presente Regulamento.

Para além dos normativos legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente o Código das Sociedades Comerciais, o Código dos Valores Mobiliários e os Regulamentos da CMVM, em especial o Regulamento n.º 4/2013, a TD,SA optou por adotar Código do Governo das Sociedades do Instituto Português do *Corporate Governance* (IPCG).

Deverá ainda ser indicado o local onde se encontram disponíveis ao público os textos dos códigos de governo das sociedades aos quais o emitente se encontre sujeito (Art. 245.º-A, n.º 1, al. p).

O mencionado Código do Governo das Sociedades emitido pelo IPCG pode ser consultado em www.cgov.pt.

2. Análise de cumprimento do Código de Governo das Sociedades adotado

Nos termos do Art. 245.º-A n.º 1, al. o) deverá ser incluída declaração sobre o acolhimento do código de governo das sociedades ao qual o emitente se sujeite especificando as eventuais partes desse código de que diverge e as razões da divergência.

A informação a apresentar deverá incluir, para cada

recomendação:

- a) Informação que permita aferir o cumprimento da recomendação ou remissão para o ponto do relatório onde a questão é desenvolvidamente tratada (capítulo, título, ponto, página);
- b) Justificação para o eventual não cumprimento ou cumprimento parcial;
- c) Em caso de não cumprimento ou cumprimento parcial, identificação de eventual mecanismo alternativo adotado pela sociedade para efeitos de prossecução do mesmo objetivo da recomendação.

Estas alíneas são objeto de desenvolvimento simultâneo, dada a sua interligação.

Das 60 Recomendações integradas no referido Código do Governo das Sociedades do IPCG, a Sociedade não adota catorze e adota parcialmente nove.

Na tabela *infra* está reproduzido o texto dessas Recomendações com a numeração constante do aludido Código do Governo das Sociedades, seguido da indicação da sua adoção ou não e da remissão para o ponto deste Relatório em que tal matéria se desenvolve ou em que, respeitando o princípio "*comply or explain*", se justifica a sua eventual não adoção.

Recomendação	Adoção	Remissão
I. PARTE GERAL		
I.1. Relação da sociedade com investidores e informação		
I.1.1. A sociedade deve instituir mecanismos que assegurem, de forma adequada e rigorosa, a produção, o tratamento e a atempada divulgação de informação aos seus órgãos sociais, aos acionistas, aos investidores e demais <i>stakeholders</i> , aos analistas financeiros e ao mercado em geral.	Sim	56.
I.2. Diversidade na composição e funcionamento dos órgãos da sociedade		
I.2.1. As sociedades devem estabelecer critérios e requisitos relativos ao perfil de novos membros dos órgãos societários adequados à função a desempenhar, sendo que, além de atributos individuais (como competência, independência, integridade, disponibilidade e experiência), esses perfis devem considerar requisitos de diversidade, dando particular atenção ao do género, que possam contribuir para a melhoria do desempenho do órgão e para o equilíbrio na respetiva composição.	Sim	18
I.2.2. Os órgãos de administração e de fiscalização e as suas comissões internas devem dispor de regulamentos internos — nomeadamente sobre o exercício das respectivas atribuições, presidência, periodicidade de reuniões, funcionamento e quadro de deveres dos seus membros —, devendo ser elaboradas atas detalhadas das respectivas reuniões.	Não	18. e 22.
I.2.3. Os regulamentos internos de órgãos de administração, de fiscalização e das suas comissões internas devem ser divulgados, na íntegra, no sítio da internet.	Não aplicável	18. e 22.

Recomendação		Adoção	Remissão
I.2.4.	A composição, o número de reuniões anuais dos órgãos de administração, de fiscalização e das suas comissões internas devem ser divulgados através do sítio Internet da sociedade.	Sim	23.
I.2.5.	Os regulamentos internos da sociedade devem prever a existência e assegurar o funcionamento de mecanismos de detecção e prevenção de irregularidades, bem como a adopção de uma política de comunicação de irregularidades (<i>whistleblowing</i>) que garanta os meios adequados para a comunicação e tratamento das mesmas com salvaguarda da confidencialidade das informações transmitidas e da identidade do transmitente, sempre que esta seja solicitada.	Sim	49.
I.3.	Relação da sociedade com investidores e informação		
I.3.1.	Os estatutos ou outras vias equivalentes adotadas pela sociedade devem estabelecer mecanismos para garantir que, dentro dos limites da legislação aplicável, seja permanentemente assegurado aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização o acesso a toda a informação e colaboradores da sociedade para a avaliação do desempenho, da situação e das perspectivas de desenvolvimento da sociedade, incluindo, designadamente, as atas, a documentação de suporte às decisões tomadas, as convocatórias e o arquivo das reuniões do órgão de administração executivo, sem prejuízo do acesso a quaisquer outros documentos ou pessoas a quem possam ser solicitados esclarecimentos.	Parcial.	18. e 22.
I.3.2.	Cada órgão e comissão da sociedade deve assegurar, atempada e adequadamente, o fluxo de informação, desde logo das respetivas convocatórias e atas, necessário ao exercício das competências legais e estatutárias de cada um dos restantes órgãos e comissões.	Sim	12. 18. e 22.
I.4.	Conflitos de interesses		
I.4.1.	Deve ser imposta a obrigação de os membros dos órgãos e comissões societárias informarem pontualmente o respectivo órgão ou comissão sobre os factos que possam constituir ou dar causa a um conflito entre os seus interesses e o interesse social.	Sim	89.
I.4.2.	Deverão ser adoptados procedimentos que garantam que o membro em conflito não interfere no processo de decisão, sem prejuízo do dever de prestação de informações e esclarecimentos que o órgão, a comissão ou os respectivos membros lhe solicitarem.	Sim	89.
I.5.	Transações com partes relacionadas		
I.5.1.	O órgão de administração deve definir, com parecer prévio e vinculativo do órgão de fiscalização, o tipo, o âmbito e o valor mínimo, individual ou agregado, dos negócios com partes relacionadas que: (i) requerem a aprovação prévia do órgão de administração (ii) e os que, por serem de valor mais elevado, requerem, ainda, um parecer prévio favorável do órgão de fiscalização.	Não	10. e 89.
I.5.2.	O órgão de administração deve, pelo menos de seis em seis meses, comunicar ao órgão de fiscalização todos os negócios abrangidos pela Recomendação I.5.1.	Sim	18. 22. e 89.
II.	ACIONISTAS E ASSEMBLEIA GERAL		
II.1.	A sociedade não deve fixar um número excessivamente elevado de ações necessárias para conferir direito a um voto, devendo explicitar no relatório de governo a sua opção sempre que a mesma implique desvio ao princípio de que a cada ação corresponde um voto.	Sim	1. e 12.
II.2.	A sociedade não deve adotar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus acionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.	Sim	14.
II.3.	A sociedade deve implementar meios adequados para o exercício do direito de voto por correspondência, incluindo por via electrónica.	Parcial	12.
II.4.	A sociedade deve implementar meios adequados para a participação dos acionistas na assembleia por meios telemáticos.	Não	12.
II.5.	Os estatutos da sociedade que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, seja sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.	Não aplicável	5. e 13.
II.6.	Não devem ser adotadas medidas que determinem pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar o interesse económico na transmissão das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos administradores.	Sim	4. e 6.

Recomendação	Adoção	Remissão
III. ADMINISTRAÇÃO NÃO EXECUTIVA E FISCALIZAÇÃO		
III.1. Sem prejuízo das funções legais do presidente do conselho de administração, se este não for independente, os administradores independentes devem designar entre si um coordenador (<i>lead independent director</i>) para, designadamente, (i) atuar, sempre que necessário, como interlocutor com o presidente do conselho de administração e com os demais administradores, (ii) zelar por que disponham do conjunto de condições e meios necessários ao desempenho das suas funções; e (iii) coordená-los na avaliação do desempenho pelo órgão de administração prevista na recomendação V.1.1.	Não aplicável	18.
III.2. O número de membros não executivos do órgão de administração, bem como o número de membros do órgão de fiscalização e o número de membros da comissão para as matérias financeiras deve ser adequado à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, mas suficiente para assegurar com eficiência as funções que lhes estão cometidas.	Sim	18.
III.3. Em todo o caso, o número de administradores não executivos deve ser superior ao de administradores executivos.	Não	18.
III.4. Cada sociedade deve incluir um número não inferior a um terço mas sempre plural, de administradores não executivos que cumpram os requisitos de independência. Para efeitos desta recomendação, considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade, nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de: <ul style="list-style-type: none"> i. Ter exercido durante mais de doze anos, de forma contínua ou intercalada, funções em qualquer órgão da sociedade; ii. Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos; iii. Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva; iv. Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo para além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador; v. Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores da sociedade, de administradores de pessoa coletiva titular de participação qualificada na sociedade ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada; vi. Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participações qualificadas. 	Não	18.
III.5. O disposto no parágrafo (i) da recomendação III.4 não obsta à qualificação de um novo administrador como independente se, entre o termo das suas funções em qualquer órgão da sociedade e a sua nova designação, tiverem entretanto decorrido pelo menos três anos (<i>cooling-off period</i>).	Não aplicável	18.
III.6. Os administradores não-executivos devem participar na definição, pelo órgão de administração, da estratégia, principais políticas, estrutura empresarial e decisões que devam considerar-se estratégicas para a sociedade em virtude do seu montante ou risco, bem como na avaliação do cumprimento destas.	Não aplicável	18.
III.7. O conselho geral e de supervisão deve, no quadro das suas competências legais e estatutárias, colaborar com o conselho de administração executivo na definição da estratégia, principais políticas, estrutura empresarial e decisões que devam considerar-se estratégicas para a sociedade, em virtude do seu montante ou risco, bem como na avaliação do cumprimento destas.	Não aplicável	18.
III.8. Com respeito pelas competências que lhe são conferidas por lei, o órgão de fiscalização deve, em especial, acompanhar, avaliar e pronunciar-se sobre as linhas estratégicas e a política de risco definidas pelo órgão de administração.	Parcial	51.
III.9. As sociedades devem constituir comissões internas especializadas adequadas à sua dimensão e complexidade, abrangendo, separada ou cumulativamente, as matérias de governo societário, de remunerações e avaliação do desempenho, e de nomeações.	Parcial	24. e 66.
III.10. Os sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna devem ser estruturados em termos adequados à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade.	Sim	50. e 51.
III.11. O órgão de fiscalização e a comissão para as matérias financeiras devem fiscalizar a eficácia dos sistemas e de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna e propor os ajustamentos que se mostrem necessários.	Parcial	51.

Recomendação		Adoção	Remissão
III.12.	O órgão de fiscalização deve pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços de controlo interno, incluindo controlo de cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de <i>compliance</i>) e de auditoria interna, e devem ser destinatários dos relatórios realizados por estes serviços, pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais irregularidades.	Não	51.
IV. ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA			
IV.1.	O órgão de administração deve aprovar, através de regulamento interno ou mediante via equivalente, o regime de atuação dos executivos e do exercício por estes de funções executivas em entidades fora do grupo.	Não	22.
IV.2.	O órgão de administração deve assegurar que a sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos e não deve delegar poderes, designadamente, no que respeita a: i) definição da estratégia e das principais políticas da sociedade; ii) organização e coordenação da estrutura empresarial; iii) matérias que devam ser consideradas estratégicas em virtude do seu montante, risco ou características especiais.	Sim	9. e 21.
IV.3.	O órgão de administração deve fixar objetivos em matéria de assunção de riscos e zelar pela sua prossecução.	Sim	53.
IV.4.	O órgão de fiscalização deve organizar-se internamente, implementando mecanismos e procedimentos de controlo periódico com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos pela sociedade são consistentes com os objetivos fixados pelo órgão de administração.	Não	51. e 54.
V. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, REMUNERAÇÕES E NOMEAÇÕES			
V.1. Avaliação Anual de Desempenho			
V.1.1.	O órgão de administração deve avaliar anualmente o seu desempenho, bem como o desempenho das suas comissões e dos administradores delegados, tendo em conta o cumprimento do plano estratégico da sociedade e do orçamento, a gestão de riscos, o seu funcionamento interno e o contributo de cada membro para o efeito, e o relacionamento entre órgãos e comissões da sociedade.	Parcial	24. e 25.
V.1.2.	O órgão de fiscalização deve fiscalizar a administração da sociedade e, em particular, avaliar anualmente o cumprimento do plano estratégico da sociedade e do orçamento, a gestão de riscos, o funcionamento interno do órgão de administração e das suas comissões, bem como o relacionamento entre órgãos e comissões da sociedade.	Parcial	24. e 51.
V.2 Remunerações			
V.2.1.	A fixação das remunerações deve competir a uma comissão, cuja composição assegure a sua independência em face da administração.	Sim	66. e 67.
V.2.2.	A comissão de remunerações deve aprovar, no início de cada mandato, fazer executar e confirmar, anualmente, a política de remuneração dos membros dos órgãos e comissões da sociedade, no âmbito da qual sejam fixadas as respectivas componentes fixas, e, quanto aos administradores executivos ou administradores pontualmente investidos de tarefas executivas, caso exista componente variável da remuneração, os respectivos critérios de atribuição e de mensuração, os mecanismos de limitação, os mecanismos de diferimento do pagamento da remuneração e os mecanismos de remuneração baseados em opções ou ações da própria sociedade.	Sim	69.
V.2.3.	A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, deverá conter adicionalmente: <ul style="list-style-type: none"> i. A remuneração total discriminada pelos diferentes componentes, a proporção relativa da remuneração fixa e da remuneração variável, uma explicação do modo como a remuneração total cumpre a política de remuneração adotada, incluindo a forma como contribui para o desempenho da sociedade a longo prazo, e informações sobre a forma como os critérios de desempenho foram aplicados; ii. As remunerações provenientes de sociedades pertencentes ao mesmo grupo; iii. O número de ações e de opções sobre ações concedidas ou oferecidas, e as principais condições para o exercício dos direitos, incluindo o preço e a data desse exercício e qualquer alteração dessas condições; iv. Informações sobre a possibilidade de solicitar a restituição de uma remuneração variável; v. Informações sobre qualquer afastamento do procedimento de aplicação da política de remuneração aprovada, incluindo a explicação da natureza das circunstâncias excecionais e a indicação dos elementos específicos objeto de derrogação; vi. Informações quanto à exigibilidade ou inexigibilidade de pagamentos relativos à cessação de funções de administradores. 	Sim	69.

Recomendação		Adoção	Remissão
V.2.4.	Para cada mandato, a comissão de remunerações deve igualmente aprovar o regime de pensões dos administradores, se os estatutos as admitirem, e o montante máximo de todas as compensações a pagar ao membro de qualquer órgão ou comissão da sociedade em virtude da respectiva cessação de funções.	Não	76.
V.2.5.	A fim de prestar informações ou esclarecimentos aos acionistas, o presidente ou, no seu impedimento, outro membro da comissão de remunerações deve estar presente na assembleia geral anual e em quaisquer outras se a respectiva ordem de trabalhos incluir assunto conexo com a remuneração dos membros dos órgãos e comissões da sociedade ou se tal presença tiver sido requerida por acionistas.	Sim	67.
V.2.6.	Dentro das limitações orçamentais da sociedade, a comissão de remunerações deve poder decidir livremente a contratação, pela sociedade, dos serviços de consultadoria necessários ou convenientes para o exercício das suas funções. A Comissão de remunerações deve assegurar que os serviços são prestados com independência e que os respectivos prestadores não serão contratados para a prestação de quaisquer outros serviços à própria sociedade ou a outras que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo sem autorização expressa da Comissão.	Sim	67.
V.3.	Remunerações dos Administradores		
V.3.1.	Tendo em vista o alinhamento de interesses entre a sociedade e os administradores executivos, uma parte da remuneração destes deve ter natureza variável que reflita o desempenho sustentado da sociedade e não estimule a assunção de riscos excessivos.	Sim	70. e 71.
V.3.2.	Uma parte significativa da componente variável deve ser parcialmente diferida no tempo, por um período não inferior a três anos, associando-a à confirmação da sustentabilidade do desempenho, nos termos definidos em regulamento interno da sociedade.	Sim	70., 71. e 72.
V.3.4.	Quando a remuneração variável compreender opções ou outros instrumentos direta ou indiretamente dependentes do valor das ações, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.	Não aplicável	74.
V.3.5.	A remuneração dos administradores não executivos não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.	Não aplicável	66.
V.3.6.	A sociedade deve estar dotada dos instrumentos jurídicos adequados para que a cessação de funções antes do termo do mandato não origine, direta ou indiretamente, o pagamento ao administrador de quaisquer montantes além dos previstos na lei, devendo explicitar os instrumentos jurídicos adotados no relatório de governo da sociedade.	Não	83.
V.4.	Nomeações		
V.4.1.	A sociedade deve, nos termos que considere adequados, mas de forma suscetível de demonstração, promover que as propostas para eleição dos membros dos órgãos sociais sejam acompanhadas de fundamentação a respeito da adequação do perfil, conhecimentos e currículo à função a desempenhar por cada candidato.	Sim	16. e 17.
V.4.2.	A não ser que a dimensão da sociedade o não justifique, a função de acompanhamento e apoio às designações de quadros dirigentes deve ser atribuída a uma comissão de nomeações.	Não	27.
V.4.3.	Esta comissão inclui uma maioria de membros não executivos independentes.	Não aplicável	27.
V.4.4.	A comissão de nomeações deve disponibilizar os seus termos de referência e deve induzir, na medida das suas competências, processos de seleção transparentes que incluam mecanismos efetivos de identificação de potenciais candidatos, e que sejam escolhidos para proposta os que apresentem maior mérito, melhor se adequem às exigências da função e promovam, dentro da organização, uma diversidade adequada incluindo de género.	Não aplicável	27.
VI.	GESTÃO DE RISCO		
VI.1.	O órgão de Administração deve debater e aprovar o plano estratégico e a política de risco da sociedade, que inclua a definição de níveis de risco considerados aceitáveis.	Não	54.
VI.2.	Tendo por base a sua política de risco, a sociedade deve instituir um sistema de gestão de riscos, identificando (i) os principais riscos a que se encontra sujeita no desenvolvimento da sua atividade, (ii) a probabilidade de ocorrência dos mesmos e o respetivo impacto, (iii) os instrumentos e medidas a adoptar tendo em vista a respetiva mitigação, (iv) os procedimentos de monitorização, visando o seu acompanhamento e (v) o procedimento de fiscalização, avaliação periódica e de ajustamento do sistema.	Parcial: subrecomendações (i), (ii), (iv)	53. e 54.
VI.3.	A sociedade deve avaliar anualmente o grau de cumprimento interno e o desempenho do sistema de gestão de riscos, bem como a perspetiva de alteração do quadro de risco anteriormente definido.	Sim	54.

Recomendação		Adoção	Remissão
VII.	INFORMAÇÃO FINANCEIRA		
VII.1.	Informação financeira		
VII.1.1.	O regulamento interno do órgão de fiscalização deve impor que este fiscalize a adequação do processo de preparação e de divulgação de informação financeira pelo órgão de administração, incluindo a adequação das políticas contabilísticas, das estimativas, dos julgamentos, das divulgações relevantes e sua aplicação consistente entre exercícios, de forma devidamente documentada e comunicada.	Parcial	55.
VII.2.	Revisão legal das contas e fiscalização		
VII.2.1.	Através de regulamento interno, o órgão de fiscalização deve definir: <ul style="list-style-type: none"> i. Os critérios e o processo de seleção do revisor oficial de contas; ii. A metodologia de comunicação da sociedade com o revisor oficial de contas; iii. Os procedimentos de fiscalização destinados a assegurar a independência do revisor oficial de contas; iv. Os serviços distintos de auditoria que não podem ser prestados pelo revisor oficial de contas. 	Não	45.
VII.2.2.	O órgão de fiscalização deve ser o principal interlocutor do revisor oficial de contas na sociedade e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços.	Não	45.
VII.2.3.	O órgão de fiscalização deve avaliar anualmente o trabalho realizado pelo revisor oficial de contas, a sua independência e adequação para o exercício das funções e propor ao órgão competente sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito.	Sim	45.
VII.2.4.	O revisor oficial de contas deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações dos órgãos sociais, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização.	Sim	51. e 67.
VII.2.5.	O revisor oficial de contas deve colaborar com o órgão de fiscalização, prestando-lhe imediatamente informação sobre quaisquer irregularidades relevantes para o desempenho das funções do órgão de fiscalização que tenha detetado, bem como quaisquer dificuldades com que se tenha deparado no exercício das suas funções.	Sim	41.

3. Outras informações

A sociedade deverá fornecer quaisquer elementos ou informações adicionais que, não se encontrando vertidas nos pontos anteriores, sejam relevantes para a compreensão do modelo e das práticas de governo adotadas.

No dia 13 de setembro de 2019 a "Teixeira Duarte, S.A." aprovou em reunião do seu Conselho de Administração - tendo por base o Guião em vigor (Artigo.º 1.º c) e Artigo 4.º do Despacho Normativo n.º 18/2019 - um Plano para Igualdade, em conformidade com o disposto no artigo 7.º a), da Lei n.º 62/2017, o qual, conforme determinado no Artigo 3.º, n.º 3 do Despacho Normativo 18/2019, foi comunicado no SDI (Sistema de Difusão de Informação) da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários, cuja descrição é aqui divulgada:

1. Enquadramento Legal

A Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto determinou que os órgãos de administração e de fiscalização das sociedades emittentes de ações admitidas à negociação em mercado regulamentado passassem progressivamente a ter uma composição equilibrada

em termos de género, o que a "Teixeira Duarte, S.A." cumpriu por ocasião da sua Assembleia Geral eletiva do passado dia 27 de maio de 2019.

Contudo, no seu Artigo 7.º, a referida Lei n.º 62/2017 alargou o seu âmbito para lá da composição dos órgãos de administração e de fiscalização das sociedades cotadas em bolsa, impondo que:

- a) As empresas cotadas em bolsa devem elaborar anualmente planos para a igualdade tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre mulheres e homens, promovendo a eliminação da discriminação em função do sexo e fomentando a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional, devendo publicá-los no respetivo sítio na Internet.
- b) Os referidos planos devem seguir o previsto no Guião para a implementação de planos de igualdade para as empresas, disponível no sítio da internet da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.

Em 21 de junho deste ano a Presidência do Conselho de Ministros, Finanças, Administração Interna e Trabalho, Solidariedade

e Segurança Social publicou, em Diário da República, o Despacho Normativo 18/2019, que entrou em vigor no dia seguinte, sendo que este diploma determinou:

- a) Os procedimentos para a realização das comunicações a que estão obrigadas as entidades do setor público empresarial e as empresas cotadas em bolsa, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 7.º e no n.º 3 do artigo 8.º da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto;
- b) (...)
- c) A produção de um Guião para efeito de elaboração dos planos para a igualdade anuais, nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 7.º da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto;

Neste enquadramento, no dia 13 de setembro de 2019 a "Teixeira Duarte, S.A." aprovou em reunião do seu Conselho de Administração um Plano para Igualdade (Artigo 7.º a), da Lei n.º 62/2017), tendo por base o Guião em vigor (Artigo.º 1.º c) e Artigo 4.º do Despacho Normativo n.º 18/2019), o qual, conforme determinado no Artigo 3.º, n.º 3 do Despacho Normativo 18/2019, é comunicado no SDI (Sistema de Difusão de Informação) da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários, sendo automaticamente remetidos à CIG (Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género) e à CITE (Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego) e publicado no respetivo sítio na Internet da sociedade (Lei n.º 62/2017).

2. Enquadramento na Teixeira Duarte, S.A

A atuação da Teixeira Duarte, S.A. tem por base a sua Missão e Valores e conforma-se com as Declarações de Direitos Humanos da ONU, os Princípios Orientadores da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a legislação nacional e internacional e os 10 princípios para o Pacto Global das Nações Unidas nos domínios dos Direitos Humanos, Práticas Laborais, Ambiente, Anticorrupção e Suborno, Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo e Concorrência.

A "Teixeira Duarte, S.A." tem em vigor um Código de Ética e Conduta de cumprimento obrigatório a todos os seus colaboradores e que no seu capítulo sobre "Compromissos com as Regras Laborais" consagra expressamente a obrigatoriedade de igualdade de tratamento e não discriminação, bem como a promoção da conciliação com a vida familiar e pessoal e proteção na parentalidade.

Sucedo que em 2020 a Teixeira Duarte, S.A. não terá qualquer trabalhador para além dos membros dos órgãos sociais, sendo de referir a esse propósito que, nesse âmbito, a Teixeira Duarte,

S.A. tem em vigor uma Política de Diversidade dos Órgãos de Administração e Fiscalização, aprovada em Assembleia Geral.

Nesta circunstância, foi entendido que a forma mais eficiente de alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre mulheres e homens, promovendo a eliminação da discriminação em função do sexo e fomentando a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional, será a de elaborar um Plano para Igualdade que apresente um conjunto de objetivos e medidas a implementar e desenvolver pelas suas participadas de forma adequada às suas realidades de atuação, tanto geográficas como setoriais, pois as empresas do Grupo Teixeira Duarte operam em seis setores diferentes (construção, concessões e serviços, imobiliária, hotelaria, distribuição e automóvel) em 20 países com culturas e enquadramentos legais muito distintos.

3. Âmbito e Estrutura do Plano para a Igualdade

O presente Plano para a Igualdade abrange as seguintes áreas:

- a) Igualdade no acesso ao emprego;
- b) Igualdade nas condições de trabalho;
- c) Igualdade remuneratória;
- d) Proteção na parentalidade;
- e) Conciliação da atividade profissional com a vida familiar e pessoal

Para cada uma destas áreas, o presente Plano expõe:

- a) Objetivos pretendidos;
- b) Elenco de medidas a tomar,

cabendo depois a cada uma das empresas do Grupo Teixeira Duarte:

- c) Fazer a descrição da situação atual;
- d) Fazer a avaliação da situação atual;
- e) Indicar as metas e planeamentos para que se alcancem os objetivos descritos neste plano, bem como outros que entendam desenvolver de acordo com as respetivas realidades de atuação.

4. Atuação para a igualdade

Objetivos

Garantir que os princípios de igualdade de género e de não discriminação sejam um modo de estar na organização inerente à atuação de cada indivíduo, equipa ou entidade.

Medidas

- a) *Dar um destaque proporcionado em matéria de igualdade de género e de não discriminação nas campanhas de formação de acolhimento (para todos os novos trabalhadores e tendo em atenção as funções a desempenhar ou que possam vir a desempenhar);*
- b) *Desenvolver esta matéria nos próximos Relatórios de Gestão e equivalentes;*
- c) *Implementar um sistema específico que permita compreender, atuar, definir objetivos e metas e a sua monitorização. Nomear uma estrutura multidisciplinar e interna para acompanhar e monitorizar o sistema.*

5. Igualdade no Acesso ao Emprego

Objetivos

Garantir que o Princípio da Igualdade de Género seja efetivamente implementado durante o processo de recrutamento e seleção de colaboradoras e colaboradores.

Medidas

- a) *Elaboração de um procedimento para o recrutamento e seleção e que inclua a indicação das funções, grau de formação, experiência profissional na candidatura, a indicação do júri ou da equipa de avaliação e seleção, os critérios de seleção e de contratação, incluindo eventuais entrevistas à distância e presenciais;*
 - b) *Formação dos júris ou das equipas de avaliação em matéria de não discriminação em função do sexo;*
 - c) *Monitorização do conteúdo dos anúncios para despistar situações de inconformidade material.*
- 6. Igualdade nas Condições de Trabalho**

Objetivos

Promoção de condições efetivas e programadas para a gestão de carreiras na organização, atendendo ao princípio programático de "pessoa certa no lugar certo."

Medidas

Implementar um sistema para monitorização das promoções, desempenho de novas atividades em função do número total de colaboradores, direções e áreas de atuação, sexo, e tendo em atenção a antiguidade, potencial de evolução na carreira, lealdade e capacidade de gestão técnica e de recursos humanos.

7. Igualdade remuneratória

Objetivos

Promoção do princípio programático de "salário igual para trabalho igual ou de valor igual" atendendo aos valores da organização: engenho, verdade e compromisso.

Medidas

Implementar um sistema para monitorização das situações que violem aparentemente o princípio de "salário igual para trabalho igual ou de valor igual", definindo regras e conceitos para a sua distinção

8. Proteção na Parentalidade

Objetivos

Garantir que os direitos à proteção na parentalidade e assistência à família sejam efetivamente conhecidos pelos colaboradores e que a decisão sobre o exercício destes direitos sejam exclusivamente da esfera dos próprios interessados.

Medidas

- a) *Divulgação dos direitos dos colaboradores em matéria de proteção na parentalidade, escritos de uma forma clara e simples;*
 - b) *Implementação de um sistema que permita monitorizar desvios no comportamento da organização, em matéria de remuneração, oportunidades de formação e de progressão na carreira, antes e após o início da ou das licenças de parentalidade.*
- 9. Conciliação da atividade profissional com a vida familiar e pessoal**

Objetivos

Promover novas formas de organização do trabalho de modo a permitir uma real conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal dos colaboradores e colaboradoras.

Medidas

- a) *A organização deve avaliar, as formas de organização do tempo de trabalho, nomeadamente o teletrabalho, trabalho a tempo parcial e a existência de horários flexíveis;*
- b) *Instituição de um canal para receção de ideias que tenham ou que possam ter, impacte significativo sobre a conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal.*



Teixeira Duarte

Relatório e Contas 2019

Demonstrações Financeiras Individuais 2019

I. BALANÇO

Rúbricas	Notas	2019	2018
Ativo			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	7	588	745
Goodwill	8 e 9	19.503	22.753
Ativos intangíveis	6	127	134
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	9	1.085.154	1.131.984
Outros investimentos financeiros	15.1	13	12
Ativos por impostos diferidos	14	8.023	8.387
		1.113.408	1.164.015
Ativo corrente:			
Clientes	15.1	7.072	16.602
Estado e outros entes públicos	15.1	5.493	1.548
Outros créditos a receber	15.1	31.154	59.457
Diferimentos	15.1	891	318
Caixa e depósitos bancários	4	167	1.603
		44.777	79.528
Total do Ativo		1.158.185	1.243.543
Capital próprio e Passivo			
Capital próprio:			
Capital subscrito	23	210.000	210.000
Reservas legais	23	42.000	42.000
Outras reservas	23	234.672	230.000
Resultados transitados:			
Resultados transitados		6.116	6.116
Lucros não atribuídos - método da equivalência patrimonial		(320.574)	(287.212)
Ajustamentos /outras variações no capital próprio:			
Lucros não atribuídos - método da equivalência patrimonial		320.574	287.212
Outros ajustamentos em ativos financeiros		(119.122)	(38.774)
		373.666	449.342
Resultado líquido do período		7.879	4.672
Total do Capital próprio		381.545	454.014
Passivo			
Passivo não corrente:			
Financiamentos obtidos	15.2	219.314	221.625
Outras dívidas a pagar	15.2	216.786	259.506
		436.100	481.131
Passivo corrente:			
Fornecedores	15.2	68.180	44.421
Estado e outros entes públicos	15.2	6.590	1.060
Financiamentos obtidos	15.2	49.520	44.862
Outras dívidas a pagar	15.2	216.249	218.055
Diferimentos	15.2	1	-
		340.540	308.398
Total do Passivo		776.640	789.529
Total do Capital próprio e Passivo		1.158.185	1.243.543

(Valores em milhares de euros)
O anexo faz parte integrante do Balanço em 31 de dezembro de 2019.

II. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Rendimentos e gastos	Notas	2019	2018 Reexpresso
Vendas e serviços prestados	11	8.230	13.910
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias	9 e 10	35.018	34.862
Fornecimentos e serviços externos	19	(4.337)	(6.406)
Gastos com o pessoal	18	(7.223)	(11.996)
Outros rendimentos	20	3.253	3.739
Outros gastos	21	(298)	(1.768)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		34.643	32.341
Gastos de depreciação e de amortização	6, 7, 8 e 9	(3.456)	(3.466)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		31.187	28.875
Juros e rendimentos similares obtidos	11 e 17	1.521	355
Juros e gastos similares suportados	17	(27.552)	(26.884)
Resultado antes de impostos		5.156	2.346
Imposto sobre o rendimento do período	14	2.723	2.326
Resultado líquido do período		7.879	4.672

(Valores em milhares de euros)

O anexo faz parte integrante da Demonstração dos resultados por naturezas em 31 de dezembro de 2019.

III. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Capital próprio atribuído aos detentores do capital									
Descrição	Notas	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros de subsidiárias	Resultado líquido do período	Total	
Saldo em 1 de janeiro de 2018	1	210.000	42.000	243.660	(250.445)	234.567	(15.359)	464.423	
Alterações no período:									
Aplicação do método da equivalência patrimonial	9	-	-	-	(28.962)	13.881	-	(15.081)	
Aplicação de resultados		-	-	-	(15.359)	-	15.359	-	
	2	-	-	-	(44.321)	13.881	15.359	(15.081)	
Resultado líquido do período	3						4.672	4.672	
Resultado integral do período	4=2+3							(10.409)	
Operações com detentores de capital no período:									
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	(13.660)	13.670	(10)	-	-	
	5	-	-	(13.660)	13.670	(10)	-	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	6=1+2+3+5	210.000	42.000	230.000	(281.096)	248.438	4.672	454.014	
Saldo em 1 de janeiro de 2019	7	210.000	42.000	230.000	(281.096)	248.438	4.672	454.014	
Alterações no período:									
Aplicação do método da equivalência patrimonial	9	-	-	-	(33.362)	(46.986)	-	(80.348)	
Aplicação de resultados	23	-	-	4.672	(4.672)	-	(4.672)	(4.672)	
	8	-	-	4.672	(38.034)	(46.986)	(4.672)	(85.020)	
Resultado líquido do período	9						7.879	7.879	
Resultado integral do período	10=8+9							(77.141)	
Operações com detentores de capital no período:									
Outras operações		-	-	-	4.672	-	-	4.672	
	11	-	-	-	4.672	-	-	4.672	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	12=7+8+9+11	210.000	42.000	234.672	(314.458)	201.452	7.879	381.545	

(Valores em milhares de euros)

O anexo faz parte integrante da Demonstração das alterações no capital próprio em 31 de dezembro de 2019.

IV. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Descrição	Notas	2019	2018
Atividades Operacionais:			
Recebimentos de clientes		8.497	18.795
Pagamentos a fornecedores		(4.640)	(9.608)
Pagamentos ao pessoal		(4.670)	(6.184)
Caixa gerada pelas operações		(813)	3.003
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		494	(828)
Outros recebimentos/pagamentos		(3.827)	(7.726)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		(4.146)	(5.551)
Atividades de investimento:			
Pagamentos respeitantes a:			
- Ativos fixos tangíveis		(38)	(333)
- Ativos intangíveis		(51)	-
- Investimentos financeiros	4	-	(15.000)
- Partes relacionadas		(34.158)	(130.564)
Recebimentos provenientes de:			
- Investimentos financeiros	4	-	33.449
- Juros e rendimentos similares		1.794	123
- Dividendos	4	1.500	5.577
- Partes relacionadas		44.939	86.959
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		13.986	(19.789)
Atividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
- Financiamento obtidos	15.2	1.603	212.746
- Partes relacionadas	15.2	34.149	182.710
Pagamentos respeitantes a:			
- Financiamento obtidos	15.2	(10.973)	(131.491)
- Juros e gastos similares		(13.623)	(8.823)
- Partes relacionadas	15.2	(22.432)	(228.388)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(11.276)	26.754
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(1.436)	1.414
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	1.603	189
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	167	1.603

(Valores em milhares de euros)
O anexo faz parte integrante da Demonstração de fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2019.

ANEXO

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Teixeira Duarte, S.A. (adiante designada por Teixeira Duarte ou Empresa), número de pessoa coletiva 509.234.526, tem sede em Porto Salvo, foi constituída em 30 de novembro de 2009 e tem como atividade principal a realização e gestão de investimentos, a coordenação e supervisão de outras sociedades integradas ou relacionadas com o seu grupo empresarial, atuando essencialmente nos domínios do planeamento estratégico e organizativo.

As demonstrações financeiras anexas referem-se à Empresa em termos individuais, tendo os investimentos financeiros em empresas subsidiárias sido registados pelo método da equivalência patrimonial, tal como explicado na Nota 3.2.a).

Todos os valores deste anexo estão expressos em milhares de euros.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com as retificações da Declaração de Retificação n.º 67-B/2009, de 11 de setembro, e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que veio introduzir no Sistema de Normalização Contabilística (SNC) as alterações consideradas indispensáveis para garantir a sua conformidade com a Diretiva n.º 2013/34/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho, sendo conseqüentemente alteradas as Portarias e os Avisos relativos aos instrumentos contabilísticos que compõem o SNC.

Não foram derogadas quaisquer disposições do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade, pelo que não há quaisquer efeitos nas demonstrações financeiras decorrentes desta situação.

2.1 NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 A EMPRESA PROCEDEU ÀS SEGUINTE “REEXPRESSÕES”

Demonstração de resultados por naturezas

Para efeitos comparativos com o período homólogo, as “reexpressões” efetuadas relativamente ao período findo em 31 de dezembro de 2018 são como segue:

	2018	"Reexpressão"	2018 "Reexpresso"
Rendimentos e gastos			
Vendas e serviços prestados	13.910	-	13.910
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias	34.862	-	34.862
Fornecimentos e serviços externos	(6.406)	-	(6.406)
Gastos com o pessoal	(11.996)	-	(11.996)
Outros rendimentos	3.094	645	3.739
Outros gastos	(1.768)	-	(1.768)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	31.696	645	32.341
Gastos de depreciação e de amortização	(3.466)	-	(3.466)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	28.230	645	28.875
Juros e rendimentos similares obtidos	1.000	(645)	355
Juros e gastos similares suportados	(26.884)	-	(26.884)
Resultado antes de impostos	2.346	-	2.346
Imposto sobre o rendimento do período	2.326	-	2.326
Resultado líquido do período	4.672	-	4.672

No exercício findo de 31 de dezembro de 2019, a reexpressão é referente à reclassificação dos montantes de garantias da rubrica “Juros e rendimentos similares obtidos” para “Outros rendimentos”

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 BASES DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção do custo histórico, no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do SNC.

3.2 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do SNC.

a) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas subsidiárias são registados pelo método de equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou deduzido da diferença entre esse custo de aquisição e o valor proporcional à participação nos

capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do referido método.

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em subsidiárias e a parte do investidor no justo valor líquido dos ativos e passivos contingentes identificáveis da subsidiária, se positivas, são registadas como *Goodwill* ou mantidos na rubrica de investimentos em empresas subsidiárias. Nos casos em que o custo de aquisição é inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada (*Goodwill* negativo) é registada como ganho do período em que ocorre a aquisição, na rubrica “Outros rendimentos e ganhos”.

As amortizações são calculadas, pelo método da linha reta em conformidade com o período de utilidade esperada pela empresa para o *Goodwill* em causa. A amortização é realizada de acordo com a seguinte vida útil estimada:

	Anos de vida útil
<i>Goodwill</i>	10

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas subsidiárias por contrapartida de “Ganhos/perdas imputados de subsidiárias”, e por outras variações ocorridas nos seus capitais próprios por contrapartida da rubrica de “Outros ajustamentos em ativos financeiros”, bem como pelo reconhecimento de perdas por imparidade. Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

Quando as perdas em subsidiárias excedem o investimento efetuado nessas entidades é reconhecida uma provisão até ao limite da participação nas mesmas.

b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis utilizados na produção, prestação de serviços ou para uso administrativo, são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo as despesas imputáveis à compra, deduzido da depreciação acumulada e perdas por imparidade, quando aplicáveis.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados pelo método da linha reta, de acordo com a sua vida útil estimada, a partir da data em que os mesmos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido e cessa quando os ativos são alienados ou passam a ser classificados como ativos não correntes detidos para venda. A depreciação é realizada de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10
Equipamento de transporte	4 - 5
Equipamento administrativo	3 - 10

As benfeitorias e beneficiações apenas são registadas como ativo nos casos em que correspondem à substituição de bens, os quais são abatidos, ou conduzam a um acréscimo dos benefícios económicos futuros.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados nas rubricas de “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

c) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem essencialmente direitos contratuais sobre programas de computador, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros para a empresa, sejam controláveis pela empresa e o respetivo valor possa ser medido com fiabilidade.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de *software* são registados como custos na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes custos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a empresa. Nestas situações, estes custos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, a partir da data em que os mesmos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido, pelo método da linha reta em conformidade com o período de utilidade esperada pela empresa para os ativos em causa. A amortização é realizada de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Programas de computador	3 - 6

d) Regime do acréscimo

Os rendimentos e gastos são registados de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, pelo qual estes são reconhecidos à medida que são gerados.

Os rendimentos e gastos cujo valor real não seja conhecido são estimados com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas nas rubricas de “Outros créditos a receber” e “Diferimentos” no ativo e “Outras dívidas a pagar” e “Diferimentos” no passivo.

e) Custos de empréstimos obtidos

Os custos com empréstimos são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que respeitam, exceto na medida em que os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição, construção e produção de ativos que levem um período substancial de tempo a ficarem preparados para o uso pretendido são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização, ou final de produção ou construção do ativo, ou quando o projeto em causa se encontra suspenso. Quaisquer proveitos financeiros gerados por empréstimos obtidos antecipadamente e alocáveis a um investimento específico são deduzidos aos custos financeiros elegíveis para capitalização.

f) Rédito

Os réditos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

O rédito proveniente de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos futuros fluam para a empresa e o respetivo montante possa ser valorizado e mensurado com fiabilidade.

g) Saldos e transações expressas em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Empresa) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas em gan-

hos e perdas de financiamento do período em que são geradas.

h) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros e passivos financeiros são reconhecidos quando a empresa se torna parte na respetiva relação contratual.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e depósitos bancários correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com insignificante risco de alteração de valor.

Contas a receber

As contas a receber são mensuradas, quando reconhecidas inicialmente, pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, pelo respetivo custo amortizado, o qual usualmente não difere do seu valor nominal. Quando existe evidência de que as mesmas se encontram em imparidade, procede-se ao registo do correspondente ajustamento em resultados. O ajustamento reconhecido é mensurado pela diferença entre o valor pelo qual as contas a receber se encontram reconhecidas e o valor atual dos fluxos de caixa descontados à taxa de juro efetiva determinada aquando do reconhecimento inicial.

Investimentos

Os investimentos são reconhecidos na data em que são transferidos substancialmente os riscos e vantagens inerentes. São inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transação.

Passivos financeiros e instrumentos de capital

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam. Os instrumentos de capital próprio são contratos que evidenciam um interesse residual nos ativos da empresa após dedução dos passivos.

Os instrumentos de capital próprio emitidos pela empresa são registados pelo valor recebido líquido de custos suportados com a sua emissão.

Contas a pagar

As contas a pagar são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, pelo respetivo custo amortizado, o qual usualmente não difere do seu valor nominal.

Financiamentos obtidos e concedidos

Os financiamentos são registados inicialmente e reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão desses empréstimos e posteriormente mensurados pelo método de custo amortizado. Os encargos financeiros, calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e incluindo prémios a pagar, são contabilizados de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, sendo adicionados ao valor contabilístico do empréstimo caso não sejam liquidados durante o período.

Os financiamentos são registados inicialmente e reconhecidos no ativo pelo valor nominal pago, líquido de despesas com a emissão desses empréstimos e posteriormente mensurados pelo método de custo amortizado. Os encargos financeiros, calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e incluindo prémios a pagar, são contabilizados de acordo com o regime contabilístico do acréscimo.

i) Responsabilidades com pensões

A Empresa proporciona aos seus colaboradores um seguro de reforma constituído no âmbito de uma política social e de incentivos aos trabalhadores. Caracterizando-se pela sua natureza facultativa, é por decisão exclusiva da Administração que se efetuam as contribuições que em cada momento se afigurem adequadas, tendo em consideração o desempenho e a situação económica e financeira. Assim, as contribuições efetuadas são registadas como gasto na data em que são devidas.

Sem prejuízo da sua génese facultativa, a disponibilidade das contribuições efetuadas pela Empresa são exclusivamente as previstas na legislação fiscal aplicável.

j) Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita ao Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS) previsto no artigo 69.º do Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas, do qual é a Teixeira Duarte, S.A. (Empresa-mãe), desde 1 de janeiro de 2012, a sociedade dominante.

O “Imposto sobre o rendimento do período” registado na demonstração dos resultados representa a soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da Empresa de acordo com as regras fiscais em vigor. Os resultados tributáveis podem diferir dos resultados contabilísticos, uma vez que podem excluir diversos gastos e rendimentos que apenas sejam dedutíveis ou tributáveis em períodos futuros, bem como gastos e rendimentos que

nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

O imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal), conforme disposto na NCRF 25 - Impostos sobre o rendimento.

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

No final de cada período é efetuada uma revisão dos impostos diferidos contabilizados, sendo o montante dos mesmos ajustado em função das expectativas de utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do período, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

k) Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, mas são objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados, mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não possa ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

3.3 JUÍZOS DE VALOR DO ÓRGÃO DE GESTÃO

Na preparação das demonstrações financeiras, a Empresa adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem: i) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber; ii) acréscimos e diferimentos; iii) investimentos financeiros; e iv) *goodwill*.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

4. FLUXOS DE CAIXA

Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o detalhe de caixa e depósitos bancários era o seguinte:

	2019	2018
Numerário	-	2
Depósitos à ordem	167	1.601
	167	1.603

Fluxos das atividades de investimento

Os pagamentos relativos a investimentos financeiros nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respeitam às seguintes operações:

	2019	2018
Acordo de Resolução com TDGPIL, S.A.	-	15.000
	-	15.000

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi celebrado com a TDGPIL, S.A., o acordo de resolução o qual estabelece a devolução de 15.000 milhares de euros recebidos no exercício de 2017 a título de sinal pelo contrato de promessa de compra e venda da participação na Lagoas Park, S.A..

Os recebimentos provenientes de investimentos financeiros nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respeitam às seguintes operações:

	2019	2018
Alienação da participação na Lagoas Park, S.A.	-	33.449
	-	33.449

Os recebimentos provenientes de dividendos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, foram como segue:

	2019	2018
LAGOAS PARK, S.A.	-	77
TDGI, S.A.	1.500	1.500
TDGPIL, S.A.	-	4.000
	1.500	5.577

5. PARTES RELACIONADAS

Remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais e da alta direção da empresa

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais da Empresa, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, foram as seguintes:

	2019	2018
Administradores executivos:		
Benefícios de curto prazo	727	1.151
Conselho fiscal:		
Benefícios de curto prazo	66	66
	793	1.217

As remunerações atribuídas aos membros da alta direção da Empresa, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, foram as seguintes:

	2019	2018
Alta direção:		
Benefícios de curto prazo	865	1.943

Saldos e transações

Os termos ou condições praticados entre a Empresa e as suas partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Os principais saldos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, com empresas subsidiárias e outras partes relacionadas podem ser detalhados como segue:

	Clientes		Acionistas		Fornecedores	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Subsidiárias:						
TEIXEIRA DUARTE - E.C., S.A.	-	2.976	-	43.605	67.268	43.259
TEIXEIRA DUARTE - E.C., S.A. (Suc. de Angola)	1.798	2.251	-	-	-	-
TEIXEIRA DUARTE - E.C., S.A. (E.E. da Argélia)	162	162	-	-	-	-
TEIXEIRA DUARTE - E.C., S.A. (Suc. do Brasil)	20	21	-	-	-	-
TEIXEIRA DUARTE - E.C., S.A. (Suc. da Venezuela)	16	16	-	-	-	-
TDGP II, S.A.	61	129	-	-	84	209
TDGI, S.A.	160	514	-	-	-	30
	2.217	6.069	-	43.605	67.352	43.498
Outras partes relacionadas:						
ALVALADE, Lda.	323	516	-	-	-	-
AUTO COMPETIÇÃO, Lda.	126	189	-	-	-	-
BONAPARTE, S.A.	-	33	-	-	-	-
C+PA, S.A.	-	6	-	-	-	-
CND, Lda.	986	3.318	-	-	-	-
COMERCIO DE AUTOMÓVEIS, Lda.	151	252	-	-	-	-
EDUCARE, Lda.	86	337	-	-	-	-
EMPA, S.A.	127	184	-	-	-	-
EPOS, S.A.	-	193	-	-	-	-
ESTA, S.A.	-	51	-	-	-	-
GO CORP, S.A.	-	21	-	-	23	3
HOTEL BAÍA, Lda.	276	605	-	-	-	-
HOTEL TRÓPICO, S.A.	104	235	-	-	-	-
IMOPREDOUÇOS, S.A.	90	4	-	-	-	-
IMOTD, S.A.	-	7	-	-	-	-
LAGOAS HOTEL, S.A.	-	75	-	-	2	2
OCC, Lda.	175	182	-	-	-	-
QUINTA DE CRAVEL, S.A.	-	7	-	-	-	-
SINERAMA, S.A.	-	26	-	-	-	-
SMOTORS, S.A.	-	25	-	-	-	-
SOMAFEL, S.A.	5	261	-	-	-	-
TDA, Lda.	972	1.255	-	-	-	-
TDD, S.A.	-	169	-	-	-	-
TDE, S.A.	-	6	-	-	-	-
TDGI, Lda.	165	354	-	-	-	-
TDO, Lda.	-	119	-	-	-	-
TDVIA, S.A.	-	6	-	-	-	-
TDHC, S.A.	-	20	-	-	-	-
TEDAL, S.A.	-	14	-	-	-	-
TEIXEIRA DUARTE (Angola), Lda.	671	870	-	-	-	-
TEIXEIRA DUARTE (Moçambique), Lda.	204	152	-	-	-	-
TRANSBRITAL, S.A.	-	4	-	-	-	-
OUTROS	320	884	-	-	-	11
	4.781	10.379	-	-	25	17
	6.998	16.448	-	43.605	67.376	43.514

	Financiamentos obtidos		Diferimentos		Outras contas a receber e a pagar	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Subsidiárias:						
TEIXEIRA DUARTE - E.C., S.A.	-	-	257	257	(404.003)	(444.288)
TEIXEIRA DUARTE - E.C., S.A. (Suc. de Angola)	-	-	2	-	-	90
TDGPII, S.A.	22.679	10.962	-	-	(18.072)	(21.445)
TDGI, S.A.	-	-	-	-	2.633	1.617
	22.679	10.962	259	257	(419.442)	(464.026)
Outras partes relacionadas:						
ALVALADE, Lda.	-	-	-	-	-	7
AUTO COMPETIÇÃO, Lda.	-	-	-	-	-	16
BONAPARTE, S.A.	-	-	-	-	658	330
C+PA, S.A.	-	-	-	-	858	1.106
CND, Lda.	-	-	-	-	-	254
EDUCARE, Lda.	-	-	-	-	-	24
EMPA, S.A.	-	-	-	-	-	116
EPOS, S.A.	-	-	-	-	1.598	(302)
ESTA, S.A.	-	-	-	-	435	342
GO CORP, S.A.	-	-	-	-	1.519	490
HOTEL BAÍA, Lda.	-	-	-	-	-	26
HOTEL TRÓPICO, S.A.	-	-	-	-	-	8
IMOPREDOUÇOS, S.A.	-	-	-	-	2.238	2.408
IMOTD, S.A.	-	-	-	-	379	431
LAGOAS HOTEL, S.A.	-	-	-	-	2.614	2.508
QUINTA DE CRAVEL, S.A.	-	-	-	-	252	252
SINERAMA, S.A.	-	-	-	-	252	151
SMOTORS, S.A.	-	-	-	-	(277)	(194)
SOMAFEL, S.A.	-	-	-	-	-	(6)
TDA, Lda.	-	-	-	-	-	120
TDD, S.A.	-	-	-	-	2.085	1.389
TDE, S.A.	-	-	-	-	-	(154)
TDO, Lda.	-	-	-	-	2.146	768
TDVIA, S.A.	-	-	-	-	(1.153)	(979)
TDHC, S.A.	-	-	-	-	(237)	(210)
TEDAL, S.A.	-	-	-	-	404	202
TEIXEIRA DUARTE (Angola), Lda.	-	-	-	-	-	45
TEIXEIRA DUARTE (Moçambique), Lda.	-	-	-	-	-	102
TRANSBRITAL, S.A.	-	-	-	-	1.019	(3)
Outros	-	-	-	-	37	(10)
	-	-	-	-	14.827	9.237
	22.679	10.962	259	257	(404.615)	(454.789)

As principais transações realizadas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, com as empresas subsidiárias e outras partes relacionadas foram como segue:

	Prestações de serviços		Rendimentos financeiros		Outros rendimentos	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Subsidiárias:						
TEIXEIRA DUARTE - E.C., S.A.	7.585	5.374	1.521	278	1.912	1.317
TEIXEIRA DUARTE - E.C., S.A. (Suc. de Angola)	1	386	-	-	-	-
TEIXEIRA DUARTE - E.C., S.A. (E.E. da Argélia)	-	3	-	-	-	-
TEIXEIRA DUARTE - E.C., S.A. (Suc. do Brasil)	1	90	-	-	-	-
TEIXEIRA DUARTE - E.C., S.A. (Suc. da Venezuela)	-	1	-	-	-	-
TDGP II, S.A.	140	1.846	-	77	-	159
TDGI, S.A.	220	1.032	-	-	148	288
	7.947	8.732	1.521	355	2.060	1.764
Outras partes relacionadas:						
AUTO COMPETIÇÃO, Lda.	(16)	73	-	-	-	-
AVENIDA, Lda.	-	94	-	-	-	-
BONAPAPEL, Lda.	-	26	-	-	-	-
CND, Lda.	(11)	526	-	-	-	-
COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, Lda.	-	64	-	-	-	-
EDUCARE, Lda.	29	102	-	-	-	-
EMPA, S.A.	10	328	-	-	-	-
EPOS, S.A.	66	520	-	-	-	9
ESTA, S.A.	74	222	-	-	123	216
GO CORP, S.A.	-	35	-	-	-	-
HOTEL BAÍA, Lda.	(9)	58	-	-	-	-
HOTEL TRÓPICO, S.A.	-	100	-	-	-	-
IMOPREDOUÇOS, S.A.	74	8	-	-	-	-
LAGOAS HOTEL, S.A.	1	130	-	-	-	9
RECOLTE, S.A.	1	112	-	-	-	-
SINERAMA, S.A.	-	50	-	-	-	2
SMOTORS, S.A.	2	51	-	-	-	-
SOMAFEL, S.A.	54	520	-	-	-	38
TDA, Lda.	32	156	-	-	-	-
TDD, S.A.	123	513	-	-	-	18
TDGI, Lda.	20	32	-	-	-	-
TDGI Manutenção, A.C.E.	1	73	-	-	-	4
TDHC, S.A.	-	46	-	-	-	3
TDO, Lda.	1	240	-	-	-	15
TDSP - Alta Vista II, Lda.	-	(49)	-	-	-	-
TDSP - Alta Vista IV, Lda.	(31)	73	-	-	-	-
TDSP - Gualaxos, Lda.	(12)	66	-	-	-	-
TDSP - Participações, Lda.	-	105	-	-	-	-
TDSP - Verum Moomca, Lda.	-	(28)	-	-	-	-
TDVIA, S.A.	-	11	-	-	-	28
TEIXEIRA DUARTE (Angola), Lda.	(37)	212	-	-	-	-
TEIXEIRA DUARTE (Moçambique), Lda.	(52)	194	-	-	-	-
VAUCO, Lda.	(27)	(21)	-	-	-	-
Outros	(22)	470	-	-	-	19
	271	5.112	-	-	123	361
	8.218	13.844	1.521	355	2.183	2.125

	Compras e aquisições		Serviços obtidos		Gastos com o pessoal		Gastos financeiros	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Subsidiárias:								
TEIXEIRA DUARTE - E.C., S.A.	-	122	878	888	-	(246)	17.820	17.922
TEIXEIRA DUARTE - E.C., S.A. (Suc. de Angola)	-	-	(2)	-	-	-	-	-
TDGP II, S.A.	-	-	-	209	-	-	733	1.485
TDGI, S.A.	-	-	35	127	-	-	-	-
	-	122	911	1.224	-	(246)	18.553	19.407
Outras partes relacionadas:								
GO CORP, S.A.	-	-	4	5	-	-	-	-
LAGOAS HOTEL, S.A.	-	-	27	26	-	-	-	-
SOMAFEL, S.A.	-	-	(14)	14	-	-	-	-
TDGI Manutenção, A.C.E.	-	-	2	114	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	9	-
	-	-	19	159	-	-	9	-
	-	122	930	1.383	-	(246)	18.562	19.407

6. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2019, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foram os seguintes:

	Saldo inicial	Adições	Transferências e abates	Saldo final
Ativo bruto:				
Programas de computador	171	33	62	266
Ativos intangíveis em curso	62	-	(62)	-
	233	33	-	266
Amortizações acumuladas:				
Programas de computador	99	40	-	139
	99	40	-	139
Valor líquido dos Ativos intangíveis	134			127

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2018, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foram os seguintes:

	Saldo inicial	Adições	Transferências e abates	Saldo final
Ativo bruto:				
Programas de computador	94	59	18	171
Ativos intangíveis em curso	65	15	(18)	62
	159	74	-	233
Amortizações acumuladas:				
Programas de computador	84	15	-	99
	84	15	-	99
Valor líquido dos Ativos intangíveis	75			134

7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2019, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas, foram os seguintes:

	Saldo inicial	Saldo inicial	Adições	Saldo final
Ativo bruto:				
Edifícios e outras construções	612	-	-	612
Equipamento de transporte	11	-	-	11
Equipamento administrativo	426	10	(2)	434
	1.049	10	(2)	1.057
Depreciações acumuladas:				
Edifícios e outras construções	85	61	-	146
Equipamento de transporte	6	5	-	11
Equipamento administrativo	213	100	(1)	312
	304	166	(1)	469
Valor líquido dos Ativos fixos tangíveis	745			588

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2018, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas, foram os seguintes:

	Saldo inicial	Adições	Saldo final
Ativo bruto:			
Edifícios e outras construções	612	-	612
Equipamento de transporte	11	-	11
Equipamento administrativo	243	183	426
	866	183	1.049
Depreciações acumuladas:			
Edifícios e outras construções	24	61	85
Equipamento de transporte	-	6	6
Equipamento administrativo	79	134	213
	103	201	304
Valor líquido dos Ativos fixos tangíveis	763		745

8. GOODWILL

As quantias referentes a *Goodwill* nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, foram:

	2019		
	Quantias brutas	Amortizações acumuladas	Quantias líquidas
Investimentos em subsidiárias	32.504	(13.001)	19.503
	2018		
	Quantias brutas	Amortizações acumuladas	Quantias líquidas
Investimentos em subsidiárias	32.504	(9.751)	22.753

No exercício findo a 31 de dezembro de 2019, com base no plano de negócios da subsidiária TDGI,S.A., a gestão não identificou indícios de imparidade.

9. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS - MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Empresa tinha registado na rubrica Participações financeiras – método da equivalência patrimonial os seguintes montantes distintos por investimentos:

	2019	2018
	Quantias líquidas	Quantias líquidas
Investimentos em subsidiárias	1.085.154	1.131.984

Empresas subsidiárias

No período findo em 31 de dezembro de 2019, a Empresa participava nas seguintes empresas subsidiárias:

Denominação social	Sede	Percentagem de participação efetiva
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park, Porto Salvo - Oeiras	100,00%
TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park, Porto Salvo - Oeiras	100,00%
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park, Porto Salvo - Oeiras	100,00%

A principal informação financeira, ajustada para efeitos de aplicação do método da equivalência patrimonial relativa às empresas subsidiárias em 31 de dezembro de 2019 e 2018, é a seguinte:

	Ativos		Passivos		Rendimentos		Resultado líquido	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
TEIXEIRA DUARTE - E.C., S.A.	1.381.875	1.454.532	955.910	966.219	514.902	531.216	8.924	3.248
TDGPII, S.A.	873.235	872.141	221.788	233.389	70.961	45.455	21.780	28.757
TDGI, S.A.	26.938	19.173	19.196	14.254	47.146	40.161	4.314	2.857
	2.282.048	2.345.846	1.196.894	1.213.862	633.009	616.832	35.018	34.862

Em 1 de janeiro de 2018, o Grupo Teixeira Duarte considerou as empresas de Angola e da Venezuela como pertencentes a economias hiperinflacionárias, dando cumprimento à aplicação da IAS 29, com impactos significativos nos capitais próprios das sociedades. Contudo, em 1 de janeiro de 2019, a economia Angolana deixou de ser considerada como uma economia hiperinflacionária razão pela qual se deixou igualmente de aplicar a IAS 29 às empresas domiciliadas naquela geografia. Ainda em 31 de dezembro de 2018 o Grupo Teixeira Duarte alterou o modelo de mensuração de um conjunto de ativos de “classe homogénea”, do modelo de custo para modelo de revalorização, aplicado novamente no exercício de 2019, que se traduziram num aumento dos capitais próprios das empresas detentoras desses ativos.

Deste modo, as demonstrações financeiras das empresas para efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial, contemplam em 31 de dezembro de 2018 e de 2019, o conjunto de impactos acima referidos, com efeito muito significativo nos capitais próprios da empresa.

As partes de capital em empresas subsidiárias tiveram os seguintes movimentos no período findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	Partes de capital	Goodwill	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2018	1.117.703	26.003	1.143.706
Amortização	-	(3.250)	(3.250)
Efeitos da aplicação do método de equivalência patrimonial:			
- Efeito no resultado do exercício	34.862	-	34.862
- Efeito em capitais próprios	(15.081)	-	(15.081)
- Dividendos recebidos	(5.500)	-	(5.500)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.131.984	22.753	1.154.737
Saldo em 1 de janeiro de 2019	1.131.984	22.753	1.154.737
Amortização	-	(3.250)	(3.250)
Efeitos da aplicação do método de equivalência patrimonial:			
- Efeito no resultado do exercício	35.018	-	35.018
- Efeito em capitais próprios	(80.348)	-	(80.348)
- Dividendos recebidos	(1.500)	-	(1.500)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.085.154	19.503	1.104.657

O detalhe dos investimentos em subsidiárias nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é como se segue:

	Partes de capital	
	2019	2018
TEIXEIRA DUARTE - E.C., S.A.	425.965	488.314
TDGP II, S.A.	651.447	638.752
TDGI, S.A.	7.742	4.919
	1.085.154	1.131.984

O efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial nos períodos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, pode ser detalhados como segue:

	Ganhos / Perdas		Ajustamentos de capital próprio		Dividendos	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
TEIXEIRA DUARTE - E.C., S.A.	8.924	3.247	(71.272)	(68.459)	-	-
TDGP II, S.A.	21.780	28.758	(9.085)	53.640	-	(4.000)
TDGI, S.A.	4.314	2.857	9	(262)	(1.500)	(1.500)
	35.018	34.862	(80.348)	(15.081)	(1.500)	(5.500)

10. GANHOS / PERDAS IMPUTADOS ÀS SUBSIDIÁRIAS

Nos períodos findos de 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Empresa apresentava as seguintes variações nos investimentos em participações financeiras subsidiárias:

	2019	2018
Rendimentos:		
Aplicação do método da equivalência patrimonial	35.018	34.862
	35.018	34.862

11. RÉDITO

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o rédito reconhecido pela empresa tinha a seguinte decomposição:

	2019	2018
Prestações de serviços	8.230	13.910
Juros (Nota 17)	1.521	355
	9.751	14.265

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o volume de negócios da Empresa estava geograficamente distribuído da seguinte forma:

	2019	2018
	Prestação de serviços	Prestação de serviços
Angola	(25)	1.744
Argélia	-	3
Bélgica	-	17
Brasil	(51)	617
Espanha	1	120
Moçambique	(52)	396
Portugal	8.357	11.012
Venezuela	-	1
	8.230	13.910

12. PASSIVOS CONTINGENTES**Processos fiscais**

Na sequência de diversas inspeções aos exercícios de 2012 e 2013, realizadas pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) aos elementos contabilísticos da TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. (TDGP II, S.A.), sociedade detida diretamente a 100% do seu capital social pela Teixeira Duarte foram efetuadas as seguintes correções aos prejuízos fiscais inicialmente apurados por esta participada:

	Prejuízo fiscal apurado	Correção da AT
2012	13.294	2.299
2013	26.221	5.000

Natureza das correções efetuadas:

(a) Encargos financeiros não aceites

Com exceção das situações elencadas nos pontos seguintes, as correções resultam da desconsideração, como gasto fiscal, dos encargos financeiros suportados com o investimento realizado em empresas participadas sob a forma de prestações acessórias sujeitas ao regime das prestações suplementares.

Dado que a TDGP II, S.A. é tributada em IRC de acordo com o RETGS – Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (artigo 69.º e seguintes do Código do IRC), a correção relativa ao exercício de 2012 foi objeto de liquidação adicional à Teixeira Duarte, na qualidade de sociedade dominante, tendo a mesma entregue contestação nos prazos legais.

Com referência a esta correção, e tendo por base argumentos de suporte fundamentalmente idênticos por parte da AT, informa-se que a TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A. obteve desfecho favorável no âmbito do IRC de 2007 (por se tratar da sociedade dominante do RETGS daquele exercício e no qual a TDGP II, S.A. se integrava), por Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, esperando-se idêntico desfecho nos restantes exercícios em disputa.

(b) Aplicação do artigo 51.º do Código do IRC

A correção ao prejuízo fiscal apurado no exercício de 2013 respeita integralmente à aplicação incorreta, segundo a AT, do artigo 51.º do Código do IRC. Esta correção foi objeto de impugnação judicial pela Empresa, na qualidade de sociedade dominante.

No seguimento de diversas inspeções realizadas pela AT ao cálculo do IRC dos exercícios de 2013, 2014, 2015 e 2016 devido pelo grupo de sociedades tributado no âmbito do RETGS de que a Empresa é a sociedade dominante, foram efetuadas as seguintes correções:

(c) Aplicação do artigo 90.º do Código do IRC

	Imposto corrigido
2013	811
2014	1.097
2015	559
2016	653

Estas correções resultaram de a AT ter um entendimento diferente quanto à utilização das deduções à coleta previstas no artigo 90.º do Código do IRC na Derrama Municipal e Derrama Estadual apuradas no âmbito de aplicação do RETGS, tendo as mesmas sido contestadas judicialmente pela Empresa, na qualidade de sociedade dominante.

Após a entrega de tais ações judiciais, a Empresa foi notificada da mudança de entendimento por parte da AT no processo de 2016, esperando-se que o mesmo venha a suceder nos restantes exercícios em disputa.

(d) Gastos de Financiamento Líquidos (artigo 67.º do Código do IRC)

No decorrer do exercício de 2018 a Empresa foi notificada do Relatório de Conclusões incidente sobre a inspeção realizada pela AT ao IRC devido pelo RETGS no exercício de 2015, tendo determinado uma correção à matéria coletável apurada, no montante de 22.710 milhares de euros.

Esta correção, incidente sobre a utilização, em 2015, de “folga” apurada em exercícios anteriores no âmbito do artigo 67.º do Código do IRC, foi objeto de contestação pela Empresa, na qualidade de sociedade dominante.

13. EFEITOS DAS ALTERAÇÕES DAS TAXAS DE CÂMBIO

As cotações utilizadas para converter para Euros os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2019 e 2018, foram como segue:

	Câmbio de fecho		
	2019	2018	Variação
Dólar Americano (USD)	1,1234	1,1450	-1,89%

14. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa é a sociedade dominante de um grupo de sociedades tributado segundo o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), que abrange todas as sociedades em que participa, direta ou indiretamente, em pelo menos 75% do respetivo capital social, desde que tal participação lhe confira mais de 50% dos direitos de voto e que, simultaneamente, tenham sede e direção efetiva em Portugal e sejam tributadas pelo regime geral do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”).

As restantes empresas participadas, não abrangidas pelo RETGS, são tributadas individualmente, com base nas respetivas matérias coletáveis e às taxas de IRC, Derrama Municipal e Derrama Estadual aplicáveis.

A Empresa e a generalidade das suas participadas sedeadas em Portugal encontram-se sujeitas a IRC, à taxa de 21%, inci-

dente sobre a matéria coletável. As entidades que apuram lucro tributável ficam ainda sujeitas a Derrama Municipal, cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5%, bem como a Derrama Estadual, incidente sobre a parte do lucro tributável que exceda o montante de 1.500, 7.500 e 35.000 milhares de euros, às taxas de 3%, 5% e 9%, respetivamente.

As referidas entidades estão ainda sujeitas a tributação autónoma, às taxas e sobre as despesas, encargos e gastos previstos no artigo 88.º do Código do IRC.

No processo de apuramento do resultado tributável, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico, montantes que não concorrem fiscalmente. Estas diferenças entre resultado contabilístico e fiscal podem ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor em Portugal, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de 5 (cinco) anos para os gerados no período de tributação de 2018 em diante, sendo suscetíveis de dedução aos lucros tributáveis apurados a posteriori, estando tal dedução limitada a 70% do lucro tributável apurado no período de tributação em que se realize.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais em Portugal são passíveis de revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, exceto quando tenha havido dedução de prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, aquele prazo pode ser alargado ou suspenso.

Relativamente a entidades com presença noutros países, o prazo de revisão das suas declarações fiscais varia entre os três e os cinco anos.

O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisões/inspeções fiscais àquelas declarações não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras individuais reportadas a 31 de dezembro de 2019.

O encargo de imposto registado nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 pode ser apresentado do seguinte modo:

	2019	2018
Imposto diferido:		
Imposto diferido em Portugal	2.723	2.326
	2.723	2.326

A relação, em Portugal, entre o gasto e o lucro contabilístico, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, é como segue:

	2019	2018
Resultado líquido do período	7.879	4.672
Ajustamentos para o lucro tributável:		
Diferenças definitivas:		
A acrescentar	30.019	28.153
A deduzir	(39.241)	(35.561)
Prejuízo fiscal	(1.343)	(2.736)
Matéria coletável	-	-
Imposto diferido	2.723	2.326
Gasto de imposto sobre o rendimento	2.723	2.326

Os movimentos ocorridos nos ativos e passivos por impostos diferidos nos períodos findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, foram como segue:

	2019			
	Saldo inicial	Constituição	Ajustamento	Saldo final
Ativos por impostos diferidos:				
Prejuízos fiscais reportáveis	8.369	282	(667)	7.984
Dupla tributação internacional	18	-	21	39
Gastos líquidos de financiamento	-	2.441	(2.441)	-
	8.387	2.723	(3.087)	8.023

	2018			
	Saldo inicial	Constituição	Ajustamento	Saldo final
Ativos por impostos diferidos:				
Prejuízos fiscais reportáveis	-	681	7.688	8.369
Dupla tributação internacional	-	18	-	18
Gastos líquidos de financiamento	-	1.627	(1.627)	-
	-	2.326	6.061	8.387

As constituições verificadas foram reconhecidas como ganho ou rendimento do período na rubrica "Imposto sobre o rendimento do período".

O ajustamento verificado no período findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, é referente à sua utilização no âmbito do RETGS (Nota 3.2 j)).

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos e passivos financeiros, correntes e não correntes, tinham nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a seguinte decomposição:

15.1 ATIVOS FINANCEIROS

Clientes

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a rubrica "Clientes" tinha a seguinte decomposição:

	2019		
	Não Grupo	Grupo	Total
Cientes conta corrente (Nota 5)	74	6.998	7.072

	2018		
	Não Grupo	Grupo	Total
Cientes conta corrente (Nota 5)	154	16.448	16.602

Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a rubrica "Outros créditos a receber" tinha a seguinte decomposição:

	2019	2018
Devedores por acréscimo de rendimentos	7.910	3.573
Outros devedores:		
Adiantamentos a fornecedores	354	354
RETGS	18.424	11.831
Outros	4.466	43.699
	23.244	55.884
	31.154	59.457

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a rubrica "Devedores por acréscimo de rendimentos" diz respeito essencialmente a prestações de serviços realizados e não faturados à data de reporte.

Em 31 de dezembro de 2018 a rubrica "Outros devedores - Outros" é referente a partes relacionadas.

Outros ativos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a rubrica os restantes ativos correntes tinham a seguinte decomposição:

	2019	2018
Estado e outros entes públicos:		
Imposto sobre o rendimento	5.493	1.548
Diferimentos:		
Gastos a reconhecer	891	318

Em 31 de dezembro de 2018, a rubrica "Imposto sobre o rendimento" é referente ao Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS).

Outros investimentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a rubrica "Outros investimentos financeiros" líquidos de imparidades tinha a seguinte decomposição:

	2019	2018
Fundo de Compensação do Trabalho	13	12

15.2 PASSIVOS FINANCEIROS

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte decomposição:

	2019		
	Não Grupo	Grupo	Total
Fornecedores conta corrente (Nota 5)	804	67.376	68.180

	2018		
	Não Grupo	Grupo	Total
Fornecedores conta corrente (Nota 5)	907	43.514	44.421

Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a rubrica "Outras dívidas a pagar" tinha a seguinte decomposição:

	2019		2018	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Credores por acréscimo de gastos	2.517	-	10.668	-
Outros credores:				
Pessoal	983	40	2.833	260
Acionistas	-	-	77	-
RETGS	39.596	-	31.094	-
Partes relacionadas	172.822	216.746	130.322	259.246
Outros	331	-	43.061	-
	213.732	216.786	207.387	259.506
	216.249	216.786	218.055	259.506

Outros passivos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a rubrica os restantes passivos correntes tinha a seguinte decomposição:

	2019	2018
Estado e outros entes públicos:		
Imposto sobre o rendimento	6.426	-
Retenção de impostos sobre rendimentos	28	153
Imposto sobre o valor acrescentado	103	707
Contribuições para a Segurança Social	28	196
Outras tributações	5	4
	6.590	1.060
Diferimentos:		
Rendimentos a reconhecer	1	-

Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a rubrica de financiamentos obtidos (correntes e não correntes) tinha a seguinte decomposição:

		2019			2018		
		Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários	a)	26.841	208.861	235.702	33.900	208.904	242.804
Descobertos bancários	a)	-	1.603	1.603	-	3.871	3.871
Mercado de valores mobiliários - Outros financiamentos	b)	-	8.850	8.850	-	8.850	8.850
Subsidiárias	Nota 5	22.679	-	22.679	10.962	-	10.962
		49.520	219.314	268.834	44.862	221.625	266.487

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2019, os movimentos ocorridos nos financiamentos obtidos, foram os seguintes:

	2019			
	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Empréstimos bancários	242.804	-	(7.102)	235.702
Descobertos bancários	3.871	1.603	(3.871)	1.603
Mercado de valores mobiliários - Outros financiamentos	8.850	-	-	8.850
Subsidiárias	10.962	34.149	(22.432)	22.679
	266.487	35.752	(33.405)	268.834

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2018, os movimentos ocorridos nos financiamentos obtidos, foram os seguintes:

	2018			
	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Empréstimos bancários	106.525	208.875	(72.596)	242.804
Descobertos bancários	58.645	3.871	(58.645)	3.871
Mercado de valores mobiliários - Outros financiamentos	9.100	-	(250)	8.850
Subsidiárias	56.640	182.710	(228.388)	10.962
	230.910	395.456	(359.879)	266.487

Em 31 de dezembro de 2019, a rubrica “Financiamentos obtidos”, respeita a diversas operações contratadas junto de várias instituições financeiras e partes relacionadas, vencendo juros a taxas normais de mercado.

(a) Empréstimos bancários

Em 31 de dezembro de 2019, os empréstimos bancários referente a descobertos bancários e contas caucionadas venciam juros a taxas normais de mercado.

Os empréstimos bancários contratados pela Empresa, correspondem essencialmente a:

Banco	Tipo de financiamento	Data de início	Data de vencimento	Financiamento	Moeda	Montante total financiamento (€)	Plafond utilizado Empresa (€)	Plafond utilizado restante grupo (€)
Banco Comercial Português, S.A.	Empréstimo bancário	27 de novembro de 2017	31 de dezembro de 2033	Grupado	Euros	31.705	32	31.673
Banco Comercial Português, S.A.	Empréstimo bancário	30 de janeiro de 2018	15 de junho de 2021	Grupado	Euros	13.650	46	12.615
Banco Comercial Português, S.A.	Empréstimo bancário	5 de janeiro de 2009	15 de dezembro de 2033	Grupado	Euros	141.020	141.020	-
Banco Comercial Português, S.A.	Conta caucionada	27 de junho de 2014	31 de dezembro de 2033	Grupado	Euros	9.273	-	3.800
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	Empréstimo bancário	22 de setembro de 2014	15 de dezembro de 2033	Grupado	Euros	83.000	67.805	15.195
Banco Santander, S.A.	Conta caucionada	31 de outubro de 2012	30 de dezembro de 2021	Individual	Euros	12.160	6.229	-
Banco BIC, S.A.	Conta caucionada	7 de novembro de 2014	31 de dezembro de 2020	Grupado	Euros	5.000	-	30
Banco BIC, S.A.	Conta caucionada	6 de agosto de 2015	31 de dezembro de 2020	Grupado	Euros	21.742	20.570	775
Banco Português de Investimento, S.A.	Empréstimo bancário	5 de julho de 2016	5 de novembro de 2021	Grupado	Euros	10.516	-	6.911
Novo Banco, S.A.	Empréstimo bancário	26 de janeiro de 2015	15 de dezembro de 2021	Grupado	Euros	32.144	-	30.502
Novo Banco, S.A.	Descoberto bancário	1 de fevereiro de 2007	31 de dezembro de 2033	Grupado	Euros	15.396	1.603	4.782
						375.606	237.305	106.283

(b) Papel comercial

Em 31 de dezembro de 2019, a Empresa tem negociado os seguintes programas de papel comercial:

Banco	Tipo de financiamento	Data de início	Data de vencimento	Financiamento	Moeda	Montante total financiamento (€)	Plafond utilizado Empresa (€)	Plafond utilizado restante grupo (€)
Novo Banco, S.A.	Papel Comercial	28 de dezembro de 2015	15 de junho de 2027	Grupado	Euros	95.000	8.850	86.150
Novo Banco, S.A.	Papel Comercial	30 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2033	Grupado	Euros	191.250	-	182.750
Novo Banco, S.A.	Papel Comercial	14 de janeiro de 2016	31 de dezembro de 2033	Grupado	Euros	16.900	-	16.700
						303.150	8.850	285.600

Os financiamentos obtidos acima indicados são reembolsáveis de acordo com os seguintes prazos de reembolso:

	2019	2018
Menos de um ano	49.520	44.862
1 a 2 anos	10.217	42
2 a 3 anos	11.437	10.217
3 a 4 anos	16.292	11.437
4 a 5 anos	20.769	15.877
Mais de 5 anos	160.599	184.052
	268.834	266.487

Para garantia dos financiamentos obtidos descritos anteriormente foram constituídas hipotecas e prestados diversos penhores (Nota 16).

16. GARANTIAS E COMPROMISSOS

Garantias

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Empresa tinha prestado garantias bancárias e fianças a terceiros, como segue:

	2019	2018
Garantias bancárias e fianças	15.172	28.726

As garantias foram prestadas fundamentalmente:

- Para efeitos de suspensão de um processo de execução fiscal instaurado à participada TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A. relativo a dívida de IRC do período de 2010, a Empresa apresentou uma fiança, no montante de 10.139 milhares de euros, a qual foi aceite pela AT.
- Para efeitos de suspensão de um processo de execução fiscal instaurado à Empresa e relativo a dívida de IRC do período de 2013, foram emitidas, a favor da AT, garantias bancárias no montante global de 1.125 milhares de euros.
- Para efeitos de suspensão de um processo de execução fiscal instaurado à Empresa e relativo a dívida de IRC do período de 2014, foram emitidas, a favor da AT, garantias bancárias no montante global de 1.528 milhares de euros.
- Para efeitos de suspensão de um processo de execução fiscal instaurado à Empresa e relativo a dívida de IRC do período de 2015, foi emitida, a favor da AT, uma garantia bancária no montante de 898 milhares de euros.
- Para efeitos de suspensão de um processo de execução fiscal instaurado à Empresa e relativo a dívida de IRC do período de 2016, foi emitida, a favor da AT, uma garantia bancária no montante de 1.482 milhares de euros.

Além das garantias indicadas anteriormente, foram ainda prestados os seguintes penhores e hipotecas:

Banco	Tipo de financiamento	Data de início	Data de vencimento	Montante	Colateral
Banco BIC, S.A.	Conta caucionada	6 de agosto de 2015	31 de dezembro de 2020	21.742	GB do BIC AO (23M €) ao BIC PT ; Hipoteca Prédio nº 2254 (TD Suc. Angola) Complexo Comercial e Oficinas Polo Automóvel - Talatona
Banco Comercial Português, S.A.	Empréstimo bancário	27 de novembro de 2017	31 de dezembro de 2033	31.705	Penhor totalidade quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + TDSP Brasil + TD Angola Lda ; Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía e Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Banco Comercial Português, S.A.	Empréstimo bancário	30 de janeiro de 2018	15 de junho de 2021	13.650	Penhor totalidade quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + TDSP Brasil + TD Angola Lda ; Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía e Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Banco Comercial Português, S.A.	Empréstimo bancário	5 de janeiro de 2009	15 de dezembro de 2033	141.020	Penhor totalidade quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + TDSP Brasil + TD Angola Lda ; Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía e Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Banco Comercial Português, S.A.	Conta caucionada	27 de junho de 2017	31 de dezembro de 2033	9.273	Penhor totalidade quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + TDSP Brasil + TD Angola Lda ; Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía e Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	Empréstimo bancário	22 de setembro de 2014	15 de dezembro de 2033	83.000	Penhor totalidade quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + TDSP Brasil + TD Angola Lda ; Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía e Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Novo Banco, S.A.	Descoberto bancário	1 de fevereiro de 2007	31 de dezembro de 2033	15.396	Penhor totalidade quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + TDSP Brasil + TD Angola Lda ; Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía e Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Novo Banco, S.A.	Empréstimo bancário	26 de janeiro de 2015	15 de dezembro de 2021	32.144	Penhor totalidade quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + TDSP Brasil + TD Angola Lda ; Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía e Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira + Penhor 70.000 Ações BCP (TDGP II) + Penhor 1.936.396 Ações BCP (C+PA)
Novo Banco, S.A.	Papel Comercial	30 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2033	191.250	Penhor totalidade quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + TDSP Brasil + TD Angola Lda ; Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía e Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira + Penhor 12.500.000 Ações EPOS e de 200.000.000 Ações C+PA (TEDAL) + Penhor 1.325.000 Unidades de Participação TDF (TDGP II) + Hipoteca Pólo Operacional TD Montijo (TDGP II) + Hipoteca 9 Lotes Mafamude (Quinta Cravel) + Hipoteca 10 Lotes Empreendimento Santa Marinha Design District - Santa Marinha (V8)
Novo Banco, S.A.	Papel Comercial	14 de janeiro de 2016	31 de dezembro de 2033	16.900	Penhor totalidade quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + TDSP Brasil + TD Angola Lda ; Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía e Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira + Penhor 1.000.000 Ações TDGI (TD SA)
Novo Banco, S.A.	Papel Comercial	28 de dezembro de 2015	15 de junho de 2027	95.000	Penhor totalidade quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + TDSP Brasil + TD Angola Lda ; Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía e Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira + Penhor 1.045.610 Ações da Recolte Espanha (TEDAL) + Penhor de 50% das ações da TDE
				651.080	

Em 31 de dezembro de 2019 a Empresa tem emitidas cartas-conforto prestadas a favor de empresas do grupo conforme segue:

	Valor em divisa	Divisa	Valor em milhares de euros
TDA - Comércio e Indústria, Lda.	1.891.400.000	AON	3.527
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções (Angola), Lda	4.390.650.000	AON	8.189
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções (Angola), Lda	30.000.000	USD	1.085
RECOLTE, Servicios y Medioambiente, S.A.	2.000.000	EUR	2.000
BONAPARTE - Imóveis Comerciais e Participações, S.A.	1.000.000	EUR	1.000
RECOLTE, Servicios y Medioambiente, S.A.	4.500.000	EUR	4.500
BONAPARTE - Imóveis Comerciais e Participações, S.A.	17.000.000	EUR	17.000
RECOLTE, Servicios y Medioambiente, S.A.	512.579	EUR	513
RECOLTE, Servicios y Medioambiente, S.A.	584.758	EUR	585
			38.399

Fianças

Em 31 de dezembro de 2019, a Empresa tinha emitido fianças prestadas a favor de empresas do grupo, conforme segue:

Banco	Entidade	Tipo	Moeda	Valor em milhares de euros
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	Somafel, S.A.	Fiador	EUR	3.363
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	Teixeira Duarte - E.C., S.A.	Fiador	EUR	11.795
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	Recolte, S.A.	Fiador	EUR	63
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	TDGPPII, S.A.	Fiador	EUR	2.235
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	TD VIA, S.A.	Fiador	EUR	2.902
				20.358

17. RESULTADOS FINANCEIROS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os resultados financeiros estavam discriminados como segue:

	2019	2018
Gastos e perdas financeiros:		
Juros suportados - Juros de financiamentos obtidos	(24.294)	(23.555)
Outros juros suportados	(8)	-
Outros gastos de financiamento	(3.250)	(3.329)
	(27.552)	(26.884)
Rendimentos e ganhos financeiros:		
Juros obtidos	1.521	355
	1.521	355
	(26.031)	(26.529)

18. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o número médio de empregados contratado diretamente por Portugal foi de 98 e 192 pessoas, respetivamente.

Nos períodos findos naquelas datas, os gastos com pessoal tinham a seguinte decomposição:

	2019	2018
Remunerações dos órgãos sociais	741	1.124
Remunerações do pessoal	3.341	8.432
Indemnizações	2.126	813
Encargos sobre remunerações	829	1.811
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	46	65
Outros gastos com o pessoal	140	(249)
	7.223	11.996

19. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de fornecimentos e serviços externos tinha a seguinte decomposição

	2019	2018
Subcontratos	1	53
Serviços especializados	3.684	5.372
Materiais	69	316
Energia e fluídos	2	3
Deslocações, estadas e transportes	321	446
Serviços diversos	260	216
	4.337	6.406

20. OUTROS RENDIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 os outros rendimentos e ganhos eram como segue:

	2019	2018
Aluguer de equipamento	-	83
Desempenho de cargos de órgãos sociais	271	408
Outros rendimentos suplementares	1.817	989
Ganhos com alienação de ativos financeiros	-	1.587
Outros	1.165	672
	3.253	3.739

21. OUTROS GASTOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 os outros gastos e perdas eram como segue:

	2019	2018
Impostos e taxas	51	26
Insuficiência da estimativa para impostos	126	1.646
Outros	121	96
	298	1.768

22. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

Princípios gerais

A Empresa encontra-se exposta a um conjunto de riscos financeiros que resultam da sua atividade, dos quais merecem destaque:

- Risco de taxa de juro decorrente do passivo financeiro;
- Risco de crédito, particularmente dos créditos sobre os seus clientes relacionados com a atividade operacional da empresa;
- Risco de liquidez, no que refere à manutenção de um equilíbrio da tesouraria.

A Direção Financeira da Empresa assegura a gestão centralizada das operações de financiamento, das aplicações dos excedentes de tesouraria, das transações cambiais assim como a gestão do risco de contraparte da Empresa.

Adicionalmente, é responsável pela identificação, quantificação e pela proposta e implementação de medidas de gestão/mitigação dos riscos financeiros a que a Empresa se encontra exposta.

De seguida analisam-se de forma mais detalhada os principais riscos financeiros a que a Empresa se encontra exposta e as principais medidas implementadas no âmbito da sua gestão.

(a) Risco da taxa de juro

A política de gestão de risco de taxa de juro tem por objetivo

a minimização do custo da dívida sujeito à manutenção de um nível baixo de volatilidade dos encargos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o passivo financeiro é composto única e exclusivamente por taxa de juro variável.

Caso as taxas de juro de mercado tivessem sido inferiores em 1% durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os resultados financeiros daqueles períodos teriam diminuído em 9.523 milhares de euros e 10.107 milhares de euros, respetivamente. Caso as mesmas taxas de juro de mercado tivessem, ao contrário, sido superiores em 1% durante os mesmos períodos, os resultados financeiros dos mesmos já teriam aumentado em 9.523 milhares de euros e 10.107 milhares de euros, respetivamente.

(b) Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os saldos de contas a receber de clientes para as quais não foram registados ajustamentos, por o Conselho de Administração considerar que as mesmas são realizáveis, são os seguintes:

	2019	2018
Saldos:		
Não vencidos	919	6.338
Até 180 dias	5	1.071
De 180 a 360 dias	1.116	2.616
Mais de 360 dias	5.032	6.577
	7.072	16.602

(c) Risco de liquidez

Este risco pode ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam os fluxos de caixa operacionais, de desinvestimento, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, os investimentos, a remuneração dos acionistas e o reembolso de dívida.

Como forma de mitigar este risco, a Empresa procura manter uma posição líquida e uma maturidade média da dívida que lhe permita a amortização da sua dívida em prazos adequados.

O passivo financeiro com vencimento até um ano é, sempre que se entenda adequado, substituído com maturidade a médio e longo prazo.

A maturidade dos passivos financeiros em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é conforme segue:

	2019				
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Fornecedores	68.180	-	-	-	68.180
Financiamentos obtidos	49.520	10.217	11.437	197.660	268.834
Estado e outros entes públicos	6.590	-	-	-	6.590
Outras dívidas a pagar	216.249	42.500	42.540	131.746	433.035
	340.539	52.717	53.977	329.406	776.639

	2018				
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Fornecedores	44.421	-	-	-	44.421
Financiamentos obtidos	44.862	42	10.217	211.366	266.487
Estado e outros entes públicos	1.060	-	-	-	1.060
Outras dívidas a pagar	218.055	42.560	42.560	174.386	477.561
	308.398	42.602	52.777	385.752	789.529

23. CAPITAL

Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 o capital realizado da Empresa encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo composto por 420 000 000 ações com o valor nominal de 0,50 euro cada.

Reserva legal

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

Outras reservas

As outras reservas são compostas única e exclusivamente por reservas livres.

Aplicação de resultados

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 27 de maio de 2019, foram aprovadas as contas do período 2018 e foi decidido que o Resultado Líquido apurado no montante de 4.671.723,84 € (quatro milhões, seiscentos e setenta e um mil, setecentos e vinte e três euros e oitenta e quatro centimos) tivesse a seguinte aplicação:

	Valor
Outras reservas	4.671.723,84

Conforme apresentado no Relatório de Gestão a proposta de aplicação de resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, no montante de 7.878.767,21 € (sete milhões, oitocentos e setenta e oito mil, setecentos e sessenta e sete euros e vinte e um centimos) é como segue:

	Valor
Outras reservas	7.878.767,21

24. OUTRAS INFORMAÇÕES

O Conselho de Administração aprovou e autorizou a emissão das demonstrações financeiras do exercício 2019 no dia 24 de abril de 2020.

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

A Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Divulgações adicionais

Os honorários totais faturados por sociedade de revisores oficiais de contas relativamente à revisão legal das demonstrações financeiras foram os seguintes:

	2019	2018
Honorários Revisão Contas	61	61

25. EVENTOS SUBSEQUENTES À DATA DO BALANÇO

A Sociedade está a acompanhar o desenvolvimento da situação de pandemia, decretada em 11 de março de 2020, pela Organização Mundial de Saúde, do mesmo modo que está a atuar em conformidade com as recomendações da Organização Mundial de Saúde e da Direção Geral de Saúde Portuguesa. Deste modo, tem tomado as medidas de contingência e de prevenção, para cumprimento das orientações daquelas entidades e para mitigação e contenção do risco de saúde pública, equilibrando esse desígnio com as diligências necessárias à salvaguarda da continuidade do negócio e do impacto que o mesmo tem com todos os seus *stakeholders*.

Atualmente e pela natureza direta e indireta dos possíveis impactos, bem como pela imprevisibilidade da sua dimensão ou duração, não é possível identificá-los nem quantificá-los.

Com exceção do mencionado nos parágrafos anteriores, após o encerramento do período não ocorreram eventos subsequentes à data do balanço que devessem ser registados ou divulgados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019.



Teixeira Duarte

Relatório e Contas 2019

Demonstrações Financeiras Consolidadas 2019

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

Rúbricas	Notas	2019	2018
Ativos não correntes:			
Goodwill	19	12.214	12.271
Ativos intangíveis	20	60.267	65.013
Ativos fixos tangíveis	21	479.776	552.632
Propriedades de investimento	22	208.478	194.091
Direito de uso	23	41.603	-
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	7 e 24	22.235	16.821
Outros investimentos financeiros ao custo amortizado	25	2.806	4.219
Outros investimentos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	7 e 25	15.866	16.930
Ativos por impostos diferidos	27	147.993	149.435
Clientes	28	16.458	23.441
Outros devedores	28	12.694	11.091
Total de ativos não correntes		1.020.390	1.045.944
Ativos correntes:			
Inventários	9 e 10	202.111	192.645
Clientes	28	236.183	186.103
Outros devedores	28	38.517	22.194
Outros investimentos financeiros ao custo amortizado	25	-	14.665
Outros investimentos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	7 e 25	10	-
Caixa e equivalentes a caixa	30	135.380	171.991
Outros ativos correntes	31	182.528	189.262
		794.729	776.860
Ativos detidos para venda	26	34.897	34.897
Total de ativos correntes		829.626	811.757
TOTAL DO ATIVO	7	1.850.016	1.857.700
Capital próprio:			
Capital	33	210.000	210.000
Ajustamentos de partes de capital em associadas e empreendimentos conjuntos	24	(443)	(673)
Ajustamentos de conversão cambial	46	(444.577)	(303.790)
Reservas e resultados transitados	34	520.545	450.960
Resultado líquido consolidado	17	14.414	11.127
Capital próprio atribuível a acionistas		299.939	367.624
Interesses não controlados	35	36.585	35.736
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		336.524	403.360
Passivos não correntes:			
Empréstimos	36	692.004	730.200
Provisões	37	45.053	43.946
Responsabilidades com locações	39	34.594	-
Locações financeiras	39	-	3.814
Passivos por impostos diferidos	27	111.672	112.548
Outros credores	38	376	-
Outros passivos não correntes	40	80.002	63.654
Total de passivos não correntes		963.701	954.162
Passivos correntes:			
Empréstimos	36	119.899	124.076
Responsabilidades com locações	39	6.919	-
Fornecedores	38	148.122	139.646
Locações financeiras	39	-	2.794
Outros credores	38	26.920	21.472
Outros passivos correntes	40	224.370	188.629
		526.230	476.617
Passivos detidos para venda	26	23.561	23.561
Total de passivos correntes		549.791	500.178
TOTAL DO PASSIVO	7	1.513.492	1.454.340
TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		1.850.016	1.857.700

(valores em milhares de euros)

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2019.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

Rúbricas	Notas	2019	2018
Proveitos operacionais:			
Vendas e prestações de serviços	7 e 8	877.497	873.712
Outros proveitos operacionais	8	171.511	140.551
Total de proveitos operacionais	8	1.049.008	1.014.263
Custos operacionais:			
Custo das vendas	9	(210.866)	(247.195)
Varição da produção	10	1.690	(18.812)
Fornecimentos e serviços externos	11	(338.332)	(286.677)
Custos com o pessoal	12	(239.174)	(221.976)
Amortizações e depreciações	7, 20, 21 e 23	(57.713)	(43.546)
Provisões e perdas por imparidade em ativos depreciáveis e amortizáveis e <i>Goodwill</i>	7 e 37	(1.872)	(15.258)
Outros custos operacionais	14	(72.291)	(96.922)
Total de custos operacionais		(918.558)	(930.386)
Resultados operacionais	7	130.450	83.877
Custos e perdas financeiros	7 e 15	(118.692)	(150.250)
Proveitos e ganhos financeiros	7 e 15	30.488	77.228
Resultados relativos a atividades de investimento:			
Resultados relativos a associadas e empreendimentos conjuntos	7 e 15	1.407	220
Outros	7 e 15	309	18.100
Resultados financeiros		(86.488)	(54.702)
Resultados antes de impostos	7	43.962	29.175
Imposto sobre o rendimento	16	(27.292)	(19.679)
Resultado líquido consolidado do exercício		16.670	9.496
Resultado líquido atribuível a:			
Detentores de capital	17	14.414	11.127
Interesses não controlados	35	2.256	(1.631)
Resultado por ação:			
Básico (euros)	17	0,03	0,03
Diluído (euros)	17	0,03	0,03

(valores em milhares de euros)

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

Rúbricas	Notas	2019	2018
Resultado líquido consolidado do exercício		16.670	9.496
Rendimentos e gastos que não serão subsequentemente reclassificados para resultados			
Outras variações de capital		(9.750)	9.191
Outros investimentos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, líquido de impostos	25	(127)	598
Excedente de revalorização, líquido de impostos	21	76.234	166.473
		66.357	176.262
Rendimentos e gastos que podem ser subsequentemente reclassificados para resultados			
Ajustamentos de conversão cambial	46	(150.093)	(247.986)
Ajustamentos de partes de capital em associadas e empreendimentos conjuntos	24	230	(888)
Impacto da aplicação da IAS 29 em Angola e Venezuela em 1 de janeiro de 2018		-	59.405
Impacto da aplicação da IFRS 9 em 1 de janeiro de 2018		-	(1.772)
		(149.863)	(191.241)
Resultado reconhecido diretamente no capital próprio		(83.506)	(14.979)
Rendimento integral do exercício		(66.836)	(5.483)
Rendimento integral atribuível a:			
Detentores de capital		(67.685)	58
Interesses não controlados		849	(5.541)

(valores em milhares de euros)
As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada do outro rendimento integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

Rúbricas	Notas	Capital	Ajustamentos de partes de capital em associadas e empreendimentos conjuntos	Ajustamentos de conversão cambial	Reservas e resultados transitados					Resultado líquido consolidado	Total do capital próprio atribuível a acionistas	Interesses não controlados	Total	
					Reserva legal	Outras reservas	Reserva de justo valor - investimentos financeiros	Reserva de revalorização - imóveis	Reserva de operações de cobertura					Resultados transitados
Saldo em 1 de janeiro de 2018	33	210.000	215	(67.455)	42.000	195.213	-	-	(8.490)	733	(4.650)	367.566	41.277	408.843
Rendimento integral do exercício														
Resultado líquido consolidado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.127	11.127	(1.631)	9.496
Impacto da aplicação da IAS 29 em Angola e Venezuela em 1 de janeiro de 2018	-	-	-	-	-	58.113	-	-	-	-	-	58.113	1.292	59.405
Impacto da aplicação da IFRS 9 em 1 de janeiro de 2018	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.572)	-	-	(1.572)	(200)	(1.772)
Variação nos ajustamentos de conversão cambial	46	-	-	(236.335)	-	-	-	-	-	-	-	(236.335)	(11.651)	(247.986)
Variação do justo valor de outros investimentos através de outro rendimento integral, líquidos de impostos	25	-	-	-	-	-	598	-	-	-	-	598	-	598
Excedente de revalorização, líquido de impostos	21	-	-	-	-	-	-	162.085	-	-	-	162.085	4.388	166.473
Efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial	24	-	(888)	-	-	-	-	-	-	-	-	(888)	-	(888)
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	8.490	(1.560)	-	6.930	2.261	9.191
Operações com detentores de capital no exercício:														
Aplicação do resultado consolidado de 2017:														
Transferência para resultados transitados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.650)	4.650	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	210.000	(673)	(303.790)	42.000	253.326	598	162.085	-	(7.049)	11.127	367.624	35.736	403.360
Rendimento integral do exercício														
Resultado líquido consolidado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14.414	14.414	2.256	16.670
Variação nos ajustamentos de conversão cambial	46	-	-	(140.787)	-	-	-	-	-	-	-	(140.787)	(9.306)	(150.093)
Variação do justo valor de outros investimentos através de outro rendimento integral, líquidos de impostos	25	-	-	-	-	-	(127)	-	-	-	-	(127)	-	(127)
Excedente de revalorização, líquido de impostos	21	-	-	-	-	-	-	73.675	-	-	-	73.675	2.559	76.234
Efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial	24	-	230	-	-	-	-	-	-	-	-	230	-	230
Aquisição de interesses não controlados	35	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.641)	-	(1.641)	1.641	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	(5.963)	(7.486)	-	-	(13.449)	3.699	(9.750)
Operações com detentores de capital no exercício:														
Aplicação do resultado consolidado de 2018:														
Transferência para outras reservas e resultados transitados	-	-	-	-	-	4.672	-	-	-	6.455	(11.127)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	210.000	(443)	(444.577)	42.000	257.998	471	229.797	-	(9.721)	14.414	299.939	36.585	336.524

(valores em milhares de euros)

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

Rúbricas	Notas	2019	2018
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		868.704	900.503
Pagamentos a fornecedores		(533.399)	(567.711)
Pagamentos ao pessoal		(235.144)	(219.319)
Fluxo gerado pelas operações		100.161	113.473
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(12.892)	(29.664)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional		(27.099)	(27.748)
Fluxos das atividades operacionais (1)		60.170	56.061
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	30	25.467	169.663
Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento		19.637	15.987
Juros e proveitos similares		7.291	7.145
Dividendos	30	626	1.423
		53.021	194.218
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	30	-	(214)
Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento		(47.142)	(28.245)
Ativos intangíveis		(2.479)	(916)
		(49.621)	(29.375)
Fluxos das atividades de investimento (2)		3.400	164.843
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	36	1.292.365	1.817.989
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	36	(1.329.737)	(1.962.354)
Responsabilidades com locações		(10.171)	-
Juros e custos similares		(25.924)	(27.077)
		(1.365.832)	(1.989.431)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		(73.467)	(171.442)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		(9.897)	49.462
Efeito das diferenças de câmbio		(21.660)	(31.736)
Caixa e seus equivalentes - alteração de perímetro	5	(5.054)	-
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	30	171.991	154.265
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	30	135.380	171.991

(valores em milhares de euros)

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

NOTAS ANEXAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

1 - NOTA INTRODUTÓRIA

A Teixeira Duarte, S.A. ("Empresa" ou "TD, S.A.") tem sede em Porto Salvo, foi constituída em 30 de novembro de 2009, com capital social de 210.000.000 euros, representado por 420.000.000 ações com o valor nominal de 0,50 euros (Nota 33), e tem como atividade principal a realização e gestão de investimentos, a coordenação e supervisão de outras sociedades integradas ou relacionadas com o seu Grupo empresarial.

O universo empresarial da Teixeira Duarte ("Grupo") é formado pelas empresas participadas indicadas na Nota 4. As principais atividades do Grupo são as seguintes: Construção; Concessões e Serviços; Imobiliária; Hotelaria; Distribuição e Automóvel (Nota 7).

Refira-se ainda o facto de o Grupo ter reposicionado a Exploração do Puerto La Guaira na Venezuela, do setor da Construção para as Concessões e Serviços, sendo que neste documento, as notas às demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2018 foram, apenas em relação a estes sectores, reclassificados para permitir o adequado nível de comparabilidade.

Os valores indicados serão expressos em milhares de euros, salvo quando expressamente indicado. As operações realizadas no estrangeiro são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com a política descrita nas Notas 2.9 e 2.10.

2 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1 - Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 4), ajustados no processo de consolidação, de modo a estarem de acordo com as disposições das Normas Internacionais de Relato Financeiro adotadas pela União Europeia, efetivas para os exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2019. No que se refere às empresas do Grupo que utilizam normativos contabilísticos diferentes, foram efetuados ajustamentos de conversão para as IFRS.

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), quer as Normas Internacionais de Contabilidade ("IAS") emitidas pelo *International Accounting Standards Committee* ("IASC") e respetivas interpretações, emitidas pelo *IFRS Interpretation Committee* ("IFRIC") e *Standing Interpretation Committee* ("SIC"), respetivamente, cuja adoção foi aprovada pela União Europeia. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designados genericamente por "IFRS".

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção do custo histórico, modificados pela aplicação do justo valor para as propriedades de investimento e para os ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral. O Grupo adotou também o modelo de revalorização para determinadas de classes de ativos fixos tangíveis, conforme nota 21.

O justo valor é a quantia pela qual um ativo pode ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso, numa transação em que não exista relacionamento entre elas, independentemente de esse preço poder ser diretamente observável ou estimado utilizando outras técnicas de valorização. Ao estimar o justo valor de um ativo ou passivo, o Grupo considera as características que os participantes do mercado também teriam em consideração quando valorizassem o ativo ou passivo na data de mensuração.

Normas, interpretações, emendas e revisões que entraram em vigor no exercício

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória ao exercício iniciado em 1 de janeiro de 2019:

Norma / Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	Conteúdo
IFRS 16 - Locações	01/jan/19	Esta norma substitui a IAS 17, com um impacto significativo na contabilidade dos locatários que são agora obrigados a reconhecer um passivo de locação equivalente aos pagamentos futuros de locação e um ativo de "direito de uso" para todos os contratos de locação, exceto certas locações de curto prazo e de ativos de baixo valor. A definição de um contrato de locação também foi alterada, sendo baseada no "direito de controlar o uso de um ativo identificado".
IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento do imposto sobre o rendimento	01/jan/19	Trata-se de uma interpretação à IAS 12 - Imposto sobre o rendimento, referindo-se aos requisitos de mensuração e reconhecimento a aplicar quando existem incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração Fiscal relativamente a imposto sobre o rendimento. Em caso de incerteza quanto à posição da Administração Fiscal sobre uma transação específica, a entidade deverá efetuar a sua melhor estimativa e registar os ativos ou passivos por imposto sobre o rendimento à luz da IAS 12, e não da IAS 37 - "Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes", com base no valor esperado ou valor mais provável. A aplicação da IFRIC 23 pode ser retrospectiva ou retrospectiva modificada.
Alteração à IFRS 9 - Elementos de pré-pagamento com compensação negativa	01/jan/19	Esta alteração introduz a possibilidade de classificar ativos financeiros com condições de pré-pagamento com compensação negativa ao custo amortizado, desde que se verifique o cumprimento de condições específicas, em vez de ser classificado ao justo valor através de resultados.
Melhorias às normas 2015 - 2017	01/jan/19	Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IAS 23 (esta melhoria clarifica que os empréstimos específicos obtidos que ainda permaneçam em aberto, após os ativos qualificáveis a que respeitam estarem na sua condição de uso ou venda, devem ser adicionados aos empréstimos genéricos para calcular a taxa de juro média de capitalização nos outros ativos qualificáveis), IAS 12 (esta melhoria clarifica que os impactos fiscais inerentes aos dividendos são reconhecidos na data em que a entidade regista a responsabilidade pelo pagamento de dividendos, aos quais são reconhecidos no resultado do exercício, no outro rendimento integral ou em capital, consoante a transação ou evento que deu origem aos dividendos) e IFRS 3 e IFRS 11 (estas melhorias clarificam que: (i) na obtenção de controlo sobre um negócio que é uma operação conjunta, os interesses detidos anteriormente pelo investidor são remensurados aos justo valor, e (ii) quando um investidor numa operação conjunta, que não exerce controlo conjunto, obtém controlo conjunto numa operação que é um negócio, o interesse detido anteriormente não é remensurado).
IAS 19 - Alterações, reduções e liquidações de planos de benefícios definidos	01/jan/19	Esta alteração exige que uma entidade: (i) utilize pressupostos atualizados para determinar o custo do serviço atual e os juros líquidos para o período remanescente após a alteração, redução ou liquidação do plano; e (ii) reconheça no resultado do exercício como parte do custo com serviços passados, ou como ganho ou perda na liquidação, e no outro rendimento integral qualquer redução no excedente de cobertura, mesmo que o excedente de cobertura não tenha sido reconhecido anteriormente devido ao impacto do "asset ceiling".
Alteração à IAS 28 - Investimentos de longo prazo em associadas e empreendimentos conjuntos	01/jan/19	Esta alteração clarifica que os investimentos de longo prazo em associadas e em empreendimentos conjuntos (componentes do investimento de uma entidade em associadas e em empreendimentos conjuntos) que não estejam a ser mensurados através do método de equivalência patrimonial, devem ser contabilizados segundo a IFRS 9, estando sujeitas ao modelo de imparidade das perdas estimadas, antes de qualquer teste de imparidade ao investimento como um todo.

Relativamente às normas, interpretações, emendas e revisões supracitadas, e com exceção dos efeitos resultantes da adoção da IFRS 16 - "Locações" que se encontra no parágrafo seguinte, não se verificaram outros efeitos materiais nas demonstrações consolidadas anexas decorrentes da adoção das mesmas.

O Grupo adoptou a IFRS 16 pela primeira vez em 1 de janeiro de 2019, tendo sido aplicado o método retrospectivo modificado. A informação financeira comparativa relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não se encontra reexpressa, em virtude de o Grupo ter optado por mensurar estes ativos na data da primeira aplicação da IFRS 16, registando nessa data o passivo relativo às rendas futuras, e um ativo de igual montante.

A introdução da IFRS 16 substituiu a IAS 17, que preconizava uma classificação das locações entre operacionais e financeiras, as quais passaram a ter um tratamento contabilístico semelhante com a aplicação da IFRS 16. Na aplicação da IFRS 16 foram incluídos todos os contratos de locação operacional cujo termo, na data da aplicação da IFRS 16, ocorria num prazo superior a 12 meses (excluindo os contratos de montante total inferior a 5.000 euros).

O impacto da primeira aplicação da IFRS 16, em 1 de janeiro de 2019, foi o registo de um ativo por direito de uso de 43.511 milhares de euros e um passivo por responsabilidade por locações de igual montante.

Normas, interpretações, emendas e revisões que irão entrar em vigor em exercícios futuros

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas ("endorsed") pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	Conteúdo
Estrutura conceptual - Alterações na referência a outras IFRS	01/jan/20	Com a publicação da nova estrutura conceptual, o IASB introduziu alterações no texto de várias normas e interpretações, de forma a clarificar a aplicação das novas definições de ativo / passivo e de gasto / rendimento, além de algumas das características da informação financeira. Essas alterações são de aplicação retrospectiva, exceto se impraticáveis.
IAS 1 e IAS 8 (alteração) - Definição de material	01/jan/20	Esta alteração introduz uma modificação ao conceito de material. Inclui clarificações quanto à referência a informações pouco claras, correspondendo a situações em que o seu efeito é similar a omitir ou distorcer tais informações, no contexto global das demonstrações financeiras; e ainda clarificações quanto ao termo "principais utilizadores das demonstrações financeiras", sendo estes definidos como "atuais e futuros investidores, financiadores e credores" que dependem das demonstrações financeiras para obterem uma parte significativa da informação de que necessitam.

Estas normas apesar de aprovadas ("endorsed") pela União Europeia, não foram adotadas em 2019, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória.

Normas, interpretações, emendas e revisões ainda não adotadas pela União Europeia

As seguintes normas contabilísticas e interpretações técnicas foram emitidas pelo IASB e não se encontram ainda aprovadas ("endorsed") pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	Conteúdo
IFRS 3 (alteração) - Definição de negócio	01/jan/20	Esta alteração constitui uma revisão à definição de negócio para efeitos de contabilização de concentrações de atividades empresariais. A nova definição exige que uma aquisição inclua um <i>input</i> e um substancial que conjuntamente gerem <i>outputs</i> . Os <i>outputs</i> passam a ser definidos como bens e serviços que sejam prestados a clientes, que gerem rendimentos de investimentos financeiros e outros rendimentos, excluindo os retornos sob a forma de reduções de custos e outros benefícios económicos para os acionistas. Passam a ser permitidos "testes de concentração" para determinar se uma transação se refere à aquisição de um ativo ou de um negócio.
IFRS 17 - Contratos de seguro	01/jan/21	Esta norma substitui a IFRS 4 e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, a cada data de relato. A mensuração corrente pode assentar num modelo completo (" <i>building block approach</i> ") ou simplificado (" <i>premium allocation approach</i> "). O reconhecimento da margem técnica é diferente consoante esta seja positiva ou negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva.
IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 (alteração) - Reforma das taxas de juro benchmark (IBOR Reform)	01/jan/21	Emendas às normas IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 relacionadas com o projeto de reforma das taxas de juro de benchmark (IBOR reform), visando diminuir o impacto potencial da alteração de taxas de juro de referência no relato financeiro, nomeadamente na contabilidade de cobertura.

Estas normas não foram ainda adotadas ("*endorsed*") pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Relativamente a estas normas e interpretações, emitidas pelo IASB mas ainda não aprovadas ("*endorsed*") pela União Europeia, não se estima que da futura adoção das mesmas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras anexas.

2.2 – Julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração das IFRS requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As estimativas e pressupostos significativos formulados pelo Conselho de Administração na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas incluem, nomeadamente, os pressupostos utilizados no tratamento dos seguintes aspetos:

Imparidade dos ativos não correntes (exceto *goodwill*)

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode

ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência do Grupo, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou quaisquer outras alterações.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do valor realizável líquido dos ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

Imparidade do *goodwill*

O *goodwill* é sujeito a teste de imparidade anual ou sempre que existam indícios de uma eventual perda de valor. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de fluxos de caixa às quais o *goodwill* é atribuído, são determinados com base nos fluxos de caixa esperados. Esses cálculos exigem o uso de estimativas por parte do Conselho de Administração relativamente à evolução futura da atividade e taxas de desconto consideradas.

Vidas úteis dos ativos intangíveis e tangíveis

A vida útil de um ativo é o tempo durante o qual uma entidade espera que um ativo esteja disponível para uso e esta deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

A determinação das vidas úteis dos ativos, do método de amortização / depreciação a aplicar e das perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua

vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica é essencial para determinar o montante das amortizações / depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados consolidados de cada exercício.

Estes três parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos segmentos operacionais em que o Grupo opera.

Provisões e passivos contingentes

O Grupo analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade de existência de responsabilidade presente e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Reconhecimento de ativos por impostos diferidos

São reconhecidos ativos por impostos diferidos apenas quando existem expectativas razoáveis de que existirão lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização das diferenças temporárias, ou quando existam passivos por impostos diferidos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os ativos por impostos diferidos sejam revertidos. A avaliação dos ativos por impostos diferidos é efetuada pela gestão no final de cada exercício tendo em atenção a expectativa de performance fiscal futura.

Perdas por imparidade em contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de reporte, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco. As contas a receber são ajustadas em função da avaliação efetuada pela gestão - dos riscos estimados de cobrança existentes à data da posição financeira, os quais se poderão revelar errados.

Por outro lado, as perdas de imparidade esperadas no crédito concedido são apuradas tendo em conta um conjunto de informação histórica e de pressupostos, os quais poderão vir a não ser representativos da incobrabilidade futura dos devedores do Grupo.

Reconhecimento do rédito em contratos de construção

O Grupo reconhece os resultados dos contratos de construção de acordo com o método dos *inputs*, o qual é entendido como

sendo a relação entre os custos incorridos em cada contrato até à data da posição financeira e a soma destes custos com os custos estimados para completar o contrato. A avaliação do grau de acabamento de cada contrato é revista periodicamente tendo em consideração os mais recentes indicadores de produção.

Revalorização dos Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são mensurados ao custo de aquisição ou construção, incluindo as despesas imputáveis à compra, deduzido da depreciação acumulada e perdas por imparidade, quando aplicáveis. No entanto, para uma classe homogênea de ativos, pode ser adotado o modelo da revalorização (valor revalorizado deduzido de amortizações acumuladas) como política contabilística para a mensuração subsequente desses ativos. Desta forma, a quantia revalorizada corresponde ao seu justo valor à data de revalorização.

Avaliação de propriedades de investimento

As propriedades de investimento são mensuradas pelo seu justo valor, o qual é determinado com base em avaliações efetuadas por entidades especializadas independentes e de acordo com critérios de avaliação geralmente aceites para o mercado imobiliário. Estas avaliações são baseadas em dados observáveis de mercado e requerem julgamento por parte do avaliador no que respeita às condições de transação de cada imóvel em mercado, os quais poderão divergir do resultado apurado no futuro.

2.3 - Princípios de consolidação

a) Empresas controladas

A consolidação das empresas controladas em cada exercício contabilístico é efetuada pelo método de integração global. Considera-se existir controlo quando o Grupo detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral, ou tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais.

A participação de terceiros no capital próprio e no resultado líquido daquelas empresas é apresentada separadamente na posição financeira e na demonstração consolidada dos resultados e do outro rendimento integral, nas respetivas rubricas de "Interesses não controlados".

As transações e saldos significativos entre essas empresas foram eliminados no processo de consolidação. As mais-valias decorrentes da alienação de empresas participadas, efetuadas dentro do Grupo, são igualmente anuladas.

Sempre que apropriado, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas subsidiárias, tendo em vista a uniformização das respetivas políticas contabilísticas com as do Grupo.

b) Concentração de atividades empresariais

A concentração de atividades empresariais, nomeadamente a aquisição de empresas controladas é registada pelo método da compra.

O custo de aquisição é determinado como o somatório do justo valor dos ativos entregues, passivos incorridos ou assumidos, e instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo em troca da assunção de controlo da adquirida. Custos relacionados com a aquisição são reconhecidos como custo quando incorridos. Quando aplicável, o custo de aquisição inclui ainda o justo valor de pagamentos contingentes mensurados à data de aquisição. Alterações subsequentes no valor de pagamentos contingentes são registados de acordo com o normativo contabilístico que regula a contabilização dos ativos ou passivos em questão, exceto caso se qualifiquem como ajustamento no período de mensuração provisória (com um máximo de 12 meses).

Os ativos identificáveis, passivos e passivos contingentes de uma subsidiária, que cumpram os critérios de reconhecimento de acordo com a IFRS 3 - Concentração de Atividades Empresariais ("IFRS 3"), são mensurados pelo respetivo justo valor na data de aquisição, exceto os ativos não correntes (ou grupo de ativos) que sejam classificados como detidos para venda, de acordo com a IFRS 5 - Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas ("IFRS 5"), os quais são reconhecidos e mensurados pelo respetivo justo valor deduzido dos custos a suportar na futura venda.

Qualquer excesso do custo de aquisição acrescido do valor dos interesses não controlados face ao justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos é reconhecido como *Goodwill*. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como resultado líquido do período em que ocorre a aquisição, após reconfirmação do justo valor atribuído.

Se o processo de contabilização de concentrações de atividades empresariais estiver incompleto no final do exercício em que a concentração ocorra, o Grupo divulga essa mesma situação, sendo que os valores considerados podem ser ajustados durante o período de mensuração (o período entre a data de aquisição e a data em que o Grupo obtenha a informação completa sobre os factos e circunstâncias que existiam à data de aquisição é no máximo de 12 meses), ou poderão ser reconhecidos novos ativos e passivos de forma a refletir factos e

circunstâncias que existiam à data da posição financeira e que, caso conhecidos, teriam afetado os montantes reconhecidos na data de aquisição.

Os interesses não controlados são identificados em capital próprio separadamente do capital próprio atribuível aos acionistas da Empresa-mãe. Os interesses não controlados podem ser inicialmente mensurados quer pelo seu justo valor quer pela proporção do justo valor de ativos e passivos da subsidiária adquirida. Esta opção é efetuada separadamente para cada transação.

Após o reconhecimento inicial, o valor contabilístico dos interesses não controlados é determinado como o valor inicialmente reconhecido, acrescido da proporção de alterações de capital próprio da subsidiária.

O rendimento integral de uma subsidiária é atribuído aos interesses não controlados ainda que os mesmos sejam negativos.

Alterações na percentagem de controlo sobre empresas subsidiárias que não resultem em perda de controlo são contabilizadas como transações de capital próprio. O valor dos interesses do Grupo e dos interesses não controlados são ajustados para refletir as alterações de percentagem. Qualquer diferença entre o montante pelo qual os interesses não controlados são ajustados e o justo valor do preço da transação é reconhecido diretamente em capital próprio e atribuído aos acionistas da Empresa-mãe.

Quando o Grupo perde controlo sobre uma subsidiária, o ganho ou perda na alienação é calculado como a diferença entre (i) o montante agregado do justo valor do preço e o justo valor dos interesses retidos e (ii) o valor contabilístico dos ativos (incluindo *goodwill*) e dos passivos da subsidiária e dos interesses não controlados. Montantes reconhecidos previamente como outro rendimento integral são transferidos para resultados do exercício ou transferidos para resultados transitados da mesma forma que seriam caso os ativos ou passivos relacionados fossem alienados. O justo valor dos interesses retidos corresponde ao justo valor no reconhecimento inicial para efeitos de contabilização subsequente no âmbito da IFRS 9 – Instrumentos financeiros ("IFRS 9") ou, conforme e quando aplicável, o custo para efeitos de reconhecimento inicial de um investimento numa associada ou num empreendimento conjunto.

c) Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos

Associada ou empreendimento conjunto é uma entidade na qual o Grupo exerce influência significativa, através da participação nas decisões relativas às suas políticas financeiras e

operacionais, mas não detém controlo.

Os investimentos financeiros na generalidade das empresas associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 24) encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial, exceto quando são classificados como detidos para venda, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido da diferença entre esse custo e o valor proporcional à participação no capital próprio dessas empresas reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do referido método.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas associadas e empreendimentos conjuntos por contrapartida de "Resultados relativos a associadas e empreendimentos conjuntos", e por outras variações ocorridas nos seus capitais próprios por contrapartida das rubricas de "Ajustamentos de partes de capital em associadas e empreendimentos conjuntos", bem como pelo reconhecimento de perdas por imparidade. Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

As perdas em associadas e empreendimentos conjuntos que excedam o investimento efetuado nessas entidades não são reconhecidas, exceto quando o Grupo tenha assumido responsabilidades por perdas no âmbito dessa associada ou empreendimento conjunto.

Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos ativos líquidos identificáveis é registado como "Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos – *goodwill*". Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre a aquisição.

Os ganhos não realizados em transações com associadas e empreendimentos conjuntos são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada e empreendimento conjunto, por contrapartida do investimento nessa mesma associada e empreendimento conjunto. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

d) *Goodwill*

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em subsidiárias, empresas associadas e empreendimentos conjun-

tos, acrescido, no caso de subsidiárias, do valor dos Interesses não controlados e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, se positivas, são registadas como *goodwill* (no caso de subsidiárias) ou mantidos na rubrica de investimentos em empresas associadas e empreendimentos conjuntos.

O *Goodwill* é registado como ativo e não é sujeito a amortização, sendo apresentado autonomamente na demonstração consolidada da posição financeira ou na rubrica de "Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos" (Notas 19 e 24). Relativamente ao *goodwill* de subsidiárias, anualmente, ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor, os montantes de *goodwill* são sujeitos a testes de imparidade. Qualquer perda por imparidade é registada de imediato como custo na demonstração consolidada dos resultados do exercício e não é suscetível de reversão posterior.

Na alienação de uma subsidiária, associada ou empreendimento conjunto, o correspondente *goodwill* é incluído na determinação da mais ou menos-valia.

Nos casos em que o custo de aquisição é inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho do exercício em que ocorre a aquisição.

2.4 - Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem, essencialmente, direitos contratuais e despesas incorridas em projetos específicos com valor económico futuro, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam controláveis pelo Grupo e o respetivo valor possa ser medido com fiabilidade.

Os ativos intangíveis gerados internamente, nomeadamente as despesas com investigação e desenvolvimento corrente, são registados como custo no período em que são incorridos.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de *software* são registados como custos na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes custos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para o Grupo. Nestas situações, estes custos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de utilidade esperada pelo Grupo para os ativos em causa.

2.5 - Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis utilizados na produção, prestação de serviços ou para uso administrativo, são registados ao custo de aquisição ou construção, incluindo as despesas imputáveis à compra, deduzido da depreciação acumulada e perdas por imparidade, quando aplicáveis.

No entanto, para uma classe homogénea de ativos, o Grupo adotou em 31 de dezembro de 2018 o modelo da revalorização (valor revalorizado deduzido de depreciações acumuladas) como política contabilística para a mensuração subsequente desses ativos. Desta forma, a quantia revalorizada corresponde ao seu justo valor à data de revalorização.

As revalorizações serão efetuadas de 2 em 2 anos, ou sempre que existam indícios de alteração de valor dos ativos, por avaliadores independentes de forma a assegurar que a quantia escriturada não difira materialmente daquela que seria determinada pelo uso do justo valor no fim do período de relato.

Se a quantia escriturada de um ativo for aumentada em resultado de uma revalorização, o aumento é reconhecido em outro rendimento integral e acumulado no capital próprio na conta "Excedente de revalorização". Porém, o aumento é reconhecido nos resultados até ao ponto em que reverta um decréscimo de revalorização do mesmo ativo previamente reconhecido nos resultados.

Se a quantia escriturada de um ativo é diminuída em resultado de uma revalorização, a diminuição é reconhecida nos resultados. Porém, a diminuição é reconhecida em outro rendimento integral até ao ponto de qualquer saldo credor existente no excedente de revalorização com respeito a esse ativo. A diminuição reconhecida em outro rendimento integral reduz a quantia acumulada no capital próprio, na conta de "Excedente de revalorização".

Os ativos fixos tangíveis são depreciados pelo método das quotas constantes, de acordo com a sua vida útil estimada, a partir da data em que os mesmos se encontram disponíveis para ser utilizados no uso pretendido e cessa quando os ativos passam a ser classificados como ativos não correntes detidos para venda. A depreciação é realizada de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5 - 50
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	3 - 7
Ferramentas e utensílios	3 - 7
Equipamento administrativo	2 - 10
Outros ativos fixos tangíveis	1 - 4

As benfeitorias e beneficiações apenas são registadas como ativo nos casos em que correspondem à substituição de bens, os quais são abatidos, ou conduzam a um acréscimo dos benefícios económicos futuros.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam em condições de ser utilizados para os fins pretendidos.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor realizável líquido e o valor líquido contabilístico na data de alienação / abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados nas rubricas de "Outros proveitos operacionais" ou "Outros custos operacionais", conforme aplicável.

2.6 - Locações

A IFRS 16 alterou a forma como o Grupo contabiliza as locações anteriormente classificadas como operacionais à luz da IAS 17, as quais não eram registadas na demonstração consolidada da posição financeira, sendo divulgadas nas respetivas notas anexas como compromissos assumidos não incluídos no balanço.

Na aplicação inicial, o Grupo apresenta ativos relativamente a locações financeiras anteriormente incluídos em "Ativos fixos tangíveis" na linha de ativos de "Direito de uso". Quanto ao passivo originado pela aplicação da IFRS 16, este é considerado em "Responsabilidades com locações" no passivo corrente ou passivo não corrente consoante a sua maturidade.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação, bem como, as correspondentes responsabilidades, são contabilizadas reconhecendo o ativo sob direito de uso, as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual.

Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do direito de uso são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados e de outro rendimento integral do exercício a que respeitam.

São excluídos deste procedimento as locações de baixo valor, que são aqueles cujo montante total do contrato seja inferior a 5.000 euros, as quais são registadas em resultados de acordo com o período a que respeitam.

2.7 - Imparidade de ativos não correntes, excluindo *goodwill*

É efetuada uma avaliação de imparidade sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de tais indícios, o Grupo procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da eventual perda por imparidade.

Nas situações em que o ativo individualmente não gera *cash-flows* de forma independente de outros ativos, a estimativa do valor recuperável é efetuada para a unidade geradora de caixa a que o ativo pertence.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade pela diferença, a qual é registada na demonstração dos resultados na rubrica "Provisões e perdas por imparidade em ativos depreciáveis e amortizáveis e *Goodwill*".

A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor deduzido dos custos de alienação e do valor de uso. O justo valor líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade é registada quando existem indícios de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica "Provisões e perdas por imparidade em ativos depreciáveis e amortizáveis e *goodwill*" do exercício em que a reversão ocorra. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

2.8 - Propriedades de investimento

As propriedades de investimento, que incluem terrenos e edifícios detidos para arrendamento, apreciação de capital, ou ambos, são inicialmente registadas pelo seu preço de compra ou pelo seu custo de construção (caso se trate de investimento de construção própria), incluindo qualquer dispêndio diretamente atribuível.

Após o reconhecimento inicial, todas as propriedades de investimento, incluindo as que se encontram em construção, são mensuradas pelo respetivo justo valor que reflete as condições de mercado à data da posição financeira. Todos os ganhos ou perdas provenientes de alterações no justo valor de propriedades de investimento são reconhecidos nos resultados do exercício em que ocorrem e registados na rubrica "Variação no justo valor de propriedades de investimento", incluída em "Outros proveitos operacionais" ou "Outros custos operacionais", consoante se trate de ganhos ou perdas.

O justo valor de cada propriedade de investimento é determinado através de avaliações efetuadas por entidades especializadas independentes e de acordo com critérios de avaliação geralmente aceites para o mercado imobiliário.

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos, são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício a que se referem. As benfeitorias ou beneficiações apenas são registadas como ativo nos casos em que correspondam à substituição de bens, os quais são abatidos, ou conduzem a um acréscimo de benefícios económicos futuros.

2.9 - Ativos, passivos e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros, dado que é a moeda da empresa-mãe.

As transações em outras divisas que não o euro, são registadas às taxas em vigor na data da transação. Em cada data da posição financeira, os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros, utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data. Ativos e passivos não monetários registados de acordo com o seu justo valor denominado em moeda estrangeira são transpostos para euros utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos, ou à data da posição financeira, dessas mesmas transações, são registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados do exercício, exceto aquelas relativas a itens não monetários cuja variação de justo valor seja registada diretamente em capital próprio na rubrica de "Ajustamentos de conversão cambial" (Nota 46).

A conversão das demonstrações financeiras de empresas subsidiárias expressas em moeda estrangeira é efetuada considerando a taxa de câmbio vigente à data da posição financeira,

para conversão de ativos e passivos, a taxa de câmbio histórica para a conversão dos saldos das rubricas de capital próprio e a taxa de câmbio média do exercício, para a conversão das rubricas da demonstração dos resultados e do outro rendimento integral e dos fluxos de caixa.

Para a moeda do Bolívar Venezuelano o câmbio utilizado para a conversão das rubricas da demonstração dos resultados foi a taxa de câmbio final, por se tratar de uma economia hiperinflacionária, conforme explicado na nota 2.10.

De acordo com a IAS 21 – Os efeitos de alterações em taxas de câmbio (“IAS 21”), o *goodwill* e as correções de justo valor apurados na aquisição de entidades estrangeiras consideram-se denominados na moeda de reporte dessas entidades, sendo convertidas para euros à taxa de câmbio na data da posição financeira. As diferenças cambiais assim geradas são registadas no capital próprio na rubrica de “Ajustamentos de conversão cambial” (Nota 46).

2.10 - Empresas em economias hiperinflacionárias

Segundo a IAS 29 – “Relato financeiro em economias hiperinflacionárias”, as demonstrações financeiras de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia hiperinflacionária, quer estejam baseadas no custo histórico ou no custo corrente, devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente no final do período de relato.

A norma menciona que a hiperinflação é indicada por características do ambiente económico de um país que incluem nomeadamente as seguintes:

- a) a população em geral prefere conservar a sua riqueza em ativos não monetários ou numa moeda estrangeira relativamente estável. As quantias de moeda local detidas são imediatamente investidas para manter o poder de compra;
- b) a população em geral vê as quantias monetárias não em termos de moeda local mas em termos de uma moeda estrangeira estável. Os preços podem ser cotados nessa moeda;
- c) as vendas e compras a crédito têm lugar a preços que compensem a perda esperada do poder de compra durante o período de crédito, mesmo que o período seja curto;
- d) as taxas de juro, os salários e os preços estão ligados a um índice de preços; e
- e) a taxa de inflação acumulada durante três anos aproxima-se ou excede os 100%.

Após uma análise do Grupo, considerou-se que a economia da

Venezuela continua a cumprir estes parâmetros no exercício 2019 pelo que se continua a aplicar a IAS 29 desde em 1 de janeiro de 2018, reexpressando as demonstrações financeiras conforme descrito abaixo:

Demonstração da posição financeira

- As quantias da demonstração da posição financeira não expressas ainda em termos de unidade de mensuração corrente à data de referência daquela demonstração foram reexpressas pela aplicação de um índice geral de preços;
- Os itens monetários não foram reexpressos porque já se encontravam expressos em termos de unidade corrente no fim do período de relato. Os itens monetários representam dinheiro devido e elementos a receber ou a pagar em dinheiro;
- Os ativos e passivos que por acordo estavam vinculados a alterações de preços, tais como obrigações e empréstimos indexados, foram ajustados nos termos do acordo a fim de determinar a quantia em saldo no fim do período de relato;
- Todos os outros ativos e passivos foram considerados como não monetários. Contudo, alguns itens não monetários foram registados pelas quantias correntes no final do período de relato, tais como o valor realizável líquido e o justo valor, pelo que não foram reexpressos. Todos os outros ativos e passivos não monetários foram reexpressos;
- A maior parte dos itens não monetários encontrava-se escriturada pelo custo ou ao custo deduzido de amortizações e perdas de imparidade acumuladas. Por conseguinte, encontravam-se expressos por quantias correntes à data da sua aquisição. O custo reexpresso de cada item foi determinado pela aplicação ao seu custo histórico e à sua amortização / perda de imparidade acumulada da variação de um índice geral de preços a partir da data da sua aquisição (ou data de alteração de moeda funcional) até à data de relato. Deste modo, os ativos tangíveis e intangíveis, os inventários e o *goodwill* foram reexpressos a partir das datas da sua aquisição ou de alteração de moeda funcional;
- Quando aplicável, a quantia reexpressa dos itens não monetários é reduzida para a sua quantia recuperável por força do uso futuro estimado do item ou da sua alienação.
- Os itens expressos pelo custo corrente (justo valor) não foram reexpressos porque já se encontravam expressos em termos da unidade de mensuração corrente à data da demonstração da posição financeira;
- As rubricas de capital próprio, exceto as de resultados tran-

sitados e as de qualquer excedente de revalorização, foram reexpressas pela aplicação de um índice geral de preços desde as datas em que os respectivos montantes foram constituídos. Por último, os resultados transitados reexpressos foram determinados a partir de todas as outras quantias da demonstração da posição financeira reexpressa.

Demonstração dos resultados

- A demonstração dos resultados, antes da reexpressão, relata geralmente os custos e os proveitos correntes no momento em que ocorreram as transações ou os acontecimentos subjacentes. Deste modo, o custo das vendas e a depreciação dos ativos fixos são registados pelos custos correntes no momento do seu consumo; e os proveitos e outros custos correntes são registados pelas quantias correntes no momento em que foram incorridos.
- A reexpressão das demonstrações financeiras de acordo com a IAS 29 originou diferenças entre o resultado tributável e o resultado contabilístico. Aquelas diferenças foram contabilizadas de acordo com a IAS 12.

Posição monetária líquida

Num período de inflação, uma empresa que detenha um excesso de ativos monetários sobre passivos monetários (posição monetária líquida devedora) perde poder de compra e consequentemente gera uma perda; por outro lado, uma empresa que detenha um excesso de passivos monetários sobre ativos monetários (posição monetária líquida credora) ganha poder de compra e consequentemente gera um ganho, até ao ponto em que os ativos e passivos não estejam indexados a um nível de preços.

O ganho ou a perda na posição monetária líquida foi incluído no resultado líquido do exercício.

Não havendo informação oficial, os índices de preços para a Venezuela foram estimados tendo por base o último índice de preços publicado pelo Banco Nacional da Venezuela (dezembro de 2015) e feita uma avaliação do incremento médio dos últimos três meses de 2015. Nos períodos subsequentes o Grupo estimou em função do incremento apurado.

Angola no exercício de 2018 foi considerada economia hiperinflacionária. Contudo, no exercício de 2019, deixou de ser, sendo que o GRUPO, a partir de 1 de janeiro de 2019, suspendeu a aplicação da IAS 29. No entanto, os impactos gerados no exercício anterior resultantes da adoção daquela norma, nomeadamente os associados à remensuração dos ativos e passivos não monetários, manter-se-ão até que os ativos sejam alienados,

consumidos ou amortizados e até que os passivos sejam alienados ou liquidados.

2.11 - Custos de financiamento

Os custos com empréstimos obtidos são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam, exceto na medida em que os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição, construção e produção de ativos que levem um período substancial de tempo a ficarem preparados para o uso pretendido são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou final de produção ou construção do ativo ou quando o projeto em causa se encontra suspenso. Quaisquer proveitos financeiros gerados por empréstimos obtidos antecipadamente e alocáveis a um investimento específico são deduzidos aos custos financeiros elegíveis para capitalização.

2.12 - Subsídios

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que o Grupo irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração, nomeadamente para formação de colaboradores, são reconhecidos na demonstração dos resultados de acordo com os custos incorridos.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de ativos fixos tangíveis, são incluídos nas rubricas de “Outros passivos correntes” e “Outros passivos não correntes” (conforme aplicável) e são creditados na demonstração dos resultados em quotas constantes de forma consistente e proporcional com as depreciações / amortizações dos ativos a cuja aquisição se destinaram.

2.13 - Inventários

As mercadorias e matérias-primas encontram-se registadas ao custo de aquisição, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

Os produtos acabados e intermédios e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo médio ponderado de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico (considerando as depreciações dos equipamentos produtivos calculadas em função de níveis normais de utilização), o qual é inferior ao valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de

venda normal deduzido dos custos para completar a produção e dos custos de comercialização.

São registadas perdas por imparidade em inventários pela diferença entre o valor de custo e o respetivo valor de realização dos inventários, no caso de este ser inferior ao valor contabilístico.

2.14 - Provisões

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando: i) o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado; ii) seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos; e iii) o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada posição financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

2.15 - Relato por segmentos

Um segmento de negócio é um grupo de ativos e operações envolvidas no fornecimento de produtos ou serviços sujeitos a riscos e benefícios que são diferentes de outros segmentos de negócio. Um segmento geográfico é um grupo de ativos e operações envolvidas no fornecimento de produtos ou serviços num ambiente económico particular, que está sujeito a riscos e benefícios diferentes daqueles que efetuam segmentos que operam em outros ambientes económicos.

O Grupo apresenta como segmentos operacionais os segmentos de negócio, de forma coincidente com aquela em que a gestão conduz os negócios.

2.16 - Resultados operacionais

O resultado das operações inclui a totalidade dos custos e proveitos das operações, quer sejam recorrentes ou não recorrentes, incluindo os custos com reestruturações e os custos e proveitos associados a ativos operacionais (ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis). Inclui ainda, as mais ou menos valias apuradas na venda de empresas incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral. Assim, excluem-se dos resultados operacionais os custos líquidos de financiamento, os resultados apurados com associadas e empreendimentos conjuntos, com os outros investimentos financeiros e os impostos sobre o rendimento.

2.17 - Instrumentos financeiros

Ativos financeiros e passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo torna-se parte na respetiva relação contratual.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são mensurados sub-

sequentemente ao custo amortizado ou, ao seu justo valor, dependendo do modelo adotado pelo Grupo e das características dos seus fluxos de caixa contratuais.

a) Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e equivalentes a caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses e que possam ser imediatamente mobilizáveis com insignificante risco de alteração de valor.

b) Instrumentos de dívida e contas a receber

Os instrumentos de dívida e as contas a receber são mensuradas, quando reconhecidas inicialmente, pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, pelo respetivo custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Quando existe evidência de que as mesmas se encontram em imparidade, procede-se ao registo do correspondente ajustamento em resultados na rubrica “Outros custos operacionais”. O ajustamento reconhecido é mensurado pela diferença entre o valor pelo qual as contas a receber se encontram reconhecidas e o valor atual dos fluxos de caixa descontados à taxa de juro efetiva determinada aquando do reconhecimento inicial.

c) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros são reconhecidos na data em que são transferidos substancialmente os riscos e vantagens inerentes. São inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que corresponde ao justo valor, incluindo despesas de transação.

Os investimentos financeiros classificam-se como se segue:

Investimentos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são investimentos financeiros que se encontram disponíveis para venda e são classificados como ativos não correntes.

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são mensurados pelo justo valor acrescido dos custos de transação. Posteriormente, são mensurados ao seu justo valor com os ganhos e perdas decorrentes da sua variação no outro rendimento integral. No momento da sua alienação, o ganho ou a perda acumulado gerado com estes investimentos financeiros não é reclassificado para a demonstração consolidada dos resultados, mas sim transferido somente para a rubrica de “resultados transitados”.

Os dividendos associados são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados no momento em que são atribuídos / deliberados, a menos que os mesmos representem uma recuperação de parte do custo do investimento. Os dividendos são registados na demonstração consolidada dos resultados na rubrica “Resultados relativos a atividades de investimento”.

Investimentos financeiros ao justo valor através da demonstração dos resultados

Os ativos financeiros que não cumpram os critérios para serem mensurados pelo custo amortizado ou ao justo valor através do outro rendimento integral são mensurados ao justo valor através da demonstração de resultados.

Os ativos financeiros registados ao justo valor através da demonstração dos resultados são mensurados pelo justo valor apurado no final de cada período de relato, sendo os respetivos ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados, exceto se fizerem parte de uma relação de cobertura.

d) Instrumentos de capital próprio

Os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam. Os instrumentos de capital próprio são contratos que evidenciam um interesse residual nos ativos do Grupo após dedução dos passivos.

Os instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo são registados pelo valor recebido líquido de custos suportados com a sua emissão.

e) Contas a pagar

As contas a pagar são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, pelo respetivo custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

f) Empréstimos

Os empréstimos são registados inicialmente e reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão desses empréstimos e posteriormente mensurados pelo método de custo amortizado. Os encargos financeiros, calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e incluindo prémios a pagar, são contabilizados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios.

2.18 - Responsabilidades com pensões

O Grupo proporciona aos seus colaboradores um seguro de reforma.

Este seguro foi constituído no âmbito de uma política social e de incentivos aos trabalhadores e é da exclusiva iniciativa das empresas participadas onde esses benefícios são atribuídos. Caracterizando-se pela sua natureza facultativa, é por decisão exclusiva das respetivas administrações que se efetuam as contribuições que em cada momento se afigurem adequadas, tendo em consideração as previsões atuariais de desembolsos e a situação económica e financeira. Assim, as contribuições efetuadas pelo Grupo são registadas como custo na data em que são realizadas.

2.19 - Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis (os quais diferem dos resultados contabilísticos) das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios ou créditos fiscais obtidos.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, não são descontados e são reconhecidos em ativos ou passivos não correntes.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada posição financeira é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual de recuperação futura. São reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributárias.

2.20 - Ativos e passivos contingentes

Um ativo contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência apenas será confirmada pela ocorrência ou não de acontecimentos futuros incertos.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Um passivo contingente é (i) uma possível obrigação que resulta de acontecimentos passados e cuja existência será confirmada pela ocorrência ou não de acontecimentos futuros incertos ou (ii) uma obrigação presente, que resulta de acontecimentos passados, mas que não é reconhecido por não ser provável a existência de uma saída de recursos ou a eventual saída de recursos não poder ser mensurada com fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os mesmos divulgados no anexo às demonstrações financeiras, a menos que a possibilidade de uma saída de recursos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

2.21 - Rédito

As vendas e prestações de serviços são reconhecidas na demonstração dos resultados quando ocorre a transferência de controlo do bem ou serviço prestado para o comprador e o montante dos rendimentos é razoavelmente quantificado. As devoluções dos produtos vendidos são registadas como uma redução das vendas, no período a que dizem respeito.

O Grupo reconhece receitas provenientes de diferentes negócios:

Construção:

O negócio de construção incorpora uma obrigação de desempenho única relativa à realização de determinada obra nos termos definidos do respetivo caderno de encargos e da orientação e solicitações realizadas pelos clientes ao longo do seu período de realização. O Grupo considera que a referida obrigação de desempenho é cumprida ao longo do período de execução da obra, uma vez que em situações de construção por encomenda, o ativo não tem um uso alternativo e o Grupo tem o direito de receber uma compensação pelos trabalhos executados até à data de reporte. Desta forma, o *timing* de reconhecimento da obrigação de desempenho ocorre durante aquele período, apurado através do método dos *inputs* (método do grau de acabamento), em função dos gastos incorridos com a mesma e da margem real estimada para cada projeto. Não sendo política conceder garantias de obra superiores às definidas por lei, o Grupo não identificou qualquer obrigação de desempenho adicional relacionada com extensões de garantia.

Para efeitos de determinação do preço total do contrato, são tidas em consideração todas as componentes variáveis associadas ao mesmo, nomeadamente, descontos, bónus, revisões de preços, penalidades, trabalhos adicionais, pedidos de recuperação de custos incorridos entre outros.

O rédito proveniente destas componentes variáveis apenas é reconhecido quando seja fiavelmente mensurável e a sua realização altamente provável, mitigando uma potencial reversão significativa do mesmo, caso este não venha a ocorrer no futuro.

De salientar ainda que o rédito proveniente destas componentes variáveis é entendido pelo Grupo como uma obrigação única de desempenho, ou seja, indissociável do objetivo previsto no contrato de construção inicialmente celebrado.

Sempre que existe um desfazamento temporal significativo (mais de 12 meses) entre o momento em que um bem ou serviço fica à disposição do cliente e o momento em que é pago, é efetuada uma avaliação quanto à potencial existência de uma componente significativa de financiamento no contrato. Caso exista, aquela componente é tratada como uma obrigação de desempenho autónoma, sendo o respetivo juro reconhecido como rendimento ao longo do período estimado do financiamento.

Adicionalmente, é avaliada também a existência de uma componente significativa de financiamento nos adiantamentos recebidos de clientes. Caso exista, aquela componente é tratada como uma obrigação de desempenho autónoma, sendo o respetivo juro reconhecido como gasto ao longo do período estimado do financiamento.

Caso a situação do parágrafo anterior não se verifique ao nível dos adiantamentos recebidos de clientes, estes são tratados como obrigações únicas de desempenho diretamente associadas aos contratos de construção que respeitam, sendo assim tratados como passivos associados a contratos com clientes. À data de 31-12-2019, dada a representatividade dos adiantamentos de clientes bem como o facto de estes serem consumidos proporcionalmente à faturação ao cliente, a gestão considera que não existem adiantamentos de clientes que se enquadrem no conceito de componente significativa de financiamento.

Imobiliária:

Relativamente à venda de ativos imobiliários, o Grupo considera que a sua obrigação de desempenho se encontra cumprida no momento em que procede à sua entrega e a correspondente transferência de controlo ocorrem, o que se considera ocorrer no momento da escritura pública de compra e de venda, uma vez que até esse momento o cliente não beneficia do bem adquirido nem tem controlo ou acesso sobre o mesmo, não existindo outras obrigações de desempenho significativas por cumprir a partir desse momento. Em particular, no que respeita a projetos desenvolvidos pelo Grupo de construção e venda de imóveis, onde exista um compromisso do Grupo em vender ativos com determinadas características, o Grupo entende que,

apesar do desenvolvimento do ativo e suas características se encontrarem previstas no contrato promessa celebrado, o Grupo detém a capacidade de controlar o processo, não tendo o cliente capacidade de determinar alterações ou considerações sobre o mesmo. Desta forma, o reconhecimento do respetivo rédito ocorre num momento do tempo, após a referida escritura pública de compra e de venda.

Relativamente ao arrendamento de ativos imobiliários detidos pelo Grupo, a obrigação de desempenho da Teixeira Duarte consiste na atribuição do direito de uso, por arrendamento, do imóvel/loja especificamente referido em cada contrato celebrado. O Grupo considera que o reconhecimento da receita deve ser efetuado ao longo do tempo, correspondente ao período de arrendamento, uma vez que o cliente recebe e usufrui simultaneamente dos benefícios decorrentes do desempenho e execução da Teixeira Duarte na atribuição do direito de uso durante esse período.

Hotelaria:

No que respeita aos serviços de hotelaria, o Grupo entende que a obrigação de desempenho da prestação do serviço, em função da sua natureza, ocorre ao longo do tempo, à medida que o serviço é prestado. Desta forma, considera que o reconhecimento da receita deve ser efetuado ao longo do tempo, correspondente ao período de duração da estadia em hotel, uma vez que o cliente usufrui dos benefícios associados durante esse período. Quando sejam estabelecidas outras obrigações de desempenho, em particular pela requisição de outros serviços (*Food & Beverage*, *SPA*, ou outros disponibilizados pelo Grupo), os mesmos são reconhecidos num momento do tempo, quando o cliente obtém os benefícios a ele associados.

Distribuição:

Relativamente aos serviços de distribuição, o Grupo considera que a obrigação de desempenho por si assumida com os clientes consiste na venda/entrega de bens em mercado grossista ou retalhista na rede de distribuição (supermercados) detida pelo Grupo Teixeira Duarte. O cumprimento da referida obrigação ocorre quando a entrega do bem adquirido pelo cliente ocorre, uma vez que até esse momento o cliente não beneficia do bem adquirido nem tem controlo ou acesso sobre o mesmo. Desta forma, o reconhecimento do respetivo rédito é efetuado nesse momento do tempo.

Automóvel:

Relativamente à venda de automóveis, o Grupo considera que a sua obrigação de desempenho se encontra cumprida no momento em que procede à sua entrega e correspondente transferência de controlo ocorre, uma vez que até esse momento o

cliente não beneficia do bem adquirido nem tem controlo ou acesso sobre o mesmo. O Grupo considera não existirem outras obrigações de desempenho ou compromissos estabelecidos com os clientes no âmbito dos respetivos contratos estabelecidos.

Outros serviços:

Relativamente a outras linhas de receita, em particular serviços prestados a clientes, de carácter continuado ou pontual, entende-se existirem obrigações de desempenho separadas quando tais acordos prevejam diversos ativos a entregar ou serviços a prestar dos quais o cliente possa beneficiar separadamente e se encontrem diferenciados nos termos contratados entre as partes. O Grupo entende que o reconhecimento do rédito atribuído a cada obrigação de desempenho identificada nos contratos, ocorre no momento da transferência do respetivo controlo, em particular ao longo do tempo ou num momento do tempo, em função das suas características, dependente se o cliente beneficia da sua execução ao longo desse mesmo período ou a partir de determinada data.

Os gastos e rendimentos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento, recebimento ou faturação. Os gastos e rendimentos cujos valores não sejam conhecidos são estimados.

2.22 - Especialização de exercícios

Os proveitos e custos são registados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estes são reconhecidos à medida que são gerados independente do momento em que são recebidos ou pagos. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

As diferenças entre os montantes faturados e os correspondentes proveitos e custos são registadas nas rubricas de “Outros ativos correntes” e “Outros passivos correntes”.

2.23 – Classificação da posição financeira

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a menos de um ano da data da posição financeira são classificados, respetivamente, no ativo e no passivo, como correntes.

São ainda classificados como correntes os passivos relativamente aos quais não haja um direito incondicional de diferir a sua liquidação por um prazo de pelo menos doze meses após a data da posição financeira.

2.24 - Imparidade de ativos financeiros

O Grupo reconhece perdas de imparidade esperadas para instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado ou ao

justo valor através de outro rendimento integral, bem como para contas a receber de clientes, de outros devedores, e para ativos associados a contratos com clientes.

A quantia de perdas esperadas de imparidade para os ativos financeiros acima referidos é atualizada a cada data de relato de forma a refletir as alterações no risco de crédito ocorridas desde o reconhecimento inicial dos respetivos ativos financeiros.

As perdas de imparidade esperadas são estimadas utilizando uma matriz de incobrabilidade baseada no histórico de crédito dos clientes do Grupo nos últimos seis anos (cinco anos para 2018), ajustada por fatores específicos atribuíveis aos clientes, bem como pelas condições macroeconómicas que se estimam para o futuro. Para o efeito, os saldos de clientes e outros devedores foram agrupadas tendo em conta perfis de risco de crédito semelhantes (país, unidade de negócio, tipologia de devedor – público ou privado, e outros) e intervalos de vencimento.

2.25 – Ativos não correntes detidos para venda

Ativos não correntes (ou operações descontinuadas) são classificados como detidos para venda se o respetivo valor for realizável através de uma transação de venda, ao invés de o ser através do seu uso continuado. Considera-se que esta situação se verifica apenas quando: (i) a venda é altamente provável; (ii) o ativo está disponível para venda imediata nas suas atuais condições; (iii) a gestão está comprometida com um plano de venda; e, (iv) é expectável que a venda se concretize num período de doze meses.

Ativos não correntes (ou operações descontinuadas) classificados como detidos para venda são mensurados ao menor de entre o valor contabilístico ou o respetivo justo valor deduzido dos custos para a sua venda.

2.26 - Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado atribuível aos detentores de capital ordinário da TD, S.A., pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

O resultado diluído por ação é calculado dividindo o resultado ajustado atribuível aos detentores do capital ordinário da TD, S.A., pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustado pelas potenciais ações ordinárias diluidoras.

As potenciais ações ordinárias diluidoras podem resultar de opções sobre ações e outros instrumentos financeiros emitidos pelo Grupo, convertíveis em ações da Empresa.

2.27 - Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da posição financeira que

proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da posição financeira, estão adequadamente refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os eventos após a data da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da posição financeira, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas (Nota 48).

3 - ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ESTIMATIVAS E ERROS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, com exceção:

- Suspensão da aplicação da IAS 29 – Economias Hiperinflacionárias às empresas de Angola;
- Aplicação da IFRS 16.

4 - EMPRESAS INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2019 foram incluídas na consolidação, pelo método integral, Teixeira Duarte, S.A. e as seguintes empresas controladas:

Denominação Social	Sede	% Participação efetiva
MERCADO INTERNO		
CONSTRUÇÃO		
CONSTRUSALAMONDE, ACE	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	92,50%
EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
SOMAFEL - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	67,74%
TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
CONCESSÕES E SERVIÇOS		
DPLG - Desenvolvimento do Terminal Especializado de Contentores do Porto de La Guaira, Sociedade Unipessoal, Lda.	Rua das Pretas, 4 - Fração 4 D - Funchal	100,00%
TDAP - Atividades Portuárias, S.A.	Rua das Pretas, 4 - Fração 4 D - Funchal	100,00%
TDGI AÇORES - Unipessoal, Lda.	Zona Industrial Chã do Rego d'Água, Lote 39 - Cabouco, Ilha de São Miguel - Açores	100,00%
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TDGI Manutenção, ACE	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
IMOBILIÁRIA		
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado TDF	Av. Professor Doutor Cavaco Silva, Parque das Tecnologias, Edifício 3 - Porto Salvo	100,00%
IMOPEDROUÇOS - Sociedade Imobiliária, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
IMOTD – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
MALANGA – Investimentos Imobiliários, Unipessoal Lda.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
QUINTA DE CRAVEL - Imobiliária, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TD VIA - Sociedade Imobiliária, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	93,75%
TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TRANSBRITAL - Britas e Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
V8 - Gestão Imobiliária, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
HOTELARIA		
ESTA - Gestão de Hotéis, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
GO CORP TRAVEL SOLUTIONS – Agência de Viagens, S.A.	Rua Encosta das Lagoas, nº 8 - Porto Salvo	100,00%
LAGOASFUT - Equipamento Recreativo e Desportivo, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
LAGOAS HOTEL, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
SINERAMA - Organizações Turísticas e Hoteleiras, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TDH - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TDHC - Instalações para Desporto e Saúde, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
DISTRIBUIÇÃO		
BONAPAPEL - Artigos de Papelaria e Equipamentos Informáticos - Unipessoal, Lda.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TEDAL – Participações e Distribuição, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TEDAL II – Distribuição e Investimentos, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TEIXEIRA DUARTE – Distribuição, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
AUTOMÓVEL		
SMOTORS, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TDO - Investimento e Gestão, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TEDAL III – Automóveis e Investimentos, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TEDAL IV – Participações e Automóveis, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%

Denominação Social	Sede	% Participação efetiva
OUTRAS		
C + P.A. - Cimento e Produtos Associados, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TDO - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TEDAL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
MERCADO EXTERNO		
ÁFRICA DO SUL		
CONSTRUÇÃO		
Global Net Distributors (Pty) Ltd.	10 Ninth Avenue - Northmead, Gauteng 1501	100,00%
ANGOLA		
CONCESSÕES E SERVIÇOS		
EDUCARE - Actividades Educativas e Culturais, Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	100,00%
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	42,40%
IMOBILIÁRIA		
AFRIMO - Empreendimentos Imobiliários, Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	51,00%
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções (Angola), Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	100,00%
HOTELARIA		
ALVALADE - Empreendimentos Turísticos e Hoteleiros, Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	100,00%
ANGOPREDIAL - Empreendimentos Imobiliários, Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	100,00%
HOTEL TRÓPICO, S.A.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	80,00%
HOTEL BAÍA, Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	100,00%
DISTRIBUIÇÃO		
CND – Companhia Nacional de Distribuição, Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	100,00%

Denominação Social	Sede	% Participação efetiva
COM 1 - Comércio e Distribuição, Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	100,00%
DCG – Distribuição e Comércio Geral, Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	100,00%
IMO 1 - Empreendimentos Imobiliários, Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	100,00%
OCC – Operador Central de Comércio, Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	80,00%
AUTOMÓVEL		
AUTO 1 - Comércio Automóvel, Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	100,00%
Auto Competição Angola, Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	100,00%
AUTO 8, Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	100,00%
Comércio de Automóveis, Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	100,00%
TDA - Comércio e Indústria, Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	100,00%
VAUCO - Automóveis e Equipamentos, Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	100,00%
OUTRAS		
INVESTIPART – Participações e Investimentos, S.A.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark) Edifício Teixeira Duarte, nº 387 Luanda	36,00%
ARGÉLIA		
CONSTRUÇÃO		
TEIXEIRA DUARTE ALGERIE, SPA	8 Rooute Ben Aknoun, Rés de Chanssée El Biar - Alger	99,94%
BÉLGICA		
CONCESSÕES E SERVIÇOS		
TDGI, S.A.	Avenue Jean-Monnet, 1, 1348 Louvain-La-Neuve – RPM Bruxelles	100,00%
BRASIL		

Denominação Social	Sede	% Participação efetiva
CONSTRUÇÃO		
EMPA, S.A. - Serviços de Engenharia	Rua Paraíba, 1000, 12º andar - Parte Bairro Savassi - Belo Horizonte	100,00%
SOMAFEL – Obras Ferroviárias e Marítimas, Ltda.	Rua Iguatemi, n.º 448, 6.º andar conjuntos 602, 604, 606, 608 e 610 Bairro Itaim Bibi, São Paulo	67,74%
CONCESSÕES E SERVIÇOS		
GONGOJI Montante Energia, S.A.	Rua Paraíba, 1000, 12º andar - Parte Bairro Savassi - Belo Horizonte	100,00%
PAREDÃO de Minas Energia, S.A.	Rua Paraíba, 1000, 12º andar - Parte Bairro Savassi - Belo Horizonte	100,00%
TABOQUINHA Energia, S.A.	Rua Paraíba, 1000, 12º andar - Parte Bairro Savassi - Belo Horizonte	100,00%
TDGI FACILITIES E MANUTENÇÃO DE INSTALAÇÕES LTDA.	Rua Iguatemi, n.º 448, 6.º andar Conjunto 602, sala 18 Bairro Itaim Bibi, São Paulo	100,00%
IMOBILIÁRIA		
TDPG - Empreendimentos Imobiliários e Hoteleiros, Ltda.	Rua Irene Ramos Gomes de Matteo, nº 97 - Casa 097 Pina - Recife	100,00%
TDSP - Participações, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 01 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP - Elisa de Moraes Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 02 Itaim Bibi - São Paulo	90,00%
TDSP - Bela Vista Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 06 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP - Galeno de Castro Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 03 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP – Maratona Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 08 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP - Direitos Humanos Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 04 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP – Alta Vista I Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 19 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP – Verum Mooca Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 18 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP – Gilberto Sabino Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 05 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP – Alta Vista II Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 20 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP – Gualaxos Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 07 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP – Alta Vista III Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar Conjunto 602 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP – Zanzibar Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 09 Itaim Bibi - São Paulo	92,50%

Denominação Social	Sede	% Participação efetiva
TDSP – Dionísio da Costa Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 10 Itaim Bibi - São Paulo	92,50%
TDSP – Baceunas Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 11 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP – Maria de Jesus Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 12 Itaim Bibi - São Paulo	95,00%
TDSP – Volta Redonda Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 13 Itaim Bibi - São Paulo	95,00%
TDSP – Nilo Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 14 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP – Alta Vista IV Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 15 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP – Princesa Isabel Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 16 Itaim Bibi - São Paulo	90,00%
TDSP – Carolina Ribeiro - Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 17 Itaim Bibi - São Paulo	95,00%
TDSP – 18 Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 23 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
OUTRAS		
EMES – Participações, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar Conjunto 602, sala 21 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
COLÔMBIA		
CONSTRUÇÃO		
TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções (Colômbia) S.A.S.	Carrera 11 nº 94 – 02 oficina 201 Centro empresarial Manhattan, Bogotá	100,00%
CHIPRE		
OUTRAS		
LEVENEL, Limited	Irakli, 2, Egkomi, 2413 Nicosia	100,00%
ESPANHA		
CONSTRUÇÃO		
UTE DE VIANA	Av. Alberto Alcocer, 24 - 7º Madrid	100,00%
CONCESSÕES E SERVIÇOS		
RECOLTE, Servicios Y Medioambiente, S.A. Sociedade Unipersonal.	Av. Alberto Alcocer, 24 - 7º Madrid	100,00%
TDGI - Mantenimiento y Servicios Integrales, S.L.	Av. Alberto Alcocer, 24 - 7º Madrid	100,00%
ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA		

Denominação Social	Sede	% Participação efetiva
CONSTRUÇÃO		
TEIXEIRA DUARTE CONSTRUCTION SERVICES, LLC	1030 Salem Road Union, NJ 07083	100,00%
IMOBILIÁRIA		
TDRE INVESTMENTS, LLC.	4100 Spring Valley Road, Suit 310, Dallas Texas 75244	100,00%
TDRE LEE PARK, LLC.	4100 Spring Valley Road, Suit 310, Dallas Texas 75244	100,00%
TDRE HOOD, LLC.	4100 Spring Valley Road, Suit 300, Dallas Texas 75244	100,00%
MACAU		
CONSTRUÇÃO		
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções (Macau), Lda.	Av. Dr. Mário Soares, nº 25 Edifício Montepio Apr. 26 e 28 – 3º andar Macau	100,00%
MOÇAMBIQUE		
CONSTRUÇÃO		
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções (Moçambique), Lda.	Av. Július Nyerere, nº 130 Maputo	74,46%
CONCESSÕES E SERVIÇOS		
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, Lda.	Av. Július Nyerere, nº 130 Maputo	69,55%
IMOBILIÁRIA		
IMOPAR - Centro Comercial de Maputo, S.A.	Av. Július Nyerere, nº 130 Maputo	100,00%
MALANGA - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Av. Július Nyerere, nº 4 - R/C Maputo	74,71%
HOTELARIA		
AVENIDA - Empreendimentos Turísticos e Hoteleiros, Lda.	Av. Július Nyerere, nº 627 Maputo	100,00%
Sociedade Hotel Tivoli, Lda.	Av. 25 de Setembro, 1321 Maputo	65,00%
TIVOLI BEIRA - Hotelaria e Serviços, Lda.	Av. Július Nyerere, nº 130 Maputo	100,00%
PERÚ		
CONSTRUÇÃO		
TEIXEIRA DUARTE PERÚ – Ingeniería y Construcciones, Sociedad Anónima Cerrada	Avenida Arenales, nº 773 Lima	100,00%
VENEZUELA		
CONSTRUÇÃO		
Consortio Boyacá – La Guaira	Av. San Juan Bosco, Edifício Centra Altamira Piso 5, Oficina 54, Urb. Altamira Caracas	57,20%
TEGAVEN – Teixeira Duarte y Asociados, C.A.	Av. Venezuela del Rosal con Calle Mohedano, Torre JWM Piso 5, Of. 5-2, Urb El Rosal - Caracas	100,00%

5 - ALTERAÇÕES NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 verificaram-se as seguintes saídas face ao perímetro de consolidação em 31 de dezembro de 2018:

- MMK Cement, Limited Liability Company;
- TDE – Empreendimentos Imobiliários, S.A.;
- Consórcio Puente Daule - Guayaquil II.

O impacto da saída destas empresas nas demonstrações financeiras do Grupo, é como se segue:

Ativo	
Ativos fixos tangíveis (Nota 21)	430
Propriedades de investimento (Nota 22)	4.588
Associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 24)	479
Ativos por impostos diferidos (Nota 27)	253
Inventários (Notas 9 e 10)	13.969
Outros devedores	189
Caixa e equivalentes a caixa	5.054
Outros ativos	7.619
Total ativos	32.581
Passivo	
Passivos por impostos diferidos (Nota 27)	695
Fornecedores	278
Outros credores	1.634
Outros passivos	23.823
Total passivos	26.430
Total líquido	6.151

Ainda no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi dissolvida a TDD – Distribuição Brasil, Ltda.

Importa referir ainda a constituição durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

Imobiliária:

- TDSP - 18 Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda

6 - COTAÇÕES

As cotações utilizadas para converter para Euros os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, bem como os resultados das operações desenvolvidas em países com moeda funcional distinta do Euro, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, foram as seguintes:

Divisa	Câmbio de fecho			Câmbio Médio		
	2019	2018	Var	2019	2018	Var
Bolivar Venezuelano	58.228,6642	813,5683	-	58.228,6642	128,2807	-
Dinar Argelino	133,4442	135,5660	(1,6%)	133,5831	137,5775	(2,9%)
Dinar Koweitiano	0,3402	n/a	-	0,3402	n/a	-
Dinar Tunisino	3,1329	3,4485	(9,2%)	3,2834	3,1193	5,3%
Dirham dos Emirados	4,1260	4,2058	(1,9%)	4,1188	4,3374	(5,0%)
Dirham Marroquino	10,7442	10,9560	(1,9%)	10,7926	11,0913	(2,7%)
Dólar Americano	1,1234	1,1450	(1,9%)	1,1214	1,1803	(5,0%)
Escudo Cabo Verde	110,2650	110,2650	-	110,2650	110,2650	-
Kwanza Angolano	536,2617	353,0155	51,9%	410,1322	294,5685	39,2%
Metical Moçambicano	68,7000	70,2400	(2,2%)	69,4985	71,2377	(2,4%)
Novo Sol Peruano	3,7196	3,8667	(3,8%)	3,7458	3,8807	(3,5%)
Pataca Macaense	9,0097	9,2365	(2,5%)	9,0480	9,5269	(5,0%)
Peso Colombiano	3.690,6300	3.718,3900	(0,7%)	3.690,8039	3.512,5138	5,1%
Rand Africa do Sul	15,7773	16,4594	(4,1%)	16,1924	15,5474	4,1%
Real Brasileiro	4,5157	4,4440	1,6%	4,4195	4,2980	2,8%

7 – INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

O Grupo encontra-se organizado de acordo com os seguintes segmentos de negócio:

- Construção;
- Concessões e serviços;
- Imobiliária;
- Hotelaria;
- Distribuição;
- Automóvel.

As vendas e prestações de serviços e os resultados de cada um dos segmentos operacionais acima mencionados, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, foram como segue:

Segmento	Vendas e prestações de serviços						Resultados operacionais	
	2019			2018			2019	2018
	Clientes externos	Intersegmental	Total	Clientes externos	Intersegmental	Total		
Construção (*) (Nota 32)	532.934	24.472	557.406	493.775	17.268	511.043	59.735	21.359
Concessões e serviços (*)	130.115	9.198	139.313	111.054	13.905	124.959	(602)	9.714
Imobiliária	19.973	11.340	31.313	71.528	10.196	81.724	56.842	48.257
Hotelaria	40.204	1.082	41.286	38.853	587	39.440	6.773	8.387
Distribuição	123.779	880	124.659	128.343	1.887	130.230	6.741	(2.795)
Automóvel	30.492	2.024	32.516	30.159	3.241	33.400	4.814	8.532
Não afetos a segmentos	-	-	-	-	-	-	(3.843)	(9.902)
Eliminações	-	(48.996)	(48.996)	-	(47.084)	(47.084)	(10)	325
	877.497	-	877.497	873.712	-	873.712	130.450	83.877
Custos e perdas financeiros (Nota 15)							(118.692)	(150.250)
Proveitos e ganhos financeiros (Nota 15)							30.488	77.228
Resultados relativos a atividades de investimento (Nota 15)							1.716	18.320
Resultados antes de impostos							43.962	29.175

(*) - Valores de 2018 reclassificados conforme explicação na nota introdutória

As transações intersegmentais são efetuadas em condições e termos de mercado, equiparáveis às transações efetuadas com entidades terceiras.

Outras informações:

Segmento	Dispêndios de capital fixo		Amortizações e depreciações em resultados		Provisões e perdas por imparidade	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Construção (*)	31.028	17.001	27.927	23.824	4.043	4.295
Concessões e serviços (*)	1.939	4.949	5.189	4.460	2.734	444
Imobiliária	21.640	13.744	3.292	2.903	(3.778)	3.742
Hotelaria	1.601	3.263	8.658	4.031	61	10
Distribuição	1.532	6.888	6.911	6.400	(1.220)	6.630
Automóvel	135	132	5.529	1.710	32	137
Não afetos a segmentos	43	199	207	218	-	-
	57.918	46.176	57.713	43.546	1.872	15.258

(*) - Valores de 2018 reclassificados conforme explicação na nota introdutória

O ativo e passivo dos segmentos e a respetiva reconciliação com o total consolidado, em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, são como segue:

Segmento	Ativos								Passivos	
	2019				2018				2019	2018
	Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 24)	Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 25)	Outros ativos	Total	Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 24)	Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 25)	Outros ativos	Total		
Construção	2.888	12.836	1.794.661	1.810.385	2.134	12.978	1.850.492	1.865.604	988.016	975.325
Concessões e serviços	2.338	100	111.932	114.370	1.249	76	117.939	119.264	47.349	43.351
Imobiliária	3.378	1.161	1.141.463	1.146.002	75	1.285	1.124.972	1.126.332	475.343	457.749
Hotelaria	-	17	243.138	243.155	-	12	234.698	234.710	79.096	71.653
Distribuição	-	13	205.431	205.444	-	10	248.399	248.409	109.739	145.517
Automóvel	-	9	217.800	217.809	24	7	207.273	207.304	94.904	88.905
Não afetos a segmentos	13.631	1.740	916.327	931.698	13.339	2.562	896.707	912.608	795.908	841.532
Eliminações	-	-	(2.818.847)	(2.818.847)	-	-	(2.856.531)	(2.856.531)	(1.076.863)	(1.169.692)
	22.235	15.876	1.811.905	1.850.016	16.821	16.930	1.823.949	1.857.700	1.513.492	1.454.340

As vendas e prestações de serviços e a informação acerca de ativos não correntes não monetários, por segmento geográfico apresentam a seguinte composição nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

Segmento geográfico	Vendas e prestações de serviços		Ativos não correntes não monetários	
	2019	2018	2019	2018
Portugal	236.116	233.265	251.642	196.576
Angola	228.533	284.433	462.074	536.284
Argélia	107.367	122.347	14.926	20.451
Brasil	173.059	136.013	26.311	16.529
Espanha	43.596	35.989	12.209	17.528
Moçambique	30.650	30.587	32.871	31.818
Venezuela	16.568	15.651	109	1.014
Outros	41.608	15.427	2.196	3.807
	877.497	873.712	802.338	824.007

Os ativos não correntes não monetários incluem as rubricas de *goodwill*, ativos intangíveis, ativos fixos tangíveis, direito de uso e propriedades de investimento.

8 - PROVEITOS OPERACIONAIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os proveitos operacionais, foram como segue:

	2019	2018
Vendas e prestações de serviços	877.497	873.712
Outros proveitos operacionais:		
Variação justo valor de propriedades de investimento (Nota 22)	65.852	41.098
Diferenças de câmbio	55.378	18.385
Alienação de ativos a)	25.376	47.316
Proveitos suplementares	11.880	7.449
Reversão de perdas por imparidade em contas a receber (Nota 28)	6.570	2.992
Trabalhos para a própria empresa b)	2.654	3.762
Restituição de impostos	600	89
Reversão de perdas por imparidade em inventários (Nota 9 e 10)	298	215
Ganhos em inventários	45	28
Correções a exercícios anteriores	28	296
Outros proveitos operacionais	2.830	18.921
	171.511	140.551
	1.049.008	1.014.263

- a) No período findo em 31 de dezembro de 2019, os ganhos indicados foram obtidos com a alienação de ativos fixos tangíveis em 3.093 milhares de euros (3.087 milhares de euros no período findo em 31 de dezembro de 2018) (Nota 21) e com a alienação de 50% da participada “TDE – Empreendimentos Imobiliários, S.A.,” tendo registado uma mais-valia de 22.196 milhares de euros, e da participada “MMK Cement, Limited Liability Company”, tendo registado uma mais-valia de 87 milhares de euros

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o Grupo alienou a “Lagoas Park, S.A.” e a TDHOSP – Gestão de Edifício Hospital, S.A. tendo registado uma mais-valia

global de 44.100 milhares de euros e foram dissolvidas a TDF - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A. e a GND Trading ME FZE, registando ganhos de 129 milhares de euros.

- b) Os trabalhos para a própria empresa correspondem essencialmente a beneficiação de equipamentos.

As diferenças de câmbio líquidas registadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 devem-se a pagamentos e recebimentos, bem como a atualizações cambiais em saldos, registados por base em moedas diferentes do Euro.

9 – CUSTO DAS VENDAS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 o custo das vendas foi apurado como se segue:

	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
Ativo bruto:			
Saldo em 31 de dezembro de 2017	13.453	70.321	83.774
Impacto da aplicação da IAS 29 - Hiperinflação em 1 de janeiro de 2018	-	5.382	5.382
Impacto da aplicação da IAS 29 - Hiperinflação	71	2.648	2.719
Ajustamentos de conversão cambial	1.448	(27.722)	(26.274)
Regularizações	-	(2.424)	(2.424)
Compras	117.380	137.008	254.388
Custo do exercício	(121.078)	(126.117)	(247.195)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	11.274	59.095	70.369
Ajustamentos de conversão cambial	(1.616)	(14.173)	(15.789)
Alteração de perímetro (Nota 5)	(21)	(13.881)	(13.902)
Regularizações	(2)	(420)	(422)
Compras	87.733	141.493	229.226
Custo do exercício	(84.042)	(126.824)	(210.866)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	13.326	45.290	58.616
Perdas por imparidade acumuladas em inventários:			
Saldo em 31 de dezembro de 2017	788	4.441	5.229
Impacto da aplicação da IAS 29 - Hiperinflação em 1 de janeiro de 2018	-	1.021	1.021
Impacto da aplicação da IAS 29 - Hiperinflação	-	479	479
Ajustamentos de conversão cambial	(307)	(2.552)	(2.859)
Reforços (Nota 14)	538	380	918
Reduções (Nota 8)	(28)	(187)	(215)
Regularizações	(5)	(10)	(15)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	986	3.572	4.558
Ajustamentos de conversão cambial	(12)	(1.309)	(1.321)
Reforços (Nota 14)	122	538	660
Reduções (Nota 8)	-	(117)	(117)
Regularizações	(90)	104	14
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.006	2.788	3.794
Valor líquido em 31 de dezembro de 2018	10.288	55.523	65.811
Valor líquido em 31 de dezembro de 2019	12.320	42.502	54.822

10 – VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO

A demonstração da variação da produção ocorrida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é como se segue:

	Produtos e trabalhos em curso	Produtos acabados e intermediários	Total
Ativo bruto:			
Saldo em 31 de dezembro de 2017	148.809	13.920	162.729
Impacto da aplicação da IAS 29 - Hiperinflação em 1 de janeiro de 2018	244	-	244
Impacto da aplicação da IAS 29 - Hiperinflação	97	-	97
Ajustamentos de conversão cambial	(5.938)	-	(5.938)
Regularizações	(10.185)	78	(10.107)
Variação da produção	(8.663)	(10.149)	(18.812)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	124.364	3.849	128.213
Ajustamentos de conversão cambial	(703)	-	(703)
Alteração de perímetro (Nota 5)	-	(67)	(67)
Regularizações	29.216	(33)	29.183
Variação da produção	2.562	(872)	1.690
Saldo em 31 de dezembro de 2019	155.439	2.877	158.316
Perdas por imparidade acumuladas em inventários:			
Saldo em 31 de dezembro de 2017	217	-	217
Impacto da aplicação da IAS 29 - Hiperinflação em 1 de janeiro de 2018	46	-	46
Impacto da aplicação da IAS 29 - Hiperinflação	47	-	47
Ajustamentos de conversão cambial	(109)	-	(109)
Reforços (Nota 14)	1.203	-	1.203
Transferências	(24)	-	(24)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.380	-	1.380
Ajustamentos de conversão cambial	(75)	-	(75)
Reforços (Nota 14)	10.000	-	10.000
Reduções (Nota 8)	(181)	-	(181)
Transferências	(96)	-	(96)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	11.028	-	11.028
Valor líquido em 31 de dezembro de 2018	122.985	3.849	126.834
Valor líquido em 31 de dezembro de 2019	144.412	2.877	147.289

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 os inventários apresentam o seguinte detalhe:

	2019	2018
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	12.320	10.288
Mercadorias	42.502	55.523
Produtos e trabalhos em curso	144.412	122.985
Produtos acabados e intermediários	2.877	3.849
Total	202.111	192.645

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os empreendimentos imobiliários, apresentados em produtos e trabalhos em curso, encontram-se a ser desenvolvidos pelas seguintes entidades:

	2019	2018
TD VIA - Sociedade Imobiliária, S.A.	39.073	40.692
TDSP - Gilberto Sabino Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	17.762	3.301
V8 - Gestão Imobiliária, S.A.	13.925	16.596
QUINTA DE CRAVEL - Imobiliária, S.A.	13.536	16.435
TDSP - Maria de Jesus Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	10.186	4.896
TDSP - Nilo Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	7.820	6.615
TDSP - Baceunas Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	6.429	2.526
TDSP - Galeno de Castro Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	6.150	6.161
TDSP - Carolina Ribeiro Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	5.995	4.823
TDRE Hood, LLC	5.263	5.091
TDRE LEE Park, LLC	4.570	4.483
TDSP - Princesa Isabel Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	3.217	-
TDSP - Bela Vista Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	2.989	2.908
TDSP - 18 Empreendimentos Imobiliários, Ltda	2.831	-
TDSP - Alta Vista III Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	1.575	1.482
TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	1.433	1.433
TDPG - Empreendimentos Imobiliários e Hoteleiros, Ltda.	820	833
TDSP - Alta Vista IV Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	302	4.138
TDSP - Zanzibar Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	-	51
TDSP - Volta Redonda Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	-	30
TDSP - Gualaxos Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	-	6
Outros	536	485
	144.412	122.985

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 existiam os seguintes inventários dados como penhor de garantia a passivos:

Geografia	2019	2018
Portugal	Hipoteca 10 Lotes Empreendimento Santa Marinha Design District	Hipoteca 10 Lotes Empreendimento Santa Marinha Design District
Portugal	Hipoteca 9 Lotes Mafamude	Hipoteca 9 Lotes Mafamude
Portugal	Hipoteca Empreendimento Magnólia e Coina	Hipoteca Empreendimento Magnólia e Coina
Portugal	Hipoteca Vale Figueira	Hipoteca Vale Figueira
Portugal	Hipoteca Empreendimento Lezíria Park 2, Villa Rio, Jardins da Póvoa e Parque Logístico da Póvoa	Hipoteca Empreendimento Lezíria Park 2, Villa Rio, Jardins da Póvoa e Parque Logístico da Póvoa
Brasil	Empreendimento Imobiliário Condomínio Retrato Pinheiros - São Paulo / Brasil (104 Unidades Autônomas)	Empreendimento Imobiliário Condomínio Retrato Pinheiros - São Paulo / Brasil (104 Unidades Autônomas)
Brasil	Empreendimento Imobiliário Condomínio Verissimo Mooca - São Paulo / Brasil (42 Unidades Autônomas)	-
Brasil	Empreendimento Imobiliário Condomínio Quartier Brooklin - São Paulo / Brasil (108 Unidades Autônomas)	-
Portugal	-	Hipoteca de 65 frações - Empreendimento Santa Marinha Design District - Vila Nova de Gaia
Portugal	-	Hipoteca Terreno Pedregueiras - (14+10) Prédios Rústicos
Brasil	-	Empreendimento Imobiliário Condomínio Unique Alta Vista - São Paulo / Brasil (168 Unidades Autônomas)

11 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 os fornecimentos e serviços externos decompõem-se da seguinte forma:

	2019	2018
Subcontratos	162.088	130.404
Rendas e alugueres	27.294	19.074
Trabalhos especializados	26.362	33.255
Conservação e reparação	20.893	23.983
Combustíveis	12.626	7.527
Deslocações e estadas	5.603	4.647
Honorários	5.526	2.249
Transporte de mercadorias	5.475	7.770
Electricidade	3.884	4.509
Vigilância e segurança	3.229	3.448
Transporte de pessoal	2.588	2.498
Publicidade	2.391	3.103
Outros	60.373	44.210
	338.332	286.677

12 – CUSTOS COM O PESSOAL

O número médio de empregados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, por segmento operacional, foi o seguinte:

	2019	2018
Construção	6.198	5.298
Concessões e serviços	2.067	1.908
Imobiliária	222	262
Hotelaria	1.049	1.079
Distribuição	1.372	1.386
Automóvel	387	412
Não afetos a segmentos	98	186
	11.393	10.530

A rubrica de “custos com o pessoal”, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, tem a seguinte composição:

	2019	2018
Remunerações normais	117.952	108.695
Outras remunerações	58.804	63.476
Encargos com remunerações	35.943	32.281
Seguros	1.767	2.608
Benefícios de reforma	-	8
Outros custos com o pessoal	24.708	14.908
	239.174	221.976

13 - LOCAÇÕES OPERACIONAIS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, decorrente da adoção da IFRS 16, todos os contratos de locação se encontram ao abrigo da nova norma (Notas 23 e 39).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram reconhecidos custos de 186 milhares de euros relativos a rendas de contratos de locação operacional constantes na rubrica “Fornecimentos e serviços externos”.

As rendas de contratos de locação operacional mantidos pelo Grupo em 31 de dezembro de 2018 apresentavam as seguintes maturidades:

	2018
2019	48
2020	11
2021	1
	60

14 - OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS

Os outros custos operacionais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 foram como se segue:

	2019	2018
Variação justo valor de propriedades de investimento (Nota 22)	27.324	14.373
Impostos	16.897	18.200
Perdas por imparidade em inventários (Nota 9 e 10)	10.660	2.121
Perdas por imparidade em dívidas a receber (Nota 28)	4.646	36.331
Perdas incorridas na alienação de ativos a)	1.782	2.703
Dívidas incobráveis	632	7.416
Perdas em inventários	249	5.544
Outros custos operacionais	10.101	10.234
	72.291	96.922

- a) As perdas indicadas foram incorridas com a alienação de ativos fixos tangíveis no montante de 1.746 milhares de euros (1.419 milhares de euros em 2018) (Nota 21) e com a dissolução da empresa TDD – Distribuição Brasil, Ltda registando uma perda de 36 milhares de euros.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi dissolvida a Teixeira Duarte Internacional, LTD., tendo registado perdas de 1.284 milhares de euros.

15 - RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, foram os seguintes:

	2019	2018
Custos e perdas financeiros:		
Juros suportados	(24.822)	(27.296)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(68.936)	(99.427)
Outros custos e perdas financeiros	(24.934)	(23.527)
	(118.692)	(150.250)
Proveitos e ganhos financeiros:		
Juros obtidos	3.655	6.953
Diferenças de câmbio favoráveis	21.979	31.255
Posição monetária líquida c)	92	38.445
Outros proveitos e ganhos financeiros	4.762	575
	30.488	77.228
Resultados relativos a atividades de investimento:		
Resultados relativos a empresas associadas e empreendimentos conjuntos a)	1.407	220
Dividendos b)	626	1.423
Outros investimentos	(310)	16.677
Ganhos / perdas na mensuração de ativos disponíveis para venda	(7)	-
	1.716	18.320
Resultados financeiros	(86.488)	(54.702)

- a) Os resultados relativos a empresas associadas e empreendimentos conjuntos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, incluem o efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial aos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos no montante de 1.407 milhares de euros (220 milhares de euros em 2018) (Nota 24);
- b) Os valores apresentados em 2019 e de 2018 correspondem a dividendos recebidos de “Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral”;
- c) O valor apresentado corresponde ao ganho originado na aplicação da IAS 29 às empresas da Venezuela.

As diferenças de câmbio líquidas, registadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 devem-se a pagamentos e recebimentos, bem como a atualizações cambiais em saldos, registados por base em moedas diferentes do Euro.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não foram capitalizados juros no custo de aquisição de ativos qualificáveis.

16 - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A “TD, SA” é a sociedade dominante de um grupo de sociedades tributado segundo o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), que abrange todas as sociedades em que participa, direta ou indiretamente, em pelo menos 75% do respetivo capital social, desde que tal participação lhe confira mais de 50% dos direitos de voto e que, simultaneamente, tenham sede e direção efetiva em Portugal e sejam tributadas pelo regime geral do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”).

As restantes empresas participadas, não abrangidas pelo RETGS, são tributadas individualmente, com base nas respetivas matérias coletáveis e às taxas de IRC, Derrama Municipal e Derrama Estadual aplicáveis.

A “TD, SA” e a generalidade das suas participadas sedeadas em Portugal encontram-se sujeitas a IRC, à taxa de 21%, incidente sobre a matéria coletável. As entidades que apuram lucro tributável ficam ainda sujeitas a Derrama Municipal, cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5%, bem como a Derrama Estadual, incidente sobre a parte do lucro tributável que exceda o montante de 1.500, 7.500 e 35.000 milhares de euros, às taxas de 3%, 5% e 9%, respetivamente.

As referidas entidades estão ainda sujeitas a tributação autónoma, às taxas e sobre as despesas, encargos e gastos previstos no artigo 88.º do Código do IRC.

No processo de apuramento do resultado tributável, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico, montantes que não concorrem fiscalmente. Estas diferenças entre resultado contabilístico e fiscal podem ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor em Portugal, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de 5 (cinco) anos para os gerados no período de tributação de 2019 em diante, sendo suscetíveis de dedução aos lucros tributáveis apurados a posteriori, estando tal dedução limitada a 70% do lucro tributável apurado no período de tributação em que se realize.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais em Portugal são passíveis de revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, exceto quando tenha havido dedução de prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, aquele prazo pode ser alargado ou suspenso.

Relativamente a entidades com presença noutros países, o pra-

zo de revisão das suas declarações fiscais varia entre os três e os cinco anos.

O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisões/inspeções fiscais àquelas declarações não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas reportadas a 31 de dezembro de 2019.

O Grupo procede ao registo de impostos diferidos correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na IAS 12 - Imposto sobre o rendimento (Nota 27).

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, são como se segue:

	2019	2018
Imposto corrente:		
Imposto sobre o rendimento em Portugal	(6.993)	(10.456)
Imposto sobre o rendimento em outras jurisdições	(17.608)	(11.955)
Imposto corrente	(24.601)	(22.411)
Imposto diferido (Nota 27):	(2.691)	2.732
	(27.292)	(19.679)

Para além dos montantes de impostos diferidos registados diretamente na demonstração dos resultados, foram registados diretamente nos capitais próprios impostos diferidos no montante de (32.615) milhares de euros no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 ((71.251) milhares de euros em 31 de dezembro de 2018) (Nota 27).

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a reconciliação entre a taxa nominal e efetiva de imposto sobre o rendimento pode ser apresentada como se segue:

	2019		2018	
	Taxa %	Imposto	Taxa %	Imposto
Resultado antes de imposto		43.962		29.175
Taxa e imposto nominal sobre o rendimento	(21,0%)	(9.232)	(21,0%)	(6.127)
Diferencial de taxas de imposto de outros países	(36,1%)	(15.851)	(54,1%)	(15.796)
Resultado em associadas e empreendimentos conjuntos em equivalência patrimonial	0,7%	295	0,2%	46
Prejuízos fiscais gerados no ano para os quais não foi reconhecido imposto diferido ativo	24,2%	10.632	42,7%	12.460
Diferença entre mais e menos-valias fiscais e contabilísticas	9,5%	4.186	9,8%	2.855
Custos não aceites fiscalmente	(8,2%)	(3.598)	(21,9%)	(6.389)
Tributação autónoma	(0,6%)	(270)	(3,4%)	(996)
Derrama	(2,8%)	(1.225)	(5,2%)	(1.520)
Diferenças nas estimativas	(3,8%)	(1.654)	5,7%	1.662
Outras componentes do imposto	(17,9%)	(7.885)	(29,5%)	(8.607)
Imposto diferido do ano	(6,1%)	(2.691)	9,4%	2.732
Taxa efetiva e imposto sobre o rendimento	(62,1%)	(27.292)	(67,5%)	(19.679)

17 - RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	2019	2018
Resultado para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (resultado líquido do exercício)	14.414	11.127
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (milhares)	420.000	420.000
Resultado líquido por ação básico	0,03	0,03

Pelo facto de nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 não existirem efeitos diluidores do resultado por ação, o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação.

18 - DIVIDENDOS

Em Assembleia Geral de Acionistas realizada em 27 de maio de 2019 foi deliberado a não distribuição de dividendos, tendo em consideração as demonstrações financeiras separadas da Empresa em 31 de dezembro de 2018.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não foram distribuídos dividendos, referente ao exercício de 2017.

19 - GOODWILL

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 o movimento ocorrido nos valores do *Goodwill* apurados na aquisição de empresas subsidiárias, bem como nas respectivas perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	2019	2018
Ativo bruto:		
Saldo inicial	27.526	27.571
Impacto da aplicação da IAS 29 - Hiperinflação em 1 de janeiro de 2018	-	55
Impacto da aplicação da IAS 29 - Hiperinflação	-	25
Ajustamentos de conversão cambial	(57)	(125)
Saldo final	27.469	27.526
Perdas por imparidade acumuladas	(15.255)	(15.255)
Ativo líquido:	12.214	12.271

Os valores do *Goodwill* em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 respeitam às seguintes entidades:

Participada	Segmento operacional	2019	2018
EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A.	Construção	12.107	12.107
Auto Competição Angola, LDA	Automóvel	107	164
		12.214	12.271

Os *Goodwill* relativos a empresas associadas e empreendimentos conjuntos fazem parte integrante do valor dos correspondentes investimentos.

Os valores do *Goodwill* são sujeitos a testes de imparidade anualmente, ou sempre que existam indícios de que os mesmos possam estar em imparidade.

A quantia recuperável das unidades geradoras de caixa às quais os *Goodwill* estão afetos é determinada com base no cálculo do seu valor de uso, que utiliza as projeções de fluxos de caixa com base nas projeções financeiras mais recentes aprovadas pelos respetivos Conselhos de Administração cobrindo um período de cinco anos, descontados através das taxas de desconto indicadas no quadro seguinte, as quais foram calculadas com base no custo médio ponderado do capital (“WACC”), ajustado pelos riscos específicos do mercado em que cada unidade se insere. Os fluxos de caixa para além desse período de cinco anos foram projetados utilizando as taxas indicadas no mesmo quadro. Estas taxas não excedem, a taxa média de crescimento a longo prazo para os mercados em que aquelas unidades geradoras de caixa se encontram afetos.

Os Conselhos de Administração entendem que qualquer mudança razoavelmente possível nos pressupostos fundamentais em que a quantia recuperável é baseada, não faria com que a quantia escriturada daquelas unidades geradoras de caixa excedesse o seu valor recuperável.

Assim, os principais pressupostos considerados na determinação do valor de uso dos valores de *Goodwill* são os seguintes:

Participada	2019			2018		
	Valor contabilístico do goodwill	Taxa de desconto	Taxa de crescimento na perpetuidade	Valor contabilístico do goodwill	Taxa de desconto	Taxa de crescimento na perpetuidade
EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A.	12.107	5,6%	1,00%	12.107	6,4%	1,25%
Auto Competição Angola, Lda.	107	15,8%	1,00%	164	14,3%	1,50%
	12.214			12.271		

20 - ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	Propriedade Industrial	Outros	Imobilizações em curso	Adiantamentos por conta ativos intangíveis	Total
Ativo bruto:					
Saldo em 31 de dezembro de 2017	88.722	89	2.936	-	91.747
Impacto da aplicação da IAS 29 - Hiperinflação em 1 de janeiro de 2018	9.005	14	-	-	9.019
Impacto da aplicação da IAS 29 - Hiperinflação	4.078	6	-	-	4.084
Ajustamentos de conversão cambial	(17.705)	(32)	(302)	-	(18.039)
Adições	439	-	131	347	917
Transferências e abates	(8.563)	-	(24)	-	(8.587)
Alienações	(34)	-	-	-	(34)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	75.942	77	2.741	347	79.107
Ajustamentos de conversão cambial	(9.351)	(13)	(40)	(119)	(9.523)
Adições	858	-	1.202	419	2.479
Transferências e abates	8.122	(6)	(566)	-	7.550
Alienações	(16)	-	-	-	(16)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	75.555	58	3.337	647	79.597
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:					
Saldo em 31 de dezembro de 2017	14.149	89	-	-	14.238
Impacto da aplicação da IAS 29 - Hiperinflação em 1 de janeiro de 2018	1.420	14	-	-	1.434
Impacto da aplicação da IAS 29 - Hiperinflação	951	6	-	-	957
Ajustamentos de conversão cambial	(3.011)	(32)	-	-	(3.043)
Transferências e abates	(2.665)	-	-	-	(2.665)
Reforços	3.207	-	-	-	3.207
Alienações	(34)	-	-	-	(34)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	14.017	77	-	-	14.094
Ajustamentos de conversão cambial	(1.996)	(13)	-	-	(2.009)
Transferências e abates	1.445	(6)	-	-	1.439
Reforços	5.811	-	-	-	5.811
Alienações	(5)	-	-	-	(5)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	19.272	58	-	-	19.330
Valor líquido:					
Em 31 de dezembro de 2018	61.925	-	2.741	347	65.013
Em 31 de dezembro de 2019	56.283	-	3.337	647	60.267

Em 31 de dezembro de 2019 a rubrica de “Propriedade industrial” apresenta o montante de 49.223 milhares de euros referentes a direitos de superfície (56.641 milhares de euros em 31 de dezembro de 2018).

21 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta ativos fixos tangíveis	Total
Ativo bruto:										
Saldo em 31 de dezembro de 2017	30.939	445.299	360.898	78.659	41.990	34.340	10.937	7.297	143	1.010.502
Impacto da aplicação da IAS 29 - Hiperinflação em 1 de janeiro de 2018	2.562	87.572	23.957	8.395	136	4.779	1.197	1.071	38	129.707
Impacto da aplicação da IAS 29 - Hiperinflação	2.422	44.125	11.103	3.489	70	2.221	853	2.161	17	66.461
Ajustamentos de conversão cambial	(6.021)	(220.366)	(48.103)	(18.056)	(1.957)	(10.008)	(2.733)	(2.326)	(86)	(309.656)
Adições	-	5.108	12.964	6.356	2.958	1.048	1.409	5.034	-	34.877
Transferências e abates	(2.705)	35	(7.493)	(2.426)	(1.573)	(988)	(68)	(4.265)	-	(19.483)
Alienações	(40)	(6.616)	(4.787)	(3.219)	(397)	(857)	(412)	-	-	(16.328)
Revalorização	-	473.051	-	-	-	-	-	-	-	473.051
Saldo em 31 de dezembro de 2018	27.157	828.208	348.539	73.198	41.227	30.535	11.183	8.972	112	1.369.131
Impacto da aplicação da IAS 29 - Hiperinflação	-	-	91	16	-	-	-	(6)	-	101
Ajustamentos de conversão cambial	(3.066)	(242.929)	(25.641)	(9.398)	(611)	(4.938)	(1.586)	(2.371)	(38)	(290.578)
Alteração de perímetro (Nota 5)	-	-	(406)	-	(1)	(47)	(1)	-	-	(455)
Adições	-	1.995	19.745	6.907	2.449	1.180	282	2.626	-	35.184
Transferências e abates	(1.049)	(5.197)	(13.306)	(3.419)	(489)	(578)	(504)	(5.816)	-	(30.358)
Alienações	(4.605)	(2.043)	(15.462)	(5.785)	(4.700)	(437)	(270)	-	-	(33.302)
Revalorização	-	217.892	-	-	-	-	-	-	-	217.892
Saldo em 31 de dezembro de 2019	18.437	797.926	313.560	61.519	37.875	25.715	9.104	3.405	74	1.267.615
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:										
Saldo em 31 de dezembro de 2017	164	163.951	300.807	67.870	34.050	30.140	6.943	-	-	603.925
Impacto da aplicação da IAS 29 - Hiperinflação em 1 de janeiro de 2018	-	25.111	19.755	7.736	112	4.164	648	-	-	57.526
Impacto da aplicação da IAS 29 - Hiperinflação	-	18.732	9.115	2.685	60	1.995	430	-	-	33.017
Efeito de conversão cambial	-	(67.718)	(37.406)	(16.622)	(345)	(8.809)	(1.524)	-	-	(132.424)
Reforços	-	17.092	19.343	3.712	2.947	1.325	783	-	-	45.202
Transferências e abates	-	(1.405)	(8.858)	(2.350)	(1.400)	(917)	(65)	-	-	(14.995)
Alienações	-	(1.857)	(4.210)	(3.010)	(306)	(715)	(917)	-	-	(11.015)
Revalorização	-	235.263	-	-	-	-	-	-	-	235.263
Saldo em 31 de dezembro de 2018	164	389.169	298.546	60.021	35.118	27.183	6.298	-	-	816.499
Impacto da aplicação da IAS 29 - Hiperinflação	-	-	9	2	-	-	-	-	-	11
Efeito de conversão cambial	-	(113.019)	(20.560)	(7.201)	106	(4.455)	(879)	-	-	(146.008)
Alteração de perímetro (Nota 5)	-	-	(5)	-	(1)	(19)	-	-	-	(25)
Reforços	-	17.082	18.147	3.378	2.621	1.178	659	-	-	43.065
Transferências e abates	-	(589)	(10.360)	(1.890)	(757)	(314)	(237)	-	-	(14.147)
Alienações	(164)	(1.095)	(10.969)	(3.880)	(3.867)	(419)	(167)	-	-	(20.561)
Revalorização	-	109.005	-	-	-	-	-	-	-	109.005
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	400.553	274.808	50.430	33.220	23.154	5.674	-	-	787.839
Valor líquido:										
Em 31 de dezembro de 2018	26.993	439.039	49.993	13.177	6.109	3.352	4.885	8.972	112	552.632
Em 31 de dezembro de 2019	18.437	397.373	38.752	11.089	4.655	2.561	3.430	3.405	74	479.776

De acordo com a IAS 16, após o reconhecimento inicial, os ativos fixos tangíveis podem ser mensurados de acordo com dois modelos:

- Modelo do custo;
- Modelo de revalorização.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o Grupo optou pelo modelo de revalorização para um conjunto restrito de ativos fixos tangíveis, sendo que esta política passou a ser aplicada a toda uma classe homogénea.

A adoção do modelo de revalorização pressupõe que o justo valor pode ser determinado com fiabilidade, sendo o ativo em questão mensurado pelo valor revalorizado, correspondente ao justo valor à data da revalorização, menos qualquer depreciação acumulada e imparidades subsequentes.

Por forma a assegurar que as demonstrações financeiras traduzem de forma mais fiel o justo valor dos ativos líquidos foi tomada a decisão de alterar o modelo de mensuração aplicado a todos os Hotéis, a todas as lojas de Distribuição e ainda a lojas do setor Automóvel, constituindo estes a classe de ativos homogéneos onde se considera que a diferença entre o valor reconhecido nas demonstrações financeiras e o correspondente justo valor é mais significativo.

O aumento de valor dos ativos tem reflexo direto no capital próprio ou em resultados no caso de existir uma redução de valor por imparidade.

As revalorizações devem ser efetuadas com suficiente regularidade por forma a assegurar que a quantia escriturada não difere materialmente do correspondente justo valor à data de reporte (IAS 16:31).

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 o impacto da revalorização dos referidos ativos fixos tangíveis foi o seguinte:

	2019						
Ativos fixos tangíveis	Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Valor da avaliação	Impacto na revalorização	Impostos diferidos	Impacto da revalorização líquida
Hotéis							
Portugal	15.657	(10.148)	5.509	6.044	535	(112)	423
Angola	231.954	(137.910)	94.044	144.633	50.589	(15.177)	35.412
Moçambique	28.570	(9.720)	18.850	20.571	1.721	(551)	1.170
	276.181	(157.778)	118.403	171.248	52.845	(15.840)	37.005
Lojas do setor da Dsistribuição							
Angola	105.503	(26.018)	79.485	112.700	33.215	(9.964)	23.251
	105.503	(26.018)	79.485	112.700	33.215	(9.964)	23.251
Lojas do setor Automóvel							
Angola	88.127	(34.211)	53.916	76.743	22.827	(6.849)	15.978
	88.127	(34.211)	53.916	76.743	22.827	(6.849)	15.978
	469.811	(218.007)	251.804	360.691	108.887	(32.653)	76.234

2018

Ativos fixos tangíveis	Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Valor da avaliação	Impacto na revalorização	Impostos diferidos	Impacto da revalorização líquida
Hotéis							
Portugal	8.174	(5.140)	3.034	5.770	2.736	(574)	2.162
Angola	87.046	(42.889)	44.157	147.992	103.835	(31.151)	72.684
Moçambique	11.916	(3.655)	8.261	19.487	11.226	(3.592)	7.634
	107.136	(51.684)	55.452	173.249	117.797	(35.317)	82.480
Lojas do setor da Distribuição							
Angola	84.345	(15.200)	69.145	117.640	48.495	(14.549)	33.946
	84.345	(15.200)	69.145	117.640	48.495	(14.549)	33.946
Lojas do setor Automóvel							
Angola	19.583	(4.062)	15.521	87.017	71.496	(21.449)	50.047
	19.583	(4.062)	15.521	87.017	71.496	(21.449)	50.047
	211.064	(70.946)	140.118	377.906	237.788	(71.315)	166.473

Todos os imóveis foram avaliados por avaliadores independentes e com qualificação profissional relevante e reconhecida e com experiência recente na localização e na categoria dos imóveis valorizados.

De referir ainda, que, não foram alteradas as vidas úteis dos imóveis que foram revalorizados.

As adições realizadas em ativos fixos tangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 respeitam, essencialmente, a investimentos realizados em instalações e equipamentos.

Em 31 de dezembro de 2019, o montante dos ativos fixos tangíveis em curso, são essencialmente, edifícios e outras construções em curso.

22 - PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 o movimento ocorrido nas propriedades de investimento foi o seguinte:

	2019	2018
Saldo inicial	194.091	217.647
Alteração de perímetro (Nota 5)	(4.588)	-
Ajustamentos de conversão cambial	(35.504)	(53.020)
Aumentos / (alienações)	15.951	2.319
Varição no justo valor (Nota 8 e 14)	38.528	26.725
Transferências de / para ativos fixos tangíveis	-	420
Saldo final	208.478	194.091

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a variação de justo valor nas propriedades de investimento por geografia foi o seguinte:

	2019	2018
Portugal	10.312	698
Angola	28.216	26.027
	38.528	26.725

Os rendimentos obtidos com propriedades de investimento ascenderam a 5.006 milhares de euros no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (4.821 milhares de euros em 31 de dezembro de 2018). As despesas operacionais diretas com propriedades de investimento no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 ascenderam a 1.057 milhares de euros (1.243 milhares de euros em 31 de dezembro de 2018).

O justo valor de cada propriedade de investimento em exploração é periodicamente determinado através de avaliações, efetuadas por entidades especializadas e independentes e de acordo com metodologias de avaliação geralmente aceites para o mercado imobiliário, nomeadamente os métodos do rendimento, de comparativos de mercado ou de custo de reposição, dependendo das situações concretas de cada imóvel.

Os principais pressupostos e métodos inerentes às avaliações de suporte ao valor de mercado das propriedades de investimento foram os seguintes:

- *Yield*:
 - Portugal entre 4% e 10%;
- Média do método comparativo e de múltiplos de rendimento;
- Média do método comparativo e do custo.

A IAS 40 – Propriedades de investimento (“IAS 40”) não exige que se determine o justo valor das propriedades de investimento na base de uma valorização por um avaliador independente. Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 todas as propriedades de investimento foram avaliadas por avaliadores independentes e com qualificação profissional relevante e reconhecida e com experiência recente na localização e na categoria da propriedade de investimento valorizadas.

Estes avaliadores utilizaram metodologias correntes neste mercado, o qual prevê a utilização do método do rendimento, do custo de reposição ou de comparativos de mercado, consoante

as situações concretas de cada imóvel. Tendo em consideração que os ativos se encontram locados, foi utilizado o método do rendimento, tendo igualmente em consideração os restantes métodos para avaliar a razoabilidade dos resultados atingidos por aquele método. Segundo este método, foram utilizados os rendimentos dos atuais contratos nas circunstâncias atuais e, findo o exercício daqueles contratos, a utilização de uma yield adaptada a cada um dos imóveis.

23 - DIREITOS DE USO

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 o movimento ocorrido na rubrica de direito de uso pela aplicação da norma IFRS 16 é o seguinte:

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativo bruto:						
Saldo em 1 de janeiro de 2019	42.358	920	233	-	-	43.511
Adições	1.623	8	1.041	7	-	2.679
Transferências e abates	(2)	14.140	2.229	-	192	16.559
Saldo em 31 de dezembro de 2019	43.979	15.068	3.503	7	192	62.749
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:						
Saldo em 1 de janeiro de 2019	-	-	-	-	-	-
Efeito de conversão cambial	(279)	(6)	(8)	-	-	(293)
Reforços	8.166	1.335	900	1	21	10.423
Transferências e abates	-	10.689	280	-	47	11.016
Saldo em 31 de dezembro de 2019	7.887	12.018	1.172	1	68	21.146
Valor líquido						
Em 31 de dezembro de 2019	36.092	3.050	2.331	6	124	41.603

24 - INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

As empresas associadas e empreendimentos conjuntos que, em 31 de dezembro de 2019 foram registadas pelo método de equivalência patrimonial, são as seguintes:

Denominação Social	Sede	% Participação efetiva
ADOQUINES VARGAS, (ADOQUINVAR), C.A.	Instalaciones de Bolivariana de Puertos Puerto de La Guaria – Parroquia Maiquetia Municipio Vargas del Estado Vargas	49,00%
ALVORADA PETRÓLEO, S.A.	Rua Paraíba, nº 1000, sala 1518 15º andar – Bairro Funcionário Belo Horizonte - Minas Gerais - Brasil	43,21%
ALSOMA, GEIE.	3 Av André Malraux - Levallois Peret - França	30,48%
AK10 - Empreendimentos e Participações SPE Ltda.	Alameda Santos, nº 960, 19º andar, Edifício CYK Cerqueira César – São Paulo	25,00%
CAIS DE CRUZEIROS 2ª FASE, ACE	Rua da Tapada da Quinta de Cima - Linhó – Sintra	16,94%
CONBATE, ACE	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	20,00%
Consórcio Puente Daule Guayaquil	Av. Francisco de Orellana, Kilometro uno e medio (1,5) y Juan Tanca Marengo, Edifício Cofin, piso seis (6) Guayaquil, Equador	20,00%

Denominação Social	Sede	% Participação efetiva
Consortio Minero Luso Vargas C.A. (CONLUVAR)	Av. Venezuela com Calle Mohedano, Torre JWM Piso 5, Of. 5-2, Urb El Rosal – Caracas – Venezuela	49,00%
CONSORCIO OPSUT 2010	Calle 4, Casa nº 4, Urbanizacion Los Laureles Valle de la Pascoa - Venezuela	51,00%
DOURO LITORAL, ACE	Tower Plaza, Rotunda Edgar Cardoso, nº 23, 12º andar, sala F - Vila Nova de Gaia	40,00%
D.L.O.E.A.C.E. – Douro Litoral Obras Especiais, ACE	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	40,00%
FERROVIAL/TEIXEIRA DUARTE – Obras Hidráulicas do Alqueva, ACE	Edifício Central Park Rua Alexandre Herculano, Edifício 1 - 4º Piso, Fração B e C - Linda-a-Velha	50,00%
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Av. Julius Nyerere, 130 - Maputo	49,92%
METROLIGEIRO - Construção de Infraestruturas, ACE	Rua Abranches Ferrão, nº 10 – 5º F - Lisboa	26,80%
MESOFER, ACE	Rua Mário Dionísio, nº 2 , 2799-557 Limda-a-Velha	24,73%
NOVA ESTAÇÃO, ACE	Edifício 6 – Piso 1, Lagoas Park - Porto Salvo	25,00%
TEIXEIRA DUARTE - SOPOL - Metro Superfície, ACE	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	57,30%
TDE - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	50,00%
TDGISERV Services, LLC	PO Box 7098, Doha - Qatar	49,00%
TRÊS PONTO DOIS – Trabalhos Gerais de Construção Civil, Via e Cate- nária de Modernização da Linha do Norte, ACE	Av. das Forças Armadas, 125 - 2º C - Lisboa	50,00%

Os investimentos em empresas associadas e empreendimentos conjuntos tiveram os seguintes movimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

	Partes de capital	Goodwill	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	20.296	-	20.296
Efeitos da aplicação do método da equivalência patrimonial:			
Efeito no resultado do exercício (Nota 15)	220	-	220
Efeito em capital próprio	(888)	-	(888)
Aumentos	214	-	214
Ajustamentos de conversão cambial	(99)	-	(99)
Outros	(2.922)	-	(2.922)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	16.821	-	16.821
Efeitos da aplicação do método da equivalência patrimonial:			
Efeito no resultado do exercício (Nota 15)	1.407	-	1.407
Efeito em capital próprio	230	-	230
Alteração de perímetro (Nota 5)	(479)	-	(479)
Alienações	(24)	-	(24)
Ajustamentos de conversão cambial	335	-	335
Outros	3.945	-	3.945
Saldo em 31 de dezembro de 2019	22.235	-	22.235

O detalhe dos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é como se segue:

Associadas e empreendimentos conjuntos	2019			2018		
	Partes de capital	Goodwill	Valor da posição financeira	Partes de capital	Goodwill	Valor da posição financeira
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.	13.631	-	13.631	13.339	-	13.339
TDE - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	3.378	-	3.378	-	-	-
TDGISERV Services, LLC	2.338	-	2.338	770	-	770
Consórcio Puente Daule Guayaquil	1.024	-	1.024	-	-	-
RPK Gulfstream Ltd.	-	-	-	479	-	479
Alvorada Petróleo, S.A.	-	-	-	75	-	75
Outros	1.864	-	1.864	2.158	-	2.158
	22.235	-	22.235	16.821	-	16.821

As referidas participações estão relevadas pelo método da equivalência patrimonial que, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, teve os seguintes impactos:

Associadas e empreendimentos conjuntos	2019		
	Ganhos e perdas em empresas associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 15)	Ajustamentos de partes capital	Total
Alvorada Petróleo, S.A.	(100)	10	(90)
Consórcio Puente Daule Guayaquil	390	-	390
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.	(225)	204	(21)
TDE - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	(19)	-	(19)
TDGISERV Services, LLC	1.552	16	1.568
Outros	(191)	-	(191)
	1.407	230	1.637

Associadas e empreendimentos conjuntos	2018		
	Ganhos e perdas em empresas associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 15)	Ajustamentos de partes capital	Total
Alvorada Petróleo, S.A.	(50)	(609)	(659)
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.	(664)	(11)	(675)
SCP AK-10 Empreendimentos e Participações SPE LTDA.	(39)	-	(39)
TDGISERV Services, LLC	1.152	(268)	884
Outros	(179)	-	(179)
	220	(888)	(668)

A principal informação financeira a respeito das empresas associadas e empreendimentos conjuntos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é a seguinte:

	Ativos totais		Passivos totais		Ativos líquidos totais		Quota parte do Grupo nos ativos líquidos	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Alvorada Petróleo, S.A.	1.665	1.858	1.721	1.684	(56)	173	-	75
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.	28.455	28.477	1.149	1.756	27.306	26.721	13.631	13.339
Consórcio Puente Daule Guayaquil	20.597	-	15.477	-	5.120	-	1.024	-
SCP AK-10 Empreendimentos e Participações SPE LTDA.	6	-	45	38	(39)	(38)	-	-
TDE - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	17.861	-	11.105	-	6.756	-	3.378	-
TDGISERV Services, LLC	11.605	8.535	6.834	6.964	4.771	1.571	2.338	770
Outros	14.155	13.751	9.931	7.274	4.224	6.477	1.864	2.637
	94.344	52.621	46.262	17.716	48.082	34.904	22.235	16.821

25 - OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 o detalhe dos outros investimentos financeiros era como se segue:

	2019		2018	
	Não correntes	Correntes	Não correntes	Correntes
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral				
Aginyo Inversiones Y Gestiones Inmobiliarias S.L.	12.213	-	12.398	-
Banco Comercial Português, S.A.	1.352	-	1.553	-
TDHOSP - Gestão de Edifício Hospital, S.A.	-	-	768	-
EIA - Ensino, Investigação e Administração, S.A.	624	-	624	-
KUIKILA Investments, Lda.	526	-	483	-
MATADOURO DE MACAU, S.A.R.L.	317	-	317	-
ILTA - Urbanizadora da Ilha de Tavira, S.A.	256	-	256	-
Macau CPM Holdings	150	-	150	-
COLT Resources Inc.	156	-	146	-
Outros	272	10	235	-
	15.866	10	16.930	-
Ativos financeiros ao custo amortizado				
Titulos da Dívida Pública do Governo República Popular de Angola	2.806	-	4.219	14.665
	2.806	-	4.219	14.665
	18.672	10	21.149	14.665

Para as participações detidas no Banco Comercial Português, S.A. e na COLT Resources Inc. o justo valor destes ativos foi aferido através da cotação de mercado.

Relativamente à participação na empresa Aginyo Inversiones y Gestiones Inmobiliarias S.L. o seu justo valor foi determinado por uma avaliação independente realizada no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Para os restantes ativos financeiros acima indicados (ações em

empresas não cotadas) o Conselho de Administração do Grupo entendeu que o seu custo de aquisição, deduzido se necessário das respetivas perdas por imparidade correspondia à melhor estimativa do seu justo valor em 31 de dezembro de 2019.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 o movimento ocorrido nos outros investimentos financeiros foi o seguinte:

	2019		2018	
	Não correntes	Correntes	Não correntes	Correntes
Saldo inicial	21.149	14.665	27.413	-
Aumentos	32	10	11.792	-
Reduções	(791)	(9.654)	(6.169)	-
Variação de justo valor	(168)	-	532	-
Variação cambial	(1.616)	(5.011)	2	-
Transferências	-	-	(13.897)	14.665
Outras variações	66	-	1.476	-
Saldo final	18.672	10	21.149	14.665

26 - ATIVOS E PASSIVOS DETIDOS PARA VENDA

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 os ativos e passivos detidos para venda têm o seguinte detalhe:

	2019	2018
Ativos detidos para venda:		
<i>Goodwill</i>	1.979	1.979
Ativos fixos tangíveis	441	441
Propriedades de investimento	30.548	30.548
Outros investimentos	1.159	1.159
Inventários	199	199
Clientes corrente	115	115
Outros devedores	5	5
Caixa e equivalentes a caixa	24	24
Outros ativos	427	427
Total ativos detidos para venda	34.897	34.897
Passivos detidos para venda:		
Empréstimos	21.698	21.698
Passivos por impostos diferidos	(1.848)	(1.848)
Locações financeiras	2.417	2.417
Fornecedores	212	212
Outros credores	634	634
Outros passivos	448	448
Total passivos detidos para venda	23.561	23.561
Total líquido	11.336	11.336

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 estão classificadas como “Ativos e Passivos Detidos para Venda” as empresas Bonaparte – Imóveis Comerciais e Participações, S.A. e AEBT – Vias do Baixo Tejo, S.A..

27 - IMPOSTOS DIFERIDOS

Todas as situações que possam vir a afetar significativamente os impostos futuros encontram-se relevadas por via da aplicação do normativo dos impostos diferidos.

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

2019

	Saldo inicial	Alteração de perímetro (Nota 5)	Constituição		Reversão		Efeito cambial e ajustamentos	Saldo final
			Resultado líquido (Nota 16)	Capital próprio (Nota 16)	Resultado líquido (Nota 16)	Capital próprio (Nota 16)		
Ativos por impostos diferidos:								
Imparidades de inventários	388	-	2.107	-	(49)	-	-	2.446
Imparidades de clientes	1.273	-	-	-	(6)	-	-	1.267
Imparidades de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	108.638	-	-	39	(2.251)	(2)	-	106.424
Crédito dupla tributação internacional	11.242	-	4.149	-	-	-	(5.312)	10.079
Prejuízos fiscais reportáveis	18.946	-	7.032	-	(6.018)	-	(3.975)	15.985
Provisão para prejuízos em obras	716	-	237	-	(23)	-	48	978
Outros	8.232	(253)	904	-	(3.872)	-	5.803	10.814
	149.435	(253)	14.429	39	(12.219)	(2)	(3.436)	147.993
Passivos por impostos diferidos:								
Ganhos tributados em períodos futuros	305	-	7	-	(25)	-	(215)	72
Propriedades de investimento	22.078	(606)	8.440	-	(756)	-	(8.558)	20.598
Reavaliações de ativos fixos tangíveis	75.120	(89)	-	32.652	(3.191)	-	(24.210)	80.282
Outros	15.045	-	779	-	(353)	-	(4.751)	10.720
	112.548	(695)	9.226	32.652	(4.325)	-	(37.734)	111.672

2018

	Saldo inicial	Impacto da aplicação da IAS 29 - Hiperinflação em 1 de janeiro de 2018	Impacto da aplicação da IFRS 9	Constituição		Reversão		Efeito cambial e ajustamentos	Saldo final
				Resultado líquido (Nota 16)	Capital próprio (Nota 16)	Resultado líquido (Nota 16)	Capital próprio (Nota 16)		
Ativos por impostos diferidos:									
Imparidades de inventários	150	11	-	365	-	(23)	-	(115)	388
Imparidades de clientes	42	-	684	557	-	(10)	-	-	1.273
Imparidades de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	108.572	-	-	-	66	-	-	-	108.638
Crédito dupla tributação internacional	10.321	-	-	-	-	-	-	921	11.242
Prejuízos fiscais reportáveis	21.954	-	-	4.357	-	(1.498)	-	(5.867)	18.946
Provisão para prejuízos em obras	308	-	-	566	-	(66)	-	(92)	716
Outros	13.685	240	-	7.659	-	(1.429)	(2)	(11.921)	8.232
	155.032	251	684	13.504	66	(3.026)	(2)	(17.074)	149.435
Passivos por impostos diferidos:									
Ganhos tributados em períodos futuros	974	-	-	70	-	(564)	-	(175)	305
Propriedades de investimento	23.128	-	-	7.954	-	(98)	-	(8.906)	22.078
Reavaliações de ativos fixos tangíveis	5.059	381	-	-	71.315	(73)	-	(1.562)	75.120
Outros	5.882	23.899	-	640	-	(183)	-	(15.193)	15.045
	35.043	24.280	-	8.664	71.315	(918)	-	(25.836)	112.548

De acordo com as declarações fiscais das empresas que registam ativos por impostos diferidos por prejuízos fiscais, em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os mesmos eram reportáveis como se segue:

	2019			2018		
	Prejuízo fiscal	Ativos por impostos diferidos	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Ativos por impostos diferidos	Data limite de utilização
Gerados em 2014	-	-	2026	9.486	2.371	2026
Gerados em 2015	4.389	1.490	2027	4.447	1.509	2027
Gerados em 2016	5.843	1.480	2028	6.573	1.643	2028
Gerados em 2017	40.484	8.822	2022	48.777	10.564	2022
Gerados em 2018	2.454	785	2023	9.450	2.859	2023
Gerados em 2019	10.266	3.408	2024	-	-	-
	63.436	15.985		78.733	18.946	

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 os prejuízos e créditos fiscais que por prudência não foram registados como ativos por impostos diferidos, são detalhados como se segue:

	2019			2018		
	Prejuízo fiscal	Crédito de imposto	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Crédito de imposto	Data limite de utilização
Gerados em 2016	1.098	330	2028	3.958	1.187	2028
Gerados em 2017	849	255	2022	3.492	1.048	2022
Gerados em 2018	26.037	7.811	2023	41.533	12.460	2023
Gerados em 2019	35.442	10.632	2024	-	-	-
	63.426	19.028		48.983	14.695	

Relativamente aos ativos por impostos diferidos, os mesmos só são registados na medida em que se considera provável que venham a existir lucros tributáveis em períodos de tributação futuros que possam ser utilizados para recuperar as perdas fiscais ou diferenças tributárias dedutíveis. Esta avaliação baseou-se nos planos de negócios das empresas do Grupo, periodicamente revistos e atualizados, e nas perspetivas de geração de resultados tributáveis.

28 - CLIENTES E OUTROS DEVEDORES

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Corrente		Não corrente	
	2019	2018	2019	2018
Cientes:				
Cientes conta corrente	241.315	190.830	16.458	23.441
Cientes de cobrança duvidosa	39.163	52.747	19.126	18.596
	280.478	243.577	35.584	42.037
Perdas por imparidade	(44.295)	(57.474)	(19.126)	(18.596)
	236.183	186.103	16.458	23.441
Outros devedores:				
Pessoal	447	928	-	-
Outros devedores	38.287	23.711	14.056	11.091
	38.734	24.639	14.056	11.091
Perdas por imparidade	(217)	(2.445)	(1.362)	-
	38.517	22.194	12.694	11.091

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade de contas a receber, foram os seguintes:

Perdas por imparidade acumuladas a clientes e outros devedores:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	56.098
Impacto da aplicação da IFRS 9	2.456
Ajustamentos de conversão cambial	(11.674)
Reforços (Nota 14)	36.331
Reversões (Nota 8)	(2.992)
Regularizações	(1.704)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	78.515
Ajustamentos de conversão cambial	(7.563)
Reforços (Nota 14)	4.646
Reversões (Nota 8)	(6.570)
Regularizações	(4.028)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	65.000

Reconciliação de perdas por imparidade acumuladas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

	2019	2018
Perdas por imparidade acumuladas reconhecidas segundo IAS 39	60.933	73.898
Perdas por imparidade acumuladas reconhecidas segundo IFRS 9	4.067	4.617
	65.000	78.515

A exposição do Grupo ao risco de crédito (Nota 42) é atribuível às contas a receber da sua atividade operacional. Os saldos apresentados na demonstração da posição financeira encon-

tram-se líquidos de perdas por imparidade resultantes de cobranças duvidosas que foram estimadas pelo Grupo de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolvente económica.

O Conselho de Administração entende que o valor contabilístico das contas a receber corresponde à melhor estimativa do seu justo valor.

O Grupo não tem uma concentração significativa de riscos de crédito, dado que o mesmo se encontra diluído por um vasto conjunto de clientes e outros devedores.

29 - PARTES RELACIONADAS

As transações e saldos entre a “TD, S.A.” e as empresas do Grupo incluídas no perímetro de consolidação, que são partes relacionadas, foram eliminados no processo de consolidação, não sendo alvo de divulgação na presente nota. Os saldos e transações entre o Grupo e as empresas associadas e empreendimentos conjuntos, relacionadas e indivíduos com poder de voto significativo com empresas próprias, estão detalhados abaixo.

Os termos ou condições praticados entre estas relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Os principais saldos com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 podem ser detalhados como se segue:

	Saldos a receber		Saldos a pagar		Empréstimos concedidos		Outras dívidas	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
ADOQUINES VARGAS, (ADOQUINVAR), C.A.	-	67	-	-	-	-	-	-
AEBT - Auto Estradas do Baixo Tejo, S.A.	-	7	-	-	115	-	-	-
AVIA PORTUGAL, S.A.	-	8	-	-	-	-	-	-
BONAPARTE - Imóveis Comerciais e Participações, S.A.	70	-	-	-	-	-	725	-
CINTEL - Construção Interceptor Esgotos, S.A.	47	46	-	-	5	4	-	-
CONBATE, ACE	-	33	1	1	-	-	-	-
Consórcio Puente Daule - Guayaquil	168	-	-	-	-	-	-	-
DOURO LITORAL, ACE	19	24	(21)	28	-	-	3	-
DOURO LITORAL OBRAS ESPECIAIS, ACE	-	-	2	2	-	-	-	-
EIA - Ensino de Investigação e Administração, S.A.	9	9	-	-	-	-	-	-
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.	419	35	95	21	-	-	1.630	-
LUSOPONTE - Concessionária para a Travessia do Tejo, S.A.	-	49	-	-	-	-	-	-
METROLIGEIRO - Construção de Infraestruturas, ACE	32	32	-	-	11	11	-	-
NOVA ESTAÇÃO, ACE	213	267	88	88	13	13	-	-
Promociones Inmobiliárias 3003, C.A.	-	-	-	-	-	-	(466)	(34)
RPK Gulfstream, Ltd.	-	-	-	-	-	1.251	-	-
TDE - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	252	-	1	-	4.900	-	-	-
TEIXEIRA DUARTE - SOPOL - Metro Superfície, ACE	7	7	55	55	-	-	-	-
TRÊS PONTO DOIS - Trabalhos Gerais de Construção Civil, Via e Catenária de Modernização da Linha do Norte, ACE	-	-	35	35	-	-	-	-
TDGISERV Services, LLC	121	52	-	-	463	447	-	-
TDHOSP - Gestão de Edifício Hospitalar, S.A.	479	224	-	-	-	-	-	-
	1.836	860	256	230	5.507	1.726	1.892	(34)

As principais transações realizadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 com entidades relacionadas foram como se segue:

	Vendas e prestações de serviços		Compras e serviços obtidos		Juros debitados	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
AEBT - Auto Estradas do Baixo Tejo, S.A.	12	24	-	-	-	-
ADOQUINES VARGAS, (ADOQUINVAR), C.A.	-	65	-	-	-	-
AVIA PORTUGAL, S.A.	-	1	-	-	-	-
BONAPARTE - Imóveis Comerciais e Participações, S.A.	540	-	42	-	-	-
CONBATE, ACE	109	108	-	-	-	-
Consórcio Minero Luso Vargas - CONLUVAR	-	-	-	-	-	-
Consórcio Puente Daule - Guayaquil	1.017	-	-	-	-	-
DOURO LITORAL, ACE	47	74	2	9	-	-
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.	486	174	142	498	-	-
LUSOPONTE - Concessionária para a Travessia do Tejo, S.A.	-	376	-	-	-	-
TDE - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	-	-	-	-	25	-
TEIXEIRA DUARTE - SOPOL - Metro Superfície, ACE	-	-	-	(3)	-	-
TDGISERV Services, LLC	70	50	-	-	-	-
TDHOSP - Gestão de Edifício Hospitalar, S.A.	5.028	1.940	153	-	-	-
	7.309	2.812	339	504	25	-

As remunerações dos membros dos órgãos sociais da “TD, S.A.”, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, foram as seguintes:

	2019	2018
Administradores executivos :		
Benefícios de curto prazo	727	1.151
Conselho fiscal:		
Benefícios de curto prazo	66	66
Revisor oficial de contas:		
Benefícios de curto prazo	61	61
	854	1.278

As remunerações dos membros da alta direção da “TD, S.A.”, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, foram as seguintes:

	2019	2018
Alta direção:		
Benefícios de curto prazo	6.398	7.144
	6.398	7.144

30 - NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	2019	2018
Depósitos à ordem	108.255	129.629
Depósitos a prazo	20.335	22.066
Outras aplicações de tesouraria	5.068	18.332
Numerário	1.722	1.964
	135.380	171.991

A rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende os valores de caixa, depósitos imediatamente mobilizáveis, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria com vencimento a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com insignificante risco de alteração de valor.

Fluxos das atividades de investimento

Os recebimentos provenientes de investimentos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 respeitaram à alienação de partes de capital nas seguintes entidades:

	2019	2018
TDE - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	15.000	-
Titulos da Dívida Pública do Governo República Popular de Angola	9.645	5.546
TDHOSP - Gestão de Edifício Hospital, S.A.	768	17.126
MTS - Metro Transportes do Sul, S.A.	-	1.050
AEBT - Auto Estradas do Baixo Tejo, S.A.	-	360
Lagoas Park, S.A.	-	122.433
LUSOPONTE - Concessionária para a Travessia do Tejo, S.A.	-	23.011
Outros	54	137
	25.467	169.663

Os pagamentos respeitantes a investimentos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 respeitaram à aquisição de partes de capital nas seguintes entidades:

	2019	2018
Alvorada Petróleo, S.A.	-	214
	-	214

Os dividendos recebidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 foram como se segue:

	2019	2018
AEBT - Vias do Baixo Tejo, S.A.	310	-
Macau CPM Holdings	303	984
LUSOPONTE - Concessionária para a Travessia do Tejo, S.A.	-	439
Outros	13	-
	626	1.423

31 - OUTROS ATIVOS CORRENTES E NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 os outros ativos não correntes não apresentam qualquer valor e os outros ativos correntes decompõem-se da seguinte forma:

	Correntes	
	2019	2018
Estado e outros entes públicos:		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas - IRC	-	9.634
Imposto sobre o Valor Acrescentado	11.255	8.343
Outros	2.201	7.499
	13.456	25.476
Empresas associadas, participadas e outros acionistas:		
Empresas associadas	5.375	1.771
Empresas participadas	191	538
Outros acionistas	938	420
	6.504	2.729
Acréscimos de proveitos:		
Juros a receber	502	553
Valores a faturar (Nota 32)	108.867	114.743
Outros acréscimos de proveitos	7.511	4.728
	116.880	120.024
Custos diferidos:		
Seguros pagos antecipadamente	2.033	1.713
Juros a pagar	34	5
Outros custos diferidos	12.684	14.027
	14.751	15.745
Outros ativos correntes:		
Adiantamentos a fornecedores	30.937	25.288
	30.937	25.288
	182.528	189.262

32 - CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os custos e os proveitos reconhecidos relativos a contratos de construção em curso, são como segue:

	2019	2018
Proveitos líquidos:		
Faturação emitida	535.455	475.135
Varição de:		
Proveitos diferidos - obras (Nota 40)	3.355	(7.406)
Acréscimos de proveitos - obras (Nota 31)	(5.876)	26.046
	532.934	493.775
Custos líquidos:		
Custos faturados	467.529	469.587
Varição de:		
Provisões para garantias (Nota 37)	3.052	(2.218)
Provisões para perdas futuras (Nota 37)	2.618	5.047
	473.199	472.416
Resultados apurados (Nota 7):	59.735	21.359

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, as retenções efetuadas por clientes relativas a contratos de construção ascendiam a 3.505 milhares de euros e 1.994 milhares de euros, respetivamente.

33 - CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 o capital subscrito e realizado estava representado por 420.000.000 ações com o valor nominal de 0,50 euro cada.

Em 31 de dezembro de 2019 a TEIXEIRA DUARTE – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. detinha, diretamente, 197.000.000 ações representativas do capital da Teixeira Duarte, S.A., correspondentes a 46,9% do respetivo capital social.

Em 31 de dezembro de 2018 a TEIXEIRA DUARTE – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. detinha, diretamente, 202.201.978 ações representativas do capital da Teixeira Duarte, S.A., correspondentes a 48,14% do respetivo capital social.

34 - RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Reserva legal: De acordo com a legislação em vigor, a Empresa é obrigada a transferir para reserva legal pelo menos 5% do resultado líquido anual, até que a mesma atinja, no mínimo, 20% do capital. Esta reserva não é distribuível aos acionistas, podendo contudo ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Reserva de justo valor – Investimentos financeiros: A reserva de justo valor dos investimentos financeiros reflete as variações de justo valor dos ativos financeiros registados ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral e não é passível de ser distribuída ou utilizada para observar prejuízos.

Reserva de revalorização – Imóveis: Esta reserva não pode ser distribuída, excepto se se encontrar realizada ou se os respetivos bens objeto de reavaliação tiverem sido alienados.

Outras reservas: As outras reservas são disponíveis para distribuição, nos termos e limites constantes do Código das Sociedades Comerciais.

35 - INTERESSES NÃO CONTROLADOS

Os movimentos desta rubrica durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 foram os seguintes:

	2019	2018
Saldo inicial	35.736	41.277
Impacto da aplicação da IAS 29 - Hiperinflação em 1 de janeiro de 2018	-	1.292
Impacto da aplicação da IFRS 9	-	(200)
Ajustamentos de conversão cambial	(9.306)	(11.651)
Dividendos	(381)	(1.091)
Compra de interesses não controlados	1.641	-
Reavaliação de ativos tangíveis	2.559	4.388
Outras variações de capital próprio das empresas participadas	4.080	3.352
Resultado do exercício atribuível aos interesses não controlados	2.256	(1.631)
Saldo final	36.585	35.736

36 - EMPRÉSTIMOS

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 os empréstimos obtidos eram como se segue:

	2019	2018
Passivos não correntes:		
Empréstimos bancários a)	319.604	376.100
Papel comercial b)	367.300	343.900
Empréstimo obrigacionista c)	5.100	10.200
	692.004	730.200
Passivos correntes:		
Empréstimos bancários a)	113.299	84.976
Papel comercial b)	1.500	34.000
Empréstimo obrigacionista c)	5.100	5.100
	119.899	124.076
	811.903	854.276

a) Empréstimos bancários

Em 31 de dezembro de 2019 os empréstimos bancários internos, os descobertos bancários e as contas correntes caucionadas venciam juros à taxa média anual ponderada de 2,52% (2,44% em 31 de dezembro de 2018).

Em 31 de dezembro de 2019 os empréstimos bancários mais significativos contratados pelo Grupo, correspondem essencialmente a:

Geografia	Banco	Tipo Financiamento	Data Contrato	Data Vencimento	Moeda	Montante Moeda	Montante (€)
Portugal	Banco Comercial Português	Empréstimo	05/01/2009	15/12/2033	EUR	141.020	141.020
Angola	BCGA - Banco Caixa Geral Angola (Angola)	Empréstimo	23/01/2014	30/04/2021	AON	444.445	829
Portugal	Caixa Geral de Depósitos	Empréstimo	27/01/2014	15/12/2020	EUR	1.556	1.556
Portugal	Caixa Geral de Depósitos	Empréstimo	27/01/2014	15/12/2020	EUR	2.528	2.528
Portugal	Caixa Geral de Depósitos	Empréstimo	22/09/2014	15/12/2033	EUR	9.960	9.960
Portugal	Caixa Geral de Depósitos	Empréstimo	22/09/2014	15/12/2033	EUR	2.235	2.235
Portugal	Caixa Geral de Depósitos	Empréstimo	22/09/2014	15/12/2033	EUR	3.000	3.000
Portugal	Caixa Geral de Depósitos	Empréstimo	22/09/2014	15/12/2033	EUR	67.805	67.805
Portugal	Banco Comercial Português	Empréstimo	18/12/2014	02/04/2021	EUR	1.000	1.000
Portugal	Banco Comercial Português	Empréstimo	18/12/2014	02/04/2021	EUR	9.200	9.200
Portugal	Novo Banco	Empréstimo	26/01/2015	15/12/2021	EUR	30.502	30.502
Portugal	Banco BPI	Empréstimo	05/07/2016	05/11/2021	EUR	6.911	6.911
Portugal	Banco Comercial Português	Empréstimo	12/08/2016	31/12/2033	EUR	10.103	10.103
Portugal	Caixa Geral de Depósitos	Empréstimo	12/08/2016	31/12/2033	EUR	7.191	7.191
Portugal	Novo Banco	Empréstimo	12/08/2016	31/12/2033	EUR	9.695	9.695
Portugal	Banco BAI Europa	Empréstimo	22/09/2016	31/12/2021	USD	918	817
Portugal	Caixa Económica Montepio Geral	Factoring C/ Recurso	17/01/2017	31/12/2020	EUR	7.494	7.494
Espanha	Banco Santander	Empréstimo	16/06/2017	20/07/2021	EUR	830	830
Brasil	Banco Itaú	Empréstimo	26/07/2017	29/02/2020	BRL	3.108	688
Portugal	Banco BAI Europa	Empréstimo	04/09/2017	31/12/2020	EUR	327	327
Espanha	Banco Santander	Empréstimo	22/11/2017	22/11/2022	EUR	397	397
Portugal	Banco Comercial Português	Empréstimo	27/11/2017	31/12/2033	EUR	6.959	6.959
Portugal	Banco Comercial Português	Empréstimo	27/11/2017	31/12/2033	EUR	24.714	24.714
Portugal	Caixa Geral de Depósitos	Empréstimo	12/01/2018	31/12/2033	EUR	3.942	3.942
Portugal	Novo Banco	Empréstimo	12/01/2018	31/12/2033	EUR	6.241	6.241
Portugal	Banco Comercial Português	Empréstimo	16/01/2018	31/12/2033	EUR	4.552	4.552
Portugal	Banco Comercial Português	Empréstimo	30/01/2018	15/06/2021	EUR	11.372	11.372
Portugal	Banco Comercial Português	Empréstimo	30/01/2018	15/06/2021	EUR	1.243	1.243
Portugal	Caixa Geral de Depósitos	Empréstimo	30/01/2018	15/06/2021	EUR	2.600	2.600
Espanha	De Lage Landen International	Empréstimo	10/10/2018	10/10/2023	EUR	342	342
Brasil	Banco Mercedes Benz	Empréstimo	21/02/2019	24/10/2022	BRL	7.629	1.689
Brasil	Sandvik Credit	Empréstimo	27/03/2019	04/10/2023	EUR	4.988	4.988
Brasil	Banco Mercedes Benz	Empréstimo	18/04/2019	18/06/2022	BRL	1.398	310
Brasil	Banco Itaú	Empréstimo	15/05/2019	31/12/2020	BRL	7.448	1.649
Brasil	Banco Bradesco	Empréstimo	24/07/2019	26/07/2021	BRL	15.272	3.382
Brasil	Scania	Empréstimo	24/09/2019	03/11/2022	BRL	10.001	2.215
Brasil	Komatsu	Empréstimo	10/10/2019	20/04/2023	BRL	1.082	240
Brasil	Banco Luso Brasileiro	Empréstimo	23/12/2019	01/06/2020	BRL	5.000	1.107

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 os empréstimos bancários incluem ainda as contas caucionadas no montante de 50.153 e 72.316 milhares de euros, respetivamente.

b) Papel comercial

Em 31 de dezembro de 2019, o Grupo tem negociado os seguintes programas de papel comercial:

Geografia	Banco	Tipo Financiamento	Data Contrato	Data Vencimento	Spread	Moeda	Montante (€)
Portugal	Novo Banco	Papel Comercial	16/12/2005	15/12/2023	1,60%	EUR	42.500
Portugal	Caixa Geral de Depósitos	Papel Comercial	07/07/2010	31/12/2033	2,50%	EUR	20.850
Portugal	Novo Banco	Papel Comercial	30/12/2013	31/12/2033	2,00%	EUR	182.750
Portugal	Banco Finantia	Papel Comercial	02/05/2014	02/05/2020	4,25%	EUR	1.500
Portugal	Banco BIC Português	Papel Comercial	18/11/2014	02/01/2020	3,25%	EUR	5.000
Portugal	Novo Banco	Papel Comercial	28/12/2015	15/06/2027	1,95%	EUR	95.000
Portugal	Novo Banco	Papel Comercial	14/01/2016	31/12/2033	1,55%	EUR	16.700
Portugal	Banco BPI	Papel Comercial	30/01/2018	30/01/2021	2,90%	EUR	4.500
							368.800

Decorrente do compromisso de renovação sucessiva durante o período dos contratos programa, algumas emissões existentes em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 encontram-se classificadas como passivo não corrente.

c) Empréstimo Obrigacionista

A Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. e a Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. assinaram com o Banco Comercial Português um “Contrato de Prestação de Serviços de Assistência e de Colocação de uma Oferta Particular de Emissão de Obrigações”, bem como um “Contrato de Agente Pagador relativo à Emissão Grupada por Subscrição Particular de Obrigações” no montante de 10.200 milhares de euros (1.000 milhares de euros por parte da Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. e 9.200 milhares de euros por parte da Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.) denominada por “Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. / Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. – 2014/2021”. Os juros são liquidados trimestralmente à taxa de 4,57% e o reembolso será efetuado ao par em duas prestações de igual montante a ocorrerem em 2 de abril de 2020 e 2 de abril de 2021.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 os empréstimos não correntes têm o seguinte plano de reembolso definido:

	2019	2018
2020	-	59.485
2021	89.947	65.804
2022	40.237	40.130
2023	38.885	39.547
2024	37.812	37.014
2025 e seguintes	485.123	488.220
	692.004	730.200

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 os financiamentos em moeda externa encontravam-se expressos nas seguintes moedas:

	2019		2018	
	Divisa	Euros	Divisa	Euros
Bolivar Venezuelano	-	-	143.668	177
Dólar Americano	918	817	2.293	2.003
Kwanza Angolano	5.554.361	10.358	4.962.223	14.057
Peso Colombiano	8.957	2	6.143	2
Real Brasileiro	74.995	16.608	17.029	3.832

Os empréstimos denominados em moeda externa vencem juros à taxa de mercado e foram convertidos para euros tomando por base a taxa de câmbio existente à data da posição financeira.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 apresentamos a reconciliação das alterações nas responsabilidades decorrentes da atividade de financiamento:

2019	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Efeito cambial	Saldo final
Empréstimos	854.276	1.292.365	(1.329.737)	(5.001)	811.903
	854.276	1.292.365	(1.329.737)	(5.001)	811.903

2018	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Efeito cambial	Saldo final
Empréstimos	1.008.278	1.817.989	(1.962.354)	(9.637)	854.276
	1.008.278	1.817.989	(1.962.354)	(9.637)	854.276

37 - PROVISÕES

O movimento ocorrido nas provisões acumuladas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 foi o seguinte:

	Outras relacionadas com o pessoal	Garantia a clientes (Nota 32)	Processos judiciais	Prejuízos em obras (Nota 32)	Outras provisões para riscos e encargos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	6.364	15.110	1	1.022	13.300	35.797
Impacto da aplicação da IAS 29 - Hiperinflação em 1 de janeiro de 2018	-	775	2	-	169	946
Impacto da aplicação da IAS 29 - Hiperinflação	-	176	-	-	1.071	1.247
Ajustamentos de conversão cambial	-	(1.888)	1	32	(709)	(2.564)
Reforços	5.722	3.319	1.812	5.645	4.487	20.985
Reduções	-	(597)	-	(630)	(3.658)	(4.885)
Utilizações	(4.591)	(310)	-	-	-	(4.901)
Transferências	-	(3.693)	-	-	1.014	(2.679)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	7.495	12.892	1.816	6.069	15.674	43.946
Ajustamentos de conversão cambial	-	(617)	(72)	11	(1.281)	(1.959)
Reforços	6.000	3.355	1.151	5.324	2.139	17.969
Reduções	(1.005)	(2.486)	(365)	(2.717)	(4.392)	(10.965)
Utilizações	(4.533)	-	-	-	-	(4.533)
Transferências	-	2.800	1.330	-	(3.535)	595
Saldo em 31 de dezembro de 2019	7.957	15.944	3.860	8.687	8.605	45.053

Os reforços e as reduções foram efetuados por contrapartida de:

	2019			2018		
	Reforços	Reduções	Total	Reforços	Reduções	Total
Resultado do exercício:						
Provisões	13.028	(11.156)	1.872	20.107	(4.849)	15.258
Custos com o pessoal	7.653	(1.005)	6.648	5.722	-	5.722
Resultados relativos a empresas associadas e empreendimentos conjuntos	85	-	85	19	-	19
Resultados relativos a outros investimentos	15	-	15	-	-	-
Outros custos operacionais	-	(30)	(30)	-	(36)	(36)
	20.781	(12.191)	8.590	25.848	(4.885)	20.963

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi registado na rubrica “Provisões e perdas de imparidade em ativos depreciables e amortizáveis e *Goodwill*” uma reversão de imparidade de 1.226 milhares de euros referente a ativos fixos tangíveis (Nota 21) e uma imparidade de 2.812 milhares de euros referente a ativos intangíveis (Nota 20).

No exercício de 2018, foi registado na rubrica “Provisões e perdas de imparidade em ativos depreciables e amortizáveis e *Goodwill*”, uma imparidade de 4.863 milhares de euros, referente a ativos fixos tangíveis (Nota 21).

38 - FORNECEDORES E OUTROS CREDORES

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 estas rubricas tinham a seguinte composição:

	Correntes		Não correntes	
	2019	2018	2019	2018
Outros credores	26.920	21.472	376	-
Fornecedores				
Fornecedores conta corrente	148.110	139.646	-	-
Fornecedores de imobilizado	12	-	-	-
	148.122	139.646	-	-

39 - RESPONSABILIDADES COM LOCAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2019 o Grupo apresenta as seguintes maturidades referentes às responsabilidades com locações que decorrem da aplicação da norma IFRS 16:

	2019
2020	6.919
2021	5.853
2022	4.876
2023	4.304
Após 2023	19.561
	41.513
Responsabilidade com locações correntes	6.919
Responsabilidade com locações não correntes	34.594

Em 31 de dezembro de 2018, o valor presente dos pagamentos mínimos das locações financeiras era exigível como se segue:

	2018
2019	2.794
2020	1.573
2021	1.354
2022	688
Após 2022	199
	6.608

40 - OUTROS PASSIVOS CORRENTES E NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 estas rubricas tinham a seguinte composição:

	Correntes		Não correntes	
	2019	2018	2019	2018
Estado e outros entes públicos:				
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas - IRC	1.980	-	-	-
Retenções de Imposto sobre o Rendimento	1.912	3.438	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado	15.325	12.652	-	-
Contribuições para a Segurança Social	5.056	3.917	-	-
Outros	3.084	4.566	-	-
	27.357	24.573	-	-
Empresas associadas, participadas e outros acionistas:				
Empresas participadas	15	14	-	-
Outros acionistas	174	1.620	-	-
	189	1.634	-	-
Acréscimos de custos:				
Seguros a liquidar	101	122	-	-
Remunerações a liquidar	11.887	14.033	-	-
Juros a liquidar	1.348	2.453	-	-
Outros custos a pagar	33.038	21.094	-	-
	46.374	37.702	-	-
Proveitos diferidos:				
Trabalhos faturados não executados (Nota 32)	30.595	33.950	-	-
Outros proveitos diferidos	4.956	4.227	-	-
	35.551	38.177	-	-
Outros:				
Adiantamentos de clientes	114.899	86.173	79.976	63.628
Adiantamentos por conta de vendas	-	370	26	26
	114.899	86.543	80.002	63.654
	224.370	188.629	80.002	63.654

41 - PASSIVOS CONTINGENTES, GARANTIAS E COMPROMISSOS

Na sequência de diversas inspeções aos exercícios de 2007 a 2013, realizadas pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) aos elementos contabilísticos da TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., sociedade detida diretamente a 100% do seu capital social pela "TD, SA", foram efetuadas as seguintes correções aos prejuízos fiscais inicialmente apurados por esta participada:

Exercício	Prejuízo fiscal apurado	Correção da AT
2008	36.573	45.938
2009	46.203	24.807
2010	5.123	6.467
2011	12.779	3.213
2012	13.294	2.299
2013	26.221	5.000

Infra apresenta-se a natureza das correções efetuadas:

1. Encargos financeiros não aceites

Com exceção das situações elencadas nos pontos seguintes, as correções resultam da desconsideração, como gasto fiscal, dos encargos financeiros suportados com o investimento realizado em empresas participadas sob a forma de prestações acessórias sujeitas ao regime das prestações suplementares.

Dado que a TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. se encontra tributada em IRC segundo o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (artigo 69.º e seguintes do Código do IRC), as correções aos prejuízos fiscais dos exercícios de 2008 a 2011 foram objeto de Demonstrações de Liquidação de IRC e juros compensatórios emitidas à sociedade dominante naqueles exercícios – TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A.. Esta sociedade contestou, nos termos da lei, as correções efetuadas

pela AT aos exercícios de 2008 a 2011.

A correção relativa ao exercício de 2012 foi objeto de liquidação adicional à sociedade dominante daquele exercício, a “TD, S.A.”, tendo a mesma entregue contestação nos prazos legais.

Com referência a esta correção, e tendo por base argumentos de suporte fundamentalmente idênticos por parte da AT, informa-se que a TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A. obteve desfecho favorável no âmbito do IRC de 2007, por Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, esperando-se idêntico desfecho nos restantes exercícios em disputa.

2. Aplicação do artigo 51.º do Código do IRC

A correção ao prejuízo fiscal apurado no exercício de 2013 respeita integralmente à aplicação incorreta, segundo a AT, do artigo 51.º do Código do IRC. Esta correção foi objeto de impugnação judicial pela “TD, S.A.” na qualidade de sociedade dominante.

3. Eliminação da dupla tributação económica – rendimentos distribuídos pelo Fundo TDF

Na correção ao prejuízo fiscal de 2008 encontra-se incluído o montante de 611 milhares de euros, que respeita, segundo a AT, à aplicação indevida do n.º 10 do artigo 22.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF) à distribuição de rendimentos por parte do Fundo de Investimento Imobiliário TDF.

A TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A., na qualidade de sociedade dominante no exercício de 2008, contestou, nos termos da lei, esta correção.

Em consequência de uma inspeção realizada pela AT aos elementos contabilísticos da participada TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A. do exercício de 2008, foi corrigido o respetivo lucro tributável apurado à data naquele exercício, no montante de 35.467 milhares de euros.

Relativamente a esta correção, a participada TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A., na qualidade de sociedade dominante do grupo de sociedades vigente à data, contestou 32.595 milhares de euros, relacionados com crédito de imposto, regime de reinvestimento de mais-valias fiscais e aplicação do n.º 10 do artigo 22.º do EBF.

Na sequência de uma inspeção ao exercício de 2014 à participada TDO – Investimento e Gestão, S.A., a AT liquidou adicionalmente Derrama Regional no montante de 102 milhares de euros.

Dado que esta participada se encontrava abrangida, em 2014, pelo regime previsto no artigo 36.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, tal correção foi contestada judicialmente.

No seguimento de diversas inspeções realizadas pela AT ao cálculo do IRC dos exercícios de 2013, 2014 e 2015 devido pelo grupo de sociedades tributado no âmbito do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS) de que a “TD, SA” é a sociedade dominante, foram efetuadas as seguintes correções:

1. Aplicação do artigo 90.º do Código do IRC

Exercício	Imposto corrigido
2013	811
2014	1.097
2015	559
2016	653

Estas correções resultaram de a AT ter um entendimento diferente quanto à utilização das deduções à coleta previstas no artigo 90.º do Código do IRC na Derrama Municipal e Derrama Estadual apuradas no âmbito de aplicação do RETGS, tendo as mesmas sido contestadas judicialmente pela “TD, SA”, na qualidade de sociedade dominante. Após a entrega de tais ações judiciais, a “TD, SA” foi notificada da mudança de entendimento por parte da AT no processo de 2016, esperando-se que o mesmo venha a suceder nos restantes exercícios em disputa.

2. Gastos de Financiamento Líquidos (artigo 67.º do Código do IRC)

No decorrer do exercício de 2018 a “TD, SA” foi notificada do Relatório de Conclusões incidente sobre a inspeção realizada pela AT ao IRC devido pelo RETGS no exercício de 2015, tendo determinado uma correção à matéria coletável apurada, no montante de 22.710 milhares de euros.

Esta correção, incidente sobre a utilização, em 2015, de “folga” apurada em exercícios anteriores no âmbito do artigo 67.º do Código do IRC, irá ser objeto de contestação pela “TD, SA”, na qualidade de sociedade dominante.

Garantias:

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 o conjunto de empresas incluídas na consolidação tinha prestado garantias a terceiros, como segue:

	2019	2018
Garantias bancárias prestadas	288.358	275.996
Seguros de caução	150.404	149.676

As garantias bancárias foram prestadas fundamentalmente para efeitos de concursos, adiantamentos recebidos e como garantia de boa execução de obras.

A TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A., a EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A., a

SOMAFEL BRASIL - Obras Ferroviárias e Marítimas, LTDA, a RECOLTE, Servicios y Medioambiente, S.A.U., a EMPA, Serviços de Engenharia, S.A., e a TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções (Colômbia) S.A.S. têm seguros de caução prestados como garantia de boa execução de obras e prestação de serviços.

Para efeitos de suspensão de dois processos de execução fiscal instaurados à participada TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A., e relativos a dívida de IRC do período de 2008, cujas liquidações foram contestadas, foram emitidas, a favor da AT, garantias bancárias, cujo valor, a 31 de dezembro de 2019, ascende a 16.887 milhares de euros.

Para efeitos de suspensão de um processo de execução fiscal instaurado à participada TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A. relativo a dívida de IRC do período de 2010, a “TD, S.A.” apresentou uma fiança, no montante de 10.139 milhares de euros, a qual foi aceite pela AT.

Para efeitos de suspensão de um processo de execução fiscal instaurado à “TD, S.A.”, e relativo a dívida de IRC do período de 2013, foram emitidas, a favor da AT, garantias bancárias no montante global de 1.125 milhares de euros.

As garantias bancárias emitidas a favor da AT, para efeitos de suspensão de um processo de execução fiscal instaurado à participada TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A. e relativo a dívida de retenção na fonte de IRC do período de 2014, no montante atualizado de 1.001 milhares de euros foram canceladas, em virtude do pagamento integral, a 30 de setembro de 2019, do plano prestacional a que as mesmas respeitavam.

Para efeitos de suspensão de um processo de execução fiscal instaurado à participada TDO – Investimento e Gestão, S.A., e relativo a dívida de IRC do período de 2014, foi emitida, a favor da AT, uma garantia bancária no montante de 181 milhares de euros.

Para efeitos de suspensão de um processo de execução fiscal instaurado à “TD, SA” e relativo a dívida de IRC do período de 2014, foram emitidas, a favor da AT, garantias bancárias no montante global de 1.528 milhares de euros.

Para efeitos de suspensão de um processo de execução fiscal instaurado à “TD, SA” e relativo a dívida de IRC do período de 2015, foi emitida, a favor da AT, uma garantia bancária no montante de 898 milhares de euros.

Para efeitos de suspensão de um processo de execução fiscal instaurado à “TD, SA” e relativo a dívida de IRC do período de 2016, foi emitida, a favor da AT, uma garantia bancária no montante de 1.482 milhares de euros.

Em 31 de dezembro de 2019, os colaterais do Grupo, tem o seguinte detalhe:

Geografia	Banco	Tipo Financiamento	Data Contrato	Data Vencimento	Colaterais
Portugal	Novo Banco	Papel Comercial	16/12/2005	15/12/2023	Penhor 4.760.000 Ações BCP + Penhor da totalidade Quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + Penhor TDSP Brasil + TD Angola, Lda. + Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía + Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Portugal	Novo Banco	Descoberto	01/02/2007	31/12/2033	Penhor da totalidade Quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + Penhor TDSP Brasil + TD Angola, Lda. + Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía + Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Portugal	Banco Comercial Português	Empréstimo	05/01/2009	15/12/2033	Penhor da totalidade Quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + Penhor TDSP Brasil + TD Angola, Lda. + Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía + Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Portugal	Caixa Geral de Depósitos	Papel Comercial	07/07/2010	31/12/2033	Penhor 4.675.000 Unidades de Participação Fundo TDF + Penhor da totalidade Quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + Penhor TDSP Brasil + TD Angola, Lda. + Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía + Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Portugal	Caixa Geral de Depósitos	Conta Cauionada	07/07/2010	31/12/2033	Penhor 4.675.000 Unidades de Participação Fundo TDF + Penhor da totalidade Quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + Penhor TDSP Brasil + TD Angola, Lda. + Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía + Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Portugal	Novo Banco	Papel Comercial	30/12/2013	31/12/2033	Penhor 12.500.000 Ações EPOS e de 200.000.000 Ações C+PA + Penhor 1.325.000 Unidades de Participação Fundo TDF + Hipoteca Pólo Operacional TD Montijo + Hipoteca 9 Lotes Mafamude + Hipoteca 10 Lotes Empreendimento Santa Marinha Design District - Santa Marinha + Penhor da totalidade Quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + Penhor TDSP Brasil + TD Angola, Lda. + Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía + Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Angola	BCGA - Banco Caixa Geral Angola (Angola)	Empréstimo	30/04/2014	30/04/2021	Hipoteca Hotel Trópico (Prédio nº 1826) - Ingombotas
Portugal	Caixa Geral de Depósitos	Empréstimo	27/01/2014	15/12/2020	Penhor da totalidade Quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + Penhor TDSP Brasil + TD Angola, Lda. + Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía + Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Portugal	Banco Comercial Português	Conta Cauionada	27/06/2014	31/12/2033	Penhor da totalidade Quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + Penhor TDSP Brasil + TD Angola, Lda. + Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía + Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Portugal	Caixa Geral de Depósitos	Empréstimo	22/09/2014	15/12/2033	Penhor da totalidade Quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + Penhor TDSP Brasil + TD Angola, Lda. + Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía + Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Portugal	Novo Banco	Empréstimo	26/01/2015	15/12/2021	Penhor 2.006.396 Ações BCP
Portugal	Banco BIC Português	Conta Cauionada	06/08/2015	05/08/2019	GB do BIC AO (23M €) ao BIC PT / Hipoteca Prédio nº 2254 - Complexo Comercial e Oficinas Polo Automóvel - Talatona
Portugal	Novo Banco	Papel Comercial	28/12/2015	15/06/2027	Penhor 1.045.610 Ações da Recolte Espanha + Penhor de 50% das Ações da TDE + Penhor da totalidade Quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + Penhor TDSP Brasil + TD Angola, Lda. + Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía + Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Portugal	Novo Banco	Papel Comercial	14/01/2016	31/12/2033	Penhor 1.000.000 Ações TDGI + Penhor da totalidade Quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + Penhor TDSP Brasil + TD Angola, Lda. + Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía + Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Portugal	Caterpillar	Empréstimo	02/06/2016	07/06/2020	Respetivo(s) Equipamento(s)

Geografia	Banco	Tipo Financiamento	Data Contrato	Data Vencimento	Colaterais
Portugal	Caterpillar	Empréstimo	11/07/2016	07/07/2020	Respetivo(s) Equipamento(s)
Portugal	Caterpillar	Empréstimo	19/07/2016	07/08/2020	Respetivo(s) Equipamento(s)
Portugal	Banco Comercial Português	Empréstimo	12/08/2016	31/12/2033	Hipoteca Empreendimento Magnólia e Coina + Vale Figueira, Lezíria Park 2, Villa Rio, Jardins da Póvoa e Parque Logístico da Póvoa + Penhor da totalidade Quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + Penhor TDSP Brasil + TD Angola, Lda. + Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía + Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Portugal	Caixa Geral de Depósitos	Empréstimo	12/08/2016	31/12/2033	Hipoteca Empreendimento Magnólia e Coina + Vale Figueira, Lezíria Park 2, Villa Rio, Jardins da Póvoa e Parque Logístico da Póvoa + Penhor da totalidade Quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + Penhor TDSP Brasil + TD Angola, Lda. + Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía + Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Portugal	Novo Banco	Empréstimo	12/08/2016	31/12/2033	Hipoteca Empreendimento Magnólia e Coina + Vale Figueira, Lezíria Park 2, Villa Rio, Jardins da Póvoa e Parque Logístico da Póvoa + Penhor da totalidade Quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + Penhor TDSP Brasil + TD Angola, Lda. + Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía + Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Portugal	Caterpillar	Empréstimo	12/12/2016	22/12/2020	Respetivo(s) Equipamento(s)
Brasil	Banco Itaú	Empréstimo	26/07/2017	25/07/2021	Empreendimento Imobiliário Condomínio Retrato Pinheiros - São Paulo / Brasil (104 Unidades Autónomas)
Portugal	Banco Comercial Português	Empréstimo	27/11/2017	31/12/2033	Penhor da totalidade Quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + Penhor TDSP Brasil + TD Angola, Lda. + Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía + Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Espanha	RCI Banque (Espanha)	Empréstimo	20/12/2017	20/06/2021	Respetivo(s) Equipamento(s)
Espanha	RCI Banque (Espanha)	Empréstimo	30/01/2018	25/07/2021	Respetivo(s) Equipamento(s)
Portugal	Banco Comercial Português	Empréstimo	30/01/2018	15/06/2021	Penhor da totalidade Quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + Penhor TDSP Brasil + TD Angola, Lda. + Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía + Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Portugal	Caixa Geral de Depósitos	Empréstimo	30/01/2018	15/06/2021	Penhor da totalidade Quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + Penhor TDSP Brasil + TD Angola, Lda. + Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía + Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Brasil	Banco Itaú	Empréstimo	13/05/2019	31/12/2021	Empreendimento Imobiliário Condomínio Quartier Brooklyn - São Paulo / Brasil (108 Unidades Autónomas)
Brasil	Banco Itaú	Empréstimo	15/05/2019	31/12/2020	Empreendimento Imobiliário Condomínio Veríssimo Mooca - São Paulo / Brasil (42 Unidades Autónomas)

Compromissos financeiros:

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 as cartas de conforto prestadas pela TEIXEIRA DUARTE, S.A. e as suas subsidiárias ascendiam a 337.686 e 344.459 milhares de euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 estavam vigentes contratos de factoring sem direito de regresso, os quais foram registados como redução de contas a receber, no montante de 4.865 e 5.024 milhares de euros, respetivamente. De acordo com as condições contratuais, a responsabilidade do Grupo restringe-se essencialmente, à garantia de aceitação por parte dos clientes das faturas objeto de factoring.

42 - GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

Princípios gerais:

O Grupo encontra-se exposto a um conjunto de riscos financeiros que resultam da sua atividade, dos quais merecem destaque:

- riscos de taxa de juro decorrentes do passivo financeiro;
- risco de taxa de câmbio resultante, fundamentalmente, da existência de operações e ativos localizados fora da zona Euro, designadamente Angola, Argélia, Brasil, Colômbia, Equador, Macau, Marrocos, Moçambique, Perú e Venezuela, bem como, disponibilidade de divisas convertíveis em alguns desses mercados;
- risco de crédito, particularmente dos créditos sobre os seus clientes relacionados com a atividade operacional do Grupo;
- risco de liquidez, no que refere à manutenção de um equilíbrio da tesouraria.

A Direção Financeira do Grupo assegura a gestão centralizada das operações de financiamento, das aplicações dos excedentes de tesouraria, das transações cambiais assim como a gestão do risco de contraparte do Grupo. Adicionalmente, é responsável pela identificação, quantificação e pela proposta e implementação de medidas de gestão/mitigação dos riscos financeiros a que o Grupo se encontra exposto.

De seguida analisam-se de forma mais detalhada os principais riscos financeiros a que o Grupo se encontra exposto e as principais medidas implementadas no âmbito da sua gestão.

Risco de taxa de juro

A política de gestão de risco de taxa de juro tem por objetivo a minimização do custo da dívida sujeito à manutenção de um nível baixo de volatilidade dos encargos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2019 o passivo financeiro é composto por 96% de taxa de juro variável (97% em 31 de dezembro de 2018) e 4% de taxa de juro fixa (3% em 31 de dezembro de 2018).

Caso as taxas de juro de mercado tivessem sido superiores (inferiores) em 1 p.p. durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os resultados financeiros daqueles exercícios teriam (diminuído) aumentado em (8.222) / 8.222 milhares de euros e (9.116) / 9.116 milhares de euros, respetivamente.

Risco cambial

As atividades operacionais do Grupo estão expostas a variações das taxas de câmbio do Euro face a outras moedas.

Acresce que, tendo em consideração os diversos países onde o Grupo desenvolve a sua atividade, a sua exposição ao risco de taxa de câmbio decorre do facto das suas subsidiárias relatarem os ativos e passivos denominados em moeda diferente da moeda de relato, designadamente, Angola, Argélia, Brasil, Colômbia, Equador, Macau, Marrocos, Moçambique, Perú e Venezuela.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio seguida pelo Grupo tem como objetivo diminuir a sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, convertidos para euros em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 são como segue:

Moeda	Ativos		Passivos	
	2019	2018	2019	2018
Bolivar Venezuelano	491	9.347	960	19.749
Dinar Argelino	18.671	13.150	21.386	21.616
Dinar Koweitiano	26	-	-	-
Dirham Marroquino	63	84	2.215	2.265
Dólar Americano	103.022	176.510	31.736	30.615
Dólar Australiano	-	-	-	285
Escudo Cabo Verdiano	2	-	1	4
Iene Japonês	910	1.724	-	8
Libra Esterlina	439	309	192	13
Kwanza Angolano	73.589	99.939	69.155	189.821
Metical Moçambicano	20.580	57.331	39.299	17.515
Novo Sol Peruano	5	5	-	122
Pataca Macaense	-	-	325	24
Peso Colombiano	-	-	2.144	3.179
Rand Africa Sul	39	38	12	35
Real Brasileiro	1.479	1.317	6.347	4.163
Rial do Qatar	85	-	-	-
Rublo Russo	-	-	-	2.868
	219.402	359.754	173.775	292.282

A gestão do risco cambial assenta numa permanente quantificação e monitorização das exposições financeira e contabilística relevante.

Os eventuais impactos gerados na rubrica de ajustamentos de conversão cambial em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 e no resultado líquido dos exercícios findos naquelas datas, caso

ocorresse uma apreciação de 5% das moedas acima referidas, podem ser resumidos como se segue:

Moeda	2019		2018	
	Resultados	Capital próprio	Resultados	Capital próprio
Bolívar Venezuelano	(23)	-	(520)	-
Dinar Argelino	(136)	-	(423)	-
Dinar Koweitiano	1	-	-	-
Dirham Marroquino	(108)	-	(109)	-
Dólar Americano	3.564	-	7.295	-
Dólar Australiano	-	-	(14)	-
Iene Japonês	45	-	86	-
Libra Esterlina	12	-	15	-
Kwanza Angolano	222	-	(4.494)	-
Metical Moçambicano	(936)	-	1.991	-
Novo Sol Peruano	-	-	(6)	-
Pataca Macaense	(16)	-	(1)	-
Peso Colombiano	(107)	-	(159)	-
Rand Africa Sul	1	-	-	-
Real Brasileiro	(243)	-	(142)	-
Rial do Qatar	4	-	-	-
Rublo Russo	-	-	(143)	-
	2.281	-	3.376	-

No entender do Conselho de Administração a análise de sensibilidade acima exposta, tendo por base a posição nas datas indicadas, pode não ser representativa da exposição ao risco de câmbio a que o Grupo se encontra sujeito ao longo do exercício.

Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com os saldos a receber de clientes e outros devedores, relacionados com a atividade operacional do Grupo. O agravamento das condições económicas globais ou adversidades que afetem as economias a uma escala local, nacional ou internacional podem originar a incapacidade dos clientes do Grupo para saldar as suas obrigações, com eventuais efeitos negativos nos resultados do Grupo.

Este risco é monitorizado numa base regular por cada um dos negócios do Grupo com o objetivo de:

- limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respetivo perfil e antiguidade da conta a receber;
- acompanhar a evolução do nível de crédito concedido;

- analisar a recuperabilidade dos valores a receber numa base regular;
- as perdas por imparidade em contas a receber, são calculadas considerando:
 - a análise da antiguidade das contas a receber;
 - o perfil de risco do cliente;
 - as condições financeiras dos clientes.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é convicção do Conselho de Administração que as perdas por imparidade em contas a receber estimadas se encontram adequadamente relevadas nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 as contas a receber de clientes (Nota 28) para as quais não foram registadas perdas por imparidade, por o Conselho de Administração considerar que as mesmas são realizáveis, são as seguintes:

	2019	2018
Saldos		
Não vencido	51.302	59.891
Até 180 dias	89.398	62.187
De 180 a 360 dias	24.171	4.305
Mais de 360 dias	87.770	83.161
	252.641	209.544

A qualidade de crédito das contas a receber não vencidas incluídas no quadro acima, é monitorizada numa base regular com base nos objetivos acima descritos.

Risco de liquidez

Este risco pode ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam os fluxos de caixa operacionais, de desinvestimento, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, os investimentos, a remuneração dos acionistas e o reembolso de dívida.

Como forma de mitigar este risco, o Grupo procura contratar novos financiamentos e manter uma posição líquida e uma maturidade média da dívida que lhe permita a amortização da sua dívida em prazos adequados.

O passivo financeiro com vencimento até um ano é, sempre que se entenda adequado, substituído com maturidade a médio e longo prazo.

A maturidade dos passivos financeiros em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é conforme segue:

2019					
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Empréstimos	119.899	89.947	40.237	561.820	811.903
Fornecedores	148.122	-	-	-	148.122
Responsabilidades com locações	6.919	5.853	4.876	23.865	41.513
Outros credores	26.920	376	-	-	27.296
Outros passivos	224.370	60.887	19.115	-	304.372
	526.230	157.063	64.228	585.685	1.333.206

2018					
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Empréstimos	124.076	59.485	65.804	604.911	854.276
Fornecedores	139.646	-	-	-	139.646
Locações financeiras	2.794	1.573	1.354	887	6.608
Outros credores	21.472	-	-	-	21.472
Outros passivos	188.629	16.722	34.716	12.216	252.283
	476.617	77.780	101.874	618.014	1.274.285

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 o valor de disponibilidades de caixa e o valor não utilizado do programa de papel comercial e linhas de crédito ascendia a 218.380 milhares de euros e 263.712 milhares de euros, respetivamente.

43 – ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS NO ÂMBITO DA IFRS 9

As políticas contabilísticas previstas na IFRS 9 para os instrumentos financeiros foram aplicadas aos seguintes itens:

2019				
	Empréstimos e contas a receber	Ativos financeiros	Outros passivos e empréstimos financeiros	Total
Ativos:				
Caixa e equivalentes a caixa	135.380	-	-	135.380
Clientes	252.641	-	-	252.641
Outros investimentos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	15.876	-	15.876
Outros investimentos financeiros ao custo amortizado	-	2.806	-	2.806
Outros devedores	51.211	-	-	51.211
Outros ativos	154.321	-	-	154.321
Total de ativos financeiros	593.553	18.682	-	612.235
Passivos:				
Empréstimos	-	-	811.903	811.903
Fornecedores	-	-	148.122	148.122
Outros credores	-	-	27.296	27.296
Outros passivos	-	-	241.464	241.464
Responsabilidades com locações	-	-	41.513	41.513
Total de passivos financeiros	-	-	1.270.298	1.270.298

	2018			Total
	Empréstimos e contas a receber	Ativos financeiros	Outros passivos e empréstimos financeiros	
Ativos:				
Caixa e equivalentes a caixa	171.991	-	-	171.991
Clientes	209.544	-	-	209.544
Outros investimentos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	16.930	-	16.930
Outros investimentos financeiros ao custo amortizado	-	18.884	-	18.884
Outros devedores	33.285	-	-	33.285
Outros ativos	148.041	-	-	148.041
Total de ativos financeiros	562.861	35.814	-	598.675
Passivos:				
Empréstimos	-	-	854.276	854.276
Fornecedores	-	-	139.646	139.646
Outros credores	-	-	21.472	21.472
Outros passivos	-	-	189.533	189.533
Locações financeiras	-	-	6.608	6.608
Total de passivos financeiros	-	-	1.211.535	1.211.535

44 - MENSURAÇÕES AO JUSTO VALOR

Estimativa de justo valor - ativos e passivos mensurados ao justo valor

A tabela seguinte apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados ao justo valor em 31 de dezembro de 2019 de acordo com os seguintes níveis de hierarquia de justo valor:

- Nível 1: o justo valor de instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercados líquidos ativos à data de referência da demonstração da posição financeira;
- Nível 2: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação;
- Nível 3: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação, cujos principais *inputs* não são observáveis no mercado.

Categoria	Item	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos:				
Outros investimentos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	Ações	1.508	-	-
Outros investimentos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	Ações	-	12.213	2.155
Propriedades de investimento	Edifícios e terrenos	-	208.478	-

Exceto no que respeita aos empréstimos não correntes, a generalidade dos ativos e passivos financeiros têm maturidades

de curto prazo, pelo que se considera que o seu justo valor é idêntico aos respetivos valores contabilísticos.

Relativamente aos empréstimos, conforme evidenciado na Nota 36, a generalidade dos mesmos encontra-se contratada a taxas de juro variável. Dessa forma, entende-se que o correspondente valor contabilístico (custo amortizado) não difere significativamente do correspondente valor de mercado.

45 – HONORÁRIOS E SERVIÇO DOS AUDITORES

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 os honorários por serviços prestados pelos auditores às sociedades que integram o Grupo (Moore Stephens e BDO em Portugal; Moore Stephens e Deloitte no Brasil; Moore Stephens em Espanha e na Bélgica; Deloitte em Angola e Venezuela; Ernst & Young em Moçambique e ainda a outros auditores) foram os seguintes:

	2019	2018
Serviços de Revisão Legal de Contas e Auditoria	741	651
Outros serviços de garantia e fiabilidade	2	9
Serviços de consultoria fiscal	20	5
Outros serviços	13	15
	777	680

46 – AJUSTAMENTOS DE CONVERSÃO CAMBIAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 os ajustamentos de conversão cambial apurados na conversão das demonstrações financeiras de empresas expressas em moeda estrangeira, por geografias, foram as seguintes:

	2019	2018
Angola	(139.407)	(218.700)
Argélia	380	(9.169)
Brasil	(2.599)	(14.959)
Moçambique	1.212	225
Venezuela	(10.059)	(5.896)
Outros Mercados	380	513
Total	(150.093)	(247.986)

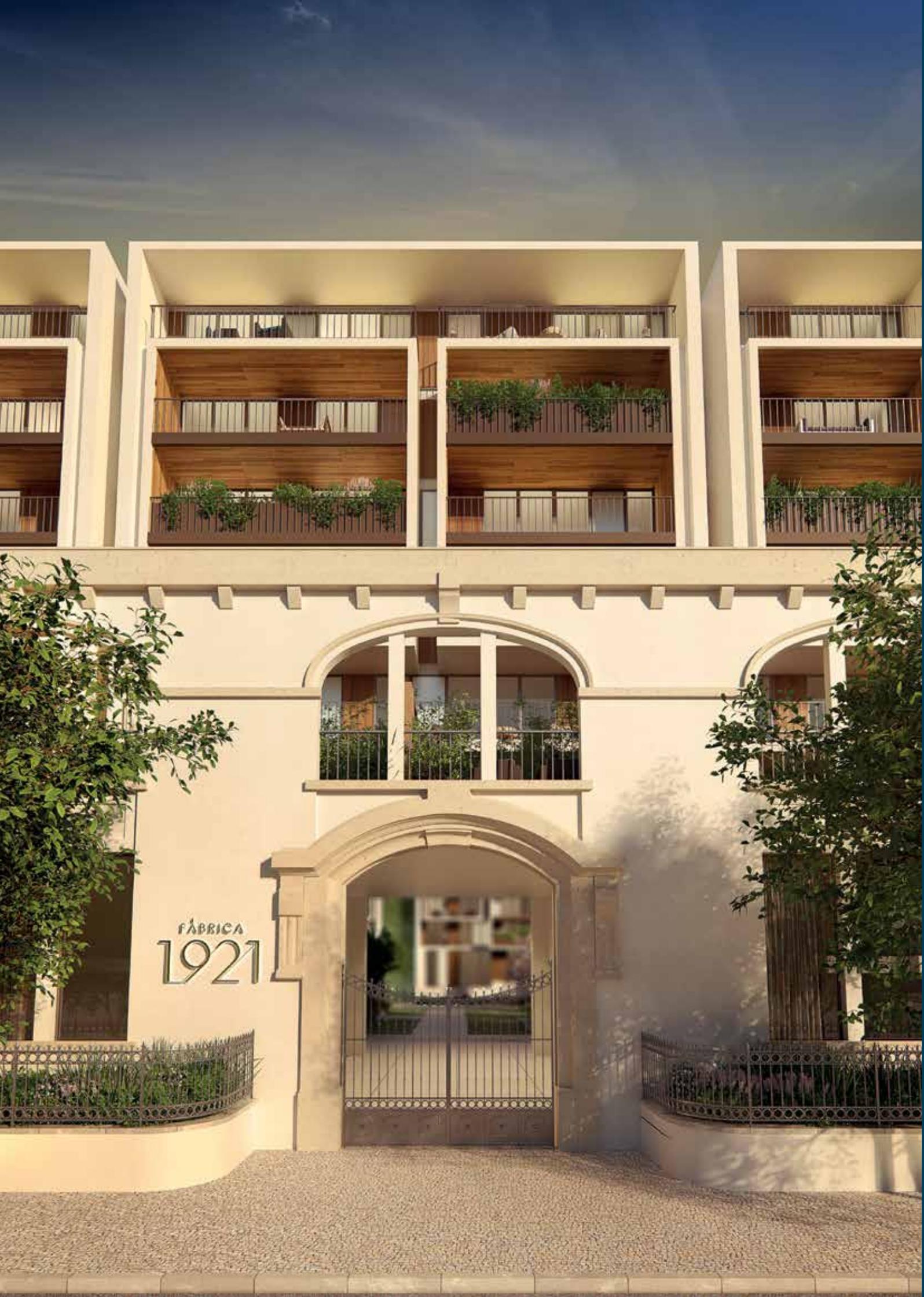
47 - APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 24 de abril de 2020, contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal, pela Assembleia Geral de Acionistas, cuja reunião está prevista realizar-se no próximo dia 26 de maio de 2020.

48 – EVENTOS SUBSEQUENTES

A TEIXEIRA DUARTE prevê a continuidade das operações nos diferentes setores e mercados em que tem vindo a atuar, ainda que, o Grupo está a acompanhar a situação de pandemia decretada a 11 de março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde do mesmo modo que está a atuar em conformidade com as recomendações deste organismo e da Direção Geral de Saúde Portuguesa. Foram tomadas medidas de contingência e prevenção para cumprimento das orientações recebidas e para mitigação e contenção do risco de saúde pública de forma a salvaguardar a atividade nos diversos setores e mercados em que atua.

Devido à imprevisibilidade dos factos, nomeadamente quanto à sua dimensão e duração, não é possível identificar nem quantificar os impactos desta situação sendo que o Grupo mantém o foco na defesa e interesse dos seus *stakeholders*.



FÀBBICA
1921

Teixeira Duarte

Relatório e Contas 2019

Relatório, Pareceres e Certificações dos Órgãos de Fiscalização 2019

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas,

Introdução

Nos termos previstos no artigo 420º, número 1, alínea g) do Código das Sociedades Comerciais, vem o Conselho Fiscal apresentar o seu relatório sobre a ação fiscalizadora que exerceu na TEIXEIRA DUARTE, S.A., bem como o parecer sobre o relatório e contas relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, e sobre a proposta de aplicação de resultados.

O relatório e contas em apreciação foram aprovados pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 24 de abril de 2020 e inclui o Relatório Consolidado de Gestão, a Informação Não Financeira, o Relatório do Governo da Sociedade e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Relatório

No âmbito das atribuições e competências que nos estão legalmente conferidas, acompanhámos as atividades da Sociedade e do Grupo, designadamente através da participação regular do presidente do Conselho Fiscal nas reuniões mensais do Conselho de Administração e de outras reuniões e contactos com o Conselho de Administração, quadros e outros responsáveis do Grupo e, ainda, com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Promovemos, ainda, a realização de reuniões periódicas em que apreciamos a atividade e os negócios da Sociedade e do Grupo e o cumprimento da lei e do contrato social e analisámos os relatórios e contas intercalares, incluindo as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados, por forma a assegurar que os mesmos conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados.

Adicionalmente, supervisionamos o processo de preparação e divulgação da informação financeira e não financeira anual e:

- verificámos que o relatório de gestão contém uma exposição clara dos aspetos mais significativos da evolução dos negócios, do desempenho financeiro e não financeiro e da situação patrimonial da Sociedade e do Grupo;
- verificámos que tanto o relatório de gestão como o relatório do governo da sociedade proporcionam informação detalhada sobre os riscos operacionais, financeiros, de mercado e outros a que as diferentes atividades e sociedades do grupo estão sujeitas, nomeadamente o risco cambial que resulta da exposição a alguns mercados onde o Grupo tem atividades e cujas moedas têm forte volatilidade com impacto significativo nos capitais próprios;

- verificámos que as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, e respetivos anexos proporcionam uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira da Sociedade e do Grupo TEIXEIRA DUARTE, respetivamente;
- apreciamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e as demonstrações financeiras consolidadas emitido pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, a qual não contém reservas, mas inclui um parágrafo de ênfase relativo ao tema da pandemia da Covid-19. Apreciamos ainda o Relatório Adicional dirigido ao Conselho Fiscal, emitido nos termos da legislação em vigor, o qual descreve a forma como a referida Sociedade desenvolveu a auditoria e apurou as conclusões.

Entendemos que a prestação de serviços de auditoria foi feita com independência, nos termos da legislação em vigor, não tendo a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas solicitado a este Conselho a aprovação de outros serviços permitidos nos termos legais para além da auditoria.

Parecer

Nestes termos, tendo em consideração as informações que nos foram facultadas pelo Conselho de Administração e pelos Serviços da Sociedade e, ainda, as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas emitidos pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, somos de parecer que:

- a) seja aprovado o Relatório de Gestão;
- b) sejam aprovadas as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício de 2019;
- c) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Declaração a que se refere a alínea c) do número 1 do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários.

Em cumprimento do estabelecido na alínea c) do número 1 do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, as contas anuais e demais documentos de prestação de contas, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da TEIXEIRA DUARTE, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação. Declaram, ainda, que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do

desempenho e da posição da TEIXEIRA DUARTE, S.A. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, contendo o referido relatório uma descrição dos principais riscos e incertezas do negócio.

Informação superveniente

Conforme refere sinteticamente o relatório de gestão, já no início de 2020 a Organização Mundial da Saúde declarou a existência de uma pandemia a nível mundial, provocada por um novo coronavírus designado COVID 19, cuja dimensão e duração são ainda difíceis de determinar. Nesta data, são também incertos e difíceis de prever todos os potenciais impactos adversos que esta nova circunstância poderá provocar, direta ou indiretamente, nos mercados onde o Grupo Teixeira Duarte desenvolve atividade e nas empresas que constituem o grupo, sendo convicção do Conselho de Administração de que tais potenciais impactos não colocarão em causa a continuidade dos seus negócios e a rentabilidade e recuperação dos seus ativos.

Lisboa, 29 de abril de 2020

Óscar Manuel Machado de Figueiredo - Presidente

Ana Cristina Louro Ribeiro Doutor Simões - Vogal

João Salvador Matias – Vogal

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da TEIXEIRA DUARTE, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 1.158.185 milhares de euros e um total de capital próprio de 381.545 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 7.879 milhares de euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da TEIXEIRA DUARTE, S.A. em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro que integram o Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade, nos termos da lei, e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Pela sua relevância entendemos dever salientar o referido na Nota 25 do Anexo às demonstrações financeiras relativamente à imprevisibilidade da dimensão dos impactos da pandemia da COVID-19.

A nossa opinião não é modificada com respeito a esta matéria.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

MATÉRIAS RELEVANTES DE AUDITORIA	SÍNTESE DA ABORDAGEM DE AUDITORIA
Valorização das participações financeiras em subsidiárias	
<p>Conforme divulgado nas notas 3.2.a) e 9 do anexo às demonstrações financeiras, os investimentos financeiros em subsidiárias, no valor de 1.085 milhões de euros, são mensurados pelo método da equivalência patrimonial. É regularmente efetuada uma avaliação desses investimentos quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade o que, a verificar-se, origina o reconhecimento de uma perda na demonstração dos resultados.</p>	<p>Executamos diversos procedimentos de auditoria com vista a mitigar os riscos de distorção material nesta área, destacando os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none">• Obtenção das demonstrações financeiras das subsidiárias e respetivas certificações legais das contas;• Pesquisa da existência de indícios de que estes ativos possam estar em imparidade;• Análise da consistência dos pressupostos usados na elaboração do plano de negócios, face a dados históricos e à informação relevante disponível. Validámos os cálculos aritméticos do modelo utilizado;• Avaliação da adequada aplicação dos procedimentos de valorização pelo método de equivalência patrimonial e teste da exatidão dos cálculos realizados; e• Validação das divulgações incluídas no anexo às demonstrações financeiras.
<p>As eventuais imparidades de participações financeiras foram consideradas uma matéria relevante na nossa auditoria, porque o montante escriturado destes ativos é significativo e o processo de avaliação da imparidade é complexo.</p>	

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro que integram o Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais, bem como a verificação de que a demonstração não financeira foi apresentada.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais. Todavia, entendemos, dever salientar que a Entidade não preparou um relatório de gestão autónomo sobre a atividade individual uma vez que, conforme habitualmente, toda a informação relevante consta do relatório consolidado de gestão. Conforme previsto no artigo 451º, n.º 7 do Código das Sociedades Comerciais, este parecer não é aplicável à demonstração não financeira incluída no relatório de gestão.

Sobre a demonstração não financeira prevista no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6 do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade incluiu no seu relatório de gestão a demonstração não financeira prevista no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos eleitos auditores da TEIXEIRA DUARTE, S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 30 de maio de 2015 para o mandato de 2015 a 2018, tendo sido reeleitos na assembleia geral de 27 de maio de 2019 para o mandato em curso (2019 a 2022);
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 28 de abril de 2020; e
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos, nos termos do artigo 77.º, nº 8 do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Lisboa, 28 de abril de 2020

MOORE STEPHENS & ASSOCIADOS, SROC, S.A.
Representada por António Gonçalves Monteiro

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da TEIXEIRA DUARTE, S.A. (o Grupo), que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 1.850.016 milhares de euros e um total de capital próprio de 336.524 milhares de euros), incluindo um resultado líquido atribuível a detentores de capital de 14.414 milhares de euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada do outro rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da TEIXEIRA DUARTE, S.A. em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo, nos termos da lei, e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Pela sua relevância entendemos dever salientar o referido na Nota 48 do Anexo às demonstrações financeiras relativamente à imprevisibilidade da dimensão dos impactos da pandemia da COVID-19.

A nossa opinião não é modificada com respeito a esta matéria.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

MATÉRIAS RELEVANTES DE AUDITORIA	SÍNTESE DA ABORDAGEM DE AUDITORIA
<p>1. Exposição Internacional</p> <p>Conforme divulgado na Nota 7 às demonstrações financeiras, a atividade do Grupo está distribuída por 6 segmentos de negócio, com operações relevantes em 7 países, com diferentes contextos económicos e riscos operacionais.</p> <p>A atividade exercida pelo Grupo fora de Portugal representa 73,1% do volume de negócios. Tal como referido na Nota 42 às demonstrações financeiras, vários territórios onde o Grupo opera, nomeadamente Angola, Venezuela e Brasil, estão sujeitos a variações cambiais significativas das suas moedas face ao euro.</p> <p>A exposição às divisas dos referidos países acarreta riscos acrescidos para o Grupo, nomeadamente:</p> <ol style="list-style-type: none"><i>Risco Cambial</i>, decorrente da forte desvalorização das moedas funcionais locais face ao euro;<i>Risco de Liquidez</i>, resultante da dificuldade de repatriamento de divisas desses territórios; e<i>Risco de Crédito</i>, decorrente de dificuldades na recuperação de créditos relacionados com as atividades operacionais do Grupo. <p>Pelo seu significado e imprevisibilidade, consideramos estes temas como matérias relevantes da nossa auditoria.</p>	<p>A nossa abordagem da auditoria incluiu a execução de diversos procedimentos com vista a mitigar os riscos de distorção material, destacando os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none">• Aferição do grau de exposição do Grupo a geografias de elevado risco cambial e de liquidez;• Avaliação dos riscos de cobrabilidade e dos níveis de eventuais imparidades em contas a receber;• Análise da conversão cambial das demonstrações financeiras das subsidiárias das diferentes geografias, por referência às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS);• Revisão da descrição dos tipos de riscos a que o Grupo está exposto e validação da adequidade das divulgações do Grupo, relativamente à política de gestão dos riscos;• Indagação junto do órgão de gestão, sobre a estratégia e os planos de ação para a redução da exposição do Grupo em geografias de maior instabilidade e risco de negócio; e• Validação das divulgações incluídas nas notas anexas às demonstrações financeiras.

2. Reconhecimento do rédito de contratos de construção

Conforme evidenciado na Nota 7 às demonstrações financeiras, o rédito do Grupo provém de diversos segmentos de negócio, sendo a construção o segmento com maior relevância, representando 57,8% do rédito (55,4% em 2018).

Conforme referido na Nota 2.21 às demonstrações financeiras os rendimentos e os gastos provenientes do segmento da construção são reconhecidos de acordo com a IFRS15 - "Rédito de contratos com clientes", sendo que o rédito e as margens associados aos contratos de construção em curso são reconhecidos de acordo com a percentagem de acabamento, a qual é determinada pelo rácio entre os gastos incorridos e os gastos totais estimados para cada obra.

Dada a incerteza e julgamento associados às estimativas dos gastos a incorrer até à conclusão das obras, consideramos esta matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

Executamos diversos procedimentos de auditoria com vista a mitigar os riscos de distorção material nesta área, destacando os seguintes:

- Obtenção e conciliação dos mapas das obras com os valores constantes na posição financeira e na demonstração dos resultados;
- Revisão dos contratos que suportam o rédito dos projetos;
- Seleção por amostragem de autos de medição e de orçamentos que suportam a percentagem de acabamento e análise dos gastos incorridos e das estimativas de gastos a incorrer para concluir a obra;
- Verificação da conformidade da política contabilística adotada com o normativo constante da IFRS 15 – "Rédito de contratos com clientes";
- Revisão da razoabilidade das provisões para garantias e para contratos onerosos; e
- Validação das divulgações incluídas nas notas anexas às demonstrações financeiras.

3. Mensuração e reconhecimento de imparidades em clientes

Tal como divulgado nas Notas 14 e 28 às demonstrações financeiras, as perdas por imparidade em clientes representam 63.421 milhares de euros, cerca de 20,1% do total, tendo no corrente exercício sido reforçadas em cerca de 4.646 milhares de euros.

A identificação das contas de clientes em imparidade e a determinação do seu valor recuperável é um processo que envolve a análise da natureza e antiguidade da dívida, a condição financeira do devedor, o incumprimento de acordos de pagamento e as perspetivas de cobrança.

Consideramos este tema como uma matéria relevante de auditoria, sobretudo pelo facto de a recuperação de créditos, em algumas geografias, ser particularmente morosa e as estimativas utilizadas pela gestão envolverem um elevado grau de julgamento.

Executamos diversos procedimentos de auditoria com vista a mitigar os riscos de distorção material nesta área, destacando os seguintes:

- Análise da antiguidade de saldos de clientes e revisão dos ajustamentos efetuados por imparidades em clientes;
- Revisão específica de saldos relevantes com entidades sediadas em geografias de maior risco (Angola, Argélia e Venezuela), tendo em consideração a antiguidade da dívida, a capacidade financeira dos devedores e o histórico de cobranças;
- Discussão com o órgão de gestão relativamente aos critérios e pressupostos que estiveram na base dos julgamentos para reconhecer, ou não, ajustamentos por imparidade em clientes;
- Revisão do cálculo do valor descontado dos créditos e avaliação dos pressupostos utilizados pela gestão, nomeadamente a expectativa do tempo do recebimento e a taxa de desconto utilizada; e
- Validação das divulgações incluídas nas notas anexas às demonstrações financeiras.

4. Revalorização de classes homogêneas de ativos fixos tangíveis

Conforme descrito nas Notas 2.2, 2.5 e 21 às demonstrações financeiras, o Grupo continuou a adotar o modelo de revalorização como política contábilística adequada para a mensuração de uma classe homogênea de ativos.

Os efeitos da revalorização representam em 2019 um aumento do valor dos ativos fixos tangíveis e dos capitais próprios de 108.887 milhares de euros e 76.234 milhares de euros, respetivamente, líquidos do efeito de imposto diferido passivo de 32.653 milhares de euros.

A adoção do modelo de revalorização pressupõe que o justo valor possa ser determinado com fiabilidade.

As revalorizações foram efetuadas por avaliadores independentes de forma a assegurar que a quantia escriturada não difira materialmente do justo valor no fim do período de relato.

Consideramos este tema como uma matéria relevante de auditoria, tendo em consideração a relevância dos efeitos da revalorização destes ativos fixos tangíveis nas demonstrações financeiras consolidadas.

Executamos procedimentos de auditoria com vista a mitigar os riscos de distorção material nesta área, destacando os seguintes:

- Discussão com o órgão de gestão relativamente aos critérios e pressupostos que estiveram na base dos julgamentos para reconhecer, ou não, determinados ativos como integrantes das classes homogêneas que foram revalorizadas;
- Análise das avaliações independentes efetuadas e dos efeitos da revalorização para cada elemento incluído nas classes homogêneas de ativos;
- Aferição da razoabilidade dos principais pressupostos utilizados pelos peritos;
- Verificação do registo dos avaliadores externos junto da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e análise da sua independência;
- Revisão dos cálculos dos efeitos da revalorização, quanto à sua exatidão e totalidade dos montantes apurados;
- Análise do reconhecimento de eventuais perdas por imparidades em ativos fixos tangíveis; e
- Validação das divulgações incluídas nas notas anexas às demonstrações financeiras.

5. Valorização das propriedades de investimento

A posição financeira do Grupo, em 31 de dezembro de 2019, apresenta um total de 208.478 milhares de euros referente a propriedades de investimento (194.091 milhares de euros em 31 de dezembro de 2018). Tal como descrito nas Notas 2.2, 2.8 e 22 às demonstrações financeiras, as propriedades de investimento são mensuradas pelo justo valor, determinado através de avaliações efetuadas por entidades especializadas e independentes.

As propriedades de investimento encontram-se substancialmente localizadas em Portugal e Angola, estando estas últimas sujeitas aos efeitos da variação cambial da moeda local.

Tendo em consideração a expressão destes ativos nas demonstrações financeiras e o julgamento envolvido na determinação do justo valor, entendemos que esta área é uma matéria relevante da nossa auditoria.

Executamos procedimentos de auditoria com vista a mitigar os riscos de distorção material nesta área, destacando os seguintes:

- Verificação do registo dos avaliadores externos junto da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e análise da sua independência;
- Análise da informação sobre os imóveis, constante das avaliações, e validação dessa informação com os documentos e registos do Grupo;
- Aferição da razoabilidade dos principais pressupostos utilizados pelos peritos;
- Validação do justo valor reconhecido com os valores constantes das avaliações;
- Validação da adequada conversão cambial do justo valor das propriedades de investimento localizadas no estrangeiro; e
- Validação das divulgações incluídas nas notas anexas às demonstrações financeiras.

6. Recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos

Tal como descrito na Nota 27 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2019, o saldo da rubrica de ativos por impostos diferidos ascende a 147.993 milhares de euros. Os ativos por impostos diferidos dependem da existência de lucros tributáveis futuros, e incluem:

- 106.424 milhares de euros relativos a perdas por imparidade de ativos financeiros;
- 15.985 milhares de euros decorrentes de prejuízos fiscais originados entre 2015 e 2019;
- 10.079 milhares de euros resultantes de créditos por dupla tributação internacional; e
- 15.505 milhares de euros relativos a outras situações.

Nos termos da IAS12 – "Impostos sobre o rendimento", os ativos por impostos diferidos apenas podem ser registados na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros na data estimada para a sua reversão.

O Grupo preparou uma estimativa dos lucros tributáveis para os períodos futuros, tomando por base o seu Plano de negócios e demais pressupostos assumidos pelo órgão de gestão.

Tendo em consideração a natureza, a extensão e o risco de recuperabilidade desta classe de ativos, entendemos que esta área é uma matéria relevante da nossa auditoria.

A nossa abordagem da auditoria incluiu a execução de diversos procedimentos com vista a mitigar os riscos de distorção material, destacando os seguintes:

- Entendimento e análise dos principais pressupostos considerados pelo órgão de gestão para determinar os resultados estimados antes de impostos referentes a períodos futuros;
- Avaliação da razoabilidade da interpretação da legislação fiscal relevante considerada pelo Grupo na estimativa de lucros tributáveis futuros;
- Revisão dos cálculos efetuados para demonstrar a recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos, tendo em conta o entendimento dos pressupostos e a interpretação da legislação fiscal acima descritos;
- Pesquisa de ocorrências que possam indiciar eventuais riscos na recuperação de ativos por impostos diferidos, designadamente por caducidade do direito à dedução; e
- Validação das divulgações incluídas nas notas anexas às demonstrações financeiras.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais, bem como a verificação de que a informação não financeira foi apresentada.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais. Conforme previsto no artigo 451.º, n.º 7 do Código das Sociedades Comerciais, este parecer não é aplicável à demonstração não financeira incluída no relatório de gestão.

Sobre a demonstração não financeira prevista no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6 do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo incluiu no seu relatório de gestão a demonstração não financeira prevista no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis ao Grupo nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos eleitos auditores da TEIXEIRA DUARTE, S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 30 de maio de 2015 para o mandato de 2015 a 2018, tendo sido reeleitos na assembleia geral de 27 de maio de 2019 para o mandato em curso (2019 a 2022);
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude;
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo em 28 de abril de 2020; e
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

Lisboa, 28 de abril de 2020

MOORE STEPHENS & ASSOCIADOS, SROC, S.A.
Representada por António Gonçalves Monteiro

PORTUGAL

Sede

Lagoas Park, Edifício 2
2740-265 Porto Salvo
Tel.: (+351) 217 912 300
Fax: (+351) 217 941 120
E-mail: geral@teixeiraduarte.pt
Site: www.teixeiraduarte.com

Polo Operacional Teixeira Duarte
Av. da Indústria, 540
2870-635 Alto do Estanqueiro - Jardim - Montijo
Tel.: (+351) 219 948 000
Fax: (+351) 210 096 888

Rua das Pretas, 4 - 4º Dto.
9000-049 Funchal - Madeira
Tel.: (+351) 291 206 930

Edifício Tower Plaza
Rotunda Engº Edgar Cardoso, nº 23 - Piso 8
4400-676 Vila Nova de Gaia
Tel.: (+351) 226 166 180
Fax: (+351) 226 104 297

ÁFRICA DO SUL

GLOBAL NET DISTRIBUTORS (PTY) LTD
Office 08-09 15th Floor Sandton The Forum, Sandton
Maude Street - Sandton 2196 - Johannesburg
(+27) 71 1615033
(+27) 823760615

ANGOLA

Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem Loy
Baixo Morro Bento (Maxipark)
Edifício Teixeira Duarte, 387 - Luanda
Tel.: (+244) 222 641 500
Fax: (+244) 222 641 560

Polo Operacional Teixeira Duarte
Rua S/N, Zona Industrial Polo Operacional
de Viana - Edifício Central
Viana - Luanda

ARGÉLIA

08 Route Ben Aknoun - El Biar
16030 Alger
Tel.: +213 (0) 21 92 74 33

BÉLGICA

TDGI, S.A.
Avenue Jean Monnet, 1
1348 LOUVAIN-LA-NEUVE
Tel.: (+32) 2 318 38 04

BRASIL

Av. das Nações Unidas, 12.901, 2º andar,
cj. 201, Torre Norte - CENU
Brooklin Novo - São Paulo - SP
CEP 04578-910
Tel.: (+55) 113 585 08 00

Rua Iguatemi, 448 - 10º Andar
Itaim Bibi - São Paulo - SP
CEP 01451 - 010
Tel.: (+55) 112 144 57 00

EMPA - Serviços de Engenharia, S.A.
Av. Paulo Ferreira da Costa, 553
Vista Alegre - Lagoa Santa - MG
CEP 33400-000
Tel.: (+55) 313 311 47 88

CABO VERDE

Travessa do Moinho de Vento, Nº 1,
2.º Andar do Prédio Amarelo, Encosta de Chã de Areia
CP. 156-C - Cidade da Praia

CHINA (MACAU)

Avenida Dr. Mário Soares, nº 25
Edifício Montepio, Ap. 26-28, 3º Andar - Macau
Tel.: (+853) 28 780 288
Fax: (+853) 28 780 188

COLÔMBIA

Carrera 11, 94-02 - Oficina 201
Edifício Centro de Negócios Manhattan
Bogotá
Tel.: (+57) 1 6754530

EQUADOR

Avenida 12 de Octubre, nº 24-660
Calle Francisco Salazar, Edifício Concorde, Piso 11
Quito - Equador

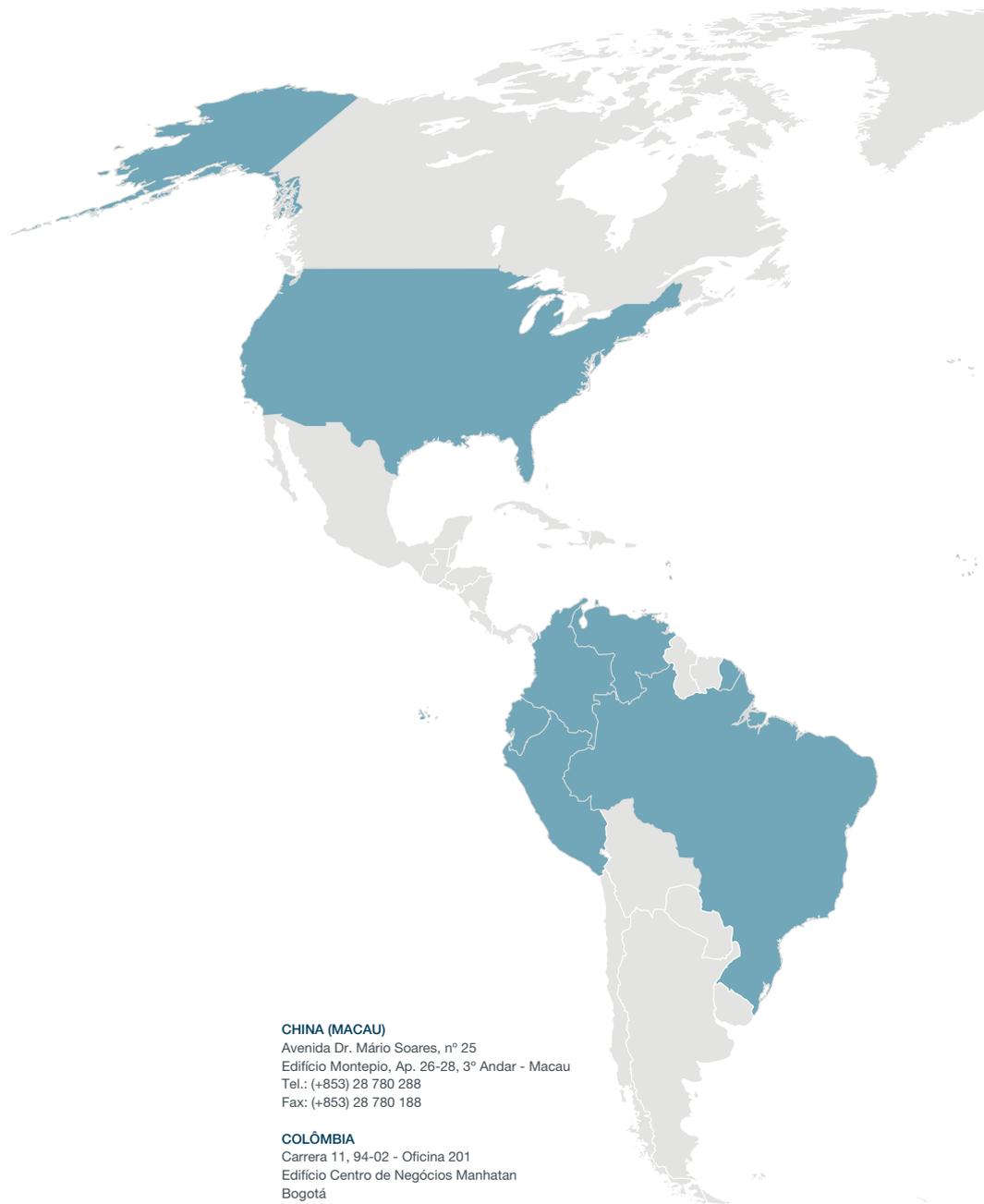
ESPANHA

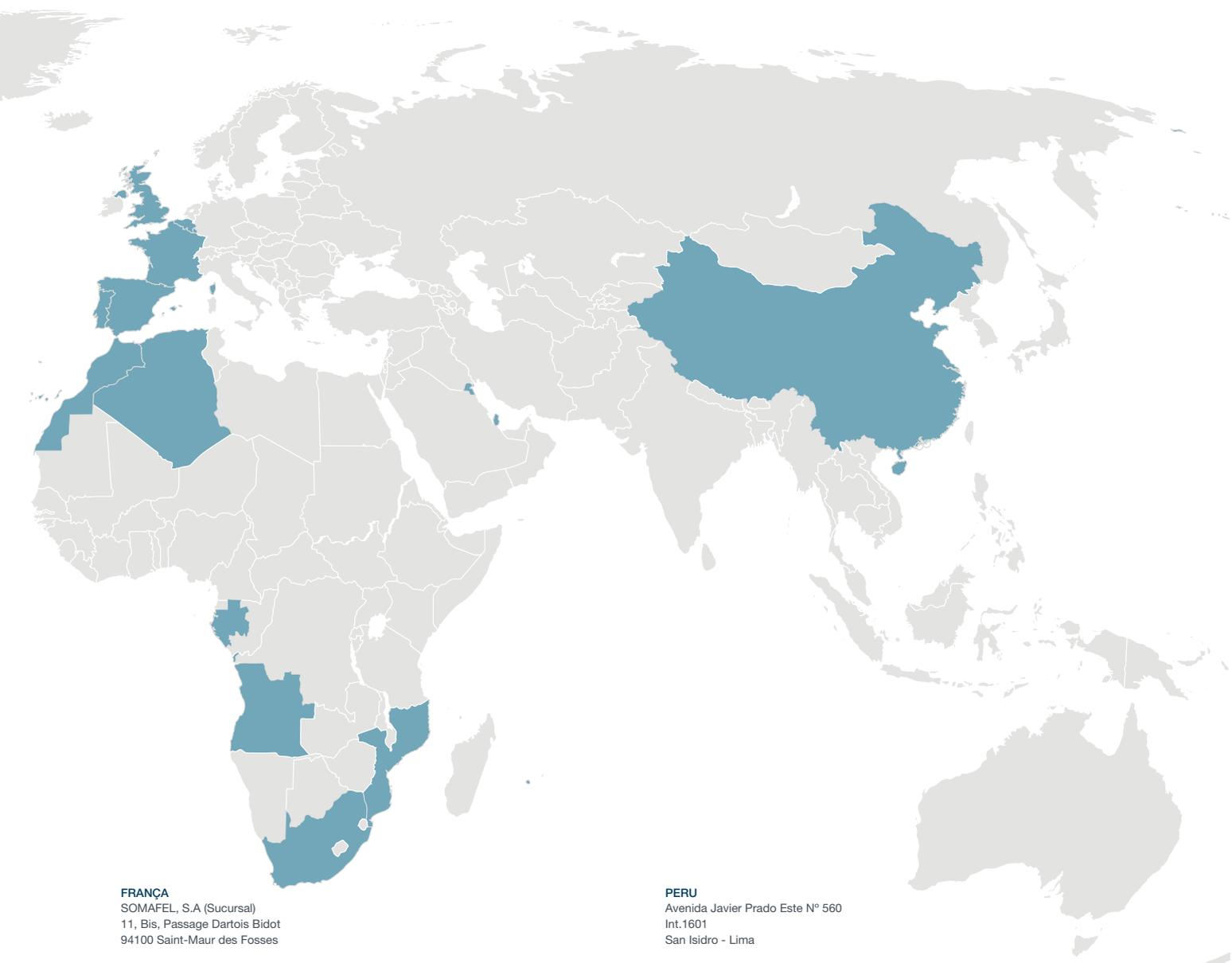
Avenida Alberto Alcocer, nº 24 - 7º C
28036 Madrid
Tel.: (+34) 915 550 903
Fax: (+34) 915 972 834

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

1030 Salem Road
Union, NJ 07083

TDRE Investments, LLC
16800 Dallas Pkwy., Ste. 240, Dallas,
TX 75248-1991
Tel: +1 (469) 655-5845





FRANÇA

SOMAFEL, S.A (Sucursal)
11, Bis, Passage Dartois Bidot
94100 Saint-Maur des Fosses

GABÃO

SOMAFEL Gabon
Z.I. OWENDO
BP: 2198
Libreville
Tel: (+241) 66 8 09 84

KUWAIT

Mazaya Towers, Tower 2, 8th Floor
Khalid Ibn Al Waleed St., Block 3, Mirqab
Kuwait City
Tel: (+965) 2228 2382

MARROCOS

SOMAFEL, S.A (Sucursal)
Angle BD Anfa et Rue Clos de Province,
N° 2, 6ème Étage, N° 6B
20040 Casablanca
Tel.: (+212) 223 62 890
Fax: (+212) 223 62 647

MOÇAMBIQUE

Avenida Julius Nyerere, 4 - R/C
Maputo
Tel.: (+258) 214 914 01
Fax: (+258) 214 914 00

PERU

Avenida Javier Prado Este N° 560
Int.1601
San Isidro - Lima

QATAR

TDGISERV Services WLL
Al Mana Plaza, 1st Floor, Office 101
Qatari Bin Fujaah St., Bin Mahmoud
PO Box 7098
Doha – Catar
Tel.: (+974) 4498 9556

REINO UNIDO

SOMAFEL - Railway Construction, S.A.
Davidson House, Forbury Square
Reading, RG1 3EU
Telephone - (+44) 1189 001440

VENEZUELA

Av. Venezuela del Rosal, con Calle Mohedano,
Torre JWM, frente al BOD, piso 5, El Rosal
1060 Caracas
Tel.: (+58) 212 951 2012
Fax: (+58) 212 953 7409

